



Andreia Filipa da Cruz Rodrigues

TURISMO DE NATUREZA NA SERRA DA LOUSÃ

Dissertação de Mestrado em Turismo, Território e Patrimónios, orientada pelo Doutor Paulo Manuel de Carvalho Tomás, apresentada ao Departamento de Geografia e Turismo da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

2018



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

TURISMO DE NATUREZA NA SERRA DA LOUSÃ

Ficha Técnica:

Tipo de trabalho	Dissertação de Mestrado
Título	Turismo de Natureza na Serra da Lousã
Autor/a	Andreia Filipa da Cruz Rodrigues
Orientador/a	Paulo Manuel de Carvalho Tomás
Júri	Presidente: Doutor Norberto Nuno Pinto dos Santos
	Vogais:
	1. Doutor Nuno Miguel Castanheira Almeida
	2. Doutor Paulo Manuel de Carvalho Tomás
Identificação do Curso	2º Ciclo em Turismo, Território e Patrimónios
Área científica	Turismo
Data da defesa	29-10-2018
Classificação	18 valores



Agradecimentos

Aos meus pais por, individualmente, me terem dado as oportunidades necessárias para poder continuar a prosseguir o meu percurso académico e pelo apoio oferecido em relação ao cumprimento dos meus objetivos pessoais.

Ao Renato, pelo amor, carinho e apoio oferecido. Obrigada por seres o pilar que suporta as minhas forças e decisões, por acreditares em mim e no meu potencial e pelo orgulho constante que sei que nutres.

Ao Professor Doutor Paulo Carvalho, pela orientação, simpatia, paciência, disponibilidade e partilha de conhecimentos que foram fundamentais para a conclusão desta dissertação.

À Diana, por ser uma amiga presente desde o início do nosso percurso académico, pela preocupação e auxílio em alguns dos momentos mais desesperados.

A todas as entidades contactadas ao longo desta investigação que disponibilizaram o seu tempo para responder às entrevistas essenciais para o cumprimento dos objetivos desta investigação.

A todos os que não mencionei, mas que, de alguma maneira, contribuíram para que chegasse à etapa final desta investigação através da partilha de palavras de incentivo e de compreensão.

Mais uma vez, a todos, deixo o meu profundo agradecimento. Muito obrigada!

Resumo

O turismo de natureza é uma tipologia turística alternativa, desenvolvida a partir dos princípios da sustentabilidade e do enaltecimento da natureza, que apresenta notório crescimento a nível mundial e desempenha um importante papel no desenvolvimento económico, cultural e social dos destinos. Maioritariamente desenvolvido em áreas naturais ecologicamente sensíveis e marcadas por contextos sociais igualmente delicados, o turismo de natureza funciona como uma forma de preservação dos recursos ecológicos, diversificação das economias locais e valorização do património natural, cultural e paisagístico, bem como da identidade comunitária.

O seu conceito ou caracterização é muito amplo pois abrange uma ampla diversidade de turistas, empreendimentos, motivações e atividades. Estas últimas, que podem compreender desejos por tranquilidade e relaxamento ou por desporto e educação, são cada vez mais marcadas pela necessária presença de uma forte componente interpretativa que permita o desenvolvimento de experiências turísticas autênticas e emocionais a partir do contacto com as comunidades e culturas locais. Em adição, dada a fragilidade e complexidade dos seus destinos, evidencia-se a manifesta importância da adoção de uma gestão em rede que não só promova o desenvolvimento económico, mas também respeite o bem-estar dos territórios, dos seus ecossistemas e das suas populações.

Enquanto temática principal da presente dissertação, o turismo de natureza, além de se afirmar, a nível nacional, como um produto turístico estratégico para o desenvolvimento e revitalização dos territórios rurais e das áreas naturais classificadas, apresenta particular importância no contexto turístico da Serra da Lousã através da requalificação e atribuição de novas utilizações ao património existente.

Embora o turismo seja uma atividade relativamente recente nos territórios serranos, estes apresentam, atualmente, uma oferta variada de importantes recursos turísticos, eventos e atividades que servem uma procura muito diversa e justificam o progressivo reconhecimento da serra enquanto destino no contexto regional e nacional.

Por este motivo, a componente exploratória desta dissertação tem como objetivo a análise da oferta da Serra da Lousã no contexto do turismo de natureza e a avaliação da sua importância para o desenvolvimento turístico, a longo prazo, realizado de forma sustentável e coesa. Para tal, inicialmente, será efetuado um levantamento dos seus principais recursos e produtos turísticos. Posteriormente, serão realizadas entrevistas aos agentes de animação turística registados neste território com o objetivo de obter as suas opiniões relativamente às principais características da oferta e da procura, à sustentabilidade das práticas realizadas, à qualidade das infraestruturas e serviços existentes e às oportunidades e obstáculos ao continuado desenvolvimento desta tipologia turística.

Palavras chave: Turismo de Natureza; Animação Turística; Desenvolvimento Sustentável; Experiência Turística; Serra da Lousã.

Abstract

Nature tourism is an alternative tourism type, developed from the principles of sustainability and from the growing praise of nature, that presents notorious growth worldwide and plays an important role in the economic, cultural and social development of destinations. Mostly developed in environmentally sensible nature areas characterized by equally delicate social backgrounds, nature tourism succeeds as a form of preservation of natural resources, diversification of local economies and appreciation of natural, cultural and landscape heritage, as well as of collective identity.

Its concept or characterization is very broad because it embraces a large variety of tourists, tourist developments, motivations and activities. The latter, that can comprise the desire for tranquility and relaxation or for sports and education, are increasingly marked by the necessary presence of a strong interpretative component that allows the development of authentic and emotional touristic experiences from the contact with communities and local cultures. Furthermore, considering the vulnerability and complexity of nature destinations, is highlighted the priority given to the adoption of co-management that not only promotes economic development but also respects the well-being of destinations, their ecosystems and communities.

Being the main subject of the present dissertation, nature tourism, besides being, at a national level, a strategic tourism product for the development and revitalization of rural territories and protected natural areas, assumes great importance in the touristic context of Serra da Lousã through the requalification and attribution of alternative uses to the existing heritage.

Despite tourism being a fairly recent activity in this mountain region, there is a large variety of tourism resources, events and activities that serve a very diverse demand and justify the increasing recognition of this destination in a regional and national context.

Because of this, the exploratory research of this dissertation aims to analyze the touristic offer of Serra da Lousã and evaluate its significance to long-term tourism development carried out in a sustainable and cohesive manner. For such purpose, initially, a survey of Serra da Lousã main tourism resources and products will be carried out. Afterwards, interviews will be conducted with some of the agents that are responsible for the development of leisure activities in Serra da Lousã aiming to obtain their opinions about the main characteristics of the touristic offer and demand, its sustainability and the opportunities and obstacles to the continuous development of nature tourism.

Key-words: Nature Tourism; Tourism Recreation; Sustainable Development; Touristic Experiences; Serra da Lousã.

Índice Geral

Agradecimentos.....	3
Resumo.....	4
Abstract	5
Índice Geral.....	6
Índice de Figuras	8
Índice de Quadros	9
1. Introdução	11
1.1. Temática	11
1.2. Objetivos da investigação.....	12
1.3. Metodologia	13
1.4. Estrutura da dissertação.....	15
2. Natureza, Sustentabilidade e Turismo.....	17
2.1. Apreciação da natureza e sustentabilidade	17
2.2. Conceitos de turismo de natureza.....	21
2.3. Amplitude do turismo de natureza	26
2.4. Caracterização dos turistas de natureza.....	31
3. Turismo de Natureza: elementos base para a criação de uma oferta turística sustentada	34
3.1. Construção da experiência turística, áreas naturais e planeamento.....	34
3.2. Efeitos nos destinos: benefícios, impactes e conservação ambiental	42
3.3. Gestão dos visitantes e do produto turístico	47
3.3.1. Capacidade de carga.....	49
3.3.2. Zoning	50
3.3.3. Educação/interpretação	51
3.3.4. Códigos de conduta	52
3.3.5. Certificação	53
4. Turismo de Natureza em Portugal.....	56
4.1. Contexto, potencialidades e documentos estratégicos nacionais	56
4.2. Procura turística: áreas protegidas, empreendimentos e animação	61
5. Caracterização da Serra da Lousã	66
5.1. Enquadramento territorial e património natural	66
5.2. Desvitalização e abandono	70
5.2.1. Declínio económico, social e territorial.....	70
5.2.2. Impacte das vagas migratórias na demografia atual	75
5.3. Construção e promoção do destino turístico	78
5.3.1. Das primeiras iniciativas à residência secundária	78

5.3.2. Rede das Aldeias do Xisto.....	84
6. Dimensão e sustentabilidade da oferta turística de natureza na Serra da Lousã	88
6.1. Empreendimentos turísticos	89
6.2. Recursos turísticos de turismo de natureza	99
6.2.1. Praias Fluviais	99
6.2.2. Parque Biológico da Serra da Lousã	100
6.2.3. Ecomuseu das Tradições do Xisto.....	102
6.2.4. Ciclismo.....	103
6.2.5. Percursos de BTT	105
6.2.6. Percursos Pedestres	109
6.3. Eventos e construção da oferta turística.....	118
6.3.1. Relevância dos eventos desportivos	123
6.4. Sustentabilidade da atividade turística na Serra da Lousã.....	126
6.4.1. Incêndios Florestais – a ameaça relemburada	128
7. Animação Turística na Serra da Lousã.....	132
7.1. Objetivos, estrutura e metodologia dos inquéritos por entrevista	135
7.2. Análise das entrevistas	138
7.2.1. Associação Abútrica.....	138
7.2.2. Go Outdoor.....	139
7.2.3. Nature Lousã	141
7.2.4. Trans Serrano	143
7.2.5. Activar	145
7.2.6. Prazilândia.....	148
7.2.7. Síntese comparativa das entrevistas realizadas	150
8. Notas Finais.....	158
Referências Bibliográficas	166
Anexos.....	174
Anexo I: Dissertações de mestrado e teses de doutoramento pesquisadas no Repositório Científico de Acesso Aberto de Portugal.	175
Anexo II: Ilustrações das aldeias serranas do Casal Novo, do Candal e do Talasna.....	177
Anexo III: Lista dos percursos pedestres existentes nos municípios serranos e ponto de situação no processo de homologação de acordo com o Registo Nacional de Percursos Pedestres...178	
Anexo IV: Percursos pedestres da Serra da Lousã, inseridos na Rede dos Caminhos do Xisto.	181
Anexo V: Folheto informativo, disponibilizado em formato PDF, do Caminho do Xisto das Aldeias de Góis: Rota das Tradições do Xisto.	183
Anexo VI: Agentes de animação turística que exercem atividades de turismo ao ar livre/ turismo de natureza e aventura registados nos municípios da Serra da Lousã.....	184

Anexo VII: Análise SWOT do potencial da Serra da Lousã enquanto destino turístico.....	188
Anexo VIII: Entrevistas realizadas	190
Nature Lousã	190
Trans Serrano	193
Go Outdoor.....	197
Prazilândia.....	200
Associação Abútrica.....	205
Activar Lousã	208

Índice de Figuras

Figura 1: Números dos visitantes que contactaram as Áreas Protegidas, registadas pelo ICNF, nos anos de 1996, 2000, 2005, 2010, 2015, 2016 e 2017.....	62
Figura 2: Número de empresas de animação turística que foram registadas no RNAAT, nos anos de 2010, 2012, 2014, 2016 e 2017, com reconhecimento de atividades de Turismo de Natureza em Portugal.....	65
Figura 3: Mapa hipsométrico e respetiva localização da Serra da Lousã.....	66
Figura 4: Mapa das Regiões de Coimbra e Leiria.....	68
Figura 5: Mapa dos municípios da Serra da Lousã.....	68
Figura 6: Habitações abandonadas na aldeia do Casal Novo.....	80
Figura 7: Habitação em reconstrução na aldeia do Casal Novo.....	81
Figura 8: Pinturas em xisto com representações da fauna local expostas na aldeia de Cerdeira	82
Figura 9: Sinalética informativa das infraestruturas de acolhimento turístico presentes nas aldeias de Cerdeira e do Talasnal, respetivamente.....	82
Figura 10: Relevância do número de empreendimentos turísticos de diferentes tipologias, na Serra da Lousã, conforme reportado pelo RNET.....	94
Figura 11: Capacidade de alojamento das diferentes tipologias de empreendimentos turísticos existentes na Serra da Lousã, conforme reportado pelo RNET.....	95
Figura 12: Praia Fluvial da Louçainha, Penela.....	100
Figura 13: Parque Biológico da Serra da Lousã e exemplares da fauna e flora local e nacional.....	101
Figura 14: Centro de BTT da Ferraria de São João, Penela, e instalações de apoio ao ciclista.....	107
Figura 15: Centro de estágio de <i>trail running</i> e BTT de Vila Nova, Miranda do Corvo, e instalações de apoio ao ciclista.....	108
Figura 16: Centro de BTT da Lousã e instalações de apoio ao ciclista.....	108
Figura 17: Sinalética dos percursos pedestres de pequena rota inseridos nos lugares serranos.....	113
Figura 18: Painel informativo do Caminho do Xisto da Ferraria de São João, Penela.....	115
Figura 19: Número de eventos realizados e promovidos pelas Aldeias do Xisto nos anos de 2017 e 2018.....	121

Figura 20: Número de eventos de cariz cultural, de natureza ou de desporto realizados na Serra da Lousã, nos anos de 2017 e 2018.....	121
Figura 21: Distribuição dos eventos, ao longo do ano, em todo o território de atuação das Aldeias do Xisto.....	122
Figura 22: Distribuição dos eventos, ao longo do ano, na Serra da Lousã.....	122
Figura 23: Número de empresas de animação turística registadas no RNAAT entre os anos de 2006 e 2017 nos sete municípios da Serra da Lousã.....	132
Figura 24: Municípios da Serra da Lousã procurados no contexto da realização de atividades de turismo de natureza pelos agentes de animação turística.....	151
Figura 25: Canais de comunicação mais utilizados pelos agentes de animação turística.....	152

Índice de Quadros

Quadro 1: Atividades de Turismo de Natureza.....	28
Quadro 2: Benefícios do turismo de natureza nos destinos.....	42
Quadro 3: Exemplos de medidas implementadas por códigos de conduta.....	53
Quadro 4: Evolução da população residente nas aldeias serranas da Lousã entre 1885 e 2001...74	
Quadro 5: População residente nos municípios integrados na Serra da Lousã entre 1911 e 2011.....	75
Quadro 6: População residente nas Aldeias do Xisto da Serra da Lousã nos anos de 2001 e 2011.....	77
Quadro 7: Número de empreendimentos turísticos em Portugal, na Região Centro e nas Regiões de Coimbra e Leiria, entre 2013 e 2016.....	90
Quadro 8: Número de empreendimentos turísticos nos municípios da Serra da Lousã entre 2013 e 2016.....	90
Quadro 9: Número de empreendimentos turísticos, por tipologia, nos municípios da Serra da Lousã e capacidade total de alojamento, no ano de 2016.....	91
Quadro 10: Número de alojamentos locais e respetiva capacidade turística nos municípios da Serra da Lousã, no ano de 2018.....	95
Quadro 11: Empreendimentos turísticos parceiros e associados à Rede das Aldeias do Xisto, em 2018	96
Quadro 12: Estada média anual nos municípios da Serra da Lousã entre 2014 e 2016.....	98
Quadro 13: Lista das praias fluviais integradas nos municípios da Serra da Lousã.....	99
Quadro 14: Percursos pedestres existentes na Serra da Lousã, por município, segundo a Federação de Campismo e Montanhismo de Portugal, em 2016.....	111
Quadro 15: Percursos pedestres existentes na Serra da Lousã, por município, inseridos na Rede dos Caminhos do Xisto.....	114
Quadro 16: Percursos pedestres existentes nos municípios integrantes da Serra da Lousã de acordo com as páginas <i>online</i> oficiais de cada município.....	116
Quadro 17: Empresas de Animação Turística que exercem atividades de Turismo ao Ar Livre/ Turismo de Natureza e Aventura registadas nos municípios da Serra da Lousã.....	134
Quadro 18: Caracterização das entrevistas realizadas.....	137
Quadro 19: Atividades de Turismo de Natureza mais realizadas na Serra da Lousã.....	153

Quadro 20: Principais motivações que conduzem à procura de atividades na natureza na Serra da Lousã.....	155
Quadro 21: Obstáculos ao desenvolvimento do turismo de natureza na Serra da Lousã.....	155
Quadro 22: Medidas que permitam a recuperação turística e económica dos territórios afetados pelos incêndios florestais na Serra da Lousã.....	156

1. Introdução

1.1. Temática

A presente dissertação foi realizada no âmbito do curso de mestrado em Turismo, Território e Patrimónios da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

Como forma de validação do tema e do caso de estudo selecionados, realizámos, previamente, um levantamento das dissertações de mestrado e doutoramento, publicadas no *Repositório Científico de Acesso Aberto de Portugal*, cujos temas fossem baseados no desenvolvimento turístico na Serra da Lousã. Para tal, selecionámos 3 palavras-chave como “Turismo na Serra da Lousã”, “Natureza na Serra da Lousã” e “Património na Serra da Lousã”, às quais obtivemos 11 resultados (Anexo I). Após análise dos temas por estas investigações tratados e respetivas metodologias, entendemos que nenhuma investigação havia sido feita à escala territorial aqui estudada e no âmbito do turismo de natureza, existindo, portanto, novos elementos referentes à oferta turística a serem considerados.

Deste modo, esta dissertação investiga o território da Serra da Lousã composto pelos municípios da Lousã, Miranda do Corvo, Góis, Penela, Castanheira de Pêra, Figueiró dos Vinhos e Pedrógão Grande, integrados nas Regiões de Coimbra e de Leiria. Com base nestes, procurámos analisar, detalhadamente e de forma integrada, os recursos turísticos que constituem, de momento, a oferta de turismo de natureza neste destino.

A escolha deste tema deve-se ao crescente reconhecimento da Serra da Lousã, do seu património natural classificado e do produto das Aldeias do Xisto e ao recente mediatismo que as atividades desportivas e os eventos realizados têm adquirido neste território.

Desta forma, pretende-se, através do levantamento e análise profunda da oferta na natureza, que esta investigação consiga contribuir, de modo coeso, para a consolidação do conhecimento sobre o contexto turístico atual da Serra da Lousã e sobre o seu elevado potencial para o desenvolvimento de práticas recreativas enquanto forma de revitalização económica e social e preservação ambiental e cultural.

Para tal, desenvolvemos a seguinte pergunta de partida:

Poderá, a Serra da Lousã, com base nos recursos turísticos que dispõe, afirmar-se, de forma sustentável e coesa, no contexto turístico nacional como um destino de turismo de natureza?

Para responder a esta questão, procurámos, num primeiro momento, analisar os recursos turísticos existentes na Serra da Lousã integrados na tipologia de turismo de natureza. De seguida, procedemos à realização de entrevistas estruturadas a seis agentes de animação turística responsáveis pela dinamização das áreas naturais por meio da organização de atividades e da realização de eventos desportivos de elevada importância.

1.2. Objetivos da investigação

Para responder à pergunta de partida acima apresentada, dividimos esta dissertação em dois objetivos gerais:

- Demonstrar que a Serra da Lousã dispõe de recursos turísticos com importância e dimensão suficiente para a construção de uma oferta coesa e sustentável de turismo de natureza, capaz de dinamizar, a nível económico e social, os municípios estudados e atribuir crescente reconhecimento a este destino no contexto turístico nacional.
- Verificar, por meio das entrevistas realizadas, as características dos agentes de animação turística sediados no destino estudado, o perfil da sua procura, a sua contribuição para o desenvolvimento de atividades na natureza e as suas opiniões em relação à sustentabilidade das práticas realizadas neste território e sobre as principais oportunidades e obstáculos ao continuado desenvolvimento turístico.

Para conseguir concretizar estes objetivos estabelecemos outros com um carácter mais específico:

- Contextualizar a crescente procura por produtos turísticos sustentáveis em áreas naturais classificadas ou com valor paisagístico.
- Caracterizar o turismo de natureza.
- Entender quais são os principais elementos que permitem a construção de experiências turísticas sustentáveis na natureza.
- Analisar a importância do turismo de natureza no contexto turístico nacional com base na consulta de documentos estratégicos.
- Explicitar a transição da Serra da Lousã enquanto lugar produtivo a espaço de lazer por meio da análise do seu contexto demográfico e histórico.
- Analisar a atual oferta turística da Serra da Lousã.
- Demonstrar a evolução e qualificação das infraestruturas turísticas e desportivas no território estudado.
- Perceber os esforços realizados em prol da sustentabilidade.
- Demonstrar, a partir da análise das entrevistas, não só as potencialidades como os obstáculos ao desenvolvimento turístico da Serra da Lousã.

1.3. Metodologia

Uma investigação realizada no âmbito das ciências sociais “trata-se de um processo de estruturação do conhecimento” que tem como principal objetivo a construção de novos saberes ou a legitimação de uma noção existente (Sousa & Baptista, 2011, p. 3).

Para tal, é necessário o desenvolvimento de uma metodologia que, segundo Neuman (2014, p. 2), significa “compreender todo o processo exploratório”. Por sua vez, esta encontra-se dependente da utilização de métodos cujo objetivo serve a recolha e análise de informações e a obtenção de conclusões.

Quivy e Campenhoudt (2005) destacam sete etapas inerentes ao processo de investigação, entre as quais: a pergunta de partida, o estudo exploratório (composto tanto pela análise das leituras como pela realização de entrevistas exploratórias), a definição da problemática, a construção de um modelo de análise, a observação, a análise das informações e a obtenção de conclusões.

No que concerne à realização desta investigação, na fase respeitante às primeiras três etapas mencionadas pelos anteriores autores referidos, recorreremos à leitura e análise de obras bibliográficas, tanto de autores recentes como de autores de renome na temática estudada. Foram, da mesma forma, analisadas dissertações de mestrado e doutoramento, atas de conferências, relatórios de congressos, estatísticas, documentos estratégicos relacionados com o contexto turístico nacional e notícias sobre o caso de estudo. Por fim, valorizámos entidades internacionais e nacionais com reconhecida importância na promoção de hábitos sustentáveis baseados no desenvolvimento do turismo de natureza.

Todas estas fontes serviram de base para a construção de conhecimento sobre as características do turismo de natureza, do turismo sustentável e, a nível internacional, do ecoturismo. Da mesma forma, a partir da bibliografia estudada foi também realizado um enquadramento histórico, geográfico, demográfico e turístico dos municípios da Serra da Lousã.

A partir da leitura destas fontes, procurámos ter uma compreensão completa e profunda das ideias por estas definidas e confrontá-las com coerência (Quivy & Campenhoudt, 2005), permitindo “contextualizar o estudo, dando-lhe importância comparativa, alargar os seus horizontes e estabelecer prioridades para as pesquisas” (Sousa & Baptista, 2011, p. 34).

De seguida, numa etapa retratada por Sousa e Baptista (2011, p. 56) como a escolha dos métodos de investigação, optámos por proceder a uma investigação qualitativa que se centra “na compreensão dos problemas, analisando os comportamentos, as atitudes ou os valores”.

Como refere Neuman (2014), embora este tipo de investigação possa integrar a análise de dados numéricos, envolve, com maior frequência, a utilização de palavras, faladas ou escritas, ações, símbolos ou imagens.

Por este motivo, os métodos qualitativos tendem a recolher informação mais variada e detalhada sobre uma amostra mais reduzida que os métodos quantitativos que reúnem

informação mais limitada sobre uma amostra populacional muito maior. Em adição, a investigação qualitativa não se baseia nas opiniões do investigador, mas sim na crença de que a amostra populacional utilizada se encontra numa posição mais favorável para partilhar as suas opiniões e sentimentos em relação a determinada situação (Veal, 2006).

De igual modo, Veal (2006, p. 195), citando Kelly (1980), refere que a investigação qualitativa é mais apropriada para o estudo de fenómenos sociais como o turismo pois o “lazer é uma experiência qualitativa” baseada na interação interpessoal. Já com base em Peterson (1994), Veal (2006) afirma que a utilização de métodos qualitativos permite, entre vários aspetos, compreender como são tomadas algumas decisões e a identificação de uma série de atitudes ou perspetivas sobre determinados problemas existentes que poderão ser estudados, com maior profundidade e escala, no futuro.

Procurando usufruir destas características e usos, dentro da investigação qualitativa, optámos pela realização de entrevistas. Este é “um método de recolha de informações que consiste em conversas orais, individuais ou de grupos, com várias pessoas cuidadosamente seleccionadas, cujo grau de pertinência, validade e fiabilidade é analisado na perspectiva dos objetivos de recolha de informações” (Sousa & Baptista, 2011, p. 79).

Abreu (2006, p. 77), afirma que a principal vantagem da escolha deste método de investigação reside na relação flexível estabelecida entre o entrevistador e o entrevistado que, por permitir fazer questões complementares, possibilita a recolha de informação muito importante, variada e produtiva. No entanto, refere que a principal limitação inerente a este método reside na complexidade em categorizar a informação reunida que por ser tão “rica” obriga “o investigador a simplificações, por vezes radicais”.

Sousa e Baptista (2011) referem também algumas características que se revelam como vantajosas para a recolha e transmissão de informação vasta e diversa, entre as quais destacamos a oportunidade de aprofundar determinado tema ou a possibilidade de reformular o discurso.

Em relação à sua estrutura, Abreu (2006) e Sousa e Baptista (2011), mencionam 3 tipos de entrevistas:

- Entrevistas estruturadas: Este tipo de entrevista obedece a um conjunto de questões determinadas e ordenadas previamente, que se assumem como essenciais para o cumprimento dos objetivos traçados na investigação.
- Entrevistas semiestruturadas: Embora também tenham um guião estabelecido, estas entrevistas permitem que o entrevistador tenha maior flexibilidade na forma como aborda os tópicos a tratar.
- Entrevistas não estruturadas: Nestas entrevistas apenas existe um tópico de conversa pré-estabelecido, mas não existem questões preparadas. Por este motivo, o seu resultado e os vários temas abordados dependem exclusivamente do entrevistado.

Quanto menor for o grau de estruturação de uma entrevista, menor é o tamanho da amostra para o qual esta se adequa.

Por outro lado, e de acordo com Duverger (1964), citado por Abreu (2006), as entrevistas podem ser documentais ou de opinião, sendo que as primeiras têm como finalidade apurar o que os entrevistados são ou fazem e as segundas procuram aceder aos seus conhecimentos.

No que concerne a esta dissertação, optámos pela realização de entrevistas estruturadas, com carácter documental e de opinião, aos agentes de animação turística da Serra da Lousã pois o conhecimento das atividades por estes desenvolvidas e das suas opiniões sobre as potencialidades e obstáculos ao desenvolvimento turístico sustentável do destino estudado foi determinado como fundamental para encontrar uma resposta à pergunta de partida colocada.

1.4. Estrutura da dissertação

A presente dissertação encontra-se dividida em oito capítulos, dos quais dois dizem respeito à introdução da temática a ser investigada e ao relato das conclusões. Entre os restantes, três capítulos correspondem à componente teórica desta investigação e outros três à componente prática e exploratória.

No primeiro capítulo – *Introdução* – apresentamos o tema investigado nesta dissertação, os objetivos gerais e específicos, a metodologia utilizada e a sua estrutura.

No segundo capítulo – *Natureza, Sustentabilidade e Turismo* – é estabelecida uma relação entre a gradual valorização das áreas naturais no âmbito do lazer, a crescente consciência ecológica e preocupação para com os impactes das atividades turísticas e o desenvolvimento de tipologias de turismo alternativas como o turismo de natureza. De seguida, são abordados os diversos conceitos associados ao turismo de natureza e caracterizados os diferentes tipos de atividades enquadradas nesta tipologia turística e o perfil do turista que as procura.

No terceiro capítulo – *Turismo de Natureza: Elementos base para a criação de uma oferta turística sustentada* – é realizada uma reflexão sobre o conceito de experiência turística nas áreas naturais e enumerados alguns elementos fundamentais para a sua sustentabilidade como o planeamento em rede e a participação das comunidades locais neste processo. De igual modo, são estudados tanto os possíveis impactes desta tipologia turística como os seus potenciais benefícios económicos, ambientais e sociais e a sua contribuição para a conservação da natureza. Finalmente, dada a sensibilidade ecológica das áreas naturais, são referidos alguns instrumentos de monitorização dos impactes da atividade turística e de gestão dos comportamentos dos turistas.

O quarto capítulo – *Turismo de Natureza em Portugal* – serviu como transição entre a componente teórica e a componente prática desta investigação. Inicialmente, foi apresentada a crescente importância de Portugal enquanto destino turístico no panorama

européu e mundial. De seguida, é justificado o estratégico desenvolvimento de produtos de turismo de natureza com base no vasto património natural classificado e na análise dos documentos turísticos estratégicos ou de outros documentos com relevância. Por último, contextualizando a dimensão desta tipologia a nível nacional, foram apresentados valores referentes à oferta de empreendimentos de turismo de natureza, à evolução da procura pelas áreas protegidas e ao crescimento do número de agentes de animação turística.

No quinto capítulo – *Caracterização da Serra da Lousã* – é iniciada a componente prática desta dissertação através do enquadramento geográfico do território estudado e da caracterização do património natural existente. Depois, é abordado o contexto social e histórico da Serra da Lousã, no qual foram mencionadas tanto as vagas migratórias que explicam o seu declínio económico, territorial e social como a sua subsequente valorização turística. Numa reflexão sobre os novos usos do território associados ao lazer, é mencionada a importância dos novos atores e da Rede das Aldeias do Xisto para a revitalização dos lugares serranos e ainda analisada a importância deste destino nos documentos estratégicos nacionais.

No sexto capítulo – *Dimensão e sustentabilidade da oferta turística de natureza na Serra da Lousã* – começa-se por estudar a oferta atual de empreendimentos turísticos e os valores da estada média e da capacidade de alojamento associados aos municípios serranos. Posteriormente, é realizado um levantamento e análise dos principais recursos turísticos de turismo de natureza e dos recentes eventos que têm permitido a mediatização e o reconhecimento deste destino. Este capítulo termina com a verificação da existência de práticas sustentáveis e com a referência aos incêndios florestais enquanto obstáculo ao desenvolvimento.

O sétimo capítulo – *Animação Turística na Serra da Lousã* – corresponde à fase da dissertação onde é aplicado um método de investigação qualitativo: a entrevista. Num momento inicial, é verificada a evolução do número de agentes de animação turística registados nos municípios serranos e contextualizada a oferta atual. De seguida, são analisadas, interpretadas e comparadas as diversas opiniões recolhidas nas entrevistas realizadas a alguns desses agentes.

No oitavo e último capítulo – *Notas finais* – são sumariadas as principais temáticas tratadas nesta dissertação e elaboradas algumas conclusões finais a partir dos dados recolhidos nos dois capítulos prévios. Deste modo, será possível responder à pergunta de partida colocada no início da investigação, através da exposição das potencialidades e obstáculos presentes neste destino, e verificar o cumprimento dos objetivos traçados. Em simultâneo, serão apresentadas algumas medidas ou estratégias alusivas ao desenvolvimento turístico sustentável da Serra da Lousã e propostas para investigações futuras.

2. Natureza, Sustentabilidade e Turismo

2.1. Apreciação da natureza e sustentabilidade

A apreciação escrita e representada da natureza reafirmou-se na época de emergência do Romantismo, no final do séc. XVIII e XIX. O Romantismo foi um movimento intelectual que representou na literatura, música e pintura a valorização e elevação da importância das paisagens naturais, das tradições e do contacto do indivíduo com a natureza (Lane, 2009). Este insurgiu-se contra as práticas produtivistas da industrialização e contra as mudanças que esta causou nas formas de vida, defendendo que a todas estas mudanças deveriam ser impostos limites (Hall, Gossling, & Scott, 2015). O Romantismo despoletou assim uma nova relação com os bens naturais, antecipando novos “meios mais intelectualizados de conhecer, principalmente através da imaginação, arte e linguagem” (Franklin, 2013, p. 79) e, no futuro, do turismo.

Por conseguinte, as paisagens naturais foram elevadas a um estatuto que até então lhes era renegado, passando de fonte produtiva a algo que merece ser visitado, protegido, desfrutado e admirado, adquirindo novas utilizações (Franklin, 2013).

No entanto, e apesar do movimento Romântico ter apelado à imposição de limites aos impactes e alterações causadas pela produção, esta continuou a ser feita de modo massificado, consumista e sem constrangimentos relativos à preservação dos recursos naturais, surgindo, apenas mais tarde, mediação sobre problemas como a desflorestação, o aquecimento global, a perda de biodiversidade, o consumo de combustíveis fósseis, a poluição e a destruição da camada de ozono (Straaten, 2000; Beni, 2003; Holden, 2009; Ruddy, Gossling, Scott, & Hall, 2015).

Apenas a partir dos anos 60 do século XX, começaram a ser discutidos, com maior carácter científico, os impactes das atividades humanas e o seu contributo para a destruição ambiental, surgindo ONG's de alta importância para a mediação desta problemática (Holden, 2009).

Fruto desta nova preocupação, foram também realizadas várias conferências relativas a esta temática, destacando-se 3 em particular para a definição do conceito de sustentabilidade (Beni, 2003; Holden, 2009; Hall, Gossling, & Scott, 2015):

- 1972: Conferência das Nações Unidas sobre o Meio-Ambiente Humano, em Estocolmo
 - Embora tenha ditado a formação do Programa Ambiental das Nações Unidas, os problemas ambientais continuaram a agravar-se.
- 1987: Comissão Mundial sobre o Meio-Ambiente e Desenvolvimento e Relatório de Brundtland
 - No Relatório de Brundtland (“*O nosso futuro comum*”), foi determinado que o único desenvolvimento económico possível teria de ser sustentável, ou seja, um desenvolvimento que satisfizesse as necessidades presentes sem comprometer as necessidades das gerações futuras, garantindo um uso

apropriado dos recursos universais e abraçando a preservação. Adicionalmente, este estabeleceu pilares ainda hoje amplamente reconhecidos (Hall, Gossling, & Scott, 2015):

- Económico: as empresas e entidades devem gerar lucro e prosperidade mantendo-se ativas no mercado a longo prazo através de medidas sustentáveis, diálogo e coordenação e reduzindo os custos ambientais.
 - Ecológico: os recursos, especialmente os não renováveis, devem ser geridos de forma a garantir a proteção dos mesmos, a sustentabilidade ambiental e a biodiversidade.
 - Social: os direitos humanos e as culturas locais devem ser, sem exceção, respeitados. Deve também ser garantida a igualdade de distribuição de direitos, oportunidades e deveres.
- Algo próximo da verdadeira sustentabilidade é apenas possível com o equilíbrio entre os três pilares, a atividade humana, o desenvolvimento e a proteção do ambiente (Beni, 2003).
- 1992: Conferência das Nações Unidas sobre o Meio-Ambiente e Desenvolvimento Humano (UNCED) (também reconhecida como Eco 92 ou “*Earth Summit*”).
 - Esta concentrou-se em aliar a preservação dos recursos e das paisagens ao desenvolvimento económico. Com base nesta, foram desenvolvidas a Agenda 21, a Declaração do Rio Sobre Meio-Ambiente e Desenvolvimento e a Declaração de Princípios das Florestas.

A Agenda 21 apresentou grande influência na definição do conceito atual de sustentabilidade, focando-se em resolver problemas como o combate à pobreza, a conservação de recursos, a alteração dos padrões de produção e consumo, a proteção da biodiversidade mundial ou o combate à desflorestação através de um forte planeamento democrático e cooperativo que envolva vários agentes, nomeadamente as comunidades, e partindo de uma dimensão local para uma dimensão global (Jackson & Morpeth, 2000).

Embora o conceito de sustentabilidade seja bastante impreciso, este foi amplamente aceite, sendo utilizado em diversas dimensões, dada a sua capacidade de permitir o diálogo entre *stakeholders* com perspetivas muito diversas (Jafari, 2000; Wall & Mathieson, 2006), e aplicado em variadas políticas, estratégias de desenvolvimento económico (Beni, 2003) e atividades económicas como o turismo (Mbaiwa & Stronza, 2009).

Em resumo, o desenvolvimento sustentável, a longo prazo, deve garantir a igualdade entre indivíduos e entre qualquer ser do planeta, manter a integridade ecológica e a biodiversidade, reconhecer os direitos humanos, deixar opções para as gerações futuras, reduzir a injustiça social, permitir o crescimento económico, prover às necessidades básicas, conservar os recursos naturais, garantir o envolvimento das comunidades em todas as decisões que influenciem a sua qualidade de vida, convergir as vertentes

ambientais e económicas na tomada de decisão (Wall & Mathieson, 2006), manter e respeitar as tradições culturais e apoiar a negociação ativa entre diversos *stakeholders* (Beni, 2003) e garantir o bem estar-social, o acesso à informação e à educação (Melo, 2013). Para que tal ocorra, todas as iniciativas que vão em direção a uma gestão sustentável devem ser “economicamente viáveis, ambientalmente sensíveis e culturalmente apropriadas” (Wall & Mathieson, 2006, p. 189)

O turismo, nas décadas de 60 e 70, foi uma das atividades que mais cresceu, fruto do desenvolvimento dos transportes aéreos e dos serviços turísticos e da generalização da prática turística a várias classes sociais, sem qualquer limite ou preocupação para com os seus impactes no ambiente (Straaten, 2000) e apenas considerando os seus impactes positivos a nível económico (Rutty, Gossling, Scott, & Hall, 2015).

Publicitado como sendo uma “indústria sem fumo” (Holden, 2009, p. 203) e tipicamente mais voltado para os lucros que para as preocupações sociais (Mbaiwa & Stronza, 2009), o turismo tem, através de uma gestão produtivista, capacidade para destruir paisagens, culturas, recursos e *habitats* a curto prazo e em diversas escalas (levando à exaustão das próprias paisagens das quais a atividade depende) (Jackson & Morpeth, 2000).

No entanto, quando gerido de forma adequada e sustentável, este poderá conduzir à preservação dos recursos naturais dos quais a atividade e a satisfação do turista dependem através da instituição crescente de estatutos de proteção, da consciencialização pública, do desenvolvimento económico de um determinado território por meio da revitalização de economias locais, da criação de emprego direto e indireto e da implementação de benefícios fiscais (Pigram & Jenkins, 1999).

Desenvolveu-se assim uma perceção de que “para assegurar que as áreas naturais sejam preservadas devemos, paradoxalmente, permitir que pessoas visitem tais sítios selvagens para que os responsáveis políticos possam ser persuadidos a manter o seu estatuto de reserva” (Hall, Gossling, & Scott, 2015, p. 30) e uma relação de dependência positiva entre o turismo e a biodiversidade onde a preservação pode “fornecer experiências turísticas em troca do investimento dos lucros económicos na preservação de áreas protegidas” (Wall & Mathieson, 2006, p. 310).

Como consequência, e embora antes o conceito de sustentabilidade fosse apenas conectado com o ambiente e o conceito de desenvolvimento pensado como algo unicamente vinculado ao desenvolvimento económico, o turismo surgiu como um método capaz de “mitigar o paradoxo existente entre eles” (Hall, Gossling, & Scott, 2015, p. 26).

De forma gradual, desenvolveu-se um conceito de turismo sustentável que, embora seja mutável na bibliografia, apresenta princípios fixos.

O turismo sustentável apresenta-se como uma forma de turismo capaz de se desenvolver e manter numa região indeterminadamente, sem causar impactes ambientais negativos e sem impedir o desenvolvimento sustentável e o bem-estar das comunidades e de outras atividades económicas (Jafari, 2000; Wearing & Neil, 2009). Para tal, o

turismo deve complementar as economias locais, ou seja, “deve ajudar a diversificar a economia em vez de substituir um setor por outro (...) deve enriquecer em vez de substituir os meios através dos quais os indivíduos são sustentados” (Wall & Mathieson, 2006, p. 293).

Em adição, o turismo deve oferecer oportunidades justas e equitativas tanto na atualidade como no futuro; assegurar a satisfação máxima dos turistas; proteger o património; desenvolver oportunidades de emprego, infraestruturas e acessibilidades; encorajar novos usos para territórios ignorados e preservar a autenticidade e herança cultural (Beni, 2003; Ritchie & Crouch, 2003; Mbaiwa & Stronza, 2009).

Com base em autores como Benni (2003), Ritchie e Crouch (2003), Mbaiwa e Stronza (2009), Melo (2013) ou Sousa (2014), é possível estabelecer diversos pilares inerentes aos princípios do turismo sustentável.

- Ecológico: O turismo tem a missão de salvaguardar os recursos naturais e as paisagens através de uma gestão sustentável, do fornecimento de incentivos económicos (Ritchie & Crouch, 2003) e da “manutenção dos processos ecológicos” (Melo, 2013, p. 180), garantindo o equilíbrio entre a preservação e o desenvolvimento.
- Económico: O turismo deve tentar desenvolver-se dentro dos limites impostos ao consumo dos recursos, tendo em conta o bem-estar do ambiente e das comunidades locais. Deve também garantir um acesso justo aos recursos e distribuir de forma equitativa os custos e os benefícios (Mbaiwa & Stronza, 2009).
- Social/Cultural: O turismo deve garantir que a sua atividade não ponha em risco a manutenção das tradições e do património edificado, a autenticidade dos traços culturais, a tolerância e a qualidade de vida das populações (Sousa, 2014; Melo, 2013).
- Político: Para que o turismo se desenvolva de modo sustentável é necessário que as medidas e estratégias das entidades governamentais estejam em concordância com os princípios da sustentabilidade e contrariem ideais produtivistas que ponham em causa a preservação (Sousa, 2014; Ritchie & Crouch, 2003).

Começou, portanto, a desenvolver-se no mercado turístico o crescimento da procura por produtos mais autênticos e mais verdes e a compreensão de que o turismo pode oferecer alto valor económico através da venda e promoção da biodiversidade (Holden, 2015).

Com o estabelecimento dos princípios da sustentabilidade, da criação de uma maior consciência ambiental, do desenvolvimento dos acessos a diversos territórios e da crescente procura pelas áreas naturais, surgiram novas tipologias turísticas e novas formas de planeamento que encaravam estes novos valores.

Esta nova corrente ideológica está relacionada com o crescimento do turismo alternativo. Este é descrito como uma ramificação do turismo sustentável explicitamente

oposta ao turismo massificado e destrutivo que surgiu na tentativa de minimizar os impactos negativos da atividade turística tradicional através da “promoção de abordagens radicalmente diferentes ao turismo convencional” (Wearing & Neil, 2009, p. 2) que não se concentram somente nas necessidades económicas, mas que dão “ênfase à procura por ambientes puros, às necessidades da população local e à eliminação de influências externas” (Fennel, 2013, p. 327).

Em consequência, surgiram, em pouco tempo, tipologias como o turismo de aventura, o agroturismo ou o turismo de natureza que partilham características como a pequena escala, a baixa densidade, a atuação em áreas não urbanas e em conformidade com os valores comunitários e a oferta de experiências especialmente atrativas para indivíduos com um alto nível de educação e com maiores fontes de rendimento (Wearing & Neil, 2009 cit. Mieczkowski, 1995; Coghlan & Buckley, 2013).

2.2. Conceitos de turismo de natureza

Após a leitura da bibliografia, é facilmente perceptível a diversidade de definições que giram à volta dos conceitos de turismo de natureza, causada pela complexa relação entre este e o espaço físico onde esta tipologia permite um vasto número de ações (Sousa, 2014), turistas e motivações.

O turismo de natureza é observado, de modo generalizado, como um conceito amplo e variado nas suas características capaz de englobar várias dimensões como o turismo ativo, o turismo de aventura, o ecoturismo, o turismo verde, o turismo alternativo, o turismo baseado na natureza ou responsável (Pigram & Jenkins, 1999; Sousa, 2014).

Por este motivo, torna-se, por vezes, algo desafiador estabelecer os limites da sua abrangência e diferenciar as tipologias que compreende.

Neste sentido, Fennel (2013) citando Goodwin (1995), refere que o turismo de natureza surge como uma forma de turismo que utiliza as paisagens naturais e que abrange diversas outras tipologias desde o turismo massificado a formas de turismo alternativo.

Esta perspetiva, enquanto simultaneamente demonstra a complexidade do conceito, também lhe atribui imprecisão ao mencionar que, mesmo sendo o turismo de natureza uma ramificação do turismo alternativo, ele consegue até englobar formas de turismo massificado que, contrariamente aos princípios da primeira, põem em risco o desenvolvimento sustentável das economias locais, o bem-estar das populações e a conservação dos valores naturais/culturais.

No entanto, existem também visões e opiniões sobre o turismo de natureza, mais recentes, que, por sua vez, lhe impõem características únicas e limites cada vez mais associados com a sustentabilidade e com a entrega de experiências e benefícios a nível económico, social e ambiental a longo prazo.

Pigram e Jenkins (1999), citando HaySmith e Hunt (1995), definem o turismo de natureza como uma forma de viajar para espaços naturais procurando a fruição da

biodiversidade e das paisagens naturais, tanto por objetivos de aprendizagem e interpretação como por pura recreação.

Soifer (2008, p. 13) interpreta o turismo de natureza como uma “importante alternativa de desenvolvimento sustentável” que utiliza “os recursos naturais sem os comprometer”, revelando-se uma opção economicamente viável e sustentada para as economias locais, detendo também uma forte componente educativa e protetiva.

Coghlan e Buckley (2013) descrevem o turismo de natureza como turismo que ocorre na natureza, englobando todos os tipos de turismo onde os valores intocados ou puros representam a principal atração.

Já Sousa (2014), com base em Rodrigues (2011), menciona alguns objetivos gerais do turismo de natureza como a facilitação da visita dos espaços naturais, a contribuição para a conservação ecológica e a disponibilização de informação sobre os valores naturais aos turistas de forma a proporcionar uma experiência mais completa, autêntica e sustentável. De igual modo, identifica como 4 pilares da competitividade do turismo de natureza o “planeamento dos recursos, a inovação/diferenciação, a qualidade da oferta e a qualificação profissional” (Sousa, 2014, p. 17 cit. Nunes, 2008, p. 31).

De acordo com estes últimos conceitos e da referência do turismo de natureza como uma forma de turismo sustentável que depende da natureza preservada e esteticamente/cientificamente valorizada, comprova-se que este ocorre de modo muito mais próximo dos ideais do turismo alternativo e da sustentabilidade do que das práticas massificadas que podem prejudicar a natureza do qual ele depende.

Em adição, o turismo de natureza abrange ainda diversas formas de hospedagem, serviços, desportos e atividades de animação e integra nas suas experiências bens naturais e recursos turísticos culturais, desenvolvendo experiências mais completas com fins educacionais, consumistas, de bem-estar, estéticos ou recreativos (Sousa, 2014).

Contudo, este encontra-se muito dependente do clima e das estações, sendo que, para a prática de atividades no exterior, é necessário evitar fatores climáticos que impeçam a realização das mesmas. Deste modo, esta tipologia acaba por cair numa espécie de sazonalidade, onde são evitados tanto os meses mais quentes como os mais frios, dependendo das atividades que os turistas procuram realizar (Sousa, 2014).

Porém, este fator não impede que o turismo de natureza se revele como uma das tipologias com maior crescimento económico a nível mundial.

Autores como Pigram e Jenkins (1999), Pickering e Weaver (2003), Olsder (2004), Soifer (2008) ou Wearing e Neil (2009), afirmam que o ecoturismo/turismo de natureza demonstra um crescimento superior às restantes tipologias da “indústria” turística. Buckley (2003) refere que, se englobarmos as atrações naturais, as culturas locais e as atividades de animação e lazer, esta tipologia turística contribui, em termos generalizados, com um peso que equivale a cerca de metade de toda a atividade económica do turismo.

Na Europa, e segundo a investigação realizada pelo THR (2006), em 2004, 22 milhões de viagens foram realizadas por turistas que procuravam o turismo de natureza como

motivação principal (o que equivale a 9% do total de viagens realizadas por europeus), enquanto no ano de 1997 este valor seria apenas de 13.5 milhões de viagens, estimando-se um crescimento anual de cerca de 7% desta tipologia durante este intervalo de tempo.

De igual modo, de acordo com a Rainforest Alliance (2017), cerca de 20% das viagens internacionais são realizadas no âmbito do turismo de natureza.

O crescimento destes valores pode dever-se a vários fatores destacando-se a crescente procura por espaços naturais realizada pelas populações urbanas que usufruem de cada vez mais tempo livre, a evolução dos níveis de educação e rendimento, a promoção de um maior número de atividades desportivas ao ar livre, o desenvolvimento das tecnologias, transportes e acessos e a difusão de novas formas, mais criativas, de *branding* dos destinos.

Com base no expectável crescimento e nas características desta tipologia, vários países com património natural de relevância começaram a apostar fortemente no desenvolvimento do turismo de natureza, destacando-se destinos como a Holanda, a França, o Reino Unido, a Alemanha, a Malásia, o Nepal, o Equador, a Bolívia, o Peru, os EUA, o Canadá, a Austrália, a Nova Zelândia ou a Índia (THR, 2006; Sousa, 2014). A nível europeu, e de acordo com o *website European Best Destinations*, os melhores destinos atuais de natureza e de ecoturismo são Itália, França, Áustria, Suíça, Islândia, Croácia, Portugal, Bélgica, Irlanda, Eslovénia, Letónia, Espanha, Finlândia, entre outros¹, sendo esta uma tipologia em constante crescimento e inovação.

Após investigar o turismo de natureza, é perceptível que uma grande parte da bibliografia se concentra no que pode ser considerado a sua maior ramificação: o ecoturismo.

Hetzer (1965) foi um dos primeiros autores a identificar os princípios que iriam servir de base ao conceito de ecoturismo. Entre estes, destaca-se a redução dos impactes ambientais, o respeito pelas culturas e comunidades locais e a distribuição dos benefícios por estas e a garantia da satisfação do turista (Fennel, 2013; Menino, 2016).

No entanto, e como vários autores indicam (Olsder, 2004; Lane, 2009; Mbaiwa & Stronza, 2009; Wearing & Neil, 2009; Menino, 2016), o conceito de ecoturismo foi, pela primeira vez, estabelecido por Hector Ceballos-Lascurain, em 1983, sendo este ainda amplamente utilizado e aceite por autores e entidades como a *International Union of the Conservation of Nature* (IUCN). Este autor descreve o ecoturismo como a visitação, ecologicamente responsável e consciente, de “áreas naturais relativamente não perturbadas, com o objetivo de disfrutar, estudar e apreciar a natureza (...). É um tipo de turismo que promove a conservação, tem baixo impacto dos visitantes e oferece um envolvimento socioeconómico beneficemente ativo das populações locais” (Mbaiwa & Stronza, 2009, p.337 cit. Ceballos-Lascurain, 1996, p.20).

¹ <http://www.europeanbestdestinations.com/destinations/eden>, consultado a 27/01/2017.

A Sociedade Internacional de Ecoturismo retrata-o como uma forma de “viagem responsável para áreas naturais que conserva o ambiente, sustenta o bem-estar das comunidades locais, e envolve interpretação e educação”².

De igual modo, este tem objetivos como a minimização dos impactos negativos; o respeito pela história, tradição e cultura local; a contribuição para a conservação através da educação e consciencialização; a transmissão de experiências turísticas baseadas no conhecimento e interpretação; e a criação de benefícios económicos para as comunidades (Ritchie & Crouch, 2003; Mbaiwa & Stronza, 2009; Wearing & Neil, 2009).

Wearing e Neil (2009, p. 4) definem o ecoturismo como “um turismo moderado, de mínimo impacto e interpretativo, onde a conservação, compreensão e apreciação do ambiente e das culturas visitadas são procuradas. É uma área especializada do turismo, que envolve viajar para áreas naturais, ou áreas onde a presença humana é mínima, com o ecoturista envolvido na experiência do ecoturismo expressando uma motivação explícita para satisfazer a necessidade por educação ambiental, social e/ou cultural e consciencialização através da visitação e experimentação das áreas naturais”.

Caracterizam ainda este como uma tipologia que alterou a forma como a natureza é observada, tendo potencial para “aumentar a compreensão dos valores naturais, apoiar as economias das comunidades locais e o sentido de identidade cultural” (Wearing & Neil, 2009, p. 13). Simultaneamente, garante o desenvolvimento económico aliado à cooperação no planeamento, ao baixo impacto, à promoção da sustentabilidade, à satisfação do turista com base na oferta de experiências de alta qualidade e na interpretação, à criação de infraestruturas, à criação de novas fontes de rendimento e financiamento, à conservação de tradições e património, à comercialização de produtos locais e à criação de postos de trabalho (Wearing & Neil, 2009)

Também Fennel (2013) define o ecoturismo como uma forma de turismo não consumista, que, além de preservar o património e valorizar as comunidades locais, consegue complementar e diversificar as atividades económicas de áreas remotas ou de baixa densidade.

Todas as definições citadas e reunidas apresentam pontos em comum como a conservação das áreas naturais, o carácter educativo, a importância das comunidades, a sustentabilidade e o baixo impacto (Olsder, 2004; Oliveira, 2013).

Assim, “ecoturismo” tornou-se representativo de sustentabilidade, sendo visto por entidades como a *World Tourism Organization* como capaz de promover o turismo, garantir o desenvolvimento local, preservar o ambiente e educar os turistas e até as entidades que o promovem a garantir superior consideração por todos os elementos que constituem a experiência turística e a adotar comportamentos mais ecológicos e responsáveis.

² <http://www.ecotourism.org/what-is-ecotourism>, consultado a 27/01/2017.

Com base nestes princípios, o seu desenvolvimento foi apoiado internacionalmente, tendo sido declarado, em 2002, o ano Internacional do Ecoturismo pela Assembleia Geral das Nações Unidas (Olsder, 2004).

Em relação ao turismo de natureza, embora existam várias semelhanças nos conceitos apresentados de ambas as tipologias, estes são também claramente distinguidos, prevalecendo a ideia de que é necessário que “o turismo seja sustentável para se chamar ecoturismo” (Soifer, 2008, p. 29).

No entanto, esta distinção reside apenas na bibliografia e nos conceitos, pois no mercado estes são tão semelhantes que “alguns operadores turísticos e associações da indústria do turismo promovem qualquer forma de turismo baseado na natureza como ecoturismo independentemente de outros critérios” (Coghlan & Buckley, 2013, p. 335).

Contudo, embora todas as formas de ecoturismo sejam turismo de natureza, “nem todas as formas de viagem para áreas naturais são necessariamente ecoturismo” (Wearing & Neil, 2009, p. 6), pois viajar na natureza não garante a intenção de conservação ou contribuição para o bem-estar local (Olsder, 2004) e pode apenas significar o desejo de fruição da natureza, de atividades de animação e desporto ao ar livre.

No plano teórico, o conceito de ecoturismo, quando comparado com o conceito de turismo de natureza, apresenta maior comprometimento com a educação e a preservação, sendo os ecoturistas retratados como “estudantes de história natural” (Fennel, 2013, p. 324). Já o turismo de natureza não expressa na sua conceitualização, nenhum tipo de compromisso definitivo e obrigatório com práticas relacionadas com a conservação ambiental ou mesmo com a contribuição com benefícios para as comunidades locais (Lane, 2009).

No entanto, entendemos que todas as formas de turismo atual, especialmente aquelas realizadas em espaços naturais, têm obrigação de atuar de modo sustentável e com mínimo impacte sobre o ambiente e as culturas.

Deste modo, mesmo que a motivação de um turista de natureza seja apenas lúdica, para a realização de atividades de recreação em áreas naturais é necessária a conservação dos seus valores, tornando-se esta uma preocupação obrigatória para a manutenção da qualidade dos destinos e para a realização de boas experiências turísticas.

Ao mesmo tempo, o turismo de natureza assume uma importante relação com a interpretação, como meio de construção de experiências e de conservação, e com a maximização dos benefícios para as comunidades locais, as quais se revelam um elemento fundamental dos destinos.

Por esse motivo, e sendo o ecoturismo uma tipologia integrada na anterior, englobaremos as características de ambos os conceitos num só, especialmente aquelas relacionadas com a educação, a conservação e a interpretação.

Com isto em consideração podemos observar o turismo de natureza de dois modos, um mais orientado para a vertente estética e lúdica, muitas vezes associada com o turismo de aventura ou com as experiências derivadas do contacto com as comunidades e

tradições, e outro mais orientado para a vertente ecológica, interpretativa e educativa associada ao ecoturismo e à conservação.

Nesta investigação, iremos considerar o turismo de natureza como uma forma de turismo abrangente e sustentável que busca benefícios sociais, culturais, económicos e ambientais para o património natural e cultural e para as populações locais através da oferta de experiências turísticas autênticas, interpretativas e de qualidade.

2.3. Amplitude do turismo de natureza

Como já foi referido anteriormente, o turismo de natureza, dada a amplitude do seu conceito, é muitas vezes mesclado ou relacionado com outras tipologias que têm focos ou atividades similares como o *wilderness tourism*, o turismo de baixo impacto, o turismo sustentável, o turismo científico, o turismo em espaço rural, o turismo cultural, ambiental ou de aventura (Soifer, 2008; Wearing & Neil, 2009; Coghlan & Buckley, 2013; Fennel, 2013; Sousa, 2014; Menino, 2016).

Além destas tipologias se focarem em oferecer “experiências diretamente relacionadas com atrativos naturais” (Menino, 2016, p. 8), também partilham, frequentemente, as mesmas atividades recreativas, o mesmo tipo de alojamento e tipologias de turistas semelhantes, o que dificulta a sua diferenciação.

Consequentemente, torna-se inevitável questionar: “*Quando deixa o turismo de natureza de o ser para passar a ser turismo de aventura ou ecoturismo?*” ou “*Qual o limite da sua abrangência?*”.

Para responder a esta questão, várias perspetivas podem ser consideradas.

De modo mais profundo, é possível considerar que tudo depende das experiências que o turista procura viver e das suas motivações que, por sua vez, são muito diversas, podendo ir desde a simples procura por felicidade e fuga da rotina do dia a dia, à procura por relaxamento e bem-estar, desporto, aventura, educação ou conhecimento profundo (Pigram & Jenkins, 1999 cit. Krippendorf, 1987).

Por outras palavras, se um turista procura as áreas naturais apenas para realização de atividades desportivas, pondo de parte a fruição da natureza e assumindo comportamentos pouco sustentáveis ou informados, é possível ponderar que este esteja mais interessado no turismo de aventura ou desporto. Simultaneamente, se este vai além da simples fruição, desejando adquirir conhecimentos muito específicos de ordem científica ou ecológica e assume comportamentos extremamente bem informados, já poderá tratar-se de ecoturismo, turismo científico ou outras tipologias ainda mais especializadas.

Em oposto, e interpretando o turismo de natureza como sendo uma tipologia base que integra todas as tipologias exercidas em áreas naturais, é possível interpretar que, apesar das possíveis diferenças, ambos os extremos podem ser tomados por turistas de natureza.

Consequentemente, esta tipologia tornou-se tão ampla e abrangente que “para entender o setor do turismo baseado na natureza (...) é crítico reconhecer a diversidade e variedade

entre tanto os produtos oferecidos e os clientes que os procuram e compram” (Coghlan & Buckley, 2013, p. 335).

Esta maleabilidade, além de conferir maior dimensão a esta tipologia, também torna a estimativa do seu volume a nível mundial desafiante, sendo necessário ter em conta as diferentes atividades e componentes que lhe estão associadas (Coghlan & Buckley, 2013).

As atividades de turismo de natureza são, porventura, o elemento mais reconhecido da sua oferta, chegando estas a representar a tipologia por inteiro aos olhos da procura dada a sua atratividade e potencialidade económica.

Fruto de maior divulgação, dos diferentes ritmos de vida, do crescente poder de compra e da diversificação da oferta, cada vez mais se observa uma maior procura das atividades associadas a esta tipologia, tenham elas um carácter mais associado ao bem-estar e ao relaxamento, ao desporto e à aventura ou à educação. Assim, dado o volume da procura e a importância da recreação, serviços que, outrora, se dedicavam exclusivamente à oferta de alojamento, atualmente, procuram também a venda de atividades de animação turística (Buckley, 2003).

Segundo a investigação do THR (2006), existem dois mercados base do turismo de natureza que envolvem “diferentes graus de desafio, incerteza, familiaridade com o meio ambiente, capacidades pessoais, intensidade, duração e perceções de controlo” (Melo, 2013, p. 98).

O primeiro, de natureza *soft*, contempla atividades de baixa intensidade, baixo custo e inerente de valor simbólico e bem-estar. O segundo, de natureza *hard*, integra atividades mais exigentes, orientadas tanto para o desporto como para conteúdos científicos ou educativos de maior especialização, com maior custo e maior impacte ambiental (que pode ser, possivelmente, evitado através da educação) (THR, 2006). As práticas desportivas, por sua vez, podem abranger tanto atividades mais estruturadas como outras mais informais, sendo as auto-organizadas as mais populares, atualmente. De igual modo, estas apresentam cada vez mais autonomia, fiabilidade, segurança e individualização (Melo, 2013).

Todavia, as atividades de natureza *soft* são aquelas com maior procura, representando, em 2006, 80% do total de viagens. Já o mercado *hard*, corresponde a somente 20% da procura, situação que se deve ainda verificar atualmente pois o desejo por atividades relaxantes e simbólicas continua a ter soberania (THR, 2006).

No Quadro 1, encontram-se representadas diversas atividades de turismo de natureza, estando estas divididas também nas categorias *soft* e *hard*. No entanto, dentro da categoria *hard*, são distinguidas as atividades desportivas das atividades de cariz educativo, dado que abrangem impactes e turistas com motivações muito distintas, não devendo ser mescladas no mesmo conceito.

Quadro 1: Atividades de Turismo de Natureza.

Atividades de natureza <i>soft</i>	Atividades de natureza <i>hard</i>	
<ul style="list-style-type: none"> • Passeios pedestres de pequena rota • Passeios de bicicleta, barco, a pé, a cavalo ou de carro/jipe • Observação de fauna e flora • Fotografia • Visitas a áreas protegidas • Gastronomia • Participação em atividades tradicionais e <i>ateliers</i> • Campismo • (...) 	Atividades desportivas	Atividades científicas e educativas
	<ul style="list-style-type: none"> • Escalada • <i>Trail running</i> • <i>Canyoning</i> • <i>Rafting/ Canoagem</i> • Montanhismo • Mergulho • Arborismo • BTT/<i>DownHill</i> • <i>Paintball</i> • Caminhos pedestres de grande rota • (...) 	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Birdwatching</i> • Educação sobre habitats ou sustentabilidade • Vulcanismo • Espeologia • Interpretação da natureza (fauna e flora). • Geoturismo • (...)

Fonte: Elaboração própria.

Além desta caracterização, é possível encontrar diversas outras através de variados autores. Sousa (2014) divide as atividades de turismo de natureza como sendo terrestres, aquáticas ou aéreas; Coghlan e Buckley (2013), Sousa (2014) e Lovelock (2015) mencionam atividades consumistas (exemplo: caça, pesca) e não consumistas; Coghlan e Buckley (2013) abordam atividades baseadas na apreciação das paisagens e valores naturais, na recreação, aventura ou em contribuições à investigação e conservação; Wearing e Neil (2009) referem atividades que dependem da natureza, são melhoradas pela natureza e onde a natureza é acidental (Wearing & Neil, 2009).

Apesar de todas estas atividades estarem incluídas na mesma tipologia, muitas destas poderão ser, eventualmente, incompatíveis quando em simultâneo. Esta realidade torna-se tanto mais séria quanto mais distintas forem as atividades, as respetivas categorias e as motivações dos turistas que as praticam (Pickering & Weaver, 2003).

Entre as atividades mais praticadas de turismo de natureza (por motivação principal ou secundária), destaca-se o pedestrianismo que é uma atividade de categoria *soft* que remete para a “prática de andar a pé em trilhos sinalizados” (Tovar & Carvalho, 2013, p. 413) com “interesse paisagístico, cultural ou histórico” (Sousa, 2014, p. 23 cit. Santos e Cabral, 2005, p. 103).

De forma mais complexa, o pedestrianismo pode também ser descrito como “Caminhar pelo puro prazer de caminhar, para explorar, por razões de saúde e bem-estar físico e espiritual, pelo convívio, para conhecer os próprios limites, para contemplar

paisagens, para observar a natureza, como forma de escapar à vida de todos os dias, utilizando caminhos ou trilhos existentes, é a atividade a que se dá o nome de pedestrianismo, cada vez mais popular nas sociedades desenvolvidas” (Tovar & Carvalho, 2013, p. 414).

A prática do pedestrianismo já era visível na época medieval através de peregrinações e viagens comerciais, religiosas, espirituais ou exploratórias. Todavia, somente no século XIX, e fruto do romantismo e da elevação sentimental e estética da natureza, o pedestrianismo adquiriu uma nova importância enquanto meio de desfrutar as paisagens e sentir novas emoções (Tovar, 2010; Sousa, 2014), tornando-se imediatamente popular entre as classes mais abastadas e democratizando-se, mais tarde, a classes mais modestas, fruto do aumento do poder económico e da maior disponibilidade para o lazer (Tovar, 2010; Seaton, 2013).

Ainda hoje, esta prática continua em crescimento, especialmente na Europa e enquanto produto complementar, demonstrando-se essencial para o crescimento do turismo de natureza a nível local, nacional e mundial.

Uma prova deste crescimento é o progressivo número de grupos e associações a esta prática associados. Entre estas destacam-se a *European Ramblers Association* (ERA), fundada na Alemanha, em 1969, e que integra, à data atual, 61 organizações pedestrianistas, 34 estados europeus e um total de mais de 3 milhões de utilizadores individuais³. Em Portugal, encontramos associações como a Federação de Campismo e Montanhismo de Portugal, o Clube de Atividades de Ar Livre ou a Federação Portuguesa de Montanhismo e Escalada, que são, por sua vez, associações-membro da ERA, organizando também o pedestrianismo. Simultaneamente, existem também, dispersos pelo país, grupos informais que organizam atividades a nível local e regional com fins comerciais ou não.

O crescimento desta atividade, em comparação a outras de turismo de natureza, deve-se a várias características inerentes como o seu reduzido custo, baixo nível de dificuldade, exigência física, risco e informalidade que facilitam o acesso a um vasto público, englobando idosos e crianças (Tovar, 2010; Tovar & Carvalho, 2013; Sousa, 2014).

Dentro da procura, sobressaem, maioritariamente, e de modo semelhante ao turismo de natureza, indivíduos com maior nível de educação e rendimento, com mais tempo livre, com maior consciência ambiental e com desejo de se ausentar do mundo urbano (Tovar, 2010).

De forma complementar, o pedestrianismo configura-se como um meio capaz de promover o desenvolvimento local, em particular nos territórios de montanha e rurais de baixa densidade onde, frequentemente, se realiza (Tovar, 2010), auxiliando também à revitalização e à conservação de antigos “caminhos, calçadas, lugares de interesse, a fauna e a flora” dos quais depende (Sousa, 2014, p. 25).

³ <http://www.era-ewv-ferp.com/era/history/>, consultado a 14/01/2017.

No entanto, apresenta algumas debilidades típicas de qualquer atividade realizada ao ar livre nomeadamente face a condições atmosféricas desfavoráveis e a comportamentos pouco éticos ou sustentáveis por parte dos turistas que, conseqüentemente, não permitam ou prejudiquem uma fruição pacífica das paisagens naturais (Tovar, 2010).

Em relação aos percursos pedestres, estes apresentam diversas características e possíveis formatos no que diz respeito à sua conceção, nível de dificuldade ou extensão.

Em primeiro lugar, em relação ao seu formato, estes são, geralmente, lineares (pontos de partida e chegada são diferentes) ou circulares (pontos de partida e chegada são os mesmos) (Tovar & Carvalho, 2013). No entanto, podem também adotar formatos como zigzague, em oito ou labirinto (Sousa, 2014).

Com base na informação divulgada pela FCMP, os percursos de pedestrianismo podem ser de pequena rota (PR) ou grande rota (GR). Os de PR têm, no máximo, uma extensão de 30 km, são registados a nível regional e identificados por números e letras relativos aos concelhos que ocupam. Estes são geralmente produtos complementares da oferta turística, mas os mais praticados enquanto forma de lazer informal dada a sua segurança. Já os percursos de GR têm uma extensão maior a 30 km e um registo feito a nível nacional. Adicionalmente, podem também assumir uma dimensão transeuropeia, existindo, na atualidade, 12 percursos europeus de GR. Estes são identificados pela letra E e pelas estrelas e cor azul da Europa. Dado o maior grau de exigência e planeamento destes eles constituem, geralmente, a motivação principal à deslocação e o principal produto turístico⁴.

Quanto maior for o nível de dificuldade ou extensão de um percurso, maior é grau de formalidade e organização (Tovar, 2010).

Em adição, existe simbologia utilizada para a identificação e apoio ao turista na realização do pedestrianismo. Esta simbologia, embora não seja oficial, é reconhecida a nível internacional⁵, sendo ligeiramente distinta para pequena e grande rota.

Em Portugal, e segundo a FCMP, compete ao Registo Nacional de Percursos Pedestres, o registo dos percursos de todas as entidades e a numeração, homologação e divulgação dos mesmos⁶.

Por último, a informação e divulgação apresenta um papel extremamente importante para a consolidação dos percursos. Os turistas podem informar-se previamente sobre estes a partir de informação divulgada através de revistas da especialidade, folhetos, *websites*, livros e guias de turismo. Esta informação deve alertar para a localização e atrações do percurso, para a sua dificuldade e para algum tipo de cuidado especial que este possa referir. Quanto mais dispersa e traduzida for a informação, maior maturidade terá o pedestrianismo (Tovar, 2010; Tovar & Carvalho, 2013).

⁴ <http://www.era-ewv-ferp.com/walking-in-europe/e-paths/>, consultado a 11/12/2016.

⁵ <http://www.fcmportugal.com/Percursos.aspx>, consultado a 11/12/2016.

⁶ <http://www.fcmportugal.com/Percursos.aspx>, consultado a 11/12/2016.

2.4. Caracterização dos turistas de natureza

Para poder partir para uma caracterização dos turistas de natureza, é importante lembrar que, de modo geral, os turistas atuais já são mais conscientes a nível ambiental e culturalmente mais sensíveis, independentes, flexíveis, individualizados, híbridos e mais exigentes procurando obter qualidade pelo valor que pagam, traduzindo-se esta na obtenção de experiências autênticas e permanentes (Coghlan & Buckley, 2013; Sousa, 2014).

Tal como o turismo de natureza é uma tipologia altamente diversificada, também os seus turistas apresentam diferenças igualmente variadas em relação aos seus interesses, motivações ou comportamentos (Coghlan & Buckley, 2013).

Uma forma de classificação, referida por Coghlan e Buckley (2013), com base em Lindberg (1991), refere a existência de quatro grupos de turistas: os *hardcores*, que assumem uma componente mais educacional, científica ou conservacionista; os dedicados, que viajam para se integrarem e conhecerem as culturas locais; os *mainstream*, que visitam destinos naturais já aclamados; e os casuais, que integram atividades de turismo de natureza de forma complementar às atividades de outra tipologia.

Outra tipologia descrita no THR (2006) e abordada por Fennel (2013), Melo (2013), Coghlan e Buckley (2013) ou por Sousa (2014), divide os turistas num espectro de *soft* a *hard*, que muito se assemelha ao modelo psicográfico de Plog (1977) onde existe uma divisão entre os turistas psicocêntricos, mais tradicionais que optam por realizar atividades mais familiares e menos perigosas ou inovadoras, e os aloccêntricos, que procuram novas experiências e aventura sem receio de correr riscos e procurar o contacto com as comunidades locais.

Segundo as investigações mencionadas acima, os turistas *soft* representam o grupo com maior dimensão no turismo de natureza. Estes assumem um interesse mais superficial pela natureza, optando por atividades mais leves e sem grau de especialização. Adicionalmente, não se cingem apenas a atividades associadas a esta tipologia e não procuram realizar grandes gastos.

Contrariamente, os turistas *hard*, que apenas representam uma pequena fatia da procura do turismo de natureza, são considerados mais conscientes dos seus impactes no ambiente e mais experientes e específicos, viajando em pequenos grupos especializados e realizando atividades com maior grau de compromisso e exigência física/intelectual, procurando conhecer profundamente o ambiente e o destino. Estes turistas estão dispostos a pagar mais para receber uma experiência mais completa, informada e com a melhor qualidade possível.

O THR (2006), classifica, por outro lado, os turistas de natureza *soft* como sendo, geralmente, constituídos por casais, reformados ou famílias que procuram atividades mais tradicionais e leves e que viajam durante os períodos de férias através de agências de

viagem ou, atualmente, operadores turísticos *online*. Nos destinos priorizam alojamentos que lhes concedam conforto e descanso.

Já os turistas de natureza *hard* apresentam características bastante diferentes. Estes são retratados como jovens, entre os 20 e os 40 anos, com interesses mais específicos, que procuram informação através de revistas, associações ou *websites* especializados e compram as viagens, maioritariamente, através da *internet*. Em relação ao alojamento, estes abdicam de grandes confortos ou luxos, não se importando de ficar em pensões, casas de campo ou parques de campismo, e viajam de forma individual ou com um grupo com interesses comuns (THR, 2006) com o objetivo de consumir autenticidade, tipicidade, natureza e a gastronomia tradicional (Soifer, 2008).

De outra perspetiva, e considerando que o turismo de natureza é uma tipologia de turismo alternativo, é possível ponderar que estes turistas sejam mais sustentáveis, educados e conscientes dos seus impactes nas culturas locais (Coghlan & Buckley, 2013).

Dolnicar (2015, p. 141) refere uma “imagem” típica do perfil de um turista alternativo e sustentável, defendendo que “Se alguém tentasse pintar uma imagem do típico turista ambientalmente sustentável baseada na literatura esta pessoa seria de meia idade, metade com educação superior, metade não, ligeiramente preocupado com o ambiente, ligeiramente consciente do ambiente, ligeiramente disposto a abdicar do conforto e a procurar aventura, e ligeiramente feminino”.

Neste âmbito, Soifer (2008) retrata o turista de natureza como sensível, participante, de baixo impacte e capaz de promover o ambiente e beneficiar as culturas locais.

No entanto, Dolnicar (2015) questiona a real existência destes turistas numa dimensão considerável enquanto mercado, embora admita a existência de turistas com o desejo de causar menos dano ambiental nos destinos. A realidade defendida, é a de que nem todos os turistas que visitam as áreas naturais/protegidas são sustentáveis, tendo consciência que mesmo indivíduos verdadeiramente preocupados com o ambiente, dada a motivação para relaxar e descansar nas suas férias, tendem a descuidar os seus comportamentos, não sentindo o impacte das suas ações no destino (Dolnicar, 2015; Moscardo, 2015).

Coghlan e Buckley (2013), referindo Arnegger et al. (2010), demonstram uma posição similar, mencionando que não existe uma relação comprovada de compromisso entre o turista e a proteção natural e que “os turistas baseados na natureza são simplesmente mais diversificados, não necessariamente mais conscientes de problemas e impactes sociais ou ambientais” (Coghlan & Buckley, 2013, p. 337).

De igual modo, Sharpley (2013) refere que a crescente procura por férias na natureza e serviços ecologicamente mais responsáveis não é indicativa de um crescimento dos ecoturistas ambientalmente conscientes, altruístas ou preocupados, mas sim de turistas que procuram acomodar o seu ego, sentir-se melhor consigo próprios e evitar uma sensação de culpa por escolher produtos com alto impacte. Isto indica que o número de ecoturistas ecologicamente responsáveis é muito menor em relação ao crescimento da

atividade de turismo de natureza, assumindo as vertentes de lazer uma posição progressivamente mais proeminente.

Com base no que foi analisado, os turistas de natureza podem ser caracterizados como turistas alternativos, complexos e muito diversos, que poderão, ou não, privilegiar a preservação e a sustentabilidade e procurar a fruição dos valores naturais e atividades ao ar livre.

3. Turismo de Natureza: elementos base para a criação de uma oferta turística sustentada

3.1. Construção da experiência turística, áreas naturais e planejamento

Segundo Coghlan & Buckley (2013) e Moscardo (2015), o turismo de natureza tornou-se, indubitavelmente, uma parte integrante da “indústria” da experiência onde os turistas, especialmente aqueles de países urbanos e industrializados, encontram novas atividades e sensações mais individualizadas, emocionais e imersivas, com maior qualidade e valor. O que procuram, atualmente, vai ao encontro da construção de férias originais e contrárias à estandardização da oferta massificada. Mais concretamente, buscam a obtenção de realização pessoal através da concretização dos seus desejos e motivações (Moscardo, 2015).

Pelas palavras de King e Pearlman (2009, p. 426) “os turistas sentem-se crescentemente atraídos por destinos que podem oferecer experiências que transmitam peculiaridades culturais locais e/ou distinções. Essas distinções podem manifestar-se através de *performances*, culinária, linguagem ou artefactos e frequentemente incorporam percepções sobre a forma como os locais se relacionam com o que os rodeia ao longo do tempo”.

O turista de natureza, em particular, e de modo semelhante aos turistas de variadas tipologias de turismo alternativo, é extremamente exigente e informado. “Ele lê sobre o destino, antes de planear a viagem. Vê mapas, fotos, filmes; no atlas, na internet, na agência de viagens. Ele anota perguntas no guia que comprou sobre o destino. E vai querer respostas!” (Soifer, 2008, p. 31).

Além disso, com um poder de compra relativamente superior ao turista tradicional, o turista de natureza está disposto a pagar por verdadeiras experiências turísticas, procurando “desfrutar muito em pouco tempo”, não se contentando com encenações teatralizadas e ambicionando a entrega de autenticidade e tradicionalidade, informação, qualidade, segurança, individualização e personalização na forma como é tratado (Soifer, 2008, p. 14).

No mesmo sentido, Coghlan e Buckley (2013), com base em Heintzman (2010), referem que os visitantes de áreas naturais procuram resultados traduzidos em sentimentos de admiração, espanto, bem-estar, espiritualidade e tranquilidade.

É evidente que a definição das experiências dos turistas varia com as motivações de cada um, sendo que estas podem ser bastante diversificadas indo desde a procura pela melhoria da qualidade de vida, ao desenvolvimento pessoal, ao relaxamento, à descoberta, ou mesmo, a um reforço do seu estatuto perante a sociedade. Para tal, procuram uma experiência constituída por momentos únicos e marcantes, por produtos inovadores, por uma libertação da rotina, pelo descanso e pela compensação do valor pago. Ao cumprir estes requisitos e ao oferecer produtos cada vez mais únicos, um destino

irá não só destacar-se da concorrência como fidelizar a procura (Jennings & Weiler, 2006; Soifer, 2008; Pezzi & Vianna, 2015).

De modo complementar, e de acordo com Moscardo (2015), a interpretação revela-se fundamental para a criação de experiências pois apenas através desta é possível construir conhecimento sobre o destino, os seus povos, significados e culturas, permitindo-lhe perdurar na memória de quem visitou.

No entanto, a construção da experiência na natureza é algo incontável dado que esta não pode ser gerida de forma concreta e objetiva. De igual modo, é impossível para os gestores e operadores turísticos controlar a componente emocional da experiência dos turistas, sendo esta constituída pelo contacto com as comunidades, pela recreação e pelas paisagens. Assim sendo, as atrações naturais e os produtos de turismo de natureza carregam um grande nível de incerteza e os gestores têm sempre um nível de atuação limitado em relação ao sucesso da experiência oferecida, podendo apenas melhorar, de forma objetiva, aspetos complementares como a qualidade das infraestruturas, segurança e informação disponibilizada (Coghlan & Buckley, 2013).

Em adição, a construção da experiência não se limita ao destino, ocorrendo também em etapas prévias e conseqüentes à deslocação. Jennings e Weiler (2006) estabelecem uma linha de construção da experiência turística dividida em 6 etapas distintas: Antecipação, Planeamento, Viagem, Chegada ao Destino, Regresso e Recordação.

Do mesmo modo, e como estes autores também referem, existe um largo número de atores que integram a experiência. Estes podem ser formais (entidades e trabalhadores formados e pagos para integrar uma experiência de qualidade) ou informais (indivíduos sem formação ou remuneração que não têm qualquer obrigação direta para com o turismo). Entre os atores formais, destacam-se os agentes de viagens e os setores de *branding* dos destinos, os guias turísticos e os trabalhadores da hotelaria, da restauração e dos centros de informação turística. Já entre os atores informais sobressaem os amigos, os familiares, outros turistas, os meios de comunicação, os funcionários de empresas de transportes e hospitalidade e a comunidade local.

Embora o papel dos atores formais seja de reconhecimento óbvio e notório, especialmente em relação a formas de viagem mais formais, os atores informais, nomeadamente as comunidades, assumem um papel fundamental para a construção de uma experiência autêntica. A comunidade local representa o que de mais verdadeiro existe num destino, e só a partir desta é possível realmente conhecer as tradições e cultura (Jennings & Weiler, 2006).

Contudo e caso as comunidades locais não participem ativamente nas atividades turísticas, o turismo pode, para crescente comercialização dos costumes e tradições, falsificar identidades culturais através de uma teatralização da autenticidade (Wall & Mathieson, 2006; Moscardo, 2015). Conseqüentemente, “a mercantilização da cultura pode danificar ou destruir a autenticidade e significado da experiência tanto para os turistas como para os anfitriões” (Wall & Mathieson, 2006, p. 272).

Desta forma, as comunidades devem ser sempre integradas na construção das experiências turísticas, com o objetivo de ser comercializada uma imagem justa e real dos destinos.

As áreas naturais, que servem de base para a criação de experiências turísticas, são progressivamente mais procuradas por turistas de natureza para a realização de atividades recreativas dado o sentido de liberdade que estas carregam impulsionado pela “ausência de estruturas” ou fronteiras (Pigram & Jenkins, 1999, p. 31) e pela gradual mudança de atitudes e ideais em relação aos valores naturais (Bushell, 2003).

As atividades turísticas realizadas nos espaços naturais podem ser geridas por entidades do estado, entidades privadas, ONG's ou por uma rede de parceria, estando estas encarregadas de monitorizar a procura, de construir e manter os acessos, infraestruturas e serviços, de fornecer informação e implementar medidas de gestão que garantam a preservação (Holden, 2013; Pickering & Barros, 2013).

Esta investigação vai-se focar em dois palcos de atuação do turismo de natureza: as áreas protegidas e os espaços de montanha.

As áreas protegidas constituem, nesta tipologia turística, o destino mais referido na bibliografia por representarem a natureza pura, preservada, frágil e de alta qualidade e diferenciação que os turistas ambicionam, entendendo que é “nas áreas protegidas onde a experiência turística terá maior singularidade e atratividade” (Sousa, 2014, p. 12).

Segundo a IUCN, uma área protegida consiste num espaço geográfico, claramente delimitado, que se destina a promover um desenvolvimento sustentável e a preservar, a longo prazo, a biodiversidade, os ecossistemas, os recursos naturais e os valores culturais das comunidades locais (Wearing & Neil, 2009; Holden, 2013; Oliveira, 2013).

A classificação de áreas naturais, cuja discussão começou no Romantismo como forma de “aliviar a culpa” pelos impactes da industrialização (Holden, 2015, cit. MacCannell, 1992) e fruto da reapreciação da natureza, teve como primeiro exemplo o parque nacional do Yellowstone, em 1873 (Franklin, 2013), onde, pela primeira vez, se observou a aliança entre o lazer e a preservação e a elevação do turismo como um objetivo da preservação (Holden, 2013; Frost & Laing, 2015).

Como Frost e Laing (2015, p. 374) defendem, a utilização de áreas protegidas como património difundiu-se internacionalmente, existindo um reconhecimento generalizado do valor da “utilização destas para o turismo e recreação e do seu papel em moldar as identidades nacionais e regionais”.

Esta valorização das áreas classificadas, que se deve sobretudo à diminuição, a nível mundial, das áreas naturais e selvagens (Buckley, 2003), serviu como justificação para a criação de cada vez mais áreas protegidas orientadas para a recreação e investigação.

Em 2014, segundo a lista de Áreas Protegidas das Nações Unidas, encontravam-se classificados cerca de 32,868,673 km² do território mundial, o que equivale a uma área superior a todo o continente africano. Estes números representam cerca de 3% da área

marítima mundial e 14% da área terrestre. Contudo, a vasta maioria destas áreas (mais de 30 milhões de km²) apenas foi classificada nos últimos 50 anos (Deguignet *et al.*, 2014).

No presente, existem 6 categorias da IUCN de proteção e preservação⁷:

- Reserva Natural/Área Natural Selvagem;
- Parque Nacional;
- Monumento Natural;
- Área de gestão de espécies e habitats;
- Paisagem Terrestre/Marítima protegida;
- Área protegida de uso sustentável dos recursos naturais.

Em relação a Portugal, e tendo em conta que as tipologias e classificações podem ser alteradas consoante o país “dependendo das necessidades nacionais (...) e das diferenças nos apoios legislativos, institucionais e financeiros” (Holden, 2013, p. 276), existem 5 categorias a nível nacional: Parque Nacional, Parque Natural, Reserva Natural, Monumento Natural e Paisagem Protegida (THR, 2006).

De igual modo, existem, a nível regional e local, classificações como Parque Natural Regional, Reserva Natural Local, Paisagem Protegida Regional e Paisagem Protegida Local e de âmbito privado existe a classificação de Área Protegida Privada⁸. Por sua vez, o Sistema Nacional de Áreas Classificadas (SNAC) abrange também, segundo o Decreto-Lei n.º 242/2015 de 15 de outubro, além da Rede Nacional de Áreas Protegidas (RNAP), as áreas integrantes da Rede Natura 2000, os Sítios Ramsar e as Reservas da Biosfera⁹.

No entanto, a relação entre o turismo e a proteção nunca foi amplamente aceite. De um lado, existem opiniões que defendem a utilização do turismo e do lazer enquanto fonte de rendimento impulsionadora de desenvolvimento territorial e das comunidades, posicionando a preservação como segunda prioridade (situação que ocorre, maioritariamente, nos países desenvolvidos). Do outro lado, surgem vozes que defendem a exclusão de práticas de ócio destes locais, desejando uma preservação “à porta fechada”, evitando os impactes negativos que o turismo poderá trazer fruto da progressiva pressão da procura e assumindo o papel de “santuário da biodiversidade” (mais comum nos países em desenvolvimento) (Wearing & Neil, 2009; Holden, 2013; Frost & Laing, 2015).

Contudo, e apesar desta disparidade, a utilização do turismo e da recreação nas áreas protegidas foi adotada em grande escala, tanto com o objetivo da preservação como com o objetivo de criação de receitas (Bushell, 2003). Deste modo, as áreas protegidas adquiriram “novas funcionalidades” orientadas para o lazer, a educação e a realização de atividades ao ar livre, atraindo progressivamente mais turistas que procuram por valores ambientais e espirituais (Oliveira, 2013, p. 31).

⁷ <https://www.iucn.org/theme/protected-areas/about/protected-areas-categories>, consultado a 5/12/2016.

⁸ <http://www.icnf.pt/portal/ap/ap>, consultado a 04/01/2017.

⁹ <http://www.icnf.pt/portal/naturaclas/snac>, consultado a 04/01/2017.

Por outro lado, o turismo de natureza pode também ser realizado em áreas naturais sem qualquer estatuto de proteção, entre as quais destacamos as áreas rurais e de montanha.

As áreas de montanha constituem quase 30 % da superfície terrestre e cerca de 40% da União Europeia. Estas, presentes em todos os continentes, fornecem uma enorme variedade de ecossistemas e inúmeros recursos indispensáveis, tendo, as suas paisagens, elevado interesse para o desenvolvimento de atividades turísticas (Pickering, Johnston, Green, & Enders, 2003; Caeiro & Carvalho, 2013; Pickering & Barros, 2013).

Apesar disto, as áreas de montanha sempre sofreram diversos flagelos que alteraram profundamente a sua demografia e formas de utilização do seu território. Afetadas por solos pobres, fracos acessos que confinavam as populações ao isolamento e pela insuficiência de políticas territoriais, estas testemunharam várias correntes de migração, fruto da procura por melhores condições de vida que, por sua vez, conduziram a um progressivo despovoamento, envelhecimento populacional e à perda de hábitos, práticas, costumes e tradições (Carvalho, 2009; Moreira, 2011). No entanto, estas mesmas dinâmicas permitiram também a preservação de fatores que hoje os turistas procuram: a autenticidade, as heranças culturais e os modos de vida tradicionais.

Deste modo, os territórios de montanha, antes observados pelas populações urbanas como locais arcaicos ou mesmo “horríveis e perigosos” (Seaton, 2013, p. 106), começaram a ser vistos como “paisagens de espanto e admiração” (Hall, Gossling, & Scott, 2015, p. 18) e a adquirir mais popularidade entre as classes altas e baixas (Pickering, Johnston, Green, & Enders, 2003) que, com crescente poder de compra, procuravam estes destinos pelo “desejo de fugir da crescente fealdade das cidades industriais” (Seaton, 2013, p. 110).

Assim, nestes territórios naturais e rurais onde o desenvolvimento de atividades económicas era limitado, pouco lucrativo e essencialmente de subsistência suportado por atividades económicas tradicionais e decadentes, o turismo surge como uma opção viável e sustentável para a criação de rendimento (Coghlan & Buckley, 2013; Holden, 2013), surgindo um novo panorama de multifuncionalidade, onde o papel produtivo foi, gradualmente, substituído por novas formas de consumo e de lazer (Dentinho & Rodrigues, 2007).

Por todos estes motivos, as montanhas atraem hoje uma larga diversidade de modalidades e turistas de natureza com diferentes motivações como a procura por aventura e adrenalina, a apreciação de paisagens naturais de grande beleza, o descanso, a fotografia, a educação ou a observação de aves (Pickering, Johnston, Green, & Enders, 2003; Pickering & Barros, 2013), entre outros.

A crescente procura pelas áreas naturais, protegidas ou de montanha, para fins recreativos exige a existência de um planeamento eficiente.

Como refere Bushell (2003, p. 199), “o turismo como uma atividade global e complexa requer planeamento e gestão, que considere tanto os impactes naturais como também as realidades económicas, políticas e sociais do destino turístico”.

Para o turismo de natureza, o planeamento e a gestão revelam-se não só estratégicos como fundamentais, tendo em conta os frágeis contextos sociais onde se insere, os turistas distintos que engloba e a fragilidade dos destinos naturais onde ocorre. Com base na sensibilidade destes múltiplos contextos, o planeamento em turismo de natureza encontra-se, inevitavelmente, marcado pelo paradigma da sustentabilidade (Pickering & Weaver, 2003).

Por outras palavras, “esta vasta variedade nas construções sociais e contextos para turismo baseado na natureza, a diversidade de produtos turísticos comerciais que surgiram para atender as diferentes interpretações da natureza e o crescimento do setor na totalidade, fornecem um desafio crescentemente complexo para os detentores e gestores das terras e águas onde o turismo baseado na natureza ocorre” (Coghlan & Buckley, 2013, p. 340).

O principal objetivo do planeamento reside na identificação de possíveis problemas que poderão afetar o desenvolvimento da atividade turística e na criação e implementação de medidas e programas que os combatam, permitindo alcançar o sucesso a longo prazo (Wearing & Neil, 2009). Mais especificamente, e de acordo com King e Pearlman (2009, p. 417), este é um processo de tomada de decisão, com medidas e metas mutáveis no tempo, que se foca na gestão de recursos procurando originar “excelentes resultados económicos, ambientais e socioculturais para os destinos e os seus stakeholders”, estando dependente de diversos procedimentos e fatores como a investigação, a monitorização, a avaliação de resultados e o compromisso integrado de todos os *stakeholders*.

Também Olsder (2004) refere algumas etapas cruciais do planeamento, nomeadamente: a análise do contexto social, económico e cultural do destino seguida de um estudo detalhado deste; a síntese dos resultados e prognóstico; a definição de objetivos e seleção de uma estratégia; o desenvolvimento de um plano; a implementação do plano e consequente monitorização e avaliação. Defende ainda que apenas através de um planeamento sustentável é possível alcançar o desenvolvimento social e económico dos destinos.

Porém, também as formas de planeamento estão a mudar com as novas tipologias de turismo, exigências dos mercados e atitudes dos turistas.

Cada vez mais, nos países desenvolvidos, o planeamento turístico incide num nível local e assume um carácter mais único, personalizado e flexível, abandonando-se os planos estáticos e inalteráveis em grandes áreas de atuação (Wall & Mathieson, 2006).

Embora tradicionalmente o planeamento fosse um papel das entidades governamentais implementado através de legislação e outros mecanismos, dadas as limitadas capacidades e investimentos destas, começaram a surgir novos modelos de gestão e planeamento mais dinâmicos, inovadores e complexos (Plummer, Stone-Jovicich, & Bohensky, 2013) que

causaram o gradual afastamento do Estado em detrimento do planeamento em rede (King & Pearlman, 2009; Frost & Laing, 2015).

Por este motivo, na atualidade, a IUCN reconhece 4 categorias de gestão: a realizada pelo governo ou entidades públicas, a gestão partilhada, a gestão privada e a gestão realizada pelas comunidades locais (Deguignet *et al.*, 2014).

Estas novas categorias surgem da tendência para o desenvolvimento do planeamento com responsabilidades partilhadas entre os setores público e privado (Wall & Mathieson, 2006) pois, no presente, entende-se que o planeamento é tanto mais efetivo quanto maior for o número de *stakeholders* (trabalhadores do setor público, comunidades locais, investidores privados, ONG's, operadores turísticos) que interajam neste processo de forma ativa (Olsder, 2004). Para tal, é necessário que estes atores trabalhem sobre um extenso e complexo diálogo e cooperação (Bushell, 2003), tenham papéis bem definidos e tenham sempre em consideração a participação das comunidades, cujo apoio é essencial para conseguir atingir um estado de equilíbrio entre o turismo e o bem-estar natural e social nos destinos (Wearing & Neil, 2009).

Por “a natureza não reconhecer fronteiras” (Frost & Laing, 2015, p. 379) e o exercício do turismo de natureza envolver tanto espaços públicos como privados, o planeamento deste requer, obrigatoriamente, a participação de um grande número de *stakeholders* de ambos os âmbitos (Pickering & Weaver, 2003), desenvolvendo-se um “sistema de gestão baseado numa rede de atores heterogéneos que interagem numa larga escala” ou “*adaptive co-management*” (Plummer, Stone-Jovicich, & Bohensky, 2013, p. 542).

Este tipo de planeamento, de acordo com Plummer, Stone-Jovicich e Bohensky (2013), a partir de investigação de Plummer e Armitage (2007), absorve características como: a comunicação continuada entre *stakeholders* para chegar a um entendimento sobre um determinado problema; a ideia de que o conflito de ideias é uma oportunidade; a partilha de autoridade e do poder de decisão; a autonomia e flexibilidade de atuação dos atores sob o mesmo objetivo e a capacidade de adaptar decisões através da aprendizagem de erros anteriores.

Segundo Coghlan & Buckley (2013), a gestão do turismo de natureza, envolve duas fações. A primeira, foca-se no aumento da satisfação do turista e é liderada por entidades privadas e operadores turísticos. Já a segunda, cujo objetivo é aumentar as performances dos operadores turísticos, é tomada pelos gestores dos territórios naturais e áreas protegidas (que, por sua vez, podem ser de âmbito público ou privado).

No caso de Portugal, a grande maioria das áreas naturais, protegidas ou não, são conjuntamente reguladas por entidades públicas e privadas, seguindo sempre as linhas dos Planos Estratégicos do Turismo, das Cartas de Natureza ou de qualquer outro plano de gestão que estas envolvam.

No contexto do referido planeamento em rede, em escalas locais ou regionais, as comunidades assumem cada vez mais uma posição primordial, dada a alteração da relação entre turistas e residentes, onde estes últimos constituem parte da experiência (King &

Pearlman, 2009). Assim, e procurando atingir benefícios tanto para o turismo como para o ambiente e para as comunidades, deve existir cooperação com as mesmas baseada no “planeamento participado, colaboração e responsabilidade partilhada, acesso à informação, acordos institucionais apropriados e apoios legais tecnológicos e financeiros adequados” (Pigram & Jenkins, 1999, p. 214).

Porém, nem sempre a importância destas é reconhecida, existindo vários exemplos negativos de marginalização dos direitos das comunidades através da exclusão da sua opinião sobre o planeamento do turismo, da remoção destas dos seus territórios ou da negação do usufruto, por parte destas, dos benefícios económicos da atividade turística (Holden, 2013; Frost & Laing, 2015).

De modo complementar, e de acordo com Bushell (2003), mesmo que o turismo tente integrar as comunidades no planeamento, não existe garantia de um desenvolvimento harmonioso, simples e sustentável caso existam, dentro das comunidades, interesses económicos ou sociais que vão contra a implementação do turismo no destino.

Adicionalmente, e como Wall e Mathieson (2006, p. 307) afirmam, as “comunidades não são homogêneas, havendo distribuições de poder desiguais, uma multiplicidade de *stakeholders* envolvidos, diferentes graus de experiência com o turismo, uma falta de desejo de serem envolvidos por parte de muitos, e uma história política e administrativa em muitos países que não é conducente com tais processos”.

Também King e Pearlman (2009) partilham esta preocupação questionando até que ponto devem as comunidades ser integradas no processo de planeamento ou mesmo quem terá o papel de regular o quanto da cultura autêntica deve ser comercializado e consumido pelo turista. Além disso, e de forma similar a Bushell (2003), afirmam que o desenvolvimento do turismo e a integração das comunidades podem ser impedidos por fatores como a falta de coesão ou por entraves ao planeamento impostos pelas próprias.

No entanto, e como Pigram e Jenkins (1999) defendem, é importante que as comunidades locais sejam envolvidas no planeamento pois, da mesma forma que os territórios naturais não existem de modo isolado daquilo que os envolve, o turismo que neles decorre também não o deve fazer.

Consequentemente, é reconhecida na bibliografia a importância da participação das comunidades no planeamento do turismo, podendo esta reforçar o sentido de justiça social, aumentar a probabilidade de criar experiências de maior qualidade baseadas na cooperação, desenvolver interesse em apoiar a conservação, ajudar a proteger as características originais das comunidades e impulsionar o desenvolvimento comunitário (Pigram & Jenkins, 1999; Wall & Mathieson, 2006; King & Pearlman, 2009; Mbaiwa & Stronza, 2009).

Para que tal aconteça, é necessária a existência de uma compatibilidade entre o turismo, outras atividades e “os contextos sociais, culturais, legais, institucionais e geográficos” (Bushell, 2003, p. 202) existentes, devendo este ser observado de forma positiva pelas populações (Jackson & Morpeth, 2000; Mbaiwa & Stronza, 2009).

Deste modo, o planeamento do turismo deve garantir um desenvolvimento sustentável a longo prazo com base numa utilização equilibrada dos recursos e na minimização dos impactes ambientais e sociais. Estes valores devem ser alcançados através da educação dos turistas para que estes tenham consciência das consequências das suas ações, da contribuição das receitas do turismo para a conservação ambiental, da maximização dos benefícios para as comunidades locais, da não alteração das heranças culturais, da utilização continuada de ferramentas de monitorização da atividade turística, da constante comunicação com as comunidades durante o processo de planeamento e do reconhecimento das suas necessidades, da promoção da cultura e produtos locais e do apoio à criação de orgulho na identidade comum (Jackson & Morpeth, 2000; Olsder, 2004; King & Pearlman, 2009; Fennel, 2013; Holden, 2013).

3.2. Efeitos nos destinos: benefícios, impactes e conservação ambiental

O desenvolvimento do turismo de natureza abrange uma larga variedade de benefícios de elevada importância para a revitalização de regiões que, não raras as vezes, apresentam sintomas de despovoamento, envelhecimento, abandono das atividades tradicionais e baixa qualificação/emprego. Ou seja, esta tipologia turística pode “potenciar o desenvolvimento económico do país e das suas zonas mais desfavorecidas tirando partido dos recursos naturais, patrimoniais e culturais” (Oliveira, 2013, p. 31).

Os benefícios diretos e indiretos do turismo de natureza podem ser de diversos âmbitos, como se pode observar no Quadro 2, embora, normalmente, sejam os benefícios económicos a principal razão pela qual as comunidades e entidades locais optam por adotar o turismo em primeiro lugar (Olsder, 2004).

De igual modo, estes benefícios correspondem, aos olhos do público e das comunidades, como o maior exemplo de redenção do turismo (Lane, 2009).

Quadro 2: Benefícios do turismo de natureza nos destinos.

Benefícios económicos:	
Diversificação da economia local (Soifer, 2008; Oliveira, 2013; Sousa, 2014).	Melhoria das condições de vida (Oliveira, 2013).
Criação de infraestruturas turísticas, de saneamento, comunicações, serviços e acessos; e melhoria do acesso à informação e às tecnologias (Olsder, 2004; Soifer, 2008; Oliveira, 2013; Pickering & Barros, 2013).	Dinamização das atividades económicas tradicionais e locais (Bushell, 2003; Oliveira, 2013; Sousa, 2014).
Criação de postos de emprego diretos e indiretos e novas formas de rendimento (Bushell, 2003; Olsder, 2004; Soifer, 2008; Lane, 2009;	Substituição de atividades económicas exploratórias e agressivas como a agricultura, a pesca intensiva ou a indústria madeireira

Oliveira, 2013; Pickering & Barros, 2013; Sousa, 2014).	(Buckley, 2003; Olsder, 2004; Mbaiwa & Stronza, 2009; Coghlan & Buckley, 2013; Fennel, 2013).
Promoção da produção e comercialização dos produtos locais (Bushell, 2003; Olsder, 2004).	Fixação de novos habitantes (Soifer, 2008; Oliveira, 2013).
Compra e reabilitação de edifícios para habitação ou para alojamento turístico (Lane, 2009; Sousa, 2014).	Incentiva à criação de novos serviços e indústrias que complementem a oferta (Olsder, 2004).
Benefícios sociais:	
Estimula a participação local no planeamento turístico (Mbaiwa & Stronza, 2009; Melo, 2013).	Incentiva a adoção de práticas tradicionais (Olsder, 2004; Sousa, 2014) e valoriza e preserva o património cultural e histórico e o artesanato (Melo, 2013).
Fortalece a coesão e identidade comunitária (Olsder, 2004; Melo, 2013; Sousa, 2014).	Pode travar a emigração (Sousa, 2014).
Benefícios ambientais:	
Com base nas receitas económicas, apoia a conservação ambiental e cultural e pode impulsionar a criação de áreas protegidas (Higginbottom, Tribe & Booth, 2003; Olsder, 2004; Soifer, 2008; Fennel, 2013; Holden, 2013; Pickering & Barros, 2013; Sousa, 2014).	Atrai maior atenção para os valores naturais e para a necessidade de os proteger através da visitação, educação e interpretação (Sousa, 2014).
Contribui para a diminuição da sazonalidade (Soifer, 2008; Sousa, 2014).	Incentiva à investigação das áreas naturais (Higginbottom, Tribe & Booth, 2003).

Fonte: Elaboração própria com base nos autores citados.

Estes benefícios podem ser proporcionados pela atividade turística direta ou indiretamente, ou por reformas e políticas legislativas. Exemplos disto são os programas LEADER e a reforma da política agrícola comum (PAC). Os programas LEADER incentivaram ao desenvolvimento de atividades económicas sustentáveis apoiado num planeamento integrado, à valorização do património natural e cultural e dos produtos locais e à criação de postos de emprego através de planos implementados por grupos de ação local. Já a reforma da PAC procurou recuperar zonas desfavorecidas e ambientes naturais, proteger o ambiente e revitalizar economias através de atividades económicas recreativas como o turismo, da formação dos trabalhadores, da regeneração infraestrutural e do fomento de produção e venda de produtos regionais.

Em resumo, é possível concluir que o turismo de natureza poderá ajudar a solucionar problemas que existiam nos meios naturais e nas comunidades locais, esperando, no final,

que estas últimas percecionem esta atividade de modo positivo e não como um intruso que pôs fim à qualidade de vida que se vivia até então (Buckley, 2003; Olsder, 2004).

Por outras palavras, o turismo de natureza, ao mesmo tempo que garante a preservação, produz “benefícios económicos e socioculturais para as comunidades locais, que, de outra forma, iriam continuar a degradar o seu ambiente enquanto fracassariam em ir além de uma economia marginal e de subsistência” (Pickering & Weaver, 2003, p. 8).

No entanto, caso a atividade turística seja mal planeada e os impactes decorrentes da procura sejam demasiados, pode, inversamente, ocorrer uma degradação da qualidade de vida com base em acontecimentos como: trânsito; congestionamentos e multidões nas atrações, serviços ou transportes; desigualdades na distribuição de benefícios; dependência do turismo; inflação do custo de vida nos destinos; perda das tradições, atividades tradicionais e identidades causada pela comercialização e vulgarização da cultura, da autenticidade e da experiência; tensões entre os turistas e os residentes; criminalidade (Olsder, 2004; Wearing & Neil, 2009; Fennel, 2013; Melo, 2013; Sousa, 2014).

Já especificamente a nível ambiental podem assistir-se a impactes como: a destruição da vegetação natural destes territórios e de habitats; a inserção de vegetação exótica; alterações químicas no solo e na água; poluição do ar; aumento do risco de incêndios; produção de resíduos; degradação do património cultural; erosão; afastamento da fauna por causa das multidões, ruídos ou luminosidade; atropelamento de animais selvagens (Pigram & Jenkins, 1999; Bushell, 2003; Pickering, Johnston, Green, & Enders, 2003; Olsder, 2004; Pickering & Barros, 2013; Melo, 2013; Buckley, 2015).

É por este motivo, que a gestão e o planeamento integrado do turismo assumem um carácter imprescindível no desenvolvimento sustentável do turismo de natureza a nível local.

Sendo o turismo de natureza aquele que se realiza nas áreas naturais, o seu sucesso depende “de níveis altos de qualidade ambiental” (Bushell, 2003, p. 197). No entanto, como já foi referido, se existir uma gestão deficitária e uma fraca monitorização dos impactes e estes acabarem por alterar as paisagens, a biodiversidade e o bem-estar das comunidades, a oportunidade de o turismo prosperar a longo prazo será perdida (Wearing & Neil, 2009).

Consequentemente, como referem Pigram e Jenkins (1999), com base em Hammit e Cole (1991), uma das maiores preocupações dos gestores atuais são as alterações indesejadas nos ecossistemas e nas paisagens, sendo que “a qualidade da experiência recreativa é em grande medida uma função do ambiente no qual ela ocorre (...)” (Pigram & Jenkins, 1999, p. 82).

Esta realidade torna-se ainda mais proeminente para os gestores do turismo de natureza pois, mesmo existindo ecossistemas que são mais resistentes aos impactes advindos da utilização humana, este geralmente é realizado em ambientes de elevada fragilidade que

apenas permitem um uso mínimo, como as áreas protegidas e de montanha (Pigram & Jenkins, 1999).

Vários autores tomam o turismo de natureza, e as suas tipologias, como uma das melhores formas de turismo para apoiar o desenvolvimento económico aliado à preservação ambiental.

Exemplos disto são Wearing e Neil (2009, p. 9) que defendem que o ecoturismo, em particular, tem o dever de “contribuir positivamente para a conservação do destino ou da comunidade local”, contando tanto com o apoio dos turistas como dos operadores (Fennel, 2013).

Existe também a ideia de que a “apreciação da natureza é mais provável que seja conseguida através da recreação ao ar livre do que através da educação ambiental dentro de uma sala de aula” (Bushell, 2003, p. 198). Em consequência, e como o turismo de natureza engloba diversas atividades baseadas na educação e na interpretação, este torna-se especialmente útil para o cumprimento deste objetivo (Higginbottom, Tribe, & Booth, 2003).

Também Holden (2009) defende que o turismo consegue, através da cedência de valor económico aos recursos naturais, reforçar a necessidade da salvaguarda deste pois os turistas pagam para os usufruir em estado preservado. Por este motivo, o turismo de natureza, de forma superior a outras alternativas económicas em espaços naturais, pode alcançar a conservação, oferecendo “uma potencial justificação económica para a conservação através do estabelecimento de áreas protegidas” (Holden, 2013, p. 276).

De igual modo, esta tipologia turística apresenta várias outras características que acentuam um carácter mais sustentável como a sua pequena escala de serviços, a reduzida exigência de infraestruturas especializadas (Wearing & Neil, 2009), as respetivas atividades que permitem a construção de conhecimento sobre o destino e os seus bens, a delimitação dos espaços destinados a práticas desportivas e turísticas evitando o “uso anárquico do ambiente natural” (Melo, 2013, p. 183) e os turistas interessados na educação e preservação (Holden, 2013).

Aliás, Franklin (2013) defende que, na atualidade, e no que a autora interpreta como uma fase neoliberal do turismo de natureza, o bem-estar dos turistas foi posto em segundo lugar, sendo a conservação o objetivo principal dos espaços naturais e desta tipologia. Como consequência, os turistas de natureza estão dispostos a pagar mais por formas alternativas de fruição da natureza, em especial quando estas são entregues em forma de experiência e são conciliadas com novas práticas sociais e educativas que procurem minimizar os impactes negativos.

Contudo, existem também diversos fatores do turismo de natureza, comuns a outras tipologias turísticas, que podem revelar-se contrários à salvaguarda dos valores ecológicos.

Em primeiro lugar, e como já foi referido, é importante ter em atenção que “o desejo de visitar uma atração natural (...) não indica necessariamente a intenção de proteger a

natureza” (Coghlan & Buckley, 2013, p. 338) ou de controlar os impactos negativos decorrentes dos seus comportamentos.

De tal modo, um turista de natureza, não tem qualquer obrigação em apoiar ideais ecológicos, especialmente aqueles de categoria *soft*, cuja motivação da viagem ainda deve estar mais afastada destes objetivos do que os turistas *hard* ou os ecoturistas (Coghlan & Buckley, 2013; Pickering & Barros, 2013; Dolnicar, 2015).

Além disso, e como Mbaiwa e Stronza (2009) também referem, o turismo de natureza pode não ser suficiente para despertar interesse, não só aos turistas como às comunidades locais, por práticas adequadas à conservação dos espaços naturais, sendo que esta decisão depende do indivíduo e é condicionada pelo universo económico, político, histórico e cultural no qual este se insere.

Por fim, Higginbottom, Tribe e Booth (2003) e Pickering e Weaver (2003) assinalam ainda que, muitas vezes, as próprias receitas advindas da visitação de áreas classificadas e desta tipologia turística, em geral, não são suficientes para cobrir as despesas de conservação.

Em último caso, qualquer forma de turismo pode representar perigo para os espaços naturais, especialmente por meio de uma gestão deficitária e de uma fraca monitorização dos impactos.

No entanto, e apesar das forças e possíveis fraquezas do turismo de natureza, uma realidade por todos aceite é a de que, sendo a preservação um objetivo ou não das atividades turísticas ou dos turistas, quando os destinos são constituídos por áreas naturais das quais dependem também comunidades locais, é necessária a conservação dos seus valores através de uma gestão sustentável dos recursos (Wearing & Neil, 2009). Deste modo, este deve ser sempre um objetivo que nunca pode ser ignorado para o sucesso de um destino.

Como mencionam Wall e Mathieson (2006, p. 308), com base na investigação de Ross e Wall (1999), “(...) o sucesso de um destino reflete a extensão à qual este oferece experiências turísticas de alta qualidade e é capaz de proteger os recursos naturais e a biodiversidade, gerar dinheiro para financiar a conservação e contribuir para a economia local, educar os visitantes e membros da comunidade local e, conseqüentemente, encorajar regulação ambiental e envolver indivíduos locais nas questões de conservação e desenvolvimento”.

Tradicionalmente, o papel de preservar as áreas naturais, em particular aquelas com estatuto de proteção, era delegado às entidades governamentais enquanto às entidades privadas cabia o papel de explorar economicamente estes locais. Porém, tal como ocorre com o planeamento em geral, cada vez mais se observa um afastamento do Estado da gestão direta da conservação e o aparecimento de outros *stakeholders* (operadores e investidores privados, proprietários de terreno, comunidades locais e ONG's) a assumirem este papel, desenvolvendo-se parcerias entre entidades públicas e privadas que trabalham em conjunto para garantir, dentro dos destinos turísticos, o desenvolvimento

sustentável e a conservação ambiental (Pigram & Jenkins, 1999; Bushell, 2003; Franklin, 2013; Newsome & Moore, 2015).

Ainda assim, e fruto da crescente pressão da procura pelas áreas naturais, mesmo para estes novos gestores torna-se desafiante fazer uma gestão sustentável do território e dos visitantes, assegurar a construção de uma boa experiência turística e preservar o ambiente e os sistemas (Buckley, 2003; Bushell, 2003; Holden, 2013; Newsome & Moore, 2015).

Estas dificuldades conduziram os gestores dos espaços naturais a realizar maiores investimentos para que o turismo possa continuar a crescer ao mesmo tempo que são evitados impactes como a degradação ambiental e da experiência turística (Newsome & Moore, 2015) e estes refletem-se, frequentemente, na implementação de “políticas e instrumentos orientados para o uso diversificado e para a participação comprometida dos habitantes e atores locais” (Caeiro & Carvalho, 2013, p. 13) aplicados de forma articulada, responsável e com base em novas atitudes/comportamentos.

Na bibliografia, vários autores (Pigram & Jenkins, 1999; Bushell, 2003; Pickering, Johnston, Green & Enders, 2003; Coghlan & Buckley, 2013; Franklin, 2013; Holden, 2013; Oliveira, 2013) referem estes instrumentos que, para conseguir ultrapassar as incapacidades do turismo de natureza e os comportamentos errados dos turistas, têm como objetivo aliviar a tarefa dos gestores, prevenir danos irreversíveis aos valores naturais causados pelas atividades turísticas, fazer uma melhor gestão e racionalização dos recursos e garantir a satisfação do turista aliada a uma maior consciencialização ambiental.

Estas ferramentas, cada vez mais focadas no controlo dos comportamentos dos turistas e na venda de produtos credenciados (Franklin, 2013), podem ser divididas entre modelos de monitorização (*zoning*, limitação do tamanho dos grupos de turistas, restrição de atividades por área, instituição de guias de comportamento) ou instrumentos de carácter obrigatório (legislação nacional e internacional) ou voluntário (programas de certificação, códigos de conduta, rótulos ecológicos, selos, prémios de qualidade, indicadores) (Oliveira, 2013). De igual modo, podem ser instituídos outros métodos como programas educativos para criar consciencialização sobre os impactes, a realização de questionários e a investigação prévia sobre as debilidades ambientais locais (Pickering, Johnston, Green, & Enders, 2003).

3.3. Gestão dos visitantes e do produto turístico

Muitos dos instrumentos evocados no capítulo anterior têm como base os comportamentos dos turistas, pois estes e as suas atitudes podem ter maior impacte no ambiente que os seus números, e a ideia de que “para que a satisfação seja mantida, os valores ambientais não devem ser utilizados de forma mais rápida do que aquela a que eles se produzem” (Pigram & Jenkins, 1999, p. 88).

Tendo isto em conta, uma grande parte dos instrumentos mais utilizados na gestão e monitorização do turismo de natureza estão enquadrados na gestão dos visitantes.

A gestão dos visitantes cabe às entidades que gerem os espaços naturais e passa pela monitorização dos seus números em locais de sensibilidade e pela implementação de medidas que procuram não só reduzir impactes negativos advindos da ultrapassagem da capacidade de carga de um destino como estabelecer um equilíbrio entre os impactes, a conservação e os desejos dos turistas, através da modificação dos seus comportamentos (Pigram & Jenkins, 1999).

Estes instrumentos refletem aquilo que Truong e Hall (2015, p. 246) caracterizam como “marketing social”, isto é, a utilização de “métodos que encorajam e permitem um câmbio comportamental e organizacional com o objetivo de alcançar o bem público”. Parte-se assim do princípio que, sendo os comportamentos humanos a base de vários problemas ambientais, a mudança voluntária destes será o principal método para a resolução dos mesmos.

Mason (2013) refere que a gestão de visitantes envolve a limitação do nível de uso das atrações, a gestão do comportamento dos visitantes, a educação e a modificação dos recursos.

Frost e Laing (2015) dividem a gestão de visitantes em três funções: acesso, proteção e interpretação. O acesso incide na gestão dos locais mais propícios à sobrecarga turística (acessos, caminhos pedestres, zonas de restauração ou compras ou qualquer outro tipo de infraestrutura de acolhimento). A proteção incide tanto na proteção do turista de possíveis perigos causados por diversos fatores naturais como na proteção da natureza dos danos causados pelos visitantes dada a falta de conhecimento dos próprios. Finalmente, a interpretação (a qual será tratada detalhadamente mais à frente) é aquela que oferece aos turistas conhecimento suficiente para a adoção de boas práticas ecológicas e redução de impactes.

Já Wall & Mathieson (2006), nesta matéria, defendem que, para conseguir contornar os impactes ambientais advindos do uso e procura excessiva de uma área natural, os gestores têm 3 hipóteses: a manipulação do ambiente (exemplo: construção de infraestruturas turísticas ou de acessos), a modificação do comportamento do turista ou a junção dos dois.

Dentro da gestão do comportamento, tanto Wall e Mathieson (2006) como Pigram e Jenkins (1999) constataam a existência de 2 categorias.

A primeira, mais direta e com maior nível de controlo, é realizada através da monitorização, da aplicação de taxas e multas, do *zoning* e restrição da intensidade do uso de determinadas áreas ou de atividades (exigência de licenças ou reservas, limitação do tamanho dos grupos ou do tempo de estada, alternar os acessos, entre outras).

Já a segunda, mais voluntária e com menor controlo, mas igualmente eficaz, concentra-se na manipulação subtil do comportamento dos turistas através da alteração do acesso a determinadas áreas de importante valor ambiental (exemplo: melhorar os acessos para áreas menos sensíveis, incentivando os turistas a optarem por estes locais em vez de outros com maior importância ecológica), da utilização da informação através

de sinalética, códigos de conduta e interpretação ou da aplicação de restrições económicas (Pigram & Jenkins, 1999; Wall & Mathieson, 2006).

Quando as estratégias indiretas e voluntárias falham, devem ser implementados métodos mais diretos de gerir a procura (Pigram & Jenkins, 1999).

3.3.1. Capacidade de carga

O conceito de capacidade de carga surgiu na década de 70, e esta diz respeito à capacidade máxima que um território pode sustentar sem a incidência de impactes negativos sobre os seus recursos e a biodiversidade, a população local, a experiência do turista, a economia ou cultura, pois “nenhum sistema ambiental consegue suportar utilização ilimitada” (Mbaiwa & Stronza, 2009, p. 340).

Considerando que “quanto mais atrativo for o destino, mais popular ele se pode tornar, e maior é a probabilidade deste ficar degradado devido à forte visitação, o que, por sua vez, pode diminuir a qualidade da experiência” (Mbaiwa & Stronza, 2009, p. 338 cit. Hillery *et al.*, 2001, p. 853-854),   evidente que a vasta maioria dos instrumentos de gestão dos visitantes utilizados, durante o planeamento do turismo de natureza, tem como base este conceito.

Resumidamente, Olsder (2004, p. 17) descreve a capacidade de carga como a determina o do nível máximo de utiliza o “que uma área consegue suportar garantindo tanto níveis altos de satisfa o para os visitantes como baixo impacte nos recursos naturais da área”, geralmente aplicada através de procedimentos como o *zoning*, a cria o de percursos para distribui o dos turistas, códigos de conduta e pela disponibiliza o de informa o e interpreta o.

Pigram e Jenkins (1999), com base na *Countryside Comission* (1970), estabelecem 4 tipos de capacidade de carga:

- Capacidade física: número máximo de indivíduos que conseguem, simultaneamente, utilizar uma área com segurança e conforto.
- Capacidade económica: equilíbrio entre os custos e os benefícios do turismo e da recrea o e outras atividades não turísticas.
- Capacidade ecológica: capacidade máxima de uso que um espaço sust m antes do declínio dos seus valores ecológicos.
- Capacidade social: diz respeito   qualidade da experiência dos visitantes influenciada pela pressão da procura.

Já Mbaiwa e Stronza (2009) interpretam que a componente sociocultural da capacidade de carga diz respeito aos impactes sofridos pelas comunidades locais, considerando, sobretudo, se a sua qualidade de vida   afetada pela forma como os destinos são geridos e pela cria o de grandes fluxos turísticos. Já a componente psicológica,  

observada como a capacidade que um destino tem para fornecer experiências de qualidade a um número máximo de turistas, simultaneamente.

A partir da fixação da capacidade de carga de um destino, é possível estabelecer alguns limites essenciais para o desenvolvimento de qualquer tipologia turística regulando a utilização dos recursos essenciais (Wearing & Neil, 2009) e evitando qualquer dano à preservação e ao bem-estar que possa derivar do excesso de procura.

Esta ferramenta é especialmente necessária no caso do turismo de natureza pois este ocorre em áreas naturais de grande sensibilidade que, por meio dos desenvolvimentos tecnológicos/infraestruturais e da crescente promoção, se tornaram mais propícias a uma procura em maior escala (Holden, 2013).

No entanto, como indicam Wearing e Neil (2009), a fragilidade desta técnica assenta na sua incapacidade de estabelecer um número “concreto” máximo de turistas nos locais de recreação, o que, por sua vez, levou várias empresas/entidades a abandonarem a utilização desta técnica, embora reconheçam as consequências negativas no meio natural e na experiência turística determinadas pelo excesso de procura e utilização.

Também Mbaiwa e Stronza (2009) referem a limitação e imprecisão do conceito associado a esta técnica, sendo difícil implementar medidas a partir dele e contornar a sua subjetividade.

3.3.2. Zoning

O *zoning* é uma ferramenta de gestão dos visitantes, utilizada especialmente em locais com grande valor natural e cultural e elevada necessidade de proteção, baseada na redistribuição da pressão sobre os destinos através da separação de usos incompatíveis (Pigram & Jenkins, 1999). Por outras palavras, o *zoning* tem como objetivo a gestão dos diferentes usos de uma determinada área de forma a que haja um equilíbrio entre a proteção e a intensidade da procura (Wearing & Neil, 2009). Consequentemente, procura-se a manutenção do bem-estar natural e social e a oferta de atividades e experiências com maior qualidade.

O *zoning* pode ser implementado de vários modos. Em primeiro lugar, pode concentrar-se na restrição de determinadas atividades recreativas a locais específicos consoante a fragilidade destes. Ou seja, atividades com maior impacto são designadas para locais menos fragilizados ou esticamente/cientificamente menos relevantes, enquanto locais com maior necessidade de proteção são reservados para atividades mais ligeiras, podendo até ficar excluídos de qualquer uso, de forma permanente ou sazonal, para o bem-estar da fauna e da flora (Wearing & Neil, 2009; Mason, 2013; Frost & Laing, 2015).

Em segundo lugar, as atividades também podem ser separadas no espaço de acordo com o seu nível de compatibilidade para que se possa garantir a qualidade da experiência turística. Deste modo, turistas com diferentes motivações são também separados, evitando conflitos e desconforto entre os mesmos por terem que estar no mesmo espaço,

em simultâneo, a fazerem atividades completamente contraditórias (Pigram & Jenkins, 1999; Coghlan & Buckley, 2013).

Pigram e Jenkins (1999) reconhecem ainda outras formas de *zoning* como a rotação horária de atividades através da qual são estabelecidos horários, dias, semanas ou épocas específicas para a realização de determinadas práticas num espaço, com o objetivo de reduzir o número de conflitos causados pela utilização incompatível.

3.3.3. Educação/interpretação

O turismo de natureza é uma tipologia extremamente dependente da natureza e da apreciação dos valores naturais. Por este motivo, a manutenção e a preservação da qualidade e autenticidade desta assumem elevada importância e a educação e a interpretação surgem como meios para este fim (Wearing & Neil, 2009; Fennel, 2013).

Embora exista na bibliografia alguma similitude entre os conceitos de interpretação e educação, dado que estes têm uma finalidade comum, Sousa (2014), com base em Cuevas (2003), menciona que estes podem ter significados distintos. Deste modo, a interpretação é uma atividade “recreativa e uma estratégia de comunicação, destinada ao público em geral (...) já a educação ambiental caberá mais aos professores e a guias intérpretes que buscam ensinar e poucas vezes planeiam a conservação” (Sousa, 2014, p. 50).

Interpretação é “uma forma de comunicação educacional ou persuasiva” (Moscardo, 2015, p. 295) que, quando aplicada no turismo de natureza, assume um papel extremamente importante na preservação dos espaços naturais e na construção da experiência turística através do desenvolvimento de conhecimento, consciência e apreciação do ambiente (Wearing & Neil, 2009).

De acordo com Pigram e Jenkins (1999) e Moscardo (2015), existem várias funções associadas à interpretação. Em primeiro lugar, esta pode legitimar a atividade turística através do reconhecimento dos benefícios que esta pode trazer para o destino, nomeadamente o desenvolvimento local. De igual modo, além desta ser uma parte integrante da construção de experiências turísticas mais sustentáveis e de maior qualidade, ao contribuir para a estimulação do interesse pelo destino, é também descrita como uma forma de gestão dos turistas. A razão disso, é a de que os visitantes, ao adquirirem conhecimento, poderão, eventualmente, adotar comportamentos, atitudes e estilos de vida mais sustentáveis e ganhar renovado desejo de contribuir para a preservação ambiental. A interpretação pode também ajudar a promover a cooperação entre *stakeholders* criando o objetivo comum de proteger os “valores recreativos” (Pigram & Jenkins, 1999, p. 211).

Neste sentido, também Wearing e Neil (2009) aludem que a educação pode não só influenciar os turistas como também os diversos operadores (nomeadamente os trabalhadores das empresas de animação) e as próprias comunidades locais, podendo estes ficar a conhecer mais sobre o próprio local de residência/trabalho e respetivo património,

ajudando à sua preservação e aconselhando, de modo mais informado, os turistas sobre as melhores ações a tomar.

Também Higginbottom, Tribe e Booth (2003), adotando uma posição similar às já apresentadas, referem que, além de influenciar positivamente os turistas, a interpretação pode impulsionar a investigação sobre um destino, aumentar o número e valor de donativos, amplificar a pressão política sobre o governo para que este adote mais medidas pró-preservação e deixar os turistas mais satisfeitos com a sua experiência.

Com base no que foi referido, acredita-se que a interpretação e a educação, ao mesmo tempo que conferem validade e peso às atividades de turismo de natureza (Pigram & Jenkins, 1999), ajudam a transformar bens intangíveis e vazios de significado em “bens económicos tangíveis” cuja rentabilidade se torna razão suficiente para a conservação (Moscardo, 2015, p. 298).

No entanto, mesmo esta temática reúne opiniões diversas e opostas.

Coghlan & Buckley (2013) apresentam, mais uma vez, uma posição contrária ao que foi defendido mencionando que a ideia de que os *stakeholders* e planeadores do turismo podem moldar os comportamentos dos turistas através da educação e de que a exposição destes ao conhecimento sobre as áreas naturais pode reunir apoio à conservação é mais um “pensamento desejável que realidade” (Coghlan & Buckley, 2013, p. 341).

O mesmo é defendido por Fennel (2013) que reconhece que, embora seja importante o papel da informação sobre um destino para o turista, não existem provas de que, a longo-termo, haja alguma relação entre a educação e a preservação.

De modo semelhante, Buckley, em 2015, retratou a interpretação como uma forma muito menos eficaz de lutar a favor da preservação do que outras formas de monitorização.

Para conseguir assumir um papel relevante enquanto ferramenta de gestão, esta deve ser extremamente bem pensada e implementada (Moscardo, 2015).

Para tal, é necessário pôr de lado os métodos tradicionais de comunicação da informação – mapas, sinalização, brochuras, *internet*, centros de informação (Pigram & Jenkins, 1999) – e apostar numa posição mais qualitativa, onde a informação seja divulgada de modo mais apelativo, personalizado e persuasor, apelando mais aos desejos e emoções dos turistas do que à sua suposta consciência ecológica. Ou seja, a interpretação e a educação devem ser transmitidas não apenas pela observação mas pelo envolvimento em atividades e experiências satisfatórias que permitam o espírito crítico, o raciocínio individual e o próprio divertimento (Coghlan & Buckley, 2013; Frost & Laing, 2015; Moscardo, 2015).

3.3.4. Códigos de conduta

De acordo com as palavras do autor Francis Kilvertm, citadas por Lane (2009, p. 359), “de todos os animais nocivos, o mais nocivo é o turista”. Por este motivo, é necessário controlar o seu comportamento tomando ações que partem da sua ética e vontade.

Com esse efeito surgem os códigos de conduta que constituem uma ferramenta voluntária de gestão (Newsome & Moore, 2015) construída sobre a premissa de que “um ambiente limpo e saudável é essencial para o desenvolvimento e continuação do turismo” e de que as ações dos visitantes são especialmente importantes para tal (Holden, 2009, p. 211). Por outras palavras, os códigos de conduta são formados por normas e restrições que demonstram as atitudes corretas a tomar, incentivando a adoção de práticas ambientais sustentáveis e moldando as atitudes e os comportamentos dos turistas, das populações locais e das entidades gestoras (Pigram & Jenkins, 1999; Oliveira, 2013; Newsome & Moore, 2015).

No Quadro 3, estão apresentadas várias medidas e eixos frequentemente integrados em diversos códigos de conduta nacionais das áreas naturais e protegidas.

Quadro 3: Exemplos de medidas implementadas por códigos de conduta.

✓ Respeito pelos habitantes, modos de vida e tradições e pelos outros turistas.	✓ Ter cuidado com a proximidade ao gado doméstico.
✓ Respeitar a marcação dos percursos.	✓ Respeitar a propriedade privada.
✓ Evitar fazer ruídos.	✓ Observar animais selvagens de longe.
✓ Demonstrar simpatia para com os habitantes locais.	✓ Não apanhar plantas ou amostras geológicas.
✓ Tirar fotografias como único método de memória.	✓ Realizar atividades de turismo de natureza em locais adequados para tal.
✓ Evitar a criação de grandes grupos.	✓ Não fazer fogueiras.
✓ Depositar o lixo em locais apropriados.	✓ Respeitar a sinalização.

Fonte: Elaboração própria com base em ICNF¹⁰ e Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo (2015).

3.3.5. Certificação

Após o Relatório de *Brundtland* e a “*Earth Summit*” foram introduzidos novos conceitos como certificação ambiental e atuação sustentável que procuravam “mudar a postura reativa que marcava até então o relacionamento entre as empresas, de um lado, e os órgãos governamentais (...) e as instituições ambientais” do outro (Beni, 2003, p. 9).

No entanto, a certificação apenas começou a ser utilizada em pleno nos anos 90 devido ao progressivo desejo e pressão burocrática e social para a adoção de boas práticas ambientais (Graci & Dodds, 2015).

Desta forma, num mercado cada vez mais competitivo e com expectativas progressivamente mais altas por produtos sustentáveis, os trabalhadores da área do turismo de natureza começaram a utilizar a certificação para transmitir confiança e credibilidade sobre a qualidade da sua oferta, destacar-se da concorrência e conseguir aumentar a sua viabilidade e visibilidade no mercado (Mbaiwa & Stronza, 2009; Font,

¹⁰ <http://www.icnf.pt/portal/turnatur/resource/docs/ap/codigos/codig-condut>, consultado a 26/07/2018.

2013; Graci & Dodds, 2015). Assim, e por o turismo de natureza trabalhar em locais naturais mais sensíveis e com elevados valores patrimoniais, a certificação torna-se uma “referência na oferta de consumo” (Beni, 2003, p. 13).

De acordo com Graci e Dodds (2015), a certificação no turismo baseia-se em procedimentos de monitorização e medição do desempenho de uma empresa e na garantia de que esta cumpre determinadas obrigações ambientais ou sociais, confirmando a sua distinção e mérito com o uso de um logótipo.

Dentro do turismo, a certificação pode focar-se em diversas vertentes da oferta como a sustentabilidade ou a qualidade da experiência e dos produtos oferecidos, sendo a primeira a que detém maior atenção (Font, 2013). Adicionalmente, esta pode ser procurada por diferentes tipos de empresas desde a hospedagem, aos guias turísticos, às empresas de animação turística e aos próprios destinos; e atuar em diferentes níveis: local, regional, nacional e internacional (Graci & Dodds, 2015).

Existem várias características e objetivos inerentes à certificação no turismo:

- Tem carácter voluntário (Graci & Dodds, 2015).
- Permite aos turistas encontrarem-se “numa melhor posição para escolher produtos de melhor qualidade, que são sancionados por organizações profissionais” (Newsome & Moore, 2015, p. 266).
- Entidades com produtos certificados poderão usufruir de benefícios governamentais, aumentando a sua competitividade (Newsome & Moore, 2015).
- Garante um maior conhecimento da oferta (Font, 2013), através do reconhecimento de marcas e logótipos (Beni, 2003; Dolnicar, 2015; Graci & Dodds, 2015).
- Tem como função prover informação aos consumidores para que estes possam escolher atividades mais sustentáveis com total consciência dos seus impactes, benefícios, critérios de certificação e práticas sustentáveis, estimulando uma alteração nos padrões de consumo (Wall & Mathieson, 2006; Wearing & Neil, 2009; Font, 2013; Melo, 2013; Dolnicar, 2015; Graci & Dodds, 2015).
- A compra de produtos certificados e com fortes referências ambientais, mesmo que mais caros, concede aos turistas um sentimento de gratificação imediata e de boa ação (Font, 2013; Sharpley, 2013).
- A certificação ajuda a proteger o ambiente natural do qual o turismo de natureza depende, através da consolidação, no mercado, de práticas ambientais e económicas apropriadas (Wearing & Neil, 2009).
- Pode encorajar os operadores a “aumentar os standards ambientais dos produtos/serviços” (Melo, 2013, p. 86) e estimular o desenvolvimento de mais produtos sustentáveis e a procura pela certificação por parte das empresas como forma de competição e diferenciação dentro do mercado turístico (Mbaiwa & Stronza, 2009).

Contudo, a certificação apresenta falhas.

Em primeiro lugar, existe uma grande variedade de programas de certificação e pouco conhecimento público e compreensão sobre o que eles oferecem e representam, o que dificulta a sua utilização por parte das empresas e explica a sua baixa procura no mercado (Wearing & Neil, 2009; Font, 2013; Dolnicar, 2015; Graci & Dodds, 2015).

Em segundo lugar, os critérios e parâmetros de certificação são subjetivos, permitindo a livre interpretação dos códigos e respetivos critérios (Mbaiwa & Stronza, 2009; Font, 2013). Isto pode ser causado pela falta de apoio do estado, sendo difícil estabelecer, em diversos países, programas de certificação nacionais (Wearing & Neil, 2009)

Em terceiro lugar, nem todos os programas de certificação têm credibilidade, havendo conflitos relativos à sua transparência, ética, formação, qualificação ou cumprimento de *standards* estipulados que, aliados a uma fraca monitorização, induzem a desconfiança do público (Font, 2013; Graci & Dodds, 2015).

Devido a isto, Fennel (2013) questiona se a certificação deverá ter a importância que hoje assume pois esta, diversas vezes, manifesta-se menos eficiente do que as regulações do estado e os códigos de ética. Também Graci e Dodds (2015), afirmam que não existem provas de que a certificação contribua, na realidade, para a realização de práticas sustentáveis dentro do turismo. Contudo, as mesmas referem que a educação pode generalizar a compra de produtos certificados, o que pode melhorar a eficiência desta ferramenta.

Deste modo, para que a aposta na certificação aumente é necessário que esta assuma uma posição de transparência, faça *marketing* em direção ao reconhecimento do seu logótipo, tenha um sistema de avaliação claro e explícito, garanta a qualidade da sua oferta, estabeleça parcerias com entidades públicas e privadas e que o estado assuma a responsabilidade, premeie e “desenvolva, implemente e imponha legislação que ajuste os standards mínimos para a sustentabilidade” (Graci & Dodds, 2015, p. 206).

4. Turismo de Natureza em Portugal

4.1. Contexto, potencialidades e documentos estratégicos nacionais

Nos últimos anos, Portugal tem adquirido progressiva importância turística.

Exemplo disto são os vários prémios e distinções recebidos nos últimos anos, entre os quais distinguimos os 36 prémios recebidos na cerimónia dos “*World Travel Awards*”, em junho de 2018 (Expresso, 2018: a), e a sua distinção como “Melhor Destino do Mundo”, feita pela mesma entidade, no final de 2017 (Público, 2017).

Além de Portugal configurar uma referência no turismo a nível europeu e mundial, ele apresenta também inúmeras características que lhe conferem alta capacidade para a realização e desenvolvimento de atividades de turismo de natureza.

Não detendo valores naturais que possam concorrer em qualidade com outros destinos europeus, Portugal destaca-se pela abundância de recursos e paisagens, estando cerca de 23% do território nacional inserido na Rede Natura 2000 (Turismo de Portugal, 2017).

De modo mais detalhado, existem, de momento, inseridas na RNAP, 47 áreas protegidas. Estas compreendem, no âmbito nacional, 1 parque nacional, 13 parques naturais, 9 reservas naturais, 2 paisagens protegidas e 7 monumentos naturais. No âmbito regional/local, inserem-se 4 paisagens protegidas, 1 parque natural regional, 2 reservas naturais locais, 2 paisagens protegidas regionais e 5 paisagens protegidas locais. Finalmente, existe ainda 1 área protegida de âmbito privado¹¹. Em relação às classificações de âmbito internacional, destacam-se 31 Sítios Ramsar¹² e 11 Reservas da Biosfera (6 em Portugal Continental, 1 na Região Autónoma da Madeira e 4 na Região Autónoma dos Açores)¹³. Por último, e considerando a Rede Natura, existem, a nível continental, 62 Sítios de Importância Comunitária¹⁴ e 42 Zonas de Proteção Especial¹⁵. É também importante mencionar a classificação da Floresta Laurissilva, na Madeira, como património mundial.

Com elevada importância para a prática de atividades de turismo de natureza, destacam-se ainda as inúmeras áreas de montanha de alto valor paisagístico, cultural e biológico como, por exemplo, a Serra da Estrela, a Serra de Monchique, a Serra do Açor, a Serra da Lousã ou a Região da Meseta Meridional (THR, 2006; Soifer, 2008). Estas, que no seu conjunto representam cerca de 18% do território nacional (Caeiro & Carvalho, 2013), são conotadas com franca autenticidade e fortes tradições, revelando-se um trunfo natural onde o contacto entre os turistas e as comunidades é privilegiado.

¹¹ <http://www2.icnf.pt/portal/ap/ap>, consultado a 27/07/2018.

¹² <https://www.ramsar.org/wetland/portugal>, consultado a 27/07/2018.

¹³ <http://www2.icnf.pt/portal/pn/biodiversidade/ei/MaB>, consultado a 27/07/2018.

¹⁴ <http://www2.icnf.pt/portal/pn/biodiversidade/rn2000/rn-pt/rn-contin/sic-pt>, consultado a 27/07/2018.

¹⁵ <http://www2.icnf.pt/portal/pn/biodiversidade/rn2000/rn-pt/rn-contin/zpe-pt>, consultado a 27/07/2018.

Consequentemente, e dado o vasto número de áreas protegidas e naturais e a notória qualidade e diversidade paisagística, é reforçado o lema competitivo nacional de “diversidade concentrada”.

Em adição, o país usufrui de vários fatores que complementam esta oferta, acentuam a sua qualidade e o ajudam a diferenciar-se da concorrência como o clima, a segurança, a simpatia e a proximidade aos mercados emissores (THR, 2006; Oliveira, 2013; Sousa, 2014).

Por estes motivos, torna-se claro que Portugal detém as condições necessárias para a prática de atividades de lazer na natureza, sejam elas recreativas, desportivas, interpretativas ou de cariz cultural (Oliveira, 2013).

No entanto, existem vários aspetos deficientes na oferta de turismo de natureza em Portugal.

Em primeiro lugar, e tal como indicado pelo THR (2006), as empresas de animação turística ativas em Portugal, além de serem de pequena dimensão, existem também em baixo número conduzindo a lucros reduzidos e a pouca representatividade e competitividade nos mercados. De igual modo, o número de trabalhadores que estas empregam é relativamente pequeno e com baixos níveis de formação.

Em segundo lugar, existe ainda uma grande falta de controlo sobre a atuação das empresas de animação, especialmente aquelas que atuam fora das áreas protegidas. Consecutivamente, a qualidade da oferta não é verificada nem garantida na totalidade possibilitando a competição desleal e descontrolada (THR, 2006).

Em terceiro lugar, sublinha-se a falta de coordenação entre os *stakeholders* locais e regionais, o que embora seja um problema comum no panorama geral do turismo nacional, torna-se extremamente prejudicial no turismo de natureza, não permitindo a oferta de produtos mais completos e autênticos (THR, 2006).

Também Sousa (2014) refere outras fraquezas nacionais como a insuficiente implementação de instrumentos de monitorização da atividade turística e dos seus impactes, o baixo investimento nas infraestruturas de apoio aos visitantes, a desigualdade da dispersão geográfica das empresas de animação e a fraca promoção desta tipologia.

Ainda assim, a crescente importância do turismo de natureza em Portugal justificou a sua referência, enquanto produto turístico de desenvolvimento estratégico, em diversos documentos nacionais.

No ano de 2006, o Estado Português criou um plano estratégico (PENT) que procurava o desenvolvimento sustentável baseado na atividade turística. Observando o turismo como uma atividade capaz de garantir o desenvolvimento económico e a valorização e preservação patrimonial (Oliveira, 2013), este documento estruturou vários eixos de intervenção e objetivos que tinham como finalidade tirar o máximo proveito de um planeamento realizado a nível regional e nacional com base na utilização dos recursos locais.

O *PENT* teve duas versões, tendo sido revisto e republicado para o horizonte de 2013-2015, devido ao clima de crise económica europeia da altura e à emergência de novos mercados e tendências. Entre estas, foram destacadas a importância da geração milénio, das tecnologias da informação, do crescente mercado sénior, da maior dificuldade em fidelizar turistas e da incessante procura por experiências de qualidade (Turismo de Portugal, 2013).

Em ambas as versões deste documento, o turismo de natureza foi indicado como um dos 10 produtos turísticos de desenvolvimento aconselhado para as regiões Norte, Centro, Lisboa, Alentejo e Algarve. Em adição, foi referida a sua consolidação nos arquipélagos da Madeira e dos Açores.

O *PENT* mencionou também a necessidade de, dentro desta tipologia, priorizar os mercados e atividades *softs* com o objetivo de captar a atenção de turistas que procurassem valores como a tranquilidade e o descanso. Para tal, foi salientada a necessidade do reforço da oferta da vertente de passeios (a pé e de bicicleta), de observação de aves ou de turismo equestre.

Finalmente, este documento sublinhou ainda a necessidade de capacitar a oferta turística nesta vertente, nomeadamente através da aposta na formação dos recursos humanos, na criação de mais canais de promoção e comercialização de novos produtos turísticos e na qualificação de infraestruturas, serviços e experiências.

Após o *PENT*, foi desenvolvido o *Plano de Ação para o Desenvolvimento do Turismo em Portugal (Turismo 2020)*¹⁶.

O *Turismo 2020* tem como objetivo o desenvolvimento do turismo a nível nacional, entre 2014 e 2020, com base numa gestão em rede entre diversos atores setoriais e territoriais, num maior alinhamento entre a estratégia e o financiamento e numa gestão mais eficaz dos fundos comunitários.

Em relação ao desenvolvimento do turismo de natureza em Portugal, e contrariamente ao antecessor, este plano não ditou produtos estratégicos a desenvolver nem linhas de intervenção do planeamento a nível regional ou local.

No entanto, admite a existência de determinadas tendências mundiais que podem influenciar a procura desta tipologia como: a crescente procura por experiências únicas e autênticas; a emergência de maiores preocupações com o ambiente, com as alterações climáticas e com a saúde e bem-estar; a adoção de práticas ambientais mais sustentáveis; a proliferação da regulação e certificação ambiental; e a preocupação sobre a racionalização dos recursos naturais.

Com base nestas tendências, o *Turismo 2020* antevê uma procura mais informada por produtos, destinos e atividades sofisticadas associadas ao turismo de natureza, mesmo em épocas baixas, e a preferência por produtos mais naturais, criativos, autênticos e interativos.

¹⁶ (Turismo de Portugal, s.d).

De modo complementar, sublinhou a aposta em recursos turísticos que integram a oferta de natureza em várias regiões nacionais como as Aldeias Típicas, de Xisto ou Históricas, as diversas serras, parques e paisagens e outros aspetos complementares da experiência como a gastronomia e a arte de bem-receber.

De seguida, importa mencionar a *Estratégia Turismo 2027* que é o último documento publicado sobre a estratégia e o planeamento do turismo nacional e tem como objetivo a afirmação de Portugal no mercado internacional e a sua contribuição para o desenvolvimento social, ambiental e económico.

Este documento estabeleceu cinco eixos estratégicos de atuação: a valorização do território, o estímulo da economia, a qualificação e potencialização do conhecimento e formação, a geração de redes e conectividade e a projeção de Portugal.

Dentro destes eixos, destacamos, pelo impacte que têm no tema desta investigação, objetivos como a preservação da autenticidade do património construído, a otimização económica dos territórios rurais e do património natural, a qualificação dos recursos humanos e o posicionamento do turismo interno enquanto meio de desenvolvimento das economias locais e fator de competitividade nacional. De acordo com este documento, todos estes objetivos devem ser cumpridos de modo a garantir a sustentabilidade económica, social e ambiental do território nacional (Turismo de Portugal, 2017).

De modo semelhante ao *PENT*, são, neste documento, estabelecidos 10 recursos estratégicos: pessoas, história e cultura, mar, clima e luz, natureza, água, gastronomia/vinho, eventos, bem-estar e o *living* (viver em Portugal).

Considerando o turismo de natureza, encontram-se explicitadas várias medidas ou linhas de intervenção que afetam o desenvolvimento da sua oferta futura a nível nacional.

Entre estas, é reforçada a necessidade de desenvolver as práticas de turismo de natureza e em espaço rural por meio de projetos de valorização económica e de uma administração ativa dos bens naturais. Acompanhando este planeamento, devem também ser reforçadas as infraestruturas e os serviços de apoio ao turismo de natureza, nomeadamente a sinalética e os elementos de interpretação ambiental. Finalmente, sob este eixo estratégico, este documento defende a tomada de ações de valorização turística e promoção dos cursos de água.

Surgem também como linhas de atuação a conservação do património identitário local alcançada através da realização de projetos de conservação e valorização económica do património edificado, do desenvolvimento de plataformas informáticas que permitam apresentar a oferta dos destinos, da criação de programas que dinamizem turisticamente o património e do fomento de ações de valorização do património cultural e da identidade local.

É também determinada a importância de valorizar e preservar a autenticidade e as vivências das comunidades locais, através do desenvolvimento de iniciativas de valorização do património imaterial, da dinamização do comércio local (através do

consumo informado), da valorização dos espaços sociais das comunidades, da melhoria das condições de vida dos habitantes e da atração de novos residentes.

Em relação ao eixo da sustentabilidade, que deve surgir como transversal a todas as tipologias turísticas, são determinadas medidas como a criação de uma linha de apoio à sustentabilidade, a implementação de um sistema de indicadores de sustentabilidade de referência internacional e o desenvolvimento de mais estudos de monitorização dos impactos do turismo, garantindo uma gestão adequada dos destinos. Para tal, a população local deve também ser envolvida no planeamento e na tomada de decisão.

Por último, importa assinalar a importância, para o desenvolvimento do turismo de natureza a nível nacional, do Programa Nacional de Turismo de Natureza (PNTN) e das Cartas de Desporto de Natureza.

O PNTN foi desenvolvido em 1998, através da RCM n.º 112/98 de 25 de agosto¹⁷, tendo sido revogado, mais tarde, pela RCM n.º 51/2015 de 21 de julho¹⁸ e foi um programa essencial para a consolidação do conceito de turismo de natureza em Portugal, para o desenvolvimento sustentável das práticas inseridas nesta tipologia e para a identificação e qualificação das modalidades de animação e hospedagem por esta abrangidas, numa altura em que a procura pelas áreas naturais por motivos recreativos crescia, tendencialmente, a nível mundial, mas sem a gestão apropriada dos recursos mais sensíveis.

Na sua primeira versão, este documento assumiu as áreas protegidas nacionais como locais privilegiados para o desenvolvimento do turismo de natureza, reportando-as como capazes de garantir o contacto com valores naturais excecionais e com as comunidades locais. Através da sustentabilidade das práticas turísticas realizadas nestes territórios, procurava-se a preservação ambiental e cultural, o desenvolvimento económico local e a qualificação e diversificação da oferta turística. Em adição, este documento mencionava que, para o cumprimento dos objetivos traçados, existia a necessidade de implementação de uma gestão em rede partilhada por entidades públicas e privadas e aplicada a nível nacional, regional e local.

Após a revogação deste documento, todas as áreas integradas no SNAC foram valorizadas enquanto destino turístico. Ou seja, além das áreas protegidas foram também inseridas, nas diretrizes deste programa, todas as áreas classificadas, integradas na Rede Natura 2000 e nas restantes classificações internacionais, procurando promover e divulgar, de forma integrada e sustentada, os seus valores naturais e culturais.

Este programa foi também pioneiro por estabelecer, de acordo com alguns princípios, o reconhecimento oficial, no âmbito do turismo de natureza, de diversos recursos, serviços, empreendimentos e empresas de animação, associando-os à marca “NATURAL.PT”, cujo objetivo principal é a preservação da biodiversidade e da cultura nacional baseada na divulgação de uma oferta qualificada.

¹⁷ <https://dre.pt/application/file/448041>, consultado em 12/08/2018.

¹⁸ <https://dre.pt/application/file/69848107>, consultado em 12/08/2018.

Este reconhecimento, articulado com a implementação de diversas ferramentas de gestão e monitorização, promove e diferencia boas práticas turísticas e ambientais numa altura em que a reduzida fiscalização e implementação de princípios e regras tem permitido que inúmeras entidades vendam os seus produtos sob o lema da sustentabilidade sem nada fazerem para apoiar esse mesmo conceito (Mbaiwa & Stronza, 2009).

Tal como o PNTN, as Cartas de Desporto de Natureza foram desenvolvidas para regular e qualificar a oferta de experiências turísticas na natureza nos espaços integrantes do Sistema Nacional de Áreas Classificadas (SNAC).

Este documento, através do Decreto Lei n.º 18/99 de 27 de agosto, estabeleceu e regulou as diferentes atividades de animação turística, desporto de natureza e interpretação ambiental por meio do estabelecimento de determinados parâmetros aos quais estas têm que obedecer.

Em consequência, todas as áreas protegidas devem proceder à elaboração de uma carta de desporto de natureza e um regulamento, estipulando determinadas regras e orientações para cada modalidade, incluindo os locais de realização das mesmas, a época do ano nas quais estas se realizam e a capacidade de carga a respeitar (Oliveira, 2013). De igual modo, este decreto aconselha a implementação e discriminação de códigos de conduta, sinalização e acessos.

Estabelece também que o exercício destas atividades deve respeitar e promover as tradições locais, os produtos endógenos, a gastronomia e o bem-estar das populações, integrar a interpretação e divulgação dos valores naturais como forma de conservação e fornecer informações referentes a cada tipo de atividade para garantir a sua prática segura.

Atualmente, existem apenas 2 áreas em Portugal com cartas de desporto de natureza em vigor: O Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros (Portaria n.º 1465/2004, de 17 de dezembro) e o Parque Natural de Sintra Cascais (Portaria n.º 53/2008, de 18 de janeiro)¹⁹.

4.2. Procura turística: áreas protegidas, empreendimentos e animação

De acordo com o estudo do THR (2006), a procura pelo turismo de natureza a nível nacional era constituída maioritariamente pelo mercado doméstico (96%), sendo que apenas 4% era realizada por mercados estrangeiros. Em adição, era realizada, sobretudo, por motivação secundária, ou seja, como forma de complemento de outra tipologia turística.

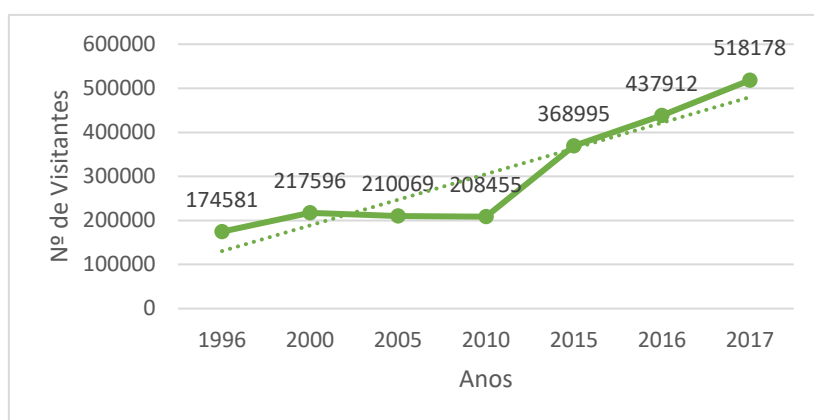
No entanto, mais de 10 anos depois, e segundo o PNTN, a procura pelo turismo de natureza na Europa continua a crescer a um ritmo médio anual de 5% (RMC n.º 51/2015, de 21 de julho de 2015) e Portugal continua a afirmar-se enquanto destino de natureza, destacando-se em plataformas como o *Best European Destinations* com destinos

¹⁹ <http://www.icnf.pt/portal/naturaclas/ordgest/cart-desp-nat>, consultado a 15/12/2016.

assinalados como os “melhores destinos para amantes de natureza” (Sintra, Madeira, Açores)²⁰ ou de ecoturismo (Faial)²¹.

A análise da evolução do turismo de natureza em Portugal é uma tarefa bastante complexa dada a relatividade e abrangência de atividades, turistas, motivações e territórios que esta tipologia pode englobar. Deste modo, para comprovar o seu crescimento a nível nacional, foram investigadas e analisadas três componentes que fazem parte tanto da procura como da oferta: a dimensão da procura pelas áreas protegidas e a dimensão da oferta de empreendimentos turísticos e de empresas de animação turística.

Em relação à procura, as áreas classificadas são ótimas fontes de dados pois, além de serem os destinos naturais mais procurados, estão em análise e monitorização constante, ao contrário do que ocorre com outras áreas naturais cujos números são, maioritariamente, desconhecidos (Coghlan & Buckley, 2013).



Fonte: Elaboração própria com base em <http://www2.icnf.pt/portal/turnatur/resource/doc/visit/visitantes-contactaram-AP-1996-2017.pdf>, consultado a 17/07/2018.

Figura 1: Números dos visitantes que contactaram as Áreas Protegidas, registadas pelo ICNF, nos anos de 1996, 2000, 2005, 2010, 2015, 2016 e 2017.

Com base nos dados disponibilizados pelo ICNF e apresentados na Figura 1, é possível constatar a evolução da procura turística por valores naturais e paisagísticos de elevada qualidade através da análise do número de visitantes que procuraram as áreas protegidas entre 1996²² e 2017. Deste modo, é possível verificar a existência de 3 etapas distintas de crescimento da procura.

A primeira etapa, compreendida entre 1996 e 2000, demonstra uma evolução moderada do número de visitantes, representativa do desenvolvimento e progressiva difusão das práticas associadas ao turismo de natureza.

²⁰ <https://www.europeanbestdestinations.com/destinations/best-destinations-for-nature-lovers>, consultado a 15/12/2016.

²¹ <https://www.europeanbestdestinations.com/destinations/eden>, consultado a 15/12/2016.

²² Data corresponde aos valores mais antigos disponibilizados por esta fonte.

Por outro lado, a segunda etapa, entre 2000 e 2010, foi caracterizada por uma ligeira quebra na procura, justificada pelo contexto económico que marcou o país durante esta década. Falamos de um período não só caracterizado por uma substancial abertura económica e cultural do país como também marcado por vários momentos de crise que não só afetaram Portugal como toda a Europa, impactando, de modo negativo, a compra de viagens e serviços turísticos.

No entanto, a terceira etapa, entre 2010 e 2017, revela uma recuperação considerável da tendência de crescimento do número de visitantes, realizada de modo constante e rápido, coincidente com as novas tendências turísticas mundiais, com a adoção do turismo de natureza enquanto produto turístico estratégico nacional e com a progressiva consolidação dos paradigmas de sustentabilidade e valorização do património natural.

Com base nestes dados, é possível prever uma continuação do crescimento da procura realizada, porventura, de forma mais rápida que nos anos anteriores.

No que concerne à oferta de empreendimentos de turismo de natureza, e como já foi referido, a tipologia estudada não integra nenhum tipo de alojamento específico, dependendo esta escolha do turista e das suas características/motivações.

Deste modo, um turista de natureza, segundo o artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 80/2017 de 30 de junho²³, pode ficar alojado em estabelecimentos hoteleiros, aldeamentos turísticos, apartamentos turísticos, conjuntos turísticos, parques de campismo e caravanismo, empreendimentos de turismo em espaço rural e empreendimentos de turismo de habitação.

Em Portugal, os empreendimentos de turismo de natureza, reconhecidos pela primeira vez pelo Decreto-Lei n.º 39/2008 de 7 de março e, recentemente, pelo Decreto-Lei n.º 80/2017 de 30 de junho, são caracterizados como “estabelecimentos que se destinem a prestar serviços de alojamento a turistas, em áreas classificadas ou noutras áreas com valores naturais, dispendo para o seu funcionamento de um adequado conjunto de instalações, estruturas, equipamentos e serviços complementares relacionados com a animação ambiental, a visitação de áreas naturais, o desporto de natureza e a interpretação ambiental”²⁴.

Para que um empreendimento turístico seja reconhecido como de turismo de natureza e possa ser identificado pela marca e logótipo oficial, este deve realizar um pedido de reconhecimento ao ICNF, entregar uma declaração de obediência a um conjunto de critérios ou a um código geral de conduta e, em alguns casos, participar voluntariamente num projeto destinado à conservação da biodiversidade.

Entre os critérios referidos acima enquadraram-se, por exemplo, a disponibilização de informação aos turistas sobre a fauna, flora e produtos endógenos; a cedência de informação sobre o nível de formação dos trabalhadores ou sobre boas práticas ambientais; a garantia de práticas ecologicamente sustentáveis e da formação do *staff*; a

²³ <https://dre.pt/home/-/dre/107596685/details/maximized>, consultado a 11/01/2017.

²⁴ <https://dre.pt/pesquisa/-/search/247248/details/maximized>, consultado a 11/01/2017.

divulgação de serviços complementares que proporcionem ao turista uma melhor experiência turística (n.º 1 do art.º 2 da Portaria n.º 261/09, 12/03)²⁵.

Atualmente, a nível nacional, e de acordo com dados mais uma vez divulgados pelo ICNF²⁶ em relação aos empreendimentos turísticos reconhecidos como turismo de natureza, existem 11 unidades de turismo no espaço rural (casas de campo e hotéis rurais), 5 parques de campismo e caravanismo e 2 unidades de turismo de habitação. Estes baixos números são facilmente justificados tanto pela resistência dos proprietários em obedecer às normas necessárias para o reconhecimento como por um profundo nível de desconhecimento e/ou desinteresse pela adesão à marca “Natural. PT”.

No entanto, esta situação revela, além de uma falta de controlo da qualidade dos alojamentos nacionais, uma fraca qualificação da oferta de turismo de natureza que, por sua vez, contraria os objetivos dos programas estratégicos nacionais, podendo afastar ou desiludir a procura.

Por fim, no que diz respeito à evolução da oferta de animação turística, observa-se um crescimento considerável do número de praticantes de atividades de recreação ao ar livre, o que se deve tanto ao crescente número de empresas de animação e de atividades inovadoras como às paisagens naturais de qualidade a nível nacional.

Contrariamente ao que ocorre com os empreendimentos, o reconhecimento das atividades de animação turística como turismo de natureza, de acordo com o que foi estabelecido no Decreto-Lei n.º 108/2009 de 15 de maio e republicado no Decreto-Lei n.º 186/2015 de 3 de setembro, é obrigatório nas áreas classificadas do SNAC “e fora dos perímetros urbanos e da rede viária nacional, regional e local, aberta à circulação pública”²⁷ e opcional nas restantes áreas.

Desta forma, são reconhecidas como atividades de animação turística todas aquelas com natureza recreativa, desportiva ou cultural que ocorram ao ar livre e que tenham interesse turístico no destino.

Para o reconhecimento, e de acordo com o Decreto-Lei n.º 186/2015 de 3 de setembro, é necessária a apresentação de um pedido de reconhecimento e a adesão a um código de conduta e a um projeto de conservação (opcional)²⁸.

O reconhecimento das empresas de animação serve para garantir boas práticas ambientais e o exercício da atividade turística em prol do desenvolvimento económico local. Por estes motivos, as empresas são obrigadas a responsabilizar-se pela segurança e comportamentos dos seus clientes, a garantir baixo impacte ambiental, a respeitar as comunidades e o património móvel e imóvel e a cumprir as diretivas dos instrumentos reguladores.

²⁵ <http://www.icnf.pt/portal/turnatur/empreen/resource/doc/crit-reconh>, consultado a 11/01/2017.

²⁶ <http://www2.icnf.pt/portal/turnatur/empreen/resource/doc/lista-etn-23jun2017>, consultado a 17/07/2018.

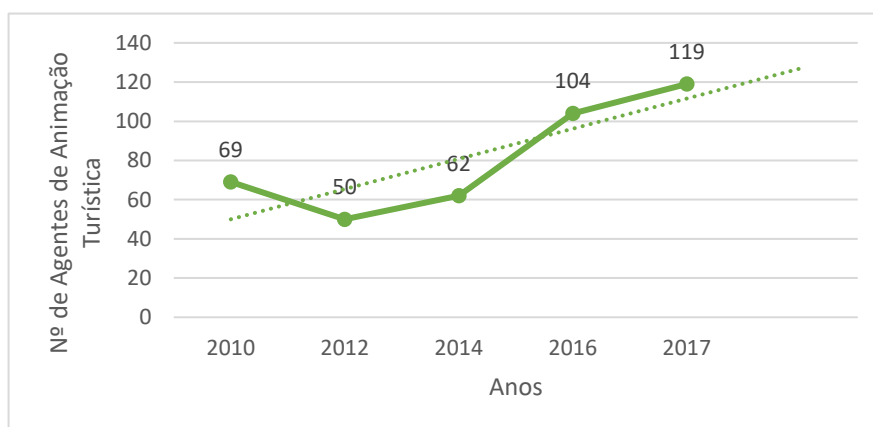
²⁷ <http://www.icnf.pt/portal/turnatur/ativ/at-reconh>, consultado a 14/02/2017.

²⁸ *Idem*.

Como base de dados para as empresas de animação turística ou operadores foi criada a RNAAT, onde estão disponíveis os dados das empresas registadas e reconhecidas e o tipo de atividades que estas desenvolvem.

A partir da análise da Figura 2, que apresenta dados relativos ao período compreendido entre 2010 e 2017, é observável uma evolução inconstante do número de registos dos agentes de animação turística reconhecidos em Portugal. Apresentando uma ligeira quebra entre os anos de 2010 e 2012, é, após essa data, notório um crescimento progressivo e estável do número de registos, especialmente entre 2014 e 2016.

Em adição, no presente ano de 2018²⁹, já foram realizados 70 novos registos, sendo ainda expectável uma expansão deste valor até ao final do ano.



Fonte: Elaboração própria com base em

<https://rnt.turismodeportugal.pt/RNAAT/ConsultaRegisto.aspx?Origem=CP&FiltroVisivel=True>, consultado a 17/07/2018.

Figura 2: Número de empresas de animação turística que foram registadas no RNAAT, nos anos de 2010, 2012, 2014, 2016 e 2017, com reconhecimento de atividades de Turismo de Natureza em Portugal³⁰.

Após a análise da evolução da procura pelas áreas naturais e classificadas e da oferta de empreendimentos de turismo de natureza e de empresas de animação turística, é possível assumir que esta tipologia começa, de facto, a assumir uma importância considerável no panorama turístico nacional aliada a um forte planeamento, realizado de modo integrado e coordenado, que procura o desenvolvimento de experiências construídas com base na qualidade e sustentabilidade.

Com isto, encerramos a componente teórica desta investigação e partiremos para uma análise mais detalhada do desenvolvimento do turismo de natureza no território da Serra da Lousã, cujos valores naturais e culturais se destacam na Região Centro de Portugal.

²⁹ Entre o dia 01/01/2018 e 17/07/2018.

³⁰ Os valores apresentados para cada ano foram reunidos por meio da consulta do número de registos efetuados entre o primeiro dia do mês de janeiro desse ano e o primeiro dia de janeiro do ano seguinte.

Ansião, Penela e Vila Nova de Poiares. Aí as densidades populacionais são mais elevadas (...) em relação ao padrão do Pinhal Interior Norte (PIN), a variação da população residente aproxima-se do sinal positivo, ou é francamente positiva, e o carácter urbano é mais expressivo. A capital regional, a cidade de Coimbra, pólo estruturante de um sistema urbano com mais de 300 mil habitantes, interfere de forma mais ou menos significativa na alteração das suas estruturas demográficas, económicas e sociais” (Carvalho, 2009, p. 250).

Por outro lado, e também de acordo com este autor, já o setor meridional oriental do Pinhal Interior Norte, com um carácter marcadamente montanhoso, enfrentava problemas profundos como os difíceis acessos viários, a orografia acidentada, as fragilidades decorrentes da base produtiva, a baixa densidade das estruturas organizativas formais, o decréscimo demográfico, o despovoamento das aldeias serranas e o envelhecimento da população. Para além da dispersão da propriedade fundiária, do abandono das áreas agrícolas e de pastoreio e do absentismo dos proprietários, observa-se uma progressiva degradação ambiental das áreas florestais o que, por sua vez, conduz a um aumento anual do risco de incêndio. Finalmente, e contrariando os objetivos existentes de desenvolvimento económico e cultural da região, existe ainda um panorama de subaproveitamento dos recursos naturais locais (Carvalho, 2009).

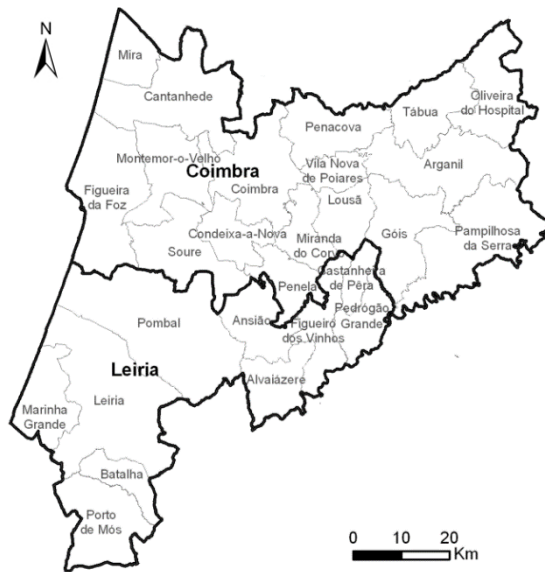
Apesar da coexistência de duas realidades distintas no contexto serrano, com espaços urbanos e de elevada densidade populacional e espaços isolados, rurais e despovoados, são estes últimos que acabam por adquirir mais relevância nesta investigação.

Entretanto, a nomenclatura acima mencionada foi alterada, entrando em vigor uma nova forma de divisão regional - NUTS 2013. Com base nesta, a Serra da Lousã encontra-se hoje inserida nas regiões de Coimbra e de Leiria (NUTS III), ilustradas na Figura 4.

A Região Centro, com um total de 2 243 934 residentes³², apresenta uma grande diversidade de recursos naturais e de contextos demográficos, culturais, económicos e paisagísticos. Em adição, e mantendo, claramente, dinâmicas semelhantes às acima retratadas, é composta tanto por grandes ou médios centros urbanos como por pequenas regiões ou povoados isolados de baixa densidade demográfica.

Analisando de modo mais específico, e de acordo com Carvalho (2009), a Serra da Lousã encontra-se repartida em 7 municípios distintos: Lousã, Góis, Miranda do Corvo, Castanheira de Pêra, Figueiró dos Vinhos, Pedrógão Grande e Penela (Figura 5).

³² Estes valores dizem respeito ao ano de 2016 e foram apurados a partir da consulta do Anuário Estatístico da Região Centro de 2016 (INE, 2017).



Fonte: adaptado de <http://www.ccdrc.pt/>.
Figura 4: Mapa das Regiões de Coimbra e Leiria.



Fonte: adaptado de <http://www.ccdrc.pt/>.
Figura 5: Mapa dos municípios da Serra da Lousã.

Segundo este autor, “As freguesias do Coentral (Castanheira de Pêra), Castanheira de Pêra e Campelo (Figueiró dos Vinhos) marcam o coração da Serra. Em Aguda (Figueiró dos Vinhos), Vila Nova (Miranda do Corvo), Espinhal (Penela), Lousã e Alvares (Góis) a Serra ocupa cerca de 40 a 75% do seu território administrativo. Encontramos também algumas freguesias em que a Serra da Lousã ocupa até cerca de um terço da sua área: Góis, Vilarinho (Lousã), Figueiró dos Vinhos, Vila Facaia (Pedrógão Grande) e Pedrógão Grande. Em Miranda do Corvo, Serpins (Lousã) e Graça (Figueiró dos Vinhos) trata-se apenas de um pequeno retalho encravado na Serra” (Carvalho, 2009, p. 257).

A Serra da Lousã é um dos exemplos mais característicos das dinâmicas dos territórios de montanha em Portugal. Apesar de não atingir altitudes tão elevadas como outros pontos montanhosos nacionais ou da Europa, a relação entre os seus vigorosos traços orográficos e os modos de vida distintos que, até aos anos 70 do século XX, marcaram este território, reforçou o seu estatuto enquanto área de índole serrana nacional (Cunha, 2003).

Caracterizada por uma acentuada altitude e por fortes declives, especialmente nas vertentes setentrionais, encontra diferenças dos 200 aos 1205 metros, onde está localizado o seu ponto mais elevado denominado de Alto do Trevim. Os seus declives alternam com patamares de perfil mais ondulado e aplanado de onde surgem locais geomorfologicamente importantes como o Planalto de Santo António da Neve (Carvalho, 2009).

A paisagem natural da Serra da Lousã é também assinalada por numerosos vales profundos, frequentemente, preenchidos por diversas linhas de água, situadas a grande proximidade das aldeias serranas. Segundo Carvalho (2009), a serra separa hidricamente

as bacias do Mondego e do Zêzere que alimenta por meio de rios como o Sótão e o Arouce e de ribeiras como as de Alge, Pêra e Mega.

De formação maioritariamente xistosa e pré-câmbrica e com impressionantes cristas quartzíticas, acompanhadas por depósitos ou cascalheiras,³³ e granitoides, a serra detém elevado valor paisagístico a nível nacional considerando as propriedades diversas que a caracterizam.

De acordo com o Atlas Desportivo da Lousã (Cordeiro, 2007), a serra funciona ainda como um elemento de divisão entre um clima mais húmido, típico das regiões do litoral, e um clima mais seco e com fortes oscilações térmicas, característico do interior, e como um obstáculo à passagem de massas de ar, interferindo nos níveis de pluviosidade da região.

Também a vegetação aqui existente é extremamente diversificada, embora se possa supor que os exemplares hoje visíveis se distanciaram, ao longo do tempo, da vegetação original. Em áreas elevadas e com solos relativamente mais pobres, encontram-se espécies como urzes, giestas, tojo e carqueja. Já entre as espécies mais comuns destacam-se o carvalho-roble, o castanheiro, o carrasco, o sobreiro e, com uma maior expressão, o pinheiro bravo, o eucalipto e a acácia.

Em relação à sua fauna, este território engloba importantes áreas de conservação de espécies ameaçadas como o lagarto-de-água, a salamandra-lusitana, a rã-ibérica, a lontra e o falcão-peregrino, contando ainda com a existência do corso, do veado ou do javali. O regresso do veado-vermelho à serra foi um evento bastante comentado pela imprensa nacional, aumentando, nos turistas, a curiosidade em observar novamente esta espécie cuja reintrodução em *habitat* natural se iniciou em 1994, apresentando atualmente uma população estável (Cordeiro, 2007).

A importância do contexto ambiental deste território justificou a sua inserção na Rede Natura 2000, a qual foi instituída por meio da RCM n.º 76/2000 de 5 de julho abrangendo uma área de 15158 hectares partilhada apenas pelos cinco municípios (Castanheira de Pêra, Figueiró dos Vinhos, Góis, Lousã e Miranda do Corvo) que integram este SIC³⁴.

Desta forma, quando analisados os sete municípios que consideramos, nesta investigação, integrar este complexo, verificamos que existe um número de hectares classificados superior ao referido.

De acordo com o Anuário Estatístico da Região Centro de 2016 (INE, 2017), neste ano, a Lousã detinha, no âmbito da Rede Natura 2000, um total de 3797 hectares classificados, Góis apresentava 4531 hectares classificados, Miranda do Corvo apresentava 1355 hectares, Castanheira de Pêra detinha 3004 hectares classificados e a

³³ De acordo com ICNB – Plano Sectorial da Rede Natura 2000: <http://www.icnf.pt/portal/naturaclas/rn2000/resource/docs/sic-cont/serra-da-lousa>, consultado a 20/03/2017.

³⁴ As áreas naturais de Pedrógão Grande não se encontram classificadas na Rede Natura 2000 e as de Penela não se encontram inseridas no Sítio de Importância Comunitária da Serra da Lousã, mas sim no Sítio de Importância Comunitária Sicó/Alvaiázere, no qual representa apenas 1% do sítio classificado que, por sua vez, ocupa 3% do município.

Figueiró dos Vinhos encontravam-se atribuídos 2470 hectares. Já Penela, inserida no SIC Sικό/Alvaiázere, apresentava cerca de 580 hectares classificados.

Em adição, várias áreas da Serra da Lousã encontram-se também inseridas na Reserva Ecológica Nacional (REN) que procura, através da imposição de condicionamentos de utilização das áreas com alto valor natural e ecológico, a proteção e manutenção dos ecossistemas e a “permanência e intensificação dos processos biológicos indispensáveis ao enquadramento equilibrado das atividades humanas” (Cordeiro, 2007, p. 43). Entre as áreas de maior importância e com estatuto de proteção/preservação, destacam-se as áreas de reprodução dos cervídeos e de conservação de espécies prioritárias.

Por último, este território possui ainda uma grande riqueza patrimonial e paisagística, oferecendo produtos endógenos e gastronómicos de enorme qualidade (como o mel da Serra da Lousã, a chanfana, as castanhas, os licores, as nozes ou o cabrito) e património construído e histórico de incalculável valor. Neste último, destacam-se as aldeias de xisto, localizadas nas áreas mais isoladas da serra, que hoje se apresentam como recursos turísticos estratégicos.

Por todos os valores acima enumerados, nomeadamente pela complementaridade entre os recursos naturais e culturais, e pela crescente procura, por parte dos turistas urbanos, por um maior contacto com a natureza e pela criação de experiências mais verdadeiras, este território revelou elevado potencial para o desenvolvimento de atividades de turismo de natureza.

Tendo consciência desta oportunidade, este produto foi assumido como estratégico pelas diversas entidades e agentes que administram a oferta turística na região, coordenando esforços na promoção, desenvolvimento e requalificação de um maior número de infraestruturas de apoio ao turismo, serviços e atividades.

5.2. Desvitalização e abandono

5.2.1. Declínio económico, social e territorial

A Serra da Lousã apresenta, nos dias de hoje, uma identidade muito vinculada ao seu passado, ao tradicionalismo e ao isolamento. Estes conceitos estiveram, desde sempre, associados a este território, enraizando-se progressivamente mais na identidade serrana percebida pela sociedade e nas características do território, bloqueando, até aos anos mais recentes, qualquer hipótese de modernização ou abertura.

Como Carvalho (2009) indica, “A “descoberta” e a divulgação da Serra da Lousã são fenómenos relativamente recentes, com ligação aos cultores da ciência, arte, literatura e jornalismo, que podemos reportar aos meados do século XIX.” (Carvalho, 2009, p. 244).

De acordo com este autor, a imagem da Serra da Lousã tem já um passado, embora breve, de caracterização cultural, paisagística e social em diversas plataformas artísticas como a literatura ou a pintura, destacando-se nomes como Miguel Torga, Mário Braga,

Carlos Reis ou José Malhoa. Estas plataformas enalteciam a serra, a sua fauna, a vegetação e, em especial, as suas gentes e o respetivo carácter tradicional, familiar e, simultaneamente, único.

No entanto, a primeira viagem realizada à Serra da Lousã, com o objetivo de visitação, foi apenas realizada em 1838, pelo professor Adrião Pereira Forjaz de Sampaio. Somente após esta, se somaram outros viajantes como Alexandre Herculano, Bernardino de Barros Gomes ou Júlio Henriques (Carvalho, 2009).

Deste modo, a identidade deste território tardou a ser associada a valores turísticos ou ao conceito de lazer, sendo que a sua valoriza o enquanto destino apenas ocorreu, de modo mais formal, no início do século XX por iniciativa do município da Lousã em divulgar o território da serra como recurso turístico (Carvalho, 2009).

Esta demora, pode dever-se a vários fatores, especialmente às características geomorfológicas do território,   vulnerabilidade ambiental local e ao contexto socioecon mico da região.

Tais fatores ditaram as formas de ocupa o da terra e de utiliza o da montanha, onde surgiram alguns povoados em áreas maioritariamente florestais, mas que possibilitavam a prática de alguma atividade agrícola. Estes núcleos, construídos com recurso   madeira, ao granito, ao quartzito e ao xisto, ainda hoje se encontram preservados e ativos, representando, atualmente, um dos principais recursos turísticos deste destino (Moreira, 2011).

Após a análise de investiga es como as de Monteiro (1985), Carvalho (2009) ou Moreira (2011), concluímos que não existe data especifica para a ocupa o das aldeias serranas da Lousã. Algumas versões e opiniões apontam para uma possível descendência castreja³⁵. Embora não existam provas desta herança, existem documentos que comprovam a existência de alguns povoados no século XV, sendo a existência das aldeias serranas amplamente reconhecida ao longo dos séculos XVI e XVII. Este período coincide com a difusão de novas espécies que permitiram uma subsistência mais fácil mesmo em solos tão pobres (como o milho americano, o feijão e a batata), o que, por sua vez, deu liberdade   fixa o de popula o nas áreas mais isoladas (Carvalho, 2009).

As comunidades que nestas aldeias residiam demonstravam valores muito marcados, que ainda hoje permanecem no imaginário urbano. Observadas como povos duros, toscos, “brutos”, analfabetos, poupados e fortes, estas trabalhavam em pequenas parcelas de terra extremamente marcadas pela erosão e sob condi es atmosféricas debilitantes capazes de condicionar ou mesmo destruir as agriculturas locais.

Dominava o exercício de uma atividade “agro-silvo-pastoril de montanha” (Carvalho, 2009, p. 360), onde a agricultura sobressaía enquanto atividade principal para a autossubsist ncia local. Esta “exigia muito esforço e rendia pouco, devido ao facto de as terras serem pobres, com declives muito acentuados e pouco apropriadas para a agricultura – entre superfície e rocha, havia apenas uma camada de terra muito fina (...)”

³⁵ Povos que habitaram diversas regiões da Pen sula Ibérica por volta do século V a.C.

(Moreira, 2011, p. 25). Também Monteiro (1985) refere que “Tão acentuado era o declive que não havia a possibilidade de fazer socalcos – ou se havia «tabuleiros» eram minúsculos” (p. 47). Para a manutenção destes, era exigido o transporte anual de solo face ao desgaste causado pela erosão e precipitação frequente. Por outro lado, a estrutura da propriedade fundiária padecia de uma excessiva divisão dado que estes terrenos agrícolas eram transmitidos e divididos igualmente pelas gerações seguintes. Os mesmos, eram utilizados de modo contínuo, não existindo períodos de descanso do solo. Isto, por sua vez, conduziu a uma exploração excessiva do ambiente natural e dos recursos locais (Monteiro, 1985; Carvalho, 2009).

Todo o trabalho era feito através de mão de obra humana, sendo a utilização de gado, ou qualquer outro meio tecnológico mais avançado, extremamente rara, pois apenas os proprietários com maiores posses tinham acesso a estes recursos. No entanto, o exercício da agricultura não se mostrava suficiente para a existência de algum tipo de rendimento extra. Por este motivo, a criação de gado caprino para venda (da sua carne, queijo ou leite) traduzia-se numa forma de rendimento complementar que permitia a realização de trocas comerciais. Porém, também esta atividade foi gradualmente diminuindo em consequência da substituição das áreas de pastagem por áreas florestais (Monteiro, 1985; Carvalho, 2009; Moreira, 2011).

Por outro lado, estas comunidades viviam em extremo isolamento causado pelas características do território e do clima que condicionavam os acessos, especialmente no inverno devido à neve e ao frio. Em raros casos, existia contacto ocasional entre as populações serranas em romarias, festas religiosas ou durante a realização de acordos comerciais (Moreira, 2011).

Consequentemente, estas comunidades focavam-se no trabalho e na família, sendo extremamente fechadas a influências culturais e sociais externas. Embora isto tenha permitido a preservação dos traços, tradições e práticas culturais, que são hoje extremamente valorizadas no turismo, provocou também uma resistência extrema à modernização, cujas consequências são ainda hoje observáveis.

Ainda assim, a população serrana cresceu de modo gradual, apesar das condições de vida se manterem muito difíceis. Os recursos locais continuavam a ser incessantemente explorados e o pagamento dos elevados impostos tornava-se sufocante face aos rendimentos que não aumentavam. Simultaneamente, as áreas florestais perdiam o seu valor ambiental, transformando a serra numa área degradada a nível ambiental por meio da desflorestação e degradação da vegetação local (Carvalho, 2009).

Tal situação levou a que as gerações mais jovens, em particular, procurassem, através da emigração, por melhores condições no exterior. Facilmente motivados por oportunidade existentes nos centros urbanos e permitidas pela industrialização, os jovens abandonaram as suas terras e a árdua vida a que estavam sujeitos e rumaram para cidades nacionais como Coimbra ou Lisboa ou mesmo para o estrangeiro para países como o Brasil ou os Estados Unidos (Monteiro, 1985; Cravidão, 2008; Carvalho, 2009). Esta

tendência, causou, inevitavelmente, danos irreparáveis no contexto serrano, conduzindo ao abandono das aldeias, dos campos e das identidades locais.

Existiram duas vagas migratórias decisivas para o panorama atual da Serra da Lousã e reconhecidas pelos vários autores que estudaram este caso particular como Monteiro (1985), Carvalho (2009) e Moreira (2011).

A primeira vaga, tem início na segunda metade do séc. XIX e é representada por migrações sazonais, para as regiões do Alentejo e Espanha. Estas não tiveram muito impacto para as dinâmicas económicas e demográficas da serra pois focavam-se, maioritariamente, em trabalho temporário cujo retorno era praticamente certo. Em adição, quem partia eram os jovens do género masculino, ficando as mulheres e as crianças em casa. Na última parte deste mesmo século, este território assistiu a um agravamento da situação económica destas comunidades e a um conseqüente aumento dos fluxos migratórios que assumiram, desta vez, um carácter permanente com novos destinos: Lisboa, Brasil e E.U.A. Assim, a serra tornou-se um local de estagnação e de pobreza irremediável, onde o investimento económico era algo insustentável dado o isolamento e resistência à modernização.

Independentemente da dimensão que a emigração começava a assumir nestes territórios, assistiu-se, até aos anos 40 do século XX, a um crescimento demográfico da população de várias aldeias serranas impulsionado pelas ajudas económicas provenientes de quem trabalhava no exterior (Monteiro, 1985).

Porém, as dificuldades de sobrevivência das comunidades locais mantinham-se e a capacidade de atração e fixação da serra continuava a diminuir ao mesmo tempo que questões como a ausência de oportunidades profissionais, a debilidade das estruturas sociais e as fracas acessibilidades se tornavam progressivamente mais insustentáveis quando comparadas ao contexto económico do mundo industrializado que rodeava esta “ilha” natural. Estas dificuldades, associadas a um processo de florestação dos baldios serranos encabeçado pelo Estado Novo ao abrigo do regime florestal, acabaram por condenar a sobrevivência destas comunidades, conduzindo à segunda vaga migratória na última metade do século XX.

Em virtude da livre exploração dos recursos naturais da Serra da Lousã por parte dos serranos, esta encontrava-se num grave estado de desflorestação, que, por sua vez, levou a Câmara Municipal da Lousã a pedir, no início do século XX e por falta de meios económicos próprios, que fosse iniciado um processo de florestação dos baldios serranos dirigido pelos Serviços Florestais Nacionais³⁶. Embora não tenham sido claras todas as razões que motivaram esta decisão, tomada com notória rapidez (Monteiro, 1985), são referidos, por Carvalho (2009), interesses económicos baseados na valorização da serra.

Por outro lado, e embora este projeto tenha manifestado alguns impactes positivos no contexto ecológico e paisagístico deste território como a arborização da serra, a

³⁶ Integradas na Serra da Lousã, também as áreas florestais de Góis, Miranda do Corvo, Castanheira de Pêra, Figueiró dos Vinhos e Penela foram afetadas pelo regime de florestação (Carvalho, 2009).

regularização dos cursos de água e a redução dos processos erosivos (Monteiro, 1985; Carvalho, 2009), este também conduziu à redução do “poder dos lugares rurais” (Monteiro, 1985, p. 188) e ao seu conseqüente declínio.

De facto, foi sentido pelos habitantes da Serra que as suas necessidades não foram respeitadas, existindo um conflito entre os interesses das entidades municipais/nacionais e das comunidades locais (Monteiro, 1985; Carvalho, 2009). Considerando que as principais atividades económicas, essenciais para a sobrevivência dos povoados, se baseavam na venda e produção de carvão (produzido a partir de raízes e madeira extraída dos baldios serranos), na agricultura, na recolha de lenha e mato e na pastorícia, é evidente que este processo, ao procurar florestar as áreas de extração e produção, iria obrigar o abandono destas mesmas atividades, impedir o acesso aos recursos naturais e comprometer o futuro deste território enquanto espaço produtivo (Monteiro, 1985; Carvalho, 2009; Moreira, 2011; Hespanha, 2017). Deste modo, e como referiu Carvalho (2009, p. 377), este confronto entre duas formas distintas de utilização das áreas serranas pôs “(...) em causa a relação entre recursos endógenos, território e desenvolvimento social e económico”.

Em conseqüência, os fluxos migratórios adquiriram maior expressão e, após os anos 40, os mais jovens abandonaram, quase na totalidade, as aldeias, sobrando apenas a população idosa que, com poucos recursos e baixo nível de educação, acabou também por, mais tarde, partir para junto das suas famílias, onde podia usufruir de melhores condições. Como resultado, várias aldeias serranas ficaram despovoadas ou com uma população residente muito envelhecida.

Apresentamos abaixo o Quadro 4 que demonstra os impactes das duas vagas migratórias acima referidas na evolução da população serrana, compreendendo um intervalo de tempo desde o final do século XIX até ao início do século XXI.

Quadro 4: Evolução da população residente nas aldeias serranas da Lousã entre 1885 e 2001.

Aldeias Serranas	População Residente							
	1885	1911	1940	1960	1981	1991	2001	2011
Candal	112	129	201	100	19	22	2	3
Casal Novo	65	58	79	43	0	0	0	0
Cerdeira	70	75	79	51	0	8	0	4
Talasnal	74	129	135	90	2	2	2	1
Vaqueirinho	29	43	46	29	0	7	3	4
Silveiras	105	108	99	41	0	0	0	0
Chiqueiro	23	11	45	26	4	4	3	2
Catarredor	69	109	120	67	2	5	15	11
Total:	547	662	804	447	27	48	25	25

Fonte: Elaboração própria com base em Carvalho (2009), Moreira (2011) e INE (2012).

Nota: Os valores populacionais relativos às aldeias de Cerdeira e Silveiras, em 2011, baseiam-se somente no conhecimento real do território, uma vez que não existe informação sobre estes lugares em INE (2012).

Fruto do abandono, as infraestruturas e espaços que até então integravam o dia a dia das comunidades locais, como habitações, escolas, igrejas ou campos agrícolas, de pastoreio e baldios, deixaram também de ser utilizados, demonstrando progressiva degradação.

Por este motivo, acompanhando as vagas migratórias, o interesse económico e cultural destas localidades foi diminuindo, passando estas de locais de trabalho e produção a locais de estagnação cultural e socioeconómica, onde o desenvolvimento não era observado nem ponderado e o investimento económico não apresentava muito interesse.

5.2.2. Impacte das vagas migratórias na demografia atual

O progressivo abandono das aldeias da Serra da Lousã não ocorreu como um caso isolado. Apesar de revelarem maior impacte nos microterritórios das aldeias serranas, as tendências migratórias provocaram também danos profundos, e ainda hoje visíveis, em vários municípios do interior da Região Centro de Portugal. Apesar destes territórios terem uma dimensão notoriamente superior e centros urbanos com maior dinamismo económico e cultural, a sua localização continuou a ser observada como uma deficiência grave aos olhos dos seus habitantes que optaram por procurar por novas oportunidades nas cidades do litoral. Por este motivo, as regiões do interior, mais isoladas e de menor dimensão, foram as primeiras a verificar uma perda populacional considerável.

Quadro 5: População residente nos municípios integrados na Serra da Lousã entre 1911 e 2011.

Distribuição Geográfica	1911	1940	1960	1981	1991	2001	2011	Variação (1911-2011) Nº/ %	
Lousã	12358	14525	13900	13020	13447	15753	17604	5246	42,45%
Góis	12466	12488	9744	6434	5372	4861	4260	-8206	-65,83%
Miranda do Corvo	12859	13558	12810	12231	11674	13069	13098	239	1,86%
Penela	11932	11088	9438	8023	6919	6594	5983	-5949	-49,86%
Castanheira de Pêra	5608	6411	5739	5137	4442	3733	3191	-2417	-43,10%
Figueiró dos Vinhos	10201	12031	11545	8754	8012	7352	6169	-4032	-39,53%
Pedrógão Grande	7869	9250	8239	5842	4643	4398	3915	-3954	-50,25%
Pinhal Interior Norte	187737	203810	184849	152056	139413	138535	131468	-56269	-29,97%

Fonte: Elaboração própria com base em Carvalho (2009) e INE (1983a; 1983b; 1993; 2002; 2012).

A partir da análise do Quadro 5, é possível observar que os impactes das vagas migratórias sentidos nos valores demográficos dos lugares serranos ocorreram também num contexto mais abrangente e generalizado. Deste modo, foi nítida uma regressão dos valores populacionais, entre 1911 e 2011, em quase todos os territórios que constituem a Serra da Lousã.

Salvo o exemplo de Penela, que apresentou já uma diminuição inicial dos seus valores (-7%), todos os municípios apresentados se depararam com um crescimento das suas populações na primeira metade do século XX (entre 1911 e 1940), tendência também observada nas aldeias serranas.

Todavia, após a década de 40, todos os municípios perderam, gradualmente, uma parte significativa da sua população, retratando a escolha de partir tomada por milhares de indivíduos que procuravam melhores condições de vida e oportunidades no estrangeiro ou nas cidades do litoral. Em adição, esta situação não se voltou a reverter na grande maioria dos territórios apresentados, especialmente naqueles que sofrem de maior isolamento e afastamento das cidades de maior dimensão como Coimbra e Leiria. O município mais penalizado pelas vagas migratórias foi o de Góis que, num século, terá perdido cerca de 65% da sua população, seguindo-se de Pedrógão Grande, Penela, Castanheira de Pêra e Figueiró dos Vinhos.

Somente os municípios da Lousã e de Miranda do Corvo apresentaram uma recuperação dos seus valores demográficos a partir da década de 90 do século XX e na primeira década do século XXI, respetivamente. De forma complementar, o crescimento demográfico observado na Lousã foi de tal modo expressivo que terá mesmo ultrapassado os valores da década de 40 do século XX, altura na qual a maioria dos municípios apresentou o seu máximo populacional.

Porém, é importante referir que tanto a Lousã como Miranda do Corvo se encontram relativamente próximas da cidade de Coimbra, quando em comparação com os restantes municípios, usufruindo também de melhores acessos. Por este motivo, muitos indivíduos optam por residir nestes territórios deslocando-se, todos os dias, para Coimbra por motivos profissionais. Somando ainda o custo de vida ligeiramente mais baixo que nestes se pode experienciar, especialmente na compra e arrendamento de habitação, é compreensível que ambos os municípios tenham observado um crescimento populacional, enquanto os restantes, mais longínquos, continuem a padecer de uma perda demográfica.

Deste modo, é possível concluir que, de forma generalizada e salvo raras exceções, se verificou e, todavia, se verifica, tanto nos municípios como nos pequenos lugares serranos, uma tendência de despovoamento.

Finalmente, e considerando as aldeias inseridas na Rede das Aldeias do Xisto, por estas representarem os atuais lugares turísticos da Serra da Lousã, investigámos a evolução dos valores da população residente de cada aldeia entre os anos de 2001 e 2011 (Quadro 6).

Quadro 6: População residente nas Aldeias do Xisto da Serra da Lousã nos anos de 2001 e 2011.

Aldeias do Xisto da Serra da Lousã	População residente		Taxa de variação
	2001	2011	Nº
Aigra Nova	8	4	- 4
Aigra Velha	5	3	- 2
Candal	2	3	1
Casal Novo	0	0	0
Casal de São Simão	5	5	0
Cerdeira	0	4	4
Chiqueiro	3	2	- 1
Comareira	6	4	- 2
Ferraria de São João	63	43	- 20
Gondramaz	9	4	-5
Pena	25	14	- 11
Talasnal	2	1	- 1
Total	128	87	-41

Fonte: Elaboração própria com base em Carvalho (2009), INE (2002; 2012) e Alves (2014).

Nota: Os valores populacionais relativos à aldeia de Cerdeira, em 2011, baseiam-se somente no conhecimento real do território, uma vez que não existe informação sobre este lugar em INE (2012).

De modo praticamente uniforme, e de forma semelhante aos exemplos acima referidos, observamos um decréscimo dos valores populacionais na vasta maioria das aldeias neste período de tempo. Por outras palavras, das 12 aldeias mencionadas, 8 observaram uma redução da sua população residente.

Apenas as aldeias do Candal e de Cerdeira apresentaram um crescimento mínimo da sua população, somando um total de 5 habitantes, num período de 10 anos. Por outro lado, aldeias como o Casal Novo ou o Casal de São Simão mantiveram os seus valores. É, no entanto, importante referir que Casal Novo não dispunha de qualquer residente em nenhuma das datas, estando hoje completamente limitado ao seu papel turístico. Já a aldeia de São Simão, embora tenha mantido os seus valores populacionais e demonstre capacidade de fixação da população residente, representa também uma deficiente capacidade de atração e fixação de novos moradores.

De todas as aldeias apresentadas, destaca-se a Ferraria de São João que, apesar de também demonstrar decréscimo demográfico, é, entre todas, a aldeia com maior população residente, tendo cerca de 40 habitantes. Estes valores que a aldeia consegue manter, apesar de se encontrar localizada a cerca de 600 metros de altitude, devem-se sobretudo aos seus melhorados acessos que permitem encurtar a distância entre esta e a vila principal (Penela), contrariando, com algum sucesso, possíveis sentimentos de isolamento e reclusão por parte dos seus habitantes. Tal já não ocorre com aldeias que,

embora partilhem a mesma altitude ou revelem altitudes menores³⁷, têm acessos mais difíceis e morosos³⁸.

Após esta, é a aldeia da Pena (Góis) que revela maior dimensão populacional apresentando, no ano de 2011, 14 residentes e revelando também uma redução dos seus valores a partir de 2001. Em relação às restantes aldeias, todas tinham, em 2011, menos de 5 habitantes, indicando as repercussões das vagas migratórias já mencionadas.

5.3. Construção e promoção do destino turístico

5.3.1. Das primeiras iniciativas à residência secundária

Como abordado anteriormente, a promoção da Serra da Lousã enquanto destino turístico foi um processo moroso e tardio que se começou a desenvolver em simultâneo ao abandono das atividades produtivas e das infraestruturas encontradas nas aldeias serranas.

No início do século XX a criação da Comissão Municipal de Turismo e a classificação da Lousã enquanto “Estância de Repouso e Turismo”³⁹ demonstraram a existência de uma nova interpretação, por parte das entidades municipais, do território serrano. Em virtude desta nova mentalidade, a Lousã procurou integrar, a partir da década de 20, a serra nos seus roteiros turísticos, encarando-a como um recurso estratégico no mercado do turismo alternativo capaz de entregar experiências relacionadas com o relaxamento e a ruralidade (Carvalho, 2009). Por outras palavras, e como Carvalho (2009, p. 248) refere, “A Serra, até então sinónimo de paisagens desoladoras, feias e hostis, e de lugares e territórios repulsivos, começa a ser interpretada como um recurso, um trunfo para afirmar a Lousã no universo emergente do turismo”.

Em consequência, começaram a ser realizadas algumas obras que pretendiam acelerar a “metamorfose” da Serra da Lousã em destino turístico. Estas envolveram a construção de uma estrada panorâmica, miradouros, áreas de lazer, estradas florestais e caminhos que facilitavam o acesso às aldeias (Carvalho, 2009). Neste processo teve bastante relevância a implementação do regime de florestação dos baldios serranos que, em consequência, permitiu a recuperação dos valores naturais da Serra e a restituição da beleza e qualidade paisagística de um território outrora privado dessas valências fruto da continuada exploração realizada pelos serranos. Desta forma, já neste período, foi reconhecido que “os Serviços Florestais são os melhores cooperadores do turismo da Lousã, por tornarem a sua Serra, de feia, hostil e selvagem, como era outrora, em pitoresca, acessível e acolhedora” (Monteiro, 1985, p. 188 cit. Lemos, 1950, p. 88). Por este motivo, e apesar

³⁷ As diversas aldeias da Serra da Lousã encontram-se distribuídas entre os 300 metros e os 700 metros de altitude.

³⁸ Como o Candal, Chiqueiro e Cerdeira que se situam também a cerca de 600 metros de altitude ou como o Casal Novo, a Pena e o Talasnal que se situam a cerca de 500 metros de altitude.

³⁹ Segundo o Decreto lei nº 17259 de 1929.

dos impactes negativos para as comunidades locais, a arborização da Serra acabou por contribuir para a formação da imagem turística da Lousã (Carvalho, 2009).

Assim sendo, a promoção turística nesta altura realizada referia já a importância de recursos estratégicos da Serra da Lousã como o Alto do Trevim, o Castelo e a Senhora da Piedade, elementos que ainda hoje se destacam no contexto turístico serrano (Carvalho, 2009).

Deste modo, os recursos e identidade serrana foram assumidos, de forma isolada, como integrantes da oferta turística da Lousã e não como elementos de uma área geomorfológica partilhada por vários territórios municipais.

No entanto, e como indica Moreira (2011), apesar da implementação destas medidas e intervenções, pouco mais foi feito para melhorar as condições de vida das comunidades serranas. Em sentido contrário, esta forma de promoção estava anexada aos interesses idílicos das entidades municipais envolvidas.

A partir dos anos 60, o abandono demográfico da Serra adivinhava um problema de dimensão preocupante e nos anos 80, a vasta maioria da população já havia migrado para outros territórios nacionais ou para o estrangeiro, existindo lugares totalmente despovoados. Devido a isto, outras consequências como a degradação do património construído e natural ou a desvitalização social e económica eram também notórias, não existindo qualquer tipo de medidas que procurassem inverter este rumo.

Todavia, ao mesmo tempo que os territórios de montanha refletiam um período de regressão e abandono, começavam a surgir alterações profundas na forma de pensar e planear estas áreas. O modelo economicista e produtivista que nestas se impunha foi gradualmente substituído por uma visão pós-produtivista que valorizava, sobretudo, as comunidades, o património rural, a natureza e o desenvolvimento local sustentável e ecológico (Carvalho, 2009). Começando a ser observadas como locais que permitiam uma libertação do cansaço e da rotina imposta pelo *stress* das grandes cidades, os turistas urbanos começaram a considerar estas áreas naturais como fonte de ócio.

Devido a isto, ao mesmo tempo que a Serra da Lousã se mostrava incapaz de fixar os seus habitantes locais, começou a receber renovada atenção por parte de um novo público urbano que lhe atribuiu novas formas de utilização das suas valências.

Com a progressiva dimensão da procura do lazer na natureza, rapidamente começaram a surgir novos habitantes nas aldeias da Serra da Lousã. Estes novos atores foram os principais elementos que tornaram possível a recuperação deste território, o reaproveitamento dos seus recursos e a criação do destino turístico que este é hoje.

Como referem Cravidão (2008), Carvalho (2009) e Moreira (2011), no lugar da população natural serrana, começaram a surgir, no final da década de 70 do século XX, novos habitantes. Estes partilhavam determinadas características como uma formação académica superior, uma ocupação profissional liberal e bem remunerada, um passado de residência em grandes centros urbanos e uma procura pelo relaxamento, contacto com a natureza e distanciamento do mundo urbano e da rotina.

Na área serrana integrada no município da Lousã, as aldeias do Talasnal e do Casal Novo, na altura desabitadas, foram as primeiras a ser procuradas. Mais tarde, este processo alargou-se a outras aldeias como o Candal e Cerdeira. A tendência de compra de habitações serranas continuou a progredir nos anos seguintes, tendo atingido um novo máximo na primeira metade da década de 80, justificado pelo baixo preço dos terrenos e das habitações.

As habitações, frequentemente em estado de degradação (Figura 6), começaram então a ser compradas e recuperadas de modo a permitirem o cumprimento de objetivos completamente contrários aos que ditaram a sua construção, servindo agora uma busca por tranquilidade (Cravidão, 2008).



Fonte: autora.

Figura 6: Habitações abandonadas na aldeia do Casal Novo.

Na reconstrução das habitações, não só foram utilizados materiais tradicionais como também adicionadas infraestruturas modernas como pátios e alpendres (Figura 7). A instalação de casas de banho e de infraestruturas sanitárias (divisão não existente nas casas serranas originais) foi uma das principais adições imediatas, representando uma necessidade não ultrapassável para uma nova população moderna. De igual modo, foram instalados eletrodomésticos que até então não existiam nestes locais como máquinas de lavar roupa ou louça (Cravidão, 2008).

Por outras palavras, os novos residentes procuraram conservar a tradição e o passado destas aldeias ao manter o estilo de decoração exterior que existia antes da sua chegada⁴⁰. Contudo, procuraram também atualizar o interior das habitações garantindo o conforto do mundo urbano e moderno (Pereira, 1988; Cravidão, 2008).

⁴⁰ Pereira (1988) registou, por meio de ilustrações (ver Anexo II), as paisagens das aldeias do Candal, Talasnal, Catarredor e Casal Novo no final da década de 80 do século XX, altura em que já era visível o processo de recuperação realizado pelos novos moradores.



Fonte: autora.

Figura 7: Habitação em reconstrução na aldeia do Casal Novo.

Estes novos residentes, que utilizavam a serra como residência secundária (durante períodos de férias ou fins de semana), ocupavam o tempo livre com atividades como a leitura, a jardinagem, a pesca e os passeios a pé pela serra (Pereira, 1988; Cravidão, 2008; Moreira, 2011).

Moreira (2011) destaca ainda a presença, na Serra da Lousã, de outro tipo de habitante o qual denominou de neo-rural ou “*hippie*”. Estes residentes, que representam uma minoria, procuraram, em particular, as aldeias do Catarredor, Chiqueiro e Vaqueirinho como residência primária, tendo como principal motivação um interesse mais profundo pelo contacto com o contexto natural nestes lugares presente.

Deste modo, a Serra da Lousã, que antes carregava conotações associadas com o isolamento e a rudez dos seus povos e das suas características, adquiriu, gradualmente, novos significados derivados do seu estatuto enquanto paisagem turística. Em consequência da recuperação realizada pelos novos moradores, os traços que antes marcavam este território negativamente começaram a ser considerados de forma positiva. Assim, a Serra da Lousã adquiriu novas conotações, hoje valorizadas no panorama turístico nacional e internacional, associadas com a tradição e originalidade dos seus recursos naturais e culturais. Com consciência disto, não são raras as expressões da cultura local (através da exposição de obras de artesanato ou pintura) dispersas pelas aldeias, especialmente daquelas com maior cariz turístico, sendo estas muito procuradas pelos turistas por lhes proporcionarem um maior contacto com as comunidades locais e com as atividades tradicionais, melhorando a experiência obtida (Figura 8).



Fonte: autora.

Figura 8: Pinturas em xisto com representações da fauna local expostas na aldeia de Cerdeira.

Atualmente, e como apresentado na Figura 9, a grande maioria das aldeias serranas detém algum tipo de infraestrutura orientada para a atividade turística, encontrando-se, com frequência, espaços como cafés, restaurantes tradicionais, alojamentos locais, lojas de artesanato, miradouros ou percursos pedestres, o que está sobretudo relacionado com as Aldeias do Xisto, como seguidamente explicamos. Estas valências turísticas servem uma crescente procura, especialmente na época alta e durante os fins de semana, períodos nos quais se observa superior fluxo turístico. No presente, destacam-se na oferta turística serrana, as aldeias de Cerdeira, Gondramaz, Candal e Talasnal onde se encontram as infraestruturas turísticas mais desenvolvidas e com maior dimensão e promoção.



Fonte: autora.

Figura 9: Sinalética informativa das infraestruturas de acolhimento turístico presentes nas aldeias de Cerdeira e do Talasnal, respetivamente.

Consciente da importância que os lugares serranos têm para a construção do imaginário turístico e para a qualidade da paisagem deste destino, Carvalho (2009) num

inquérito realizado às aldeias em 2003, apurou a dimensão da recuperação nas aldeias do Candal, Casal Novo e Talasnal. Este autor, concluiu que na aldeia do Candal, onde existiam 53 habitações, 62% já tinham sido recuperadas, 34% estavam por recuperar e 4% estavam em recuperação. Na aldeia do Casal Novo, das 28 habitações existentes, o autor apurou que 64% estavam recuperadas, 32% estavam por recuperar e 4% estavam também a ser recuperadas. Finalmente, entre as 55 casas presentes na aldeia do Talasnal, 49% já haviam sido recuperadas, outros 49% ainda não tinham sido afetadas por este processo e 7% estavam em recuperação.

É possível compreender, com base nestes dados, que o grau de regeneração destas aldeias se encontrava, em 2003, em estado muito avançado. Embora a aldeia do Talasnal tenha apresentado o menor número de habitações reabilitadas, era a que apresentava mais residências no total. É também importante assinalar que o processo de recuperação das aldeias pode ser extremamente demorado por vários motivos como o tempo de duração das obras, os difíceis acessos que complicam a transportação de materiais necessários e os custos elevados que estas exigem (Cravidão, 2008).

Com base nisto, é possível concluir que a “patrimonialização destas aldeias, impulsionada por população urbana”, foi uma das principais forças iniciais que permitiu a “descoberta e afirmação dos novos usos da montanha” (Carvalho, 2009, p. 351) e a valorização da serra aos olhos das entidades municipais, regionais e nacionais.

Torna-se assim, inquestionável o desenvolvimento das regiões serranas a nível turístico, alcançado através da valorização das comunidades e recursos existentes nos territórios rurais e de montanha, da crescente procura pelas áreas naturais e da recuperação patrimonial iniciada pelos novos residentes.

À medida que a Serra da Lousã se torna um produto turístico relevante e com dimensão no panorama do turismo nacional, surgem cada vez mais entidades e investidores privados com interesse na divulgação e criação de serviços associados ao património natural e cultural.

Apesar disto, é improvável que estas aldeias voltem a usufruir do mesmo dinamismo demográfico que tinham nos séculos XIX e XX pois, além dos difíceis acessos e isolamento, estas não detêm qualquer tipo de função administrativa, cumprindo hoje apenas o papel de locais de memória e fruição. Adicionalmente, a grande maioria das habitações representa o papel de residência secundária, não existindo uma população residente muito relevante. Apesar da evolução dos meios de transporte e comunicação e do desmedido aumento dos custos de vida (em particular da compra e arrendamento de casa própria) nos grandes centros urbanos, o isolamento e a distância que ainda separam as aldeias dos centros urbanos e culturais diminui o apelo que estas têm aos olhos de possíveis residentes, especialmente das camadas mais jovens da população.

Surge então a questão se será possível reverter também esta situação ou se este território se irá limitar, salvo raras exceções, a ser um destino turístico no presente e no futuro.

5.3.2. Rede das Aldeias do Xisto

Um dos instrumentos que mais contribuiu para o desenvolvimento turístico da Serra da Lousã e para a requalificação dos lugares serranos foi o Programa das Aldeias do Xisto (PAX) que, por meio do estabelecimento de estratégias e eixos de atuação, procurou desenvolver, a nível do turismo, o território abrangido pelo seu contexto de atuação.

Este programa teve início em 2000 através da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, no âmbito do III Quadro Comunitário de Apoio (2000-2006) apoiado pela Ação Integrada de Base Territorial do Pinhal Interior (AIBT-PI) do Eixo II do Programa Operacional da Região Centro.

O PAX orientou a sua estratégia para a estruturação do território serrano em diferentes áreas de atuação com base nos recursos turísticos mais fortes da região (aldeias, cursos de água e percursos pedestres). Deste modo, surgiu a Rede das Aldeias do Xisto, a Rede dos Caminhos do Xisto e a Rede das Praias Fluviais. Estas redes exigiram a participação de vários municípios e o estabelecimento de uma marca de elevado reconhecimento e de uma identidade comum.

Os principais objetivos do PAX residiam na melhoria das condições de vida das comunidades locais, na crescente valorização da identidade comunitária e na atração de novos habitantes, mais jovens e com mais formação, contrariando as dinâmicas de abandono, “desertificação” e emigração. Em adição, era desejada a preservação e promoção do património natural e cultural local, priorizando sempre a manutenção das atividades tradicionais.

Para tal, foi encarada como necessária a revitalização e requalificação das aldeias serranas e o desenvolvimento económico regional conseguido de modo integrado e sustentado alcançado por meio da implementação do turismo e da criação de emprego alicerçada na qualificação e formação dos trabalhadores e da população local.

Para que uma aldeia pudesse ser integrada no PAX, esta dependia da apresentação de um Plano da Aldeia que não só a caracterizava como definia as intervenções, de âmbito social e turístico, a serem realizadas. Estas poderiam incidir na recuperação das fachadas e telhados das habitações ou das calçadas, na instalação de saneamento e outras infraestruturas básicas e na requalificação dos espaços sociais. Simultaneamente, eram desenvolvidos novos percursos (pedestres e de BTT) e miradouros, eram melhorados os acessos rodoviários e requalificadas as praias fluviais da região (Carvalho, 2009).

A primeira geração dos Planos de Aldeia, em 2002, proporcionou a criação de uma rede com 8 aldeias, tendo, no mesmo ano, se juntado mais 15. De acordo com Carvalho (2009), nesse mesmo ano, cerca de metade das aldeias que se candidataram para este projeto pertenciam à Serra da Lousã. A partir deste momento, mais Planos de Aldeia foram aprovados e mais aldeias se uniram à causa deste programa.

Começaram também a ser estabelecidos novos eixos estratégicos como a consolidação de uma imagem promocional do território beirão, a criação de uma rede de

Lojas das Aldeias do Xisto, onde fosse possível a promoção e venda de produtos endógenos locais, a elaboração de um Plano de Animação Turística, o desenvolvimento de novas plataformas informativas da oferta e a criação da rede das Aldeias do Xisto e da Agência para o Desenvolvimento Turístico das Aldeias do Xisto (Carvalho, 2013).

No final do III Quadro Comunitário de Apoio, surgiu a ADXTUR (Agência para o Desenvolvimento Turístico das Aldeias do Xisto) que se baseia numa entidade, sem fins lucrativos, administrada de modo integrado por agentes privados, associações e entidades municipais que, por sua vez, unificaram a sua oferta sob uma só plataforma e uma identidade comum. Esta transversalidade permite a expansão da área de intervenção desta marca e um superior reconhecimento. Simultaneamente, esta entidade procura envolver as comunidades locais nas suas ações de modo a manter a autenticidade da sua oferta e a criar a experiência que os turistas anseiam. Desta forma, foi esta entidade que ficou encarregada da gestão do novo instrumento de apoio (PROVERE) para as Aldeias do Xisto em 2007-2013 e 2014-2020.

Atualmente, as Aldeias do Xisto são constituídas por 27 lugares e a ADXTUR configura uma parceria com 21 municípios e mais de 100 operadores privados⁴¹. A sua área de atuação compreende quatro áreas territoriais distintas: a Serra da Lousã, a Serra do Açor, o Zêzere e o Tejo-Ocreza.

A Serra da Lousã é a unidade territorial que mais lugares compreende, apresentando um total de 12 aldeias do xisto⁴². Esta dimensão é correspondente ao dobro das aldeias apresentadas pelo segundo maior território (onde também se encontra a sede da ADXTUR), o Zêzere, com 6 lugares. Destacam-se ainda a Serra do Açor com 5 aldeias e o território do Tejo-Ocreza com 4.

No presente, a ADXTUR assume diversos papéis como a representação e promoção da oferta turística serrana e dos eventos realizados no território.

Recentemente⁴³, esta entidade desenvolveu um canal de promoção e venda dos elementos integrantes da oferta (*Book in Xisto*⁴⁴) que permite, numa só plataforma, a criação de experiências personalizadas por meio da reserva de alojamento, atividades tradicionais e restauração.

A certificação é também assumida como um dos principais eixos de intervenção. De modo a qualificar a oferta turística, esta entidade desenvolveu um método de certificação – Selo de Recomendação das Aldeias do Xisto – cujas regras são assumidas por todos os parceiros de modo a garantir uma qualidade transversal a toda a marca.

⁴¹ Como referido em <https://aldeiasdoxisto.pt/content/quem-somos>, consultado a 07/08/2018.

⁴² Aigra Nova, Aigra Velha, Candal, Casal de São Simão, Casal Novo, Cerdeira, Chiqueiro, Comareira, Ferraria de São João, Gondramaz, Pena e Talasnal.

⁴³ Final do ano de 2017.

⁴⁴ <https://bookinxisto.com/pt>, consultado a 07/08/2018.

Por último, também a nível a nível patrimonial, a ADXTUR desenvolveu a Rede do Património do Xisto, baseada num projeto internacional, em parceria com o Museu de Røros⁴⁵, cujo objetivo seria a recuperação dos edifícios das aldeias serranas.

Assim, esta entidade, além de ter sido uma das principais responsáveis pela revitalização dos espaços culturais e sociais serranos, é, de igual modo, hoje, a maior representante da oferta turística associada ao xisto em Portugal, conseguindo ultrapassar problemas que marcam profundamente o território como a falta de coesão administrativa, económica e social e criando bases para o desenvolvimento de diversas tipologias turísticas como o turismo de natureza, o turismo de aventura, o turismo ativo, o turismo cultural e o turismo gastronómico.

Considerando que a Serra da Lousã tem recebido, a partir da década de 70 e, em especial, desde 2000, renovada atenção e mediatismo enquanto destino turístico, dada a requalificação dos seus espaços culturais e a inerente importância e riqueza das suas áreas naturais, não é surpreendente que seja apontada como recurso estratégico nos documentos relativos ao planeamento turístico nacional na última década.

Em primeiro lugar, surge o *PENT* que impulsionou o planeamento e a gestão realizados a partir de recursos locais e regionais. Embora este documento não tenha mencionado recursos turísticos específicos como a Serra da Lousã, selecionou o turismo de natureza como um produto em desenvolvimento na Região Centro de Portugal. Em adição, e como já foi mencionado anteriormente, referiu os passeios ou o pedestrianismo como uma vertente importante a desenvolver. Em consequência, esta mesma atividade tem adquirido grande dimensão e relevância neste destino serrano, assumindo-se como uma das principais atividades recreativas da região (Turismo de Portugal, 2013).

O *Plano de Ação para o Desenvolvimento do Turismo em Portugal (Turismo 2020)* foi o primeiro documento a assinalar a Serra da Lousã e as Aldeias do Xisto enquanto recurso estratégico da Região de Coimbra. Esta menção, demonstra a importância deste território e dos seus valores naturais e culturais para a dinamização turística regional, complementando o turismo cultural provido pelo recurso estratégico da Universidade de Coimbra e a tipologia de sol e mar na qual são destacadas as praias da Figueira da Foz (Turismo de Portugal, s.d).

Por sua vez, o documento *Estratégia Turismo 2027* estabelece eixos de atuação prioritários que coincidem com a oferta de turismo de natureza e com o património oferecido pela Serra da Lousã.

Estabelecendo uma série de medidas voltadas para o desenvolvimento do turismo de natureza, e já previamente mencionadas, este documento refere também a importância de potenciar e preservar o património natural e rural nacional através da dinamização das aldeias inseridas em meios naturais e com vocações turísticas. Esta deve ser feita através da utilização dos recursos endógenos locais e com o apoio das redes existentes nestas

⁴⁵ Cidade Norueguesa classificada como Património da Humanidade pela UNESCO.

mesmas regiões, destacando-se as redes das Aldeias Vinhateiras, das Aldeias Históricas e das Aldeias do Xisto (Turismo de Portugal, 2017).

Tendo em conta o desenvolvimento turístico atualmente alcançado pela parceria entre os diversos municípios e atores da Serra da Lousã e a Rede das Aldeias do Xisto, é notório que este território serve como um exemplo sustentado desta causa, tendo ainda espaço para melhorias futuras. Deste modo, embora este documento não refira, com precisão, a serra, engloba recursos que hoje definem este destino como as aldeias, as comunidades, o património natural e as redes.

6. Dimensão e sustentabilidade da oferta turística de natureza na Serra da Lousã

A execução do presente capítulo foi fundamental para poder cumprir um dos objetivos gerais traçados no início desta investigação e, conseqüentemente, responder à pergunta de partida colocada.

Desta forma, procurámos verificar se a Serra da Lousã dispõe de uma oferta turística coesa e sustentável, baseada na natureza, capaz de permitir o desenvolvimento económico e social dos territórios que integra e atribuir crescente reconhecimento, dentro da tipologia turística estudada, no contexto nacional.

Para tal, começámos por investigar a evolução dos empreendimentos turísticos existentes nos municípios em estudo. De igual modo, foi estudada a relevância das diferentes tipologias de empreendimentos turísticos na oferta, os valores da estada média e a capacidade total de alojamento destes territórios com o objetivo de poder estabelecer uma comparação com os contextos regionais e nacionais e demonstrar o crescimento ou consolidação da atividade turística no destino estudado.

De seguida, analisámos os principais recursos e produtos turísticos integrados na oferta de turismo de natureza da Serra da Lousã. Foram destacados elementos que, no seu conjunto, permitem a construção de uma oferta completa e variada, que pode ser procurada por diferentes tipologias de turistas de natureza, com diferentes motivações, ao longo do ano.

Em primeiro lugar, foi analisada a oferta de praias fluviais nos sete municípios serranos. Este elemento da oferta, sazonal e muito pouco segmentado, mas com elevada procura durante a época alta, permite um usufruto dos valores naturais associado, frequentemente, à realização de atividades de animação.

Em segundo lugar, foi analisada a importância do Parque Biológico da Serra da Lousã e do Ecomuseu das Tradições do Xisto para a criação de experiências turísticas mais personalizadas, baseadas na interpretação, educação e divulgação da biodiversidade e do património cultural e natural classificado e no contacto com as comunidades locais. Este tipo de experiências, procuradas por um perfil de turista mais segmentado, assumem elevada importância no contexto do turismo de natureza que, para a sustentabilidade das suas práticas, depende, sobretudo, da preservação dos recursos naturais.

Em terceiro lugar, por o pedestrianismo ser uma das atividades mais procuradas no âmbito do turismo de natureza dado o seu reduzido nível de dificuldade e custo, foi investigada a oferta de percursos pedestres na Serra da Lousã. Permitindo um desenvolvimento turístico sustentável baseado na visitação, com reduzido impacte, dos lugares serranos e áreas florestais classificadas, esta atividade assume, a longo prazo, particular importância no destino estudado.

De seguida, considerando o panorama turístico mais recente, observámos também o desenvolvimento de atividades *hard* como o ciclismo, o BTT ou o *trail running*, que adquirem crescente mediatismo no território serrano.

Finalmente, foi não só estudada a evolução dos eventos neste destino como também explicitados alguns dos eventos mais importantes de momento, nomeadamente os de carácter desportivo.

Terminamos este capítulo com uma análise da sustentabilidade das práticas turísticas através da determinação da existência de instrumentos de monitorização dos impactes ou de gestão dos comportamentos dos visitantes. De igual modo, foi abordada a temática dos incêndios florestais por estes representarem uma ameaça à sustentabilidade.

6.1. Empreendimentos turísticos

Nos anos recentes, a oferta de alojamento turístico na Serra da Lousã tem crescido de forma notória, especialmente a partir da criação das Aldeias do Xisto enquanto produto turístico.

No entanto, considerando que a Serra da Lousã se encontrava antes integrada no Pinhal Interior Norte, este último apresentava, de acordo com a informação disponibilizada pelo *Turismo 2020* e referindo dados de 2014, uma fraca representatividade na oferta de empreendimentos turísticos (2,3%) quando comparado a outras unidades territoriais que antes integravam a Região Centro. Este é o segundo valor mais baixo apresentado neste documento, apenas sendo superado pelo Pinhal Interior Sul (0,9%).

Em relação à dimensão das dormidas nacionais, 9% foram realizadas na Região Centro de Portugal (não tendo em conta as estatísticas dos parques de campismo ou dos empreendimentos de turismo no espaço rural). Destas, 80% foram realizadas em hotéis, o que demonstra a continuada preferência por parte da procura por este tipo de empreendimento turístico. Entre as dormidas, somente 2,3% foram realizadas no Pinhal Interior Norte. Este documento refere ainda um forte investimento no PIN (10,5%), particularmente nos empreendimentos turísticos (hoteleiros e de TER), na restauração e na animação turística (Turismo de Portugal, s.d).

Na *Estratégia Turismo 2027*, a Região Centro surge com 9,2% das dormidas nacionais, mantendo, de modo geral, os mesmos valores referidos pelo seu antecessor, o que pode revelar tanto uma fidelização e estabilização da procura como um processo de estagnação da mesma. De igual modo, e apesar do aumento da capacidade de alojamento nas regiões do interior, é, neste documento, afirmado que cerca de 90% das dormidas, a nível nacional, são realizadas nas regiões do litoral, tendência que se tem vindo a acentuar na última década (Turismo de Portugal, 2017).

Tendo em consideração que estes documentos não se encontram atualizados nem apresentam dados mais detalhados sobre a dimensão da oferta nas Regiões de Coimbra ou de Leiria, é necessária uma pesquisa mais profunda realizada através de outros meios.

Para conseguir explicitar a situação atual da Serra da Lousã, no que diz respeito à oferta de empreendimentos turísticos, analisámos dados provenientes de cinco fontes distintas.

Em primeiro lugar, procurámos os dados disponibilizados pelos Anuários Estatísticos da Região Centro, contemplando os anos compreendidos entre 2013 e 2016⁴⁶.

De seguida, procurámos a mesma informação no Registo Nacional dos Empreendimentos Turísticos e no Registo Nacional de Alojamento Local, onde estão apresentados os valores mais atuais.

Dada a importância das Aldeias do Xisto na promoção da oferta e, em particular, do alojamento local, foi também realizado um levantamento do número de empreendimentos associados a esta entidade.

Finalmente, e procurando especificar a vertente de turismo de natureza, consultámos a informação disponibilizada pelo Instituto da Conservação da Natureza das Florestas em relação ao número de empreendimentos turísticos de turismo de natureza.

A partir dos dados recolhidos nos Anuários Estatísticos da Região Centro, foram construídos dois quadros, um com a dimensão do alojamento em Portugal, na Região Centro e nas Regiões de Coimbra e Leiria (Quadro 7) e outro com informação relativa aos municípios abrangidos pela Serra da Lousã (Quadro 8).

Quadro 7: Número de empreendimentos turísticos em Portugal, na Região Centro e nas Regiões de Coimbra e Leiria, entre 2013 e 2016.

Distribuição Geográfica	2013	2014	2015	2016
Portugal	3 345	3 578	4 339	4 805
Região Centro	656	685	854	918
Região de Coimbra	-	122	154	179
Região de Leiria	-	67	74	75

Fonte: Elaboração própria com base em INE (2014; 2015; 2016; 2017).

Quadro 8: Número de empreendimentos turísticos nos municípios da Serra da Lousã entre 2013 e 2016.

Distribuição Geográfica	2013	2014	2015	2016
Góis	2	2	5	5
Lousã	5	5	6	7
Miranda do Corvo	2	2	4	5
Penela	1	1	2	3
Castanheira de Pêra	2	3	4	4
Figueiró dos Vinhos	4	5	7	7
Pedrogão Grande	3	3	3	2
Total	19	21	31	33

Fonte: Elaboração própria com base em INE (2014; 2015; 2016; 2017).

Nota: Não foram considerados valores prévios a 2013 pois estes não apresentaram qualquer atualização desde 2006 até esta data.

⁴⁶ Na presente data (21/08/2018), o Anuário Estatístico da Região Centro do ano de 2016, publicado a 19 de dezembro de 2017, é o mais recente documento disponível.

Com base nos quadros acima apresentados, entre 2013 e 2016, é possível observar um crescimento bastante acentuado e constante dos empreendimentos turísticos no panorama nacional. Também na Região Centro, em particular de 2014 para 2015, o número de alojamentos turísticos cresceu de forma visível, situação repetida nas Regiões de Coimbra e de Leiria, embora de modo mais moderado nesta última.

Da mesma forma, realizámos um levantamento do número de empreendimentos turísticos existentes nos municípios da Serra da Lousã, entre 2013 e 2016.

Após a análise destes, é perceptível o rápido e surpreendente crescimento do número de alojamentos, tendo sido, durante os anos analisados, desenvolvidos mais 14 empreendimentos nestes territórios (de 19 passaram a existir 33 empreendimentos turísticos).

Entre os municípios serranos, são Lousã e Figueiró dos Vinhos que mais se destacam, apresentando, em 2016, a oferta mais numerosa (7 empreendimentos cada), seguindo-se de Góis, Miranda do Corvo e Castanheira de Pêra (com 5 e 4 empreendimentos respetivamente). Já os municípios de Penela e de Pedrogão Grande foram os que apresentaram menor desenvolvimento, tendo o último demonstrado regressão.

Quando comparados os valores da oferta na Região Centro e nos municípios integrantes da Serra da Lousã, nos anos de 2015 e 2016, verificamos que a Serra representa apenas cerca de 3,6% da oferta real da Região Centro de Portugal. Este é um valor muito pequeno para o número de municípios em questão e é possível observar que, apesar do investimento realizado nos recentes anos na Serra da Lousã e da referência desta, nos documentos nacionais estratégicos acima mencionados, como um recurso turístico estratégico, a sua oferta é ainda pouco relevante ou significativa.

Quadro 9: Número de empreendimentos turísticos, por tipologia, nos municípios da Serra da Lousã e capacidade total de alojamento, no ano de 2016.

Distribuição Geográfica	Empreendimentos Turísticos			Capacidade total de alojamento
	Hotelaria	Alojamento local	TER e turismo de habitação	
Góis	0	2	3	88
Lousã	2	1	4	224
Miranda do Corvo	2	0	3	159
Penela	1	0	2	125
Castanheira de Pêra	1	0	3	79
Figueiró dos Vinhos	1	1	5	103
Pedrogão Grande	0	1	1	-
Total	7	5	21	778
Região Centro	333	270	315	53 512

Fonte: Elaboração própria com base em INE (2017).

Nota: Não são apresentados, por esta fonte, dados referentes à capacidade total de alojamento de Pedrogão Grande.

Por meio do estudo do Anuário Estatístico da Região Centro (INE, 2017), foi também possível investigar a relevância de cada tipologia turística na oferta total de empreendimentos e a capacidade de alojamento de cada município, no ano de 2016 (Quadro 9).

Através desta análise, concluímos que são os empreendimentos de turismo no espaço rural e de turismo de habitação que têm maior expressão na Serra da Lousã (21 empreendimentos no total). Estas tipologias foram as que mais evoluíram, nos anos recentes, contribuindo de forma importante para a oferta atual apresentada neste território.

No entanto, estes valores são ainda pouco relevantes quando comparados à oferta da Região Centro em relação à mesma tipologia de empreendimento (6,7%).

Embora o alojamento local seja também importante na construção da oferta, é a tipologia que menor relevância apresenta, segundo esta fonte.

Por outro lado, observa-se que os estabelecimentos hoteleiros surgem com superior dimensão em territórios com maior carácter urbano como a Lousã ou Miranda do Corvo, que dispõem de 2 hotéis cada. Todavia, apesar destes se apresentarem, frequentemente, em menor número, detêm maior número de camas que as restantes tipologias de empreendimentos, sendo, por isso, muito importantes para o desenvolvimento da capacidade de alojamento local e regional.

O rápido e notório crescimento dos empreendimentos turísticos alternativos, como as casas de campo, os hotéis rurais ou os alojamentos de agroturismo, coincide com a progressiva procura por produtos de turismo na natureza em Portugal e na Europa e de outras tipologias turísticas associadas com a criação de experiências e com um tipo de vida mais orgânico, saudável e ambientalmente consciente. Simultaneamente, as intervenções das Aldeias do Xisto, realizadas através da requalificação das aldeias e infraestruturas serranas, da promoção deste destino e da atração de investimento para a criação de serviços associados com a atividade turística, podem ter impulsionado o desenvolvimento destas formas de alojamento, mais individualizadas e intimistas.

No que concerne à capacidade total de alojamento dos territórios serranos, esta apenas representa 1,5% da capacidade de alojamento da Região Centro, valor relacionado com a existência maioritária de empreendimentos turísticos de pequena dimensão.

De seguida, numa tentativa de verificar o contexto atual da oferta, analisámos a informação disponibilizada pelo Registo Nacional de Empreendimentos Turísticos (RNET)⁴⁷. Os valores, por este, apresentados, mesmo não integrando o alojamento local, revelam-se significativamente diferentes da realidade apresentada anteriormente.

Em primeiro lugar, o número de empreendimentos listados, atualmente, na Região Centro, ascende aos 1053 registos. Ou seja, existem mais 135 empreendimentos que aqueles reportados pelo Anuário Estatístico da Região Centro do ano 2016 (INE, 2017).

De modo similar, é possível constatar um número superior de empreendimentos turísticos em cada concelho que os reportados anteriormente.

⁴⁷ <https://rnt.turismodeportugal.pt/rnet/registos.consultaregisto.aspx>, consultado a 06/06/2018.

De todos os territórios serranos, a Lousã detém o maior número de empreendimentos turísticos (11) e o maior número de camas (351). As casas de campo são o tipo de empreendimento mais frequente (8), mas que apresenta menor capacidade de alojamento, representando apenas 17% da oferta do município (59 camas). Encontram-se também registados 2 hotéis, com uma e quatro estrelas, que traduzem 35% da oferta total de camas (122 camas). Finalmente, soma-se um parque de campismo/caravanismo, que embora configure uma oferta maioritariamente sazonal, representa 48% da capacidade de camas oferecida na Lousã (170 camas).

O segundo município com maior número de alojamentos (9) e de camas (196) é Figueiró dos Vinhos. Este oferece também a maior variedade de empreendimentos turísticos, existindo 3 empreendimentos de agroturismo, com um total de 12 camas; 3 casas de campo (com 24 camas); um hotel de duas estrelas (também com 24 camas); um hotel rural de três estrelas (22 camas) e um parque de campismo/caravanismo com capacidade para 114 indivíduos. No número total da capacidade de alojamento, o parque de campismo assume, novamente, uma dimensão desproporcional, representando 58% da oferta de camas de todo o concelho.

Os exemplos da Lousã e de Figueiró dos Vinhos permitem-nos observar a dimensão da capacidade de alojamento dos parques de campismo nos respetivos territórios. Quando não consideramos estes números, entendemos que o peso da oferta de camas é exageradamente mais pequeno que os números acima anunciados e reportados.

Miranda do Corvo apresenta 8 empreendimentos turísticos e uma capacidade hoteleira de 164 camas no total, compreendendo um empreendimento de turismo de habitação (11 camas), dois hotéis de três e quatro estrelas (120 camas) e cinco casas de campo (33 camas).

Em Góis existem, de momento, nove casas de campo perfazendo um total de 65 camas.

Por sua vez, Penela reúne seis empreendimentos turísticos com uma capacidade total de 115 camas. Entre estes, existe, novamente, hegemonia do número de casas de campo (5), mas com uma capacidade de apenas 31 camas, e um hotel de quatro estrelas e 84 camas.

Castanheira de Pêra apresenta apenas três empreendimentos turísticos e uma capacidade de alojamento total de 68 camas. Entre estes, destacam-se duas casas de campo (26 camas) e um hotel de três estrelas (42 camas).

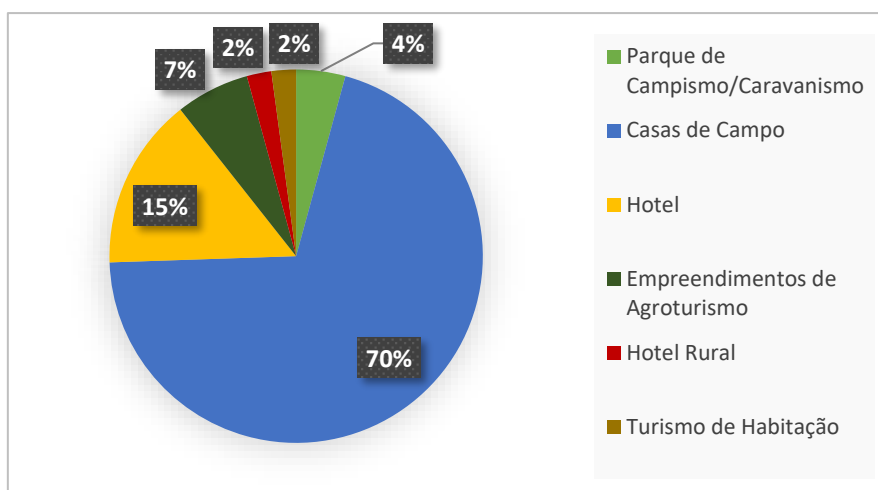
Finalmente, e com menor número de empreendimentos turísticos reconhecidos pelo RNET, Pedrógão Grande dispõe de apenas uma casa de campo com 4 camas de capacidade total.

Com base nos números apresentados, os territórios da Serra da Lousã apresentam, de momento, 47 empreendimentos turísticos, perfazendo apenas cerca de 4,5% do total de empreendimentos existentes na Região Centro. Desta forma, apesar dos valores apresentados por esta fonte (com dados de 2018) e pelo Anuário Estatístico da Região

Centro de 2016 (INE, 2017) serem diferentes (3,6 e 4,5%, respetivamente), a proporção do alojamento serrano no território pouco difere.

De igual modo, verificamos que nos municípios da Serra da Lousã existe uma capacidade de alojamento total de 963 camas que, quando comparada com as 84756 camas existentes na Região Centro, apenas representa 1% da oferta.

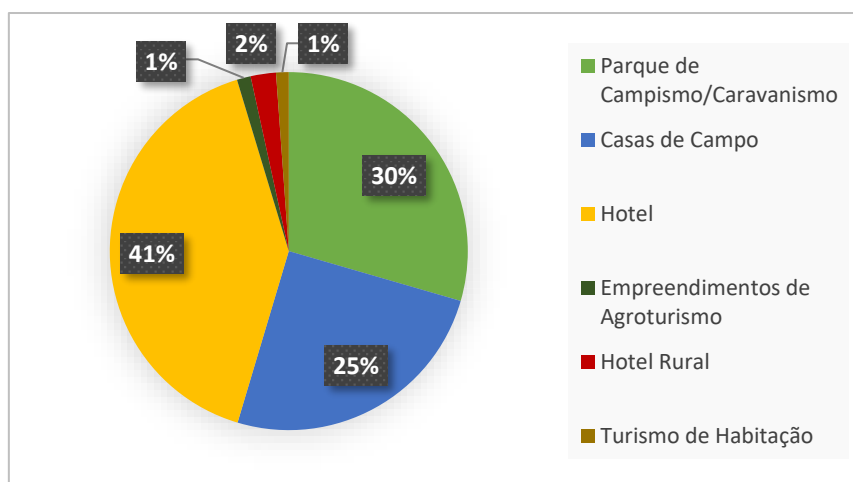
Esta análise ajudou-nos a compreender dois vetores muito importantes da dimensão da oferta turística sendo estes a relevância da oferta das diferentes tipologias de empreendimentos turísticos no território serrano (Figura 10) e a sua contribuição para a capacidade de alojamento (Figura 11).



Fonte: Elaboração própria.

Figura 10: Relevância do número de empreendimentos turísticos de diferentes tipologias, na Serra da Lousã, conforme reportado pelo RNET.

Em primeiro lugar, é possível compreender que, tal como já foi confirmado em praticamente todos os municípios da Serra da Lousã, a vasta maioria da oferta (70%) é composta por casas de campo. A importância deste dado é de especial pertinência no contexto da oferta serrana, pois esta tipologia tende a situar-se em espaços rurais e, com frequência, nas aldeias de xisto inseridas na Serra. Em seguida, destaca-se a oferta de empreendimentos hoteleiros e das restantes tipologias turísticas com carácter mais especializado e alternativo.



Fonte: Elaboração própria.

Figura 11: Capacidade de alojamento das diferentes tipologias de empreendimentos turísticos existentes na Serra da Lousã, conforme reportado pelo RNET.

No entanto, e de forma contrastante à situação apresentada anteriormente, apesar das casas de campo representarem mais de metade de toda a oferta de alojamento existente na Serra da Lousã, estas apresentam, em comparação, uma capacidade de alojamento bastante reduzida (apenas 25% das camas são fornecidas por esta tipologia), como se pode observar na Figura 11. Isto deve-se ao facto de se tratarem de infraestruturas de dimensão mais reduzida e carácter mais pessoal e personalizado.

Deste modo, entre as tipologias de empreendimentos que de maior capacidade hoteleira dispõem, destacam-se os hotéis e os parques de campismo e caravanismo.

Procurando agora averiguar o número de alojamentos locais existentes neste território, consultámos o RNAL⁴⁸, a partir do qual verificámos a existência de 166 alojamentos registados que apresentam um total de 754 camas.

Quadro 10: Número de alojamentos locais e respetiva capacidade turística nos municípios da Serra da Lousã, no ano de 2018.

Distribuição Geográfica	Nº de alojamentos	Nº de camas
Góis	28	124
Lousã	46	157
Miranda do Corvo	21	88
Penela	18	135
Castanheira de Pêra	10	63
Figueiró dos Vinhos	28	114
Pedrógão Grande	15	73
Total	166	754

Fonte: Elaboração própria com base em <https://rnt.turismodeportugal.pt/RNAL/ConsultaRegisto.aspx?Origem=CP&FiltroVisivel=True>, consultado a 20/08/2018.

⁴⁸ No dia 20/08/2018.

Com base na análise do Quadro 10, é possível observar que o número de alojamentos locais é muito superior ao número de empreendimentos turísticos referido, consequência do maior grau de formalidade inerente aos últimos.

No entanto, quando equiparado o número de alojamentos existentes nos territórios serranos ao contexto da oferta das Regiões de Coimbra e de Leiria (onde existem 4341 alojamentos)⁴⁹, verificamos que estes somente representam cerca de 4% da oferta total. De igual modo, e quando considerado o número de camas, este representa, mais uma vez, 4% da capacidade total de alojamento de ambas as regiões⁵⁰.

Ainda assim, esta análise permite-nos chegar à conclusão de que a oferta de alojamento local não só é sobejamente superior aos valores apresentados por INE (2017) como também simboliza o elemento mais significativo da oferta neste destino.

Da mesma forma, a oferta total existente (atendendo os empreendimentos turísticos e alojamentos locais), apesar de pouco relevante no contexto regional, é bastante considerável no território estudado.

De seguida, procurámos também, através da página *online* das Aldeias do Xisto, os empreendimentos turísticos integrados na Rede das Aldeias do Xisto com o objetivo de adquirir uma ideia mais completa e realista da integridade da informação que chega ao turista sobre a oferta disponível no território em causa.

Com base nesta, 26 alojamentos “locais” estão, de momento, a trabalhar em parceria com as restantes entidades de animação turística, comércio e serviços, restauração, instituições, associações e produtores locais associados à Rede das Aldeias do Xisto (Quadro 11).

Quadro 11: Empreendimentos turísticos parceiros e associados à Rede das Aldeias do Xisto, em 2018.

Distribuição Geográfica	Empreendimentos turísticos			Total
	Espaço rural	Hotel	Alojamento	
Lousã	9	1	-	10
Miranda do Corvo	2	1	-	3
Góis	2	-	1	3
Penela	3	-	-	3
Castanheira de Pêra	2	-	-	2
Figueiró dos Vinhos	3	1	1	5

Fonte: Elaboração própria com base em <https://aldeiasdoxisto.pt/directory>, consultado a 10/06/2018.

⁴⁹ De acordo com o RNAL, na presente data, existem 959 alojamentos locais registados na Região de Coimbra e 3382 registados na Região de Leiria.

⁵⁰ Na região de Coimbra, de acordo com a mesma fonte, existem 5034 camas e na Região de Leiria existem 15178 camas.

Dos sete concelhos que integram a Serra da Lousã, Pedrógão Grande é o único que não apresenta nenhum tipo de parceria ou associação, daí os seus dados não se encontrarem representados.

Como era possível prever, estes números afastam-se muito das realidades demonstradas anteriormente. No entanto, estes não são, ao contrário dos anteriores, uma representação da oferta disponível no território, mas sim uma representação da oferta dos alojamentos associados e promovidos por uma rede com especial importância e dimensão no turismo nacional.

Por outras palavras, estes números revelam uma tentativa de integração numa oferta mais diversificada, completa e partilhada por múltiplos operadores representantes das restantes vertentes da oferta turística serrana.

Adicionalmente, e tendo em conta que a Rede das Aldeias do Xisto, através do Selo de Recomendação das Aldeias do Xisto, compromete todos os seus parceiros à entrega de uma oferta de qualidade, é expectável, por consequência, uma qualificação superior destes empreendimentos em comparação à concorrência. Em contrapartida, estes estabelecimentos usufruem de maior promoção em plataformas associadas à rede, mais atualizadas, inovadoras e com maior mediatismo.

Finalmente, e em relação aos empreendimentos turísticos reconhecidos como turismo de natureza, cuja lista é disponibilizada pelo ICNF⁵¹, existe apenas 1 alojamento na Serra da Lousã, situado na aldeia da Pena, Góis. Este, denominado de Casa do Neveiro, é também reconhecido pelo RNET e encontra-se inserido na Rede das Aldeias do Xisto.

Este empreendimento, foi criado em 2008 a partir da requalificação de uma habitação típica e foi um dos primeiros a ser reconhecidos como de turismo de natureza em Portugal. Adotou a vocação de promover não só a sua oferta como a biodiversidade, a história e a envolvente natural e geológica, os percursos pedestres disponíveis na região e atividades desportivas inseridas em contexto natural.

De modo a concluir este capítulo, e compreendo a relevância do alojamento turístico no contexto serrano e na Região Centro, analisámos a estada média nos municípios da Serra da Lousã.

Com este objetivo, desenvolvemos o Quadro 12 que demonstra os valores da estada média, apresentados por INE (2015; 2016; 2017), referentes aos anos de 2014, 2015 e 2016. Apenas integrámos este curto intervalo de tempo pois, previamente a 2014, uma vasta maioria da informação não se encontrava disponível. Por este motivo limitámo-nos apenas aos dados mais recentes. Ainda assim, conseguimos tirar algumas conclusões a partir da análise deste documento.

⁵¹ <http://www2.icnf.pt/portal/turnatur/empreen/resource/doc/lista-etn-23jun2017>, consultado a 22/08/2018.

Quadro 12: Estada média anual nos municípios da Serra da Lousã entre 2014 e 2016.

Distribuição Geográfica	2014	2015	2016
Portugal	2,8	2,8	2,8
Região Centro	1,8	1,8	1,7
Região de Coimbra	1,7	1,7	1,7
Região de Leiria	1,9	1,9	1,9
Góis	-	1,7	1,7
Lousã	1,6	1,7	1,6
Miranda do Corvo	-	1,5	1,9
Penela	-	-	1,9
Castanheira de Pêra	1,3	1,8	1,7
Figueiró dos Vinhos	1,9	1,8	1,9
Pedrógão Grande	-	-	-

Fonte: Elaboração própria com base em INE (2015; 2016; 2017).

Nota: Não são apresentados, por esta fonte, dados referentes à estada média anual de Pedrógão Grande.

Em primeiro lugar, observamos que a estada média nos municípios serranos traduz, com alguma fidelidade, os valores apresentados pela Região Centro e pelas Regiões de Coimbra e de Leiria que, quando comparados aos valores nacionais, se revelam relativamente mais baixos.

Nos territórios da Serra da Lousã, o número de noites passadas nos empreendimentos turísticos tem-se mantido nos últimos anos, com a existência de alterações muito pequenas. Os municípios de Miranda do Corvo e de Castanheira de Pêra foram os que revelaram maior crescimento nos números da estada média nos 3 anos retratados e Figueiró dos Vinhos tem também demonstrado tanto uma consolidação dos seus valores como uma ligeira superioridade quando comparado, neste âmbito, a outros municípios.

Em adição, é plausível um crescimento desta média nos próximos anos quando considerado o potencial serrano para o desenvolvimento de atividades de turismo de natureza e o continuado investimento na criação de eventos e infraestruturas turísticas.

Apostando estes municípios, cada vez mais, no desenvolvimento de atividades desportivas ou de animação turística de carácter cultural, pedagógico e inseridas na natureza, que conseguem prolongar a estada dos turistas nos destinos, é possível supor que estes tenham, futuramente, valores de estada visivelmente superiores quando comparados a destinos marcadamente urbanos e mais massificados que têm tido, nos anos recentes, dificuldades em aumentar a duração da estada dos turistas. Sendo a natureza um ativo diferenciador do turismo nacional (de acordo com a *Estratégia Turismo 2027*) e estando a oferta de turismo de natureza a desenvolver-se de forma rápida nestes municípios, é possível que estes consigam fixar a procura durante mais tempo e destacar-se no panorama regional e nacional.

6.2. Recursos turísticos de turismo de natureza

6.2.1. Praias Fluviais

Os cursos e linhas de água são um recurso turístico com grande dimensão na oferta turística da Serra da Lousã e um elemento estruturante da paisagem serrana. A importância deste recurso é de tal modo relevante que justificou a criação da Rede de Praias Fluviais das Aldeias do Xisto apesar da marcada sazonalidade de usufruto. Esta rede engloba 50 praias fluviais associadas às áreas serranas e xistosas da Região Centro de Portugal, envolvendo, conseqüentemente, a gestão de uma oferta muito variada e abrangente.

Todos os concelhos integrantes da Serra da Lousã apresentam, em conjunto, uma oferta diversificada de praias fluviais, existindo um total de 13 praias em todo o território (Quadro 13) que, por sua vez, representam 26% da oferta total da Rede de Praias Fluviais das Aldeias do Xisto. Castanheira de Pêra apresenta ainda, e de modo exclusivo, a praia fluvial das Rocas que é a única praia de ondas deste grupo e a maior piscina de ondas de Portugal.

A partir da análise da informação disponibilizada no *website* das Aldeias do Xisto, é possível observar que o território com maior número de praias fluviais é a Lousã (3), seguindo-se os municípios de Figueiró dos Vinhos, Pedrógão Grande, Góis e Castanheira de Pêra com 2 cada. Penela e Miranda do Corvo são os municípios com menos variedade, apresentando uma praia fluvial cada.

Quadro 13: Lista das praias fluviais integradas nos municípios da Serra da Lousã.

Município	Praias Fluviais
Lousã	Praia Fluvial da Senhora da Graça*
	Praia Fluvial da Senhora da Piedade*
	Praia Fluvial da Bogueira*
Castanheira de Pêra	Praia Fluvial das Rocas
	Praia Fluvial de Poço Corga
Góis	Praia Fluvial de Canaveias*
	Praia Fluvial de Peneda – Pego Escuro*
Figueiró dos Vinhos	Praia Fluvial Ana de Aviz
	Praia Fluvial das Fragas de São Simão
Pedrógão Grande	Praia Fluvial da Albufeira do Cabril
	Praia Fluvial do Mosteiro
Penela	Praia Fluvial da Louçainha*
Miranda do Corvo	Praia Fluvial de Segade

Fonte: Elaboração própria com base em <https://aldeiasdoxisto.pt/category/praias-fluviais>, consultado a 05/06/2018.

Das 13 praias fluviais acima apresentadas, 6 (marcadas no quadro acima com o símbolo: *) encontram-se atualmente distinguidas com bandeira azul que certifica a sua qualidade ambiental garantindo o cumprimento de critérios como a disponibilização de informação e educação ambiental, a qualidade da água e a qualidade dos equipamentos e

serviços. Entre estas, é importante destacar os concelhos de Lousã, Góis e Penela, pois todas as suas praias reúnem esta distinção.

Também as praias fluviais da Bogueira, na Lousã, e de Canaveias e Peneda-Pego Escuro, em Góis, foram distinguidas pela Quercus com a medalha de ouro, demonstrando novamente a qualidade destes recursos.

Finalmente, as praias fluviais da Senhora da Graça, da Senhora da Piedade, da Bogueira, de Peneda-Pego Escuro e da Louçainha (Figura 12) encontram-se classificadas como praias acessíveis. Adicionalmente, as restantes praias, embora não estejam classificadas, têm realizado melhorias nas suas infraestruturas e acessibilidades para conseguirem acomodar indivíduos com mobilidade reduzida.

De modo geral, todas as praias apresentam grande qualidade nas suas águas e no ambiente que as rodeia, inserindo-se nas diversas paisagens da Serra da Lousã e permitindo a criação de experiências lúdicas através do contacto com a natureza e da realização de diversos eventos e atividades que nestas ocorrem durante a época balnear.



Fonte: autora.

Figura 12: Praia Fluvial da Louçainha, Penela.

6.2.2. Parque Biológico da Serra da Lousã

O parque biológico da Serra da Lousã, localizado em Miranda do Corvo, é um elemento importante da oferta da Serra da Lousã na sua vertente ambiental e pedagógica, resultando de uma parceria entre a Fundação ADFP (Assistência, Desenvolvimento e Formação Profissional) e o município de Miranda do Corvo.

Este parque situa-se num terreno com 12 hectares, 7 ha de área florestal e 5 ha de área agrícola e social⁵². Ainda que apenas cinco hectares sejam visitáveis, este parque consegue fornecer aos turistas a hipótese de visitar e observar a vegetação e fauna local.

De acordo com a informação divulgada pela Fundação ADFP, neste espaço reúnem-se várias infraestruturas como uma quinta pedagógica e centro hípico, um labirinto de árvores de fruto, um parque de vida selvagem, um reptilário, um ecomuseu, um museu da

⁵² <https://aldeiasdoxisto.pt/poi/2431>, consultado a 08/08/2018.

tanoaria, um museu vivo de artes e ofícios, uma loja de artesanato, um restaurante museu da chanfana e ainda o Hotel Parque da Serra da Lousã com 4 estrelas (Figura 13). Todos estes espaços servem um objetivo comum sendo este a promoção do apreço pela natureza e a sua preservação e a sensibilização para a importância da valorização do património cultural e histórico.

O parque de vida selvagem, que é o elemento de maior destaque de todas as infraestruturas acima referidas, reúne uma grande variedade de animais, de cariz doméstico ou selvagem, que representam a fauna portuguesa e da Serra da Lousã. Entre estes destacam-se o veado, o corço, a raposa, o javali, o lobo, o lince, o urso pardo, as lontras e várias aves de rapina e répteis.

Além desta oferta, o parque disponibiliza também uma vasta variedade de atividades, especialmente para o público infantil como tiro com arco, jogos tradicionais, zarabatana, jogos de equipa, alimentação dos animais domésticos e workshops.

Deste modo, o parque consegue oferecer aos turistas uma experiência educativa sobre o ambiente, a sua variedade e a necessidade da preservação natural e sobre a oferta cultural da Serra da Lousã, enquanto cumpre também uma missão paralela que se concentra na criação de postos de emprego para indivíduos portadores de deficiência, vítimas de exclusão social e desempregados de longo termo.

De acordo com a informação disponibilizada pela Fundação ADFP, o Parque Biológico da Serra da Lousã já recebeu, desde a sua abertura em 2009, mais de 210000 visitantes⁵³.



Fonte: autora.

Figura 13: Parque Biológico da Serra da Lousã e exemplares da fauna e flora local e nacional.

⁵³ <http://www.adfp.pt/areas-de-intervencao/miranda-do-corvo/parque-biologico-da-serra-da-lousa>, consultado a 19 de março de 2018.

6.2.3. Ecomuseu das Tradições do Xisto

No que concerne à promoção das tradições serranas e à conservação do património natural deste destino, importa referir o papel do Ecomuseu das Tradições do Xisto.

Um ecomuseu é um espaço que, segundo Carvalho (2009, p. 116), “revela a história do território, a sua formação geológica, os dramas tectónicos da sua origem, o aparecimento e evolução dos ecossistemas naturais; depois o homem através do tempo, com as suas técnicas, os seus utensílios, a sua cultura, até aos nossos dias”.

De acordo com a sua entidade gestora – Lousitânea –, este projeto tem como principal objetivo a valorização e preservação do património cultural e natural serrano por meio do desenvolvimento de atividades interpretativas e ecologicamente conscientes como caminhadas, observação de fauna e flora ou atividades de cariz cultural⁵⁴. Para tal, conta com o apoio fundamental do Município de Góis, da ADXTUR e da Associação de Desenvolvimento Integrado da Beira Serra. No entanto, o seu desenvolvimento tem como pressuposto a participação ativa das comunidades locais, elementos essenciais para a criação de experiências interpretativas e verdadeiras.

O Ecomuseu, situado nas Aldeias do Xisto de Góis (Aigra Nova, Aigra Velha, Comareira e Pena), é constituído por cinco núcleos distintos: o Núcleo Sede do Ecomuseu Tradições do Xisto, o Núcleo da Maternidade de Árvores, o Núcleo de Interpretação Ambiental, o Núcleo da Coirela das Agostinhas e o Núcleo do Forno e Alambique da Família Claro⁵⁵.

Com especial importância para o turismo de natureza, o Núcleo da Maternidade de Árvores, situado num terreno cedido por um habitante de Aigra Nova, promove a integração dos turistas em programas de educação ambiental e a sua participação no processo de adoção, produção e plantação de árvores autóctones na Serra da Lousã. Este núcleo já foi responsável pela plantação de dezenas de milhares de árvores, nomeadamente de vegetação rara ou em extinção (Alves, 2014).

De igual modo, o Núcleo de Interpretação Ambiental (Aigra Nova) pretende a transmissão de conhecimento sobre os bens naturais classificados na Rede Natura 2000. Por este motivo, embora o espaço possa ser visitado de forma individual, é aconselhada uma visita organizada através da participação noutros programas como percursos pedestres ou *ateliers*⁵⁶.

De forma semelhante, o Núcleo da Coirela das Agostinhas trata-se de uma horta pedagógica, cujo terreno foi também cedido pelos habitantes de Aigra Nova, cujo fim é a produção de hortaliças típicas que serão, mais tarde, utilizadas na confeção de produtos gastronómicos a ser vendidos nas lojas das Aldeias do Xisto.

Por fim, o Núcleo do Forno e Alambique da Família Claro, situado em Aigra Velha, trata-se de um “espaço recuperado no âmbito do projeto Eco-Arq, uma parceria da

⁵⁴ <https://lousitanea.wixsite.com/lousitanea/ecomuseu-tradicoes-do-xisto>, consultado a 28/08/2018.

⁵⁵ <https://aldeiasdoxisto.pt/poi/45>, consultado a 28/08/2018.

⁵⁶ *Idem*.

ADXTUR com a Câmara Municipal de Góis” (Alves, 2014, p. 256). Este núcleo surgiu através da colaboração da família Claro com a Câmara Municipal e a Lousitânea e procura a divulgação do processo associado à criação de bens gastronómicos endógenos com base no uso do forno tradicional ou do alambique (como a broa de carne ou a aguardente)⁵⁷.

Desta forma, este espaço museológico permite, através do desenvolvimento de atividades com maior carácter interpretativo e educativo, a construção de experiências turísticas sustentáveis, a nível ecológico e social, baseadas na promoção e valorização dos valores patrimoniais existentes.

6.2.4. Ciclismo

As atividades inseridas na natureza e realizadas por meio da utilização da bicicleta têm, atualmente, uma grande dimensão na construção da oferta de turismo de natureza na Serra da Lousã.

Sendo a serra um destino propício à realização do ciclismo de estrada (tendo estradas rodoviárias panorâmicas com pouca intensidade automobilística) e à realização de eventos de competição nos diversos âmbitos deste desporto, as Aldeias do Xisto têm assumido um papel de liderança pioneiro no desenvolvimento de infraestruturas que permitam a promoção da região serrana como um destino de excelência para os praticantes do ciclismo.

Em consequência, o turismo de natureza, englobando estas práticas desportivas, tem assumindo, recentemente, uma posição central enquanto produto turístico estratégico a par do turismo cultural e arquitetónico.

Reconhecendo as fortes valências do território para a realização de cicloturismo, têm sido desenvolvidos cada vez mais projetos que buscam estruturar a oferta e ressaltar este destino como “*bike friendly*” através da criação de eventos e trilhos desportivos e da qualificação de infraestruturas e serviços. Procura-se a criação de um produto turístico que seja transversal a diversas tipologias de turistas, abrangendo tanto os utilizadores esporádicos que procuram um turismo mais “*soft*” que lhes permita disfrutar a natureza e o património da região, como os atletas que pretendem um desafio mais técnico.

Uma das ferramentas mais importantes desenvolvidas em prol do ciclismo enquanto recurso estratégico das regiões serranas a nível turístico e económico foi o protocolo *Cyclin Portugal*, assinado, em fevereiro de 2017, pela Secretária de Estado do Turismo, pelas Aldeias do Xisto, pelo Turismo de Centro de Portugal e pela Federação Portuguesa de Ciclismo.

Como mencionado pela entidade das Aldeias do Xisto, este estabelece uma série de medidas que se baseiam na qualificação e certificação de trilhos, serviços e equipamentos, na consolidação de um calendário de eventos, na atração de eventos internacionais, na construção de produtos turísticos baseados na bicicleta, no desenvolvimento de um

⁵⁷ <https://aldeiasdoxisto.pt/poi/409>, consultado a 28/08/2018.

website aglutinador da oferta e na integração desta em canais de comunicação⁵⁸. Uma das ideias fortemente assinaladas durante a realização deste protocolo foi a sua relevância para a diminuição das assimetrias regionais e para o reforço da coesão local⁵⁹.

A partir deste projeto foram implementados, nos territórios serranos, vários eventos com grande relevância a nível nacional e internacional. Entre estes, importa destacar a Taça de Portugal de DHI (*DownHill*), o Campeonato da Europa de DHI e o Avalanche Licor Beirão, realizados no município da Lousã, e ainda a Clássica Aldeias do Xisto, o Passeio de Primavera ou o Granfondo Aldeias do Xisto, cuja realização ocorre nos restantes concelhos das Aldeias do Xisto.

Para cumprir os objetivos acima traçados, as Aldeias do Xisto, em cooperação com vários municípios e organizações locais/regionais, têm também participado noutros projetos relevantes para a consolidação deste produto turístico.

Um dos projetos de maior dimensão, denomina-se de *Bike Roads* e tem como finalidade a criação de vários circuitos de ciclismo e cicloturismo, inseridos nas paisagens serranas, que possam ser realizados de forma espontânea e individual.

Este projeto abrange vários tipos de percursos como circuitos (percursos de apenas um dia), *grand tours* (percursos com mais de uma etapa) e subidas épicas (subidas com maior dificuldade técnica). Em relação às subidas épicas, foi planeada a implementação de 5 percursos no total, dois dos quais realizados na Serra da Lousã (a subida Lousã – Trevim e Castanheira de Pêra – Trevim)⁶⁰.

Por outro lado, e como reportado pela entidade *Bike Roads*, apesar de existirem planos para o desenvolvimento de 7 circuitos de cicloturismo no território serrano, apenas existem, de momento⁶¹, 3 e nenhum destes se encontra localizado na Serra da Lousã. Também os percursos de *Grand Tour* estão, todavia, por desenvolver⁶².

Considerando que a realização destes percursos ou a participação em eventos, pode prolongar o tempo de estada média dos turistas/atletas na região, foi considerado essencial colmatar uma debilidade da oferta de alojamento que não compreendia as necessidades dos praticantes de ciclismo. Por este motivo, mais uma vez, as Aldeias do Xisto desenvolveram uma parceria com alguns alojamentos locais, dando origem ao conceito de *bikehotel's* na Região Centro de Portugal.

Estes alojamentos concentram-se na oferta de infraestruturas e serviços destinados a acomodar as necessidades particulares deste tipo de turista, tendo que obedecer a um conjunto de requisitos obrigatórios. Entre estes, destacamos a criação de um espaço fechado e coberto para o acolhimento e armazenamento das bicicletas e de espaços para a lavagem das mesmas, a preparação de ementas adequadas para os ciclistas, a disponibilização de serviços de lavagem e secagem de roupa, de estacionamento exterior

⁵⁸ Informação consultada em <https://aldeiasdoxisto.pt/artigo/4756>, a 07/07/2018.

⁵⁹ *Idem*.

⁶⁰ <https://aldeiasdoxisto.pt/category/bike-roads-subidas-épicas>, consultado a 03/05/2018.

⁶¹ Início de julho de 2017.

⁶² <http://www.bike-roads.com/aldeias-do-xisto/circuits>, consultado a 05/07/2018.

e de oficinas self-service para arranjos básicos. Finalmente, é também obrigatória a divulgação de informações técnicas sobre os trilhos através da cedência de mapas e coordenadas gps. Opcionalmente, estes estabelecimentos podem também providenciar outros serviços como atendimento médico, previsões meteorológicas, aluguer de materiais, linhas de apoio/emergência, massagens especializadas, lojas de reparação de avarias complexas ou a atribuição de guias⁶³.

De acordo com a informação divulgada pela entidade *Bikehotel*, de momento, no destino “Aldeias do Xisto”, existe um total de 20 alojamentos. Destes, 8 encontram-se inseridos no território da Serra da Lousã, distribuindo-se pelos municípios de Figueiró dos Vinhos (onde se encontram 2 alojamentos), da Lousã (onde existe 1 alojamento na aldeia do Talasnal, 2 nas proximidades da vila e 1 em Serpins) e de Penela, na aldeia de Ferraria de São João (onde se encontram 2 alojamentos)⁶⁴.

A aposta nas atividades de turismo de natureza e a qualificação da oferta têm sido observadas como elementos decisivos e fundamentais para a mediatização da região e como um saudável e sustentável meio de dinamização do tecido económico regional. Em adição, é importante referir que dada a polivalência das diversas categorias que esta prática desportiva compreende, é possível consolidar uma oferta válida durante todo o ano baseada, sobretudo, no calendário de eventos, “combatendo” a sazonalidade turística.

6.2.5. Percursos de BTT

Dentro do âmbito do ciclismo, as atividades de BTT, e respetivas variantes, têm-se apresentado como um recurso em expansão no domínio serrano. Especialmente por meio da realização de eventos, estas atividades conseguem dinamizar todo o território, atraindo um número elevado de espectadores, visitantes e participantes. Em adição, os trilhos que permitem a realização desta atividade compreendem, frequentemente, grandes distâncias e englobam várias aldeias do xisto ou mesmo diversos municípios. De modo semelhante, ao estimularem a fruição do património natural conseguem também ajudar a promover a sua essencial preservação.

Dada a crescente procura por este tipo de atividades e as características ideais do território para a sua realização, é possível encontrar atualmente na Serra da Lousã uma vasta panóplia de percursos orientados para esta prática e alguns centros de BTT. Estes últimos, foram implementados, pela primeira vez em Portugal, pelas Aldeias do Xisto que, a par com as entidades municipais, assumem um importante papel na promoção dos trilhos. Já a administração e manutenção dos percursos é garantida por diversas entidades municipais ou organizações de carácter local ou regional.

Um centro de BTT traduz-se numa infraestrutura, aberta ao público, que tem como principal função o apoio à prática de BTT e das suas disciplinas. Para que um centro seja

⁶³ <http://www.biketels.com/what-is-a-bikotel.php>, consultado a 03/05/2018.

⁶⁴ <http://www.biketels.com/bikotel-by-location-loc.php?l=38>, consultado a 03/05/2018.

reconhecido pela Federação Portuguesa de Ciclismo, tem de obedecer a um regulamento cujo cumprimento de medidas se traduza numa prática segura das atividades oferecidas.

Estes espaços têm instalações permanentes de receção e apoio aos praticantes e desportistas, funcionando, geralmente, em regime, *self-service* e dentro de um horário estabelecido. Encontram-se também equipados com balneários femininos e masculinos, água potável e oficinas desenvolvidas para a manutenção de bicicletas e para reparações e afinações básicas.

Apesar de não ser obrigatória, a Federação Portuguesa de Ciclismo aconselha a disponibilização gratuita destes serviços para que exista uma maior democratização da prática das atividades de BTT.

De forma complementar, todos os centros deverão ter um painel informativo, bilingue, que apresente os percursos integrados no território em questão e as suas características técnicas.

Finalmente, estes deverão sempre apresentar disponibilidade para a realização de protocolos de colaboração com outros empreendimentos turísticos e/ou desportivos (como lojas, restaurantes e hotéis), utilizar o logótipo de homologação e o logótipo da Federação Portuguesa de Ciclismo para promover o centro e respetivos percursos (Federação Portuguesa de Ciclismo, 2016).

Em relação à sinalética utilizada, esta, com carácter internacional, compreende quatro níveis de dificuldade representados por diferentes cores destinadas à distinção entre os trilhos mais fáceis e adequados para iniciantes e os trilhos com dificuldade mais elevada (verde, azul, vermelho e preto respetivamente).

Embora a grande maioria dos trilhos existentes esteja orientada para a prática desportiva e competitiva, podem também ser desenvolvidos percursos de BTT com maior orientação turística e cultural. Estes devem obrigatoriamente passar por pontos de interesse patrimonial e os monumentos devem-se encontrar adaptados para o acolhimento das bicicletas durante as visitas. A sinalética direcional utilizada é igual à dos percursos desportivos, mas de cor cinzenta⁶⁵ (Federação Portuguesa de Ciclismo, 2016).

Desenvolvidos pelas Aldeias do Xisto, existem atualmente, na sua área de intervenção, um total de 9 centros de BTT com cerca de 30 percursos que podem ser do tipo *CrossCountry*, *DownHill* ou *FreeRide*⁶⁶. Por sua vez, no território da Serra da Lousã, existem três centros de BTT. Todos estes oferecem trilhos que compreendem os quatro níveis de dificuldade, oferecendo vários tipos de experiências no contexto natural e desportivo para diferentes géneros de praticantes e atletas. Por outro lado, entregam sempre uma experiência turística e estética de elevado valor ao permitirem a observação panorâmica de várias aldeias serranas e de várias áreas naturais de elevado valor estético onde é frequente o avistamento da fauna local.

⁶⁵ A cor castanha é utilizada para áreas protegidas ou classificadas pelo ICNF e a cor vermelha para os percursos de grande rota (Federação Portuguesa de Ciclismo, 2016).

⁶⁶ <https://aldeiasdoxisto.pt/category/centros-de-btt>, consultado a 03/07/2018.

As informações indispensáveis à realização destes percursos encontram-se sobretudo divulgadas no *website* das Aldeias do Xisto onde são disponibilizados mapas, coordenadas gps, folhetos em formato PDF e as informações técnicas dos mesmos.

Dos três centros integrados no território serrano, o Centro de BTT da Ferraria de São João, em Penela, é o mais antigo, tendo sido o primeiro a ser instalado em Portugal (Figura 14). Este detém, atualmente, 5 percursos disponíveis, incluindo um percurso de grande distância que se une aos centros de Gondramaz e da Lousã. Em adição, passam por esta infraestrutura 2 percursos do centro de BTT da Lousã. A este ainda se encontra associado um *TREK Fun Trail*, que é um espaço, com uma extensão de 400 metros em percursos, cujo objetivo principal é a sua utilização por crianças e iniciantes de BTT.

Todos os trilhos integrados neste centro são administrados e mantidos pela Associação de Moradores da Ferraria de São João⁶⁷.



Fonte: autora.

Figura 14: Centro de BTT da Ferraria de São João, Penela, e instalações de apoio ao ciclista.

Outro centro de BTT, desenvolvido pelas Aldeias do Xisto, encontra-se localizado em Gondramaz (Miranda do Corvo) e apresenta, atualmente, 7 percursos cuja manutenção está ao encargo da Câmara Municipal de Miranda do Corvo. Também no mesmo município, em Vila Nova, existe um centro de estágio de *trail running* e BTT que, além de disponibilizar balneários e oficinas self-service, tem instalações que garantem a estada e o treino de atletas (Figura 15). A este centro servem de complemento não só o de Gondramaz como a estação de Quinta da Paiva e Semide, assumindo uma posição principal na região e dentro desta área de atividade.

⁶⁷ A Associação de Moradores da Ferraria de São João é uma entidade sem fins lucrativos que procura promover o desenvolvimento turístico de modo sustentável, preservar as tradições locais e dinamizar a economia local.



Fonte: autora.

Figura 15: Centro de estágio de *trail running* e BTT de Vila Nova, Miranda do Corvo, e instalações de apoio ao ciclista.

Por último, existe um centro de BTT na Lousã que detém 5 trilhos, administrados pelo Montanha Clube (Figura 16). Adicionalmente, por este centro passa também um percurso integrado na Ferraria de São João.



Fonte: autora.

Figura 16: Centro de BTT da Lousã e instalações de apoio ao ciclista.

Nos restantes municípios que integram a serra existem também alguns percursos de BTT divulgados pelas Aldeias do Xisto e, frequentemente, administrados pelas entidades municipais. Contudo, a sua promoção e divulgação, por parte estas entidades, é praticamente nula, salvo raras exceções. Também a informação técnica partilhada é muito mais escassa que a dos trilhos inseridos nos centros de BTT.

Com base nisto, procurámos confirmar a fiabilidade e integridade da informação divulgada não só pelas Aldeias do Xisto como pelas entidades encarregadas da manutenção dos trilhos. Para tal, e assumindo o papel do utilizador procurámos a informação disponibilizada nas várias plataformas *online* das entidades regionais, sendo esta, atualmente, um dos primeiros contactos que se tem com a oferta. Após investigação, é evidente a falta de comunicação e coordenação no seio administrativo da região.

Em relação a Miranda do Corvo, além dos 7 trilhos associados ao centro de BTT de Gondramaz, é divulgada, pela rede das Aldeias do Xisto e pela entidade municipal, a existência de 14 percursos associados ao Centro de Vila Nova. Estes terão uma extensão de 230 km onde podem ser praticadas modalidades de BTT como o Enduro, o *DownHill* e o XC. No entanto, estes percursos não têm qualquer tipo de representação nos canais de

comunicação da oferta de nenhuma das entidades, sendo apenas disponibilizadas as brochuras informativas relativas aos 7 trilhos integrados na promoção das Aldeias do Xisto.

De modo similar, quando analisada a oferta do município da Lousã e verificada a informação disponibilizada pelo Montanha Clube⁶⁸, é verificado que por este são divulgados 9 trilhos/*tracks*, enquanto as Aldeias do Xisto apenas promovem 5.

Por outro lado, quando sondadas as informações disponibilizadas pelas entidades municipais nas suas páginas *online*, observamos que unicamente Miranda do Corvo refere o BTT enquanto recurso turístico ou desportivo da região, mencionando os trilhos e centros existentes.

Finalmente, após o estudo da página online <http://www.centrosdebt.pt/>⁶⁹, que informa sobre os centros de BTT homologados pela Federação Portuguesa de Ciclismo, apercebemo-nos apenas da referência do centro de Miranda do Corvo (em fase de pré-homologação) no território da Serra da Lousã. Sobre os restantes centros acima referidos não surge qualquer outra informação ou menção.

Em consequência, é possível compreender que a complexidade da comunicação da oferta se traduz numa acrescida dificuldade da sua leitura por parte dos turistas e atletas.

É também notória uma falta de concordância entre as entidades promotoras e gestoras na informação divulgada, revelando desagregação regional e um nível reduzido de cooperação e coordenação local. Por este motivo, torna-se bastante complexa a leitura, neste âmbito, da oferta da Serra da Lousã e observa-se mais uma vez a urgência de maior comunicação entre todas as partes.

6.2.6. Percursos Pedestres

Apesar dos eventos e desportos associados às vertentes *hard* do turismo de natureza, como o ciclismo e respetivas variantes, se afirmarem como recursos estratégicos na construção da oferta turística da Serra da Lousã, são os percursos pedestres que se afirmam, a longo prazo, como o principal recurso neste destino, dadas as características e infraestruturas existentes no território que o tornam apto para o desenvolvimento e consolidação da prática pedestrianista.

Ao contrário dos anteriores, que exigem um nível de conhecimentos técnicos e experiência elevados, a realização de percursos pedestres, na generalidade, pode ser feita com uma preparação básica, a qualquer momento e por qualquer tipo de turista. Em adição, e apesar de permitir um contacto mais próximo entre o indivíduo e o meio envolvente, representa uma fonte mínima de impactes negativos para o património natural e para as comunidades locais.

⁶⁸ <http://www.montanha-clube.pt/site/index.php/btt/percursos-pistas-e-tracks> consultado a 02/05/2018.

⁶⁹ Consultada a 04/07/2018.

Em consequência, esta é a atividade mais realizada neste destino, sendo procurada tanto por entusiastas de turismo de natureza como por turistas que, na realidade, se enquadram noutras tipologias turísticas, mas pretendem complementar e enriquecer a sua experiência.

O Atlas Desportivo da Lousã retrata o pedestrianismo como uma forma de desenvolvimento económico sustentado que engloba diversas componentes do destino como a natureza e a cultura. Acrescenta ainda que a Serra da Lousã é capaz de prover percursos “recreativos ou de lazer, com maior ou menor carácter exploratório ou de aventura, podendo ser assumidos como interpretativos, temáticos ou culturais, permitindo assim a observação privilegiada do meio: geologia e geomorfologia, fauna e flora, história e arqueologia ou mesmo a arquitetura e o artesanato” (Cordeiro, 2007, p. 146).

O potencial que este destino apresenta deriva do seu contexto histórico e geográfico, sendo que, previamente ao contexto atual da oferta, existiam já vários caminhos dispersos pelo território que tinham a função de unir os aglomerados rurais e de facilitar o acesso às áreas agrícolas e florestais, apresentando-se como um dos escassos meios de comunicação. No entanto, com o declínio das comunidades serranas e das atividades produtivas, estes caminhos ficaram ao abandono. Somente após a revitalização das aldeias e da inserção gradual da atividade turística, estes começaram a ser novamente procurados e valorizados pelos caminhantes que ansiavam por um contacto mais primitivo com a natureza envolvente.

Deste modo, a disposição dos caminhos históricos na serra e a classificação do seu património natural ditou a sua adequação para a implementação desta prática pois, como indica a FCMP, “O pedestrianismo pratica-se, regra geral, em caminhos tradicionais e antigos, que merecem ser preservados, por serem um meio privilegiado de contacto com a natureza e de interpretação do meio ambiente promovendo o desenvolvimento sustentável e a conservação da natureza” (Federação de Campismo e Montanhismo de Portugal, 2006, p. 1).

No presente, existem dezenas de percursos pedestres na Serra da Lousã, desenvolvidos a partir da revitalização destes caminhos, cujas atividades associadas são progressivamente valorizadas por diversas entidades públicas e privadas.

Observando a importância que este recurso atualmente assume e com o objetivo de adquirir uma noção mais concreta e realista da oferta neste âmbito, procedemos à realização de um levantamento dos percursos existentes e promovidos nos sete municípios que integram a Serra da Lousã. De modo semelhante às informações recolhidas sobre os restantes elementos da oferta, procurámos adotar uma visão mais próxima da ótica do turista. Por esse motivo, procurámos, maioritariamente, pela informação divulgada nas plataformas *online*, sendo que esta representa, na atualidade, o primeiro contacto que o turista tem com a oferta e com o destino.

Para tal, reunimos os dados partilhados por diferentes entidades com especial importância neste contexto, nomeadamente a Federação de Campismo e Montanhismo de

Portugal, as Aldeias do Xisto e as entidades municipais. A recolha destes dados, que tem como principal objetivo a sua posterior comparação, permitirá não só avaliar a dimensão da oferta como averiguar se esta é comunicada de modo integro, consistente e com qualidade associada, mesmo em diferentes plataformas.

Quadro 14: Percursos pedestres existentes na Serra da Lousã, por município, segundo a Federação de Campismo e Montanhismo de Portugal, em 2016.

Municípios	Nome dos Percursos
Figueiró dos Vinhos	Caminho do Xisto de Casal de São Simão – Descida às Fragas (nº1)
	Caminho do Xisto de Casal de São Simão – Descida às Fragas (nº1.1)
Góis	Caminho do Xisto das Aldeias de Góis – Rota das Tradições do Xisto
	Trilho dos Pisões
	Trilhos do Vale do Ceira
	Trilho da Serra do Açor
	Trilho das Minas
	Trilhos do Vale Encantando
	Trilho da Lagoa de Sacomes
	Trilho do Papel
	Trilho do Castelo de Vale d’Armunha (PGR – GOI)
	Rota do Mel e do Azeite
	Lousã
Caminho do Xisto da Lousã – Rota das Aldeias de Xisto da Lousã (nº2)	
Caminho do Xisto da Lousã – Rota das Aldeias de Xisto da Lousã (nº 2.1)	
Caminho do Xisto – Rota da Levada	
Caminho do Xisto – Rota das Quatro Aldeias	
Caminho do Xisto – Rota dos Serranos	
Caminho do Xisto – Rota dos Baldios	
Caminho do Xisto – À descoberta da Floresta	
Miranda do Corvo	Caminho do Xisto Acessível de Gondramaz
	Caminho do Xisto de Gondramaz – Nos Passos do Moleiro
Pedrógão Grande	Rota do Xisto
	Trilho dos Romanos
	Cabeço das Mós, procurando o Mouro do Cabril
	Trilho do Açude dos Rodrigues
	Senda da Ribeira de Pera
	Contra a corrente em direção ao açude
	Marginal da albufeira do Cabril
	Marginal da albufeira da Bouçã
	Trilho do Castelo de Vale d’Armunha (PGR – GOI)

	Trilho de Mega Fundeira
Penela	Grande Rota Terras de Sicó (Etapa Condeixa-Penela) – Rota do Vinho Terras de Sicó (troço concelhio)
	Grande Rota Terras de Sicó (Etapa: Penela – Alvorge) – Rota do Queijo do Rabaçal (troço concelhio)
	Caminho do Xisto da Ferreria de São João – Trilho do Rebanho (nº1)
	Caminho do Xisto da Ferreria de São João – Trilho do Rebanho (nº1.1)
Vários	Grande Rota das Aldeias do Xisto
	Grande Rota das Aldeias do Xisto - Variante
	Grande Rota do Zêzere

Fonte: Elaboração própria com base em Registo Nacional de Percursos Pedestres (Federação de Campismo e Montanhismo de Portugal, 2016).

De acordo com a FCMP e através da consulta do último documento publicado que faz o ponto de situação do Registo Nacional de Percursos Pedestres, apuramos a existência de 39 percursos⁷⁰ distribuídos por seis municípios⁷¹ que integram a Serra da Lousã (Quadro 14).

Esta entidade foi a primeira a ser consultada pois, apesar de não surgir como canal de comunicação da oferta, serve a responsabilidade de registar, numerar, homologar e divulgar todos os percursos existentes e homologados em Portugal.

Porém, é necessário ter em conta dois fatores. Em primeiro lugar, o documento consultado já tem cerca de 2 anos⁷², não apresentando, realisticamente, os dados mais recentes. Em segundo lugar, estes percursos estão enquadrados na oferta municipal, não sendo exclusivos do território serrano. Por outras palavras, podem estar inseridos em contextos rurais e urbanos.

Entre os dados disponibilizados neste documento, é referido o território onde se situa o percurso, a sua tipologia, numeração, nome e o ponto de situação no respetivo processo de homologação⁷³.

Após leitura, apurámos que, em todo o destino, Góis e Pedrógão Grande são os municípios com maior número de trilhos (10), seguindo-se o município da Lousã que apresenta 8 caminhos e Miranda do Corvo, Figueiró dos Vinhos e Penela que integram menos de 5 percursos cada.

Destacam-se ainda cinco percursos de grande rota. Dois⁷⁴, inseridos no território de Penela, também partilhados por Condeixa-a-Nova e Soure, e outros três que

⁷⁰ Dos 39 percursos, um – Trilho do Castelo de Vale d’Armunha – surge tanto inserido no município de Góis como no de Pedrógão Grande, aparecendo, por isso, repetido no Quadro 14.

⁷¹ Castanheira de Pêra não possui nenhum percurso pedestre reconhecido por esta entidade.

⁷² A última versão data de 26 de novembro de 2016.

⁷³ Ver Anexo III.

⁷⁴ Grande Rota Terras de Sicó (Etapa Condeixa-Penela) – Rota do Vinho Terras de Sicó e Grande Rota Terras de Sicó (Etapa: Penela – Alvorge) – Rota do Queijo do Rabaçal.

compreendem vários territórios nacionais e, em particular, da Serra da Lousã como a Grande Rota do Zêzere e a Grande Rota das Aldeias do Xisto e respetiva variante.

Por último, segundo esta fonte, concluímos que 46% dos percursos pedestres inseridos na Serra da Lousã estão homologados e 5% estão registados. Em adição, cerca de 13% estão em fase de registo e cerca de 36% encontram-se em fase de vistoria.

De seguida partimos para uma análise da oferta de percursos pedestres na página *online* das Aldeias do Xisto.

Logo após a fundação da ADXTUR e da consequente estruturação da oferta turística do território em redes, foi desenvolvida a Rede dos Caminhos do Xisto que pretendia a unificação das aldeias serranas através de trilhos de pequena rota (Figura 17), maioritariamente circulares, e com vários níveis de dificuldade, destinados tanto para os turistas mais passivos, que apenas procuram um contacto moderado com o meio ambiente, como para os turistas mais ativos.



Fonte: autora.

Figura 17: Sinalética dos percursos pedestres de pequena rota inseridos nos lugares serranos.

Nesta plataforma, observamos uma clara diminuição do número de percursos apresentados (apenas são divulgados cerca de 33% dos percursos reconhecidos pela FCMP). Ocasionalmente, esta rede em parceria com algumas empresas de animação, realiza também eventos que se destinam à realização de outros percursos não integrados na Rede dos Caminhos do Xisto.

Dos 13 caminhos inseridos nesta rede (Quadro 15), a vasta maioria (69%) tem formato circular enquanto somente 31% são lineares. Em adição, observa-se, de facto, um equilíbrio entre os diferentes níveis de dificuldade associados aos percursos, sendo que 54% são de realização “fácil” ou “muito fácil” e 46% são caracterizados como de “difícil” execução (ver Anexo IV).

A informação associada a cada percurso e por esta entidade apresentada, revela-se mais detalhada e com maior precisão técnica que em qualquer outra plataforma o que é, por sua vez, determinante para uma prática segura desta atividade de turismo de natureza. Entre as informações divulgadas encontram-se coordenadas gps, mapas e brochuras PDF.

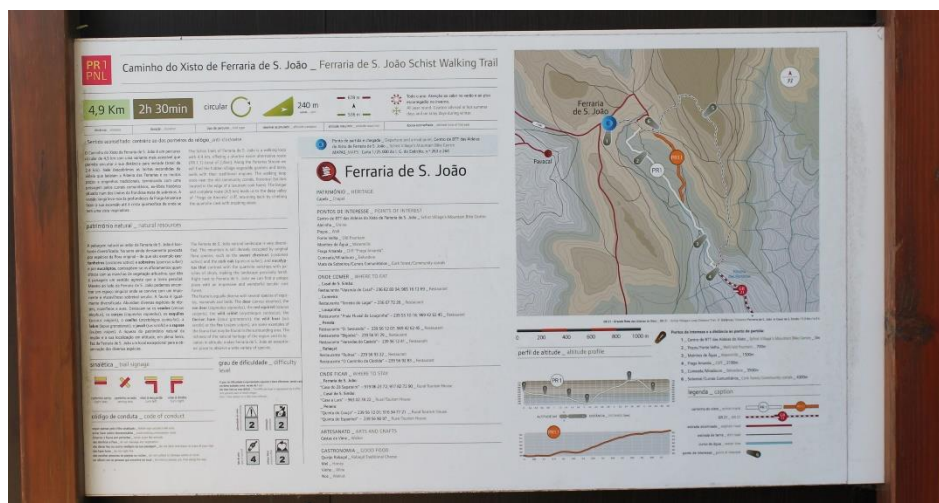
Quadro 15: Percursos pedestres existentes na Serra da Lousã, por município, inseridos na Rede dos Caminhos do Xisto.

Municípios	Nome do Percurso
Figueiró dos Vinhos	PR1 FVN – Caminho do Xisto de Casal de São Simão
Góis	PR1 GOI - Caminho do Xisto das Aldeias de Góis – Rota das Tradições do Xisto
Góis	PR9 GOI – Caminho do Xisto das Aldeias de Góis – Trilho do Baile
Lousã	PR1 LSA – Caminho do Xisto da Lousã – Rota dos Moinhos
Lousã	PR2 LSA – Caminho do Xisto da Lousã – Rota das Aldeias do Xisto da Lousã
Lousã	PR3 LSA – Rota da Levada
Lousã	PR4 LSA- Rota das Quatro Aldeias
Lousã	PR5 LSA – Rota dos Serranos
Lousã	PR6 LSA – Rota dos Baldios
Lousã	PR7 LSA – À Descoberta da Floresta
Miranda do Corvo	PR1 MCV – Caminho do Xisto Acessível de Gondramaz
Miranda do Corvo	PR2 MCV – Caminho do Xisto de Gondramaz – Nos passos do Moleiro
Penela	PR1 PNL – Caminho do Xisto da Ferraria de S. João – Trilho do Rebanho

Fonte: Elaboração própria com base em <https://aldeiasdoxisto.pt/poi/35>, consultado a 12/07/2018.

Nestas últimas, é fornecido conteúdo fundamental como os significados da sinalética, as normas para uma conduta sustentável e os contactos de emergência. De igual modo, providenciam informações básicas sobre a envolvente histórica, cultural e natural em que o percurso se insere, os pontos de interesse cercanos, a restauração e alojamento e os produtos endógenos locais. Seguem-se as informações técnicas como a distância, duração, dificuldade, altimetria, altitude, desnível, tipologia do percurso e a época do ano aconselhada para a realização do mesmo. Tudo isto é acompanhado de uma descrição detalhada das paisagens e dos exemplares de fauna e flora que é observável durante a realização destes trilhos. A informação presente nas brochuras *online* encontra-se apenas traduzida para português orientando-se, sobretudo, para o mercado nacional que é também o mais propício à realização individual destes percursos⁷⁵. No entanto, os painéis informativos localizados no início dos caminhos já estão traduzidos em português e inglês, facilitando a realização segura e informada da atividade pedestriana por parte de uma procura mais vasta (Figura 18).

⁷⁵ No Anexo V encontra-se apresentado um exemplar do folheto informativo de um dos percursos integrados na Rede dos Caminhos do Xisto.



Fonte: autora.

Figura 18: Painel informativo do Caminho do Xisto da Ferraria de São João, Penela.

Além dos trilhos de PR apresentados, a ADXTUR promove ainda dois dos percursos de GR existentes no território: a Grande Rota das Aldeias do Xisto, que pretende estabelecer uma ligação entre as 27 aldeias integradas na rede, e a Grande Rota do Zêzere. Este último percurso, apesar de não ter grande relevância no destino em questão, assume uma grande importância no contexto regional.

Este caminho, cujo elemento paisagístico principal é o rio Zêzere, percorre uma distância de 370 km, unificando territórios desde a Serra da Estrela até Constância. Ao mesmo tempo, assume um carácter multidisciplinar podendo ser percorrido a pé, de bicicleta ou de canoa. Para poder permitir a permuta do método de travessia, foram desenvolvidas várias estações intermodais e áreas de descanso distribuídas por 13 municípios nos quais se incluem Figueiró dos Vinhos e Pedrógão Grande.

Dada a importância, extensão e inovação multidisciplinar associada a este percurso, ele revela-se como estratégico para o contexto do turismo de natureza na Região Centro e em Portugal, proporcionando uma dinamização de um maior número de territórios.

Por fim, consultámos a informação divulgada nas diferentes páginas das entidades municipais que constituem, com maior ou menor dimensão, a Serra da Lousã⁷⁶.

Contrariamente aos casos anteriores, para fazer uma listagem dos percursos foi necessário analisar várias páginas *online*, pois não existe nenhum canal de comunicação da oferta que seja comum a todos os municípios (Quadro 16).

⁷⁶ É importante referir que em relação aos percursos de Penela e Figueiró dos Vinhos não foi possível recolher qualquer tipo de informação nestes canais pois as páginas *online* encontravam-se desatualizadas ou em fase de atualização, respetivamente.

Quadro 16: Percursos pedestres existentes nos municípios integrantes da Serra da Lousã de acordo com as páginas *online* oficiais de cada município.

Municípios	Percursos Pedestres
Lousã	Rota dos Moinhos
	Rota das Aldeias do Xisto da Lousã
	Rota da Levada
	Rota das Quatro Aldeias
	Rota dos Serranos
	Rota dos Baldios
	À descoberta da floresta
Góis	Caminho do Xisto das Aldeias de Góis – Rota das Tradições do Xisto
	Trilho das Minas
	Trilho do Papel
	Caminho do Xisto das Aldeias do Xisto de Góis – Trilho do Baile
Miranda do Corvo	Rota dos Moinhos de água de Miranda do Corvo
	A caminho do Santuário
	Caminhar à beira rio
	Caminho do Xisto de Gondramaz – Nos passos do Moleiro
	Caminho do Xisto Acessível do Gondramaz
Pedrógão Grande	No trilho do Património Histórico e Arquitetónico
	No trilho dos Romanos – Estrada Panorâmica do Cabril
	No Cabeço das Mós, procurando o Mouro do Cabril
	No trilho do Açude dos Rodrigues (percurso não sinalizado).
	Na senda da Ribeira de Pera
	Rumando contra a corrente em direção ao Açude
	Marginal da Albufeira do Cabril
	Marginal da Albufeira da Bouçã
Castanheira de Pêra	Nas fragas da Ribeira das Quelhas
	Pelos encantos da Vila

Fonte: Elaboração própria realizada com base na análise dos *websites* de todos os municípios serranos⁷⁷, consultados a 13/07/2018.

⁷⁷ <http://www.cm-penela.pt/rotas>; <http://www.cm-gois.pt>; <http://www.cm-mirandadocorvo.pt/pt/menu/113/percursos-pedestres.aspx>; http://www.cm-lousa.pt/percursos_pedestres__lousa?m=c252; <http://www.cm-castanheiradepera.pt/PT/turismo-percursos-pedestres>; https://www.cm-pedrogoagrande.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=162&Itemid=132; <http://www.cm-figueirodosvinhos.pt/index.php/percursos-pedestres.html>, consultados a 13/07/2018.

A Lousã é, de todos os territórios, o que demonstra maior coesão na informação referida em todas as plataformas, divulgando sempre o mesmo número de percursos. Já Pedrógão Grande, apesar de não ter nenhum percurso inserido na Rede dos Caminhos do Xisto, apresenta 10 percursos homologados ou em processo de homologação e promove, na página do município 8 desses percursos. No entanto, refere a existência de um percurso (*No trilho do Açude dos Rodrigues*) não sinalizado que, de acordo com a FCMP, está, de facto, homologado. Também Góis detém, do mesmo modo, 10 trilhos, mas apenas promove, de momento, quatro. Mais uma vez, isto revela uma certa incoerência, excesso de burocratização, desatualização ou demora no processo de promoção que acaba por prejudicar a prática pedestrianista.

É também importante referir as situações de Miranda do Corvo e de Castanheira de Pêra. A primeira, apresenta, consoante a FCMP, dois percursos (um homologado e o outro em fase de vistoria), mas promove a realização de cinco percursos de pequena rota. Já em Castanheira de Pêra, onde não existe registo de qualquer percurso em processo de homologação, são divulgados, pelo município, dois percursos (um situado em meio urbano e o outro inserido na aldeia do Coentral e na envolvente florestal).

Embora estas situações sejam pontuais, revelam uma informalidade neste ramo da oferta que não deve existir. A realização segura destes percursos, especialmente daqueles com maior nível de dificuldade, exige a existência de uma manutenção e sinalização apropriada que não se encontra garantida em alguns dos percursos promovidos.

Esta situação encontra-se explicita no Regulamento de Homologação de Percursos Pedestres que, no artigo 40º, afirma a obrigatoriedade, por parte de um percurso homologado, em obedecer a requerimentos específicos como a marcação segundo as normas, a compatibilidade com o ambiente cultural e natural envolvente e com os documentos oficiais que atuam sobre o território (exemplo: cartas de desporto, planos de ordenamento), o cumprimento de requisitos mínimos de segurança e a disponibilização de informação adequada e atualizada. A marcação e sinalização dos caminhos são essenciais para a prática segura da atividade pedestrianista permitindo, de acordo com o artigo 29º do mesmo documento, a sua realização até por praticantes sem experiência (Federação de Campismo e Montanhismo de Portugal, 2006).

Após analisar a dimensão dos percursos, julgámos relevante o estudo da qualidade da informação divulgada. Durante esta análise concluímos que, com exceção da Lousã, que divulga os dados e informações técnicas construídas pela ADXTUR, e de Góis, que também divulga folhetos com dados técnicos, os elementos fornecidos pelas restantes entidades municipais revelam-se, gradualmente, mais instáveis.

A simples omissão de mapas, folhetos ou coordenadas gps, rapidamente se transforma na lacuna de dados técnicos mais básicos que podem, em último caso, pôr em causa uma prática informada e sustentável ou desmotivar, por completo, a realização de passeios pedestres e, em último caso, a procura pelo destino.

Finalmente, outra situação observada é a dispersão da informação pelos vários canais de comunicação das entidades públicas e privadas que promoveram a implementação dos percursos e que atuam como as suas promotoras durante o processo de homologação e manutenção. Embora a comunicação da oferta em várias plataformas possa ser muito positiva para a promoção do destino turístico investigado, neste caso, esta dificulta o acesso à informação sobre os percursos existentes pois esses mesmos canais, maioritariamente *online*, obrigam à existência de conhecimento, por parte do turista, sobre os percursos existentes na Serra da Lousã ou sobre as suas entidades promotoras. Por este motivo, um turista que desconheça a oferta serrana irá, provavelmente, recorrer à informação disponibilizada pelas Aldeias do Xisto e descartar os percursos pedestres cuja informação é de mais difícil acesso ou carece de qualidade.

Concluimos, portanto, que a Rede das Aldeias do Xisto assume, mais uma vez, uma posição fulcral na promoção dos percursos serranos transmitindo com maior qualidade e facilidade de consulta, as informações necessárias. Contudo, para os restantes percursos não integrados nos Caminhos do Xisto, a sua promoção já surge como confusa e menos informada.

Com base nisto, entende-se como urgente a criação de uma entidade que resulte do trabalho cooperado e integrado de todos os territórios que formam este destino, desenvolvendo um canal de comunicação da oferta que seja coeso e de fácil consulta e leitura para o turista, promovendo a divulgação territorial.

Ainda assim, e apesar das diferentes realidades analisadas, verifica-se um número de percursos pedestres consistente e relevante no destino da Serra da Lousã, destacando-se a existência de um percurso homologado e acessível (Caminho do Xisto Acessível de Gondramaz), destinado para pessoas com incapacidades motoras, e quatro percursos de GR.

Deste modo, e independentemente da dimensão dos eventos e dos desportos associados com as vertentes *hard* do turismo de natureza, é o pedestrianismo que, aos olhos dos agentes de animação turística e das restantes entidades que administram a oferta local e regional, revela maior importância, a longo prazo, correspondendo a uma procura equilibrada, sustentada e gradual dispersa por todas as épocas do ano.

6.3. Eventos e construção da oferta turística

A animação turística e, em particular os eventos, assumem-se como uma das respostas às necessidades de um novo formato de turista, mais informado e exigente que procura de modo incessante uma experiência única, real e personalizada, associada com o contacto com as comunidades e com a aprendizagem sobre as mesmas. Especialmente nas regiões de baixa densidade, os eventos surgem como uma fonte de rendimento englobando, aquando a sua realização, vários efeitos multiplicadores como a criação de postos de trabalho e o aumento dos gastos realizados pelos turistas no comércio local. Permitindo, por um lado, uma maior proximidade entre o turista e o contexto natural ou

cultural no qual estas atividades se inserem, estas possibilitam também uma maior valorização dos recursos existentes e um aumento da competitividade do destino em causa quando comparado a outros destinos com ofertas turísticas semelhantes (Carvalho & Alves, 2017). Por outras palavras, a adoção dos eventos é estabelecida com base na ideia de que “A oferta de experiências interativas e dinâmicas remete para a singularidade dos lugares e a personalização das experiências, que são fatores decisivos na afirmação dos destinos com características rurais” (Carvalho & Alves, 2017, p. 174).

Em concordância com esta premissa, os eventos têm, nos anos recentes, assumido uma dimensão considerável enquanto segmento estratégico da oferta turística da Serra da Lousã. Estes têm sido uma forte aposta da programação das Aldeias do Xisto que, através dos mesmos, pretende colocar-se, enquanto produto turístico, num patamar mais desejável ao nível da promoção e da procura, aumentando a sua competitividade face a outros territórios.

Com o objetivo de descobrir a real dimensão da oferta de eventos sob a alçada das Aldeias do Xisto, Carvalho e Alves (2017) estudaram a agenda de eventos desta entidade durante o período que compreende os anos de 2014 a 2016. Com base nesta investigação, apuraram que foram realizados 417 eventos no total, revelando uma média de 139 eventos por ano. Estes autores chegaram à conclusão de que, entre as várias tipologias de eventos realizadas neste território – científico, cultural, desportivo, educacional, natureza e promoção –, são os eventos de âmbito cultural e na natureza que mais se destacam.

Os eventos culturais são os que, de modo constante, detêm maior representatividade, correspondendo a 49,2% das atividades realizadas. Seguidamente, as atividades na natureza correspondem a 32,9% dos eventos. Em adição, os autores em questão reconhecem ainda um crescimento considerável das atividades de índole desportiva representando estas 7,9% das atividades totais.

Para dar continuidade a esta investigação e analisar com maior detalhe a situação atual da oferta de animação das Aldeias do Xisto e, em particular, da Serra da Lousã, analisámos a agenda de programação de eventos⁷⁸ dos anos de 2017 e 2018.

De acordo com esta fonte, no ano de 2017⁷⁹ foram programados 78 eventos. Já para o ano de 2018, encontram-se programados 131 eventos⁸⁰, ou seja, mais 53 que no ano anterior. Tendo em consideração que este ano ainda não terminou, e que nos meses de outubro, novembro e dezembro o número de eventos costuma, frequentemente, aumentar de forma considerável graças a festividades como o Natal, é plausível que o número de eventos total não só aumente mais como possa, eventualmente, alcançar as 200 atividades.

Deste modo, observado que os valores do ano corrente de 2018 já ultrapassaram, em grande escala, os valores de 2017, é possível entender que a entidade das Aldeias do Xisto

⁷⁸ Em <https://aldeiasdoxisto.pt/agenda>, consultado a 08/07/2018.

⁷⁹ Entre as datas de 31/12/2016 a 31/12/2017.

⁸⁰ Este valor foi apurado a 08/07/2018.

alcançou os objetivos por ela traçados que se propunham a atrair e consolidar importantes eventos.

De forma a tentar entender quais são as tipologias que têm maior relevância na oferta, dividimos os mesmos em quatro categorias-base: eventos culturais; eventos na natureza; eventos desportivos/de competição; eventos promocionais.

Nos eventos culturais, aglutinámos todas as atividades de cariz gastronómico, patrimonial, histórico, musical, artístico e ainda os cursos de formação/ateliers que digam respeito às atividades tradicionais. Entendemos como eventos na natureza todas as atividades realizadas na natureza, representando as formas de turismo mais *soft*. Entre estas incluímos atividades de observação de fauna, paisagens e flora, atividades desportivas de baixa dificuldade e não competitivas realizadas em contextos informais e por um público alargado e atividades organizadas que procedem à realização de percursos pedestres por motivos desportivos, educacionais, interpretativos ou meramente lúdicos. Nos eventos desportivos/de competição incluímos todas as provas competitivas que envolvam a realização de desportos mais técnicos e, conseqüente, maior grau de dificuldade. Já nos eventos promocionais encontram-se incluídas as ações de promoção da oferta das Aldeias do Xisto realizadas fora do território serrano.

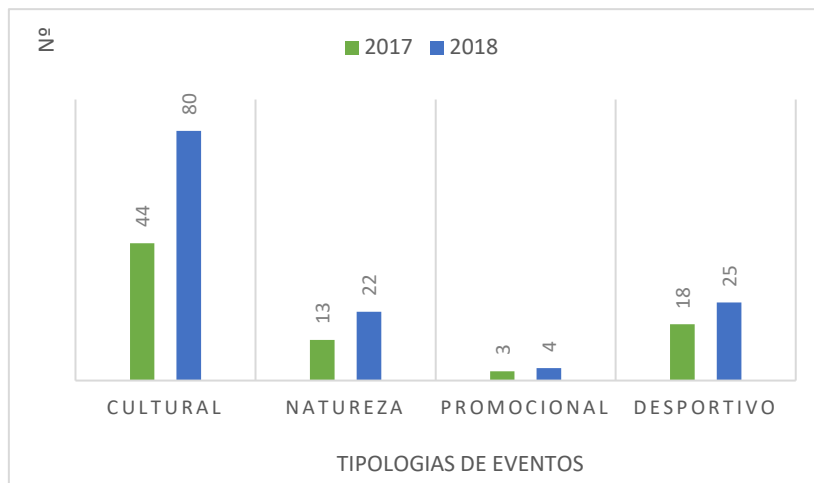
Após analisar o programa dos últimos dois anos, e como é possível observar na Figura 19, afirma-se, de facto, e tal como Carvalho e Alves (2017) referiram, uma prevalência dos eventos culturais em relação aos restantes. É, em particular, nos seus números que se verifica a tendência de desenvolvimento e atração de um maior número de atividades distribuídas por todos os territórios.

De seguida, posicionam-se as atividades desportivas e competitivas nas quais se observa também uma tendência de crescimento. Entre estas, destacam-se várias provas nacionais e internacionais, revelando a consolidação do produto “Aldeias do Xisto” e o seu papel pioneiro no contexto desportivo português inserido nas práticas de turismo de natureza que, de modo gradual, cada vez mais se apresentam como uma tipologia representativa deste destino.

Considerando de modo mais detalhado o panorama da oferta da Serra da Lousã, dos 78 eventos desenvolvidos no ano de 2017, 33 ocorreram de modo exclusivo ou integrado nos municípios que fazem parte deste destino. Já dos 131 eventos planeados para o presente ano de 2018, 37 também se irão desenvolver neste território. Desta forma, e como retratado na Figura 20, também neste destino é visível o crescimento do número de eventos programados, especialmente os que fazem referência a atividades culturais que, por sua vez, se focam nas valências locais como a gastronomia e o artesanato.

Em relação à dimensão dos eventos de natureza, que também apresentam um crescimento dos seus valores, é importante referir que somente na Serra da Lousã são desenvolvidas atividades de observação da fauna local, afirmando, mais uma vez, a relevante qualidade da biodiversidade e dos ecossistemas que aqui se preservam.

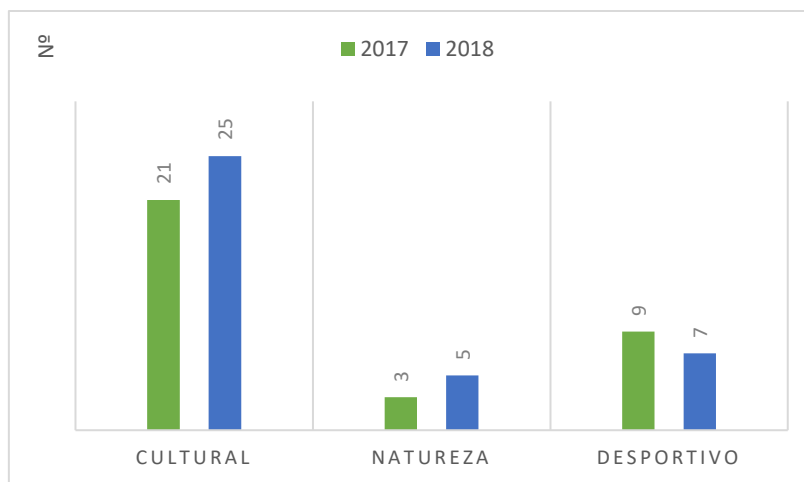
Finalmente, no que diz respeito à oferta de provas desportivas, observa-se que foi realizado um esforço na consolidação dos eventos existentes, especialmente daqueles com maior importância desportiva e económica. Por outras palavras, os mesmos eventos tendem a repetir-se em diferentes edições, permitindo um crescente reconhecimento deste território no âmbito do turismo de natureza e ativo.



Fonte: Elaboração própria com base em <https://aldeiasdoxisto.pt/agenda>, consultado a 08/07/2018.

Figura 19: Número de eventos realizados e promovidos pelas Aldeias do Xisto nos anos de 2017 e 2018.

Nota: Os valores de 2018 foram apurados a 8 de julho de 2018, pelo que é expectável o seu crescimento, em todas as tipologias, nos últimos meses do ano.



Fonte: Elaboração própria com base em <https://aldeiasdoxisto.pt/agenda>, consultado a 08/07/2018.

Figura 20: Número de eventos de cariz cultural, de natureza ou de desporto realizados na Serra da Lousã, nos anos de 2017 e 2018.

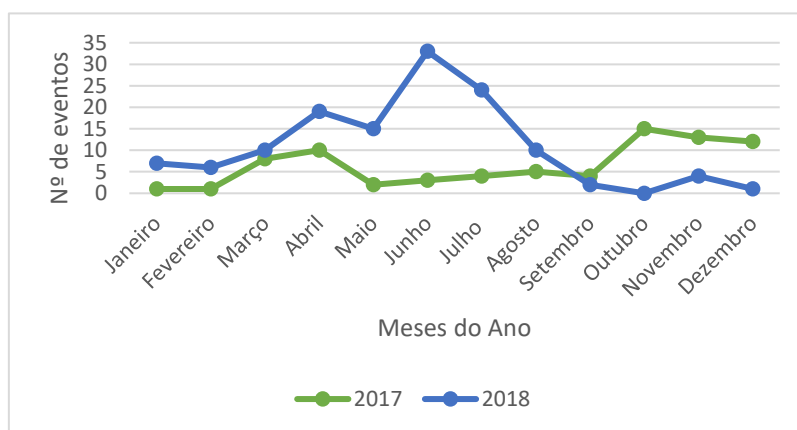
Nota: Os valores de 2018 foram apurados a 8 de julho de 2018, pelo que é expectável o seu crescimento, em todas as tipologias, nos últimos meses do ano.

Os eventos desportivos têm-se assumido como estratégicos no território serrano pois apesar de terem uma dimensão francamente inferior à dos eventos culturais, conseguem,

frequentemente, atrair um número de participantes superior. Ou seja, enquanto os eventos culturais são, na sua maioria, realizados de modo individual ou em pequenos grupos, os eventos desportivos concentram um grande número de participantes, funcionando, num curto período de tempo, com grande eficácia para o desenvolvimento económico local.

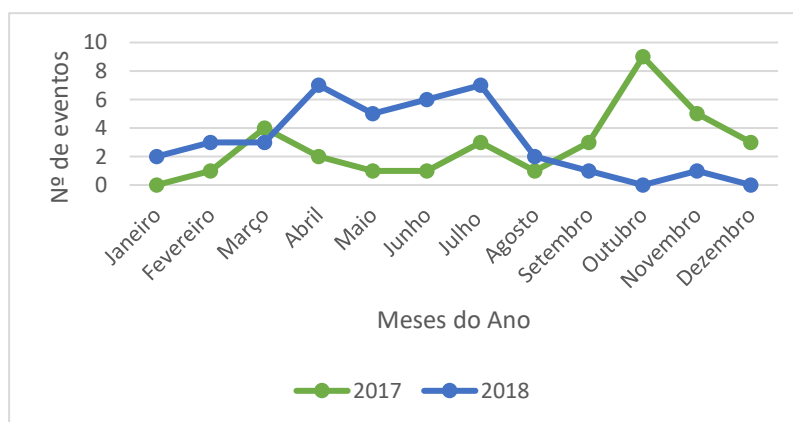
Ainda assim, é importante salientar que todas as tipologias de eventos representam diferentes valências para este destino. Enquanto os eventos culturais valorizam e promovem a cultura local, as tradições e os produtos endógenos, os eventos de natureza favorecem a consciencialização ecológica para os valores ambientais da Serra da Lousã e para a inevitável necessidade de os preservar. Já os eventos desportivos dinamizam economicamente e com rapidez a região na qual eles se sediam.

Por último, é importante referir a relevância que a realização destes eventos tem para contrariar a sazonalidade nas áreas do interior da Região Centro de Portugal pois distribuem-se pelos vários meses do ano e não exclusivamente na época alta, como é possível observar nas Figuras 21 e 22.



Fonte: Elaboração própria com base em <https://aldeiasdoxisto.pt/agenda>, consultado a 08/07/2018.

Figura 21: Distribuição dos eventos, ao longo do ano, em todo o território de atuação das Aldeias do Xisto.



Fonte: Elaboração própria com base em <https://aldeiasdoxisto.pt/agenda>, consultado a 08/07/2018.

Figura 22: Distribuição dos eventos, ao longo do ano, na Serra da Lousã.

6.3.1. Relevância dos eventos desportivos

Após observar o crescimento da oferta de eventos, apresenta-se importante, no âmbito do turismo de natureza, a observação detalhada sobre os que detêm maior impacto no destino da Serra da Lousã. De facto, a relevância da atração e consolidação de eventos tornou-se tão elevada, neste destino, que continuam a ser realizados investimentos na qualificação do território e respetivas infraestruturas turísticas e desportivas.

No ano de 2017, na Serra da Lousã, foram desenvolvidos 9 eventos desportivos enquadrados em competições nacionais e internacionais de elevada importância. Ou seja, metade dos eventos de turismo de natureza com vertente desportiva que decorreram, neste ano, em todas as áreas de intervenção territorial das Aldeias do Xisto (Serra da Lousã, Serra do Açor, Zêzere, Tejo/Ocreza) foram desenvolvidos na Serra da Lousã⁸¹.

Este número revela que as características geomorfológicas do território, o valor do património presente e as infraestruturas atuais, colocaram este destino numa posição de destaque, no panorama nacional, para a receção destes eventos.

Neste destino e no âmbito do turismo de natureza, que enquadra diversas atividades realizadas em meio natural, são os eventos de ciclismo (englobando o BTT e o *DownHill*) e de *trail running* que mais sobressaem.

Entre estes, destacam-se, nos últimos anos, as Taças de *DownHill* e o Avalanche Licor Beirão, na categoria de ciclismo, e o Louzantrail, o Ultra *Trail* das Aldeias do Xisto (UTAX) e o Trilho dos Abutres no âmbito do *trail running*.

O campeonato de *DownHill*, desenvolvido a partir do protocolo *Cyclin Portugal*, tornou-se um dos eventos desportivos mais aclamados na região.

A estreia deste evento na serra ocorreu em março, no Louzanspark (Lousã), com a terceira etapa da Taça de Portugal de *DownHill* de 2018, a qual contou com a participação de vários praticantes mundiais. Esta prova antecedeu o Campeonato Europeu de *DownHill* que se realizou também neste destino, no mês seguinte. Nesta prova, que compreendia um percurso de 2km e variava entre os 626 e os 154 metros de altitude, estiveram presentes mais de 80 atletas de 19 países. Em consequência das excelentes condições do terreno para a realização destas provas, a Serra da Lousã, elogiada pelos participantes, irá receber novamente esta competição em 2019 e é já ponderada, de acordo com as informações divulgadas pelas Aldeias do Xisto⁸², uma candidatura futura para receber o Campeonato da Europa de Maratona BTT.

Em adição, a prova Avalanche Licor Beirão, também integrada no calendário de eventos do *Cyclin Portugal* e promovida pelo Montanha Clube, no município da Lousã, contou com a participação de 369 inscritos⁸³, em novembro de 2017.

⁸¹ Em todo o território das Aldeias do Xisto foram promovidos, no ano de 2017, 18 eventos, como indicado na Figura 19.

⁸² Em <https://aldeiasdoxisto.pt/artigo/4969>, consultado a 09/07/2018.

⁸³ https://aldeiasdoxisto.pt/sites/default/files/files/3314/LISTAINSCRITOS_LB17.pdf, consultado a 09/07/2018.

Fora do contexto do calendário de eventos do *Cyclin* Portugal e do município da Lousã, surgem também outros eventos de ciclismo com algum destaque como o Peralta BTT, realizado no município de Pedrógão Grande, que conta já com 2 edições.

Com igual importância surgem os eventos de *trail running*.

Apresentando maturidade neste domínio, o Louzantrail, também organizado pelo Montanha Clube Trail Running, no município da Lousã, conta com três provas competitivas, com uma extensão total de 94 km (Ultra Louzantrail, Louzantrail Longo e Louzantrail Curto), uma prova orientada para o público mais jovem (Grande Corrida Rapozinhos) e uma caminhada noturna. Este evento, na sua última edição (em junho de 2018) reuniu 1150 atletas e cerca de 4500 visitantes⁸⁴ o que, para os dois dias desta prova⁸⁵, revela uma grande adesão e uma forte dinamização deste território.

De seguida, destacamos o UTAX (Ultra *Trail* das Aldeias do Xisto), que teve a sua primeira versão em 2008, num percurso de *trail running* que unia as aldeias de Casal de S. Simão, em Figueiró dos Vinhos, e de Ferraria de S. João, em Penela. Atualmente, este evento compreende quase todo o território serrano passando, os seus percursos, por vários municípios como Lousã, Góis, Miranda do Corvo, Castanheira de Pêra e Penela (Go Outdoor Lda, 2017).

A última edição deste evento, em 2017, ocorreu durante três dias e incluiu 4 provas de competição de *trail running*, uma prova de *trail running* infantil e uma corrida de *joelletes* orientada para indivíduos com incapacidades motoras. Foi também elaborada uma caminhada que, com o objetivo de melhorar a experiência oferecida, contava com o apoio de guias locais que auxiliavam à interpretação do percurso. De modo complementar, enquanto as provas decorriam, foi organizada uma feira que divulgava o património cultural e alguns dos recursos endógenos da região.

Em adição, a participação nesta competição, nomeadamente na prova UTAX, permitia a possível entrada na Taça de Portugal de *Ultra Endurance*, o possível acesso à Seleção Nacional de *Trail* e atribuíam pontos para o *Ultra Trail du Mont Blanc* que, por sua vez, é uma das mais prestigiadas provas de *trail* da Europa.

De acordo com dados do relatório do AXtrail, que nos foi divulgado pela sua entidade promotora (Go Outdoor), este evento contou, em 2017, com 1810 inscritos, tendo várias provas esgotado o número de participantes⁸⁶. De acordo com esta entidade, entre estes denota-se uma maioria do género masculino nas provas de competição com 85% dos inscritos. Já nas provas mais leves, como as caminhadas, revela-se uma adesão sobretudo feminina (80%). Esta realidade é semelhante aos conceitos associados ao turismo de

⁸⁴ <http://louzantrail.com/index.html>, consultado a 10/06/2018.

⁸⁵ Que decorreu entre 16 e 17 de junho de 2018.

⁸⁶ As provas de competição contaram com um total de 1651 participantes. A prova UTAX contou com 356 inscritos, o Trail Serra da Lousã (TSL), com 427 participantes, o Trail do Xisto, com 599 atletas e, finalmente, o Mini Trail do Xisto (MTX) teve 269 participantes. Entre as atividades complementares, o Caminho do Xisto teve 66 participantes, o AX trail kids 68 e o AXtrail da Inclusão teve 24 participantes.

natureza que defendem que, de facto, ainda existe uma tendência para o género feminino preferenciar atividades mais leves e lúdicas.

De igual modo, destacamos o evento Trilho dos Abutres, sediado em Miranda do Corvo. Este evento conta com várias provas desportivas como o Ultra Trilhos dos Abutres (50 km), o Trilhos dos Abutres (30 km) e o Mini Trilhos dos Abutres (20 km) e provas complementares e menos técnicas como o Abutres *First Flight* (12 km), os Trilhos Júnior e a Caminhada dos Abutres⁸⁷.

Fruto da evolução deste evento que, anualmente ganha progressivo reconhecimento e da criação do Centro de *trail running* e BTT de Vila Nova, em 2019, Miranda do Corvo irá receber o campeonato Mundial de *trail running*, contando com a presença de 55 seleções. Este grande evento será organizado pela Federação Portuguesa de Atletismo e pela Associação Abútrica (principal promotora do evento Trilho dos Abutres) com apoio da Câmara Municipal de Miranda do Corvo⁸⁸.

É importante destacar o impacte económico deste evento que, após a sua realização, no ano de 2018, no parque natural de Penyagolosa, Castelló (Espanha), rondou os 1,2 milhões de euros. De modo complementar, atraiu mais de 400 atletas de 40 países e gerou mais de 4000 dormidas no destino e nos territórios abrangidos pela prova. Adicionalmente, existiram vários impactes económicos indiretos associados aos efeitos multiplicadores que incidiram no comércio local (Territorio Trail Media, 2017).

Por este motivo, ambiciona-se, para o ano de 2019, um impacte económico igual ou superior, em Miranda do Corvo e nos territórios serranos. De acordo com a Associação Abútrica, são esperadas cerca de 50 seleções mundiais e um impacte económico de 1,5 milhões de euros na região. Será também realizado um investimento de 300 mil euros⁸⁹.

Por fim, destacamos, no concelho de Penela, o Trilho do Infante que, agora na sua 3ª edição, é composto por uma prova de Ultra SkyMarathon (integrada na Taça de Portugal de Ultra Skyrunning), um Trail Longo, um Trail Curto e por uma Caminhada.

Existem ainda outros eventos, inseridos no contexto natural serrano, que merecem destaque fruto da elevada adesão e dos impactes que envolvem localmente como o Campeonato Nacional de Carrinhos de Rolamentos, que ocorre em todos os territórios administrados pela ADXTUR, e a Taça de Portugal de Enduro, integrada no *Cyclin Portugal* e organizada pelo Montanha Clube e pela Câmara Municipal da Lousã. Destacamos ainda algumas provas de *canyoning*, em particular, a competição na Ribeira das Quelhas, no Coentral, que está inserida no circuito nacional de *Canyoning*.

Uma das características que surge como transversal a todos estes eventos, é a preocupação pela integração dos recursos turísticos da região no produto turístico final. Por outras palavras, observa-se um maior cuidado na construção de uma experiência turística que não se baseie somente na vertente desportiva, mas seja também elaborada

⁸⁷ <http://trilhos.abutres.net/pt>, consultado a 13/05/2018.

⁸⁸ <https://aldeiasdoxisto.pt/noticia/5008>, consultado a 12/05/2018.

⁸⁹ <http://trilhos.abutres.net/pt/trilho-dos-abutres-candidata-organizacao-do-world-trail-championship-2019/> consultado a 21/05/2018.

com base na inclusão das paisagens naturais serranas, nomeadamente da flora e fauna local, e no envolvimento das aldeias e das comunidades. Estas vertentes da oferta encontram-se sempre promovidas a par com a adrenalina e denota-se uma preocupação para com a gestão dos impactes destes eventos sobre a sustentabilidade dos destinos.

Deste modo, estes eventos conseguem, de facto, oferecer uma experiência de turismo de natureza, nas vertentes *soft* e *hard*, completa, integrada e sustentável que cada vez se torna mais significativa no contexto turístico da Região Centro.

Por outro lado, e após a leitura, é possível também compreender que o planeamento, promoção e realização destes eventos obriga à constituição de um elaborado trabalho em rede feito de modo coeso e integrado partilhado pelas várias entidades económicas e administrativas regionais e nacionais.

Apesar da cooperação inter-regional ser uma das maiores fraquezas deste território, pois cada município tende a tomar decisões de planeamento turístico de modo isolado conduzindo a uma oferta incoerente dentro destino serrano, no âmbito dos eventos esta parece ter sido ultrapassada. Ou seja, existe um trabalho coletivo e coeso entre as entidades municipais e privadas, que conduzem a um produto final cujos resultados, até à data, têm valorizado este destino.

6.4. Sustentabilidade da atividade turística na Serra da Lousã

O desenvolvimento turístico sustentável a nível ambiental, cultural, económico e social, é um dos principais paradigmas associados às práticas de turismo de natureza.

Considerando que a Serra da Lousã, enquanto destino turístico, tem optado pelo investimento na criação de infraestruturas canalizadas para o acolhimento da crescente procura e para a realização de desportos na natureza, questões como a monitorização constante dos impactes, a educação ambiental, a regulação das atividades ou o controlo da capacidade de carga surgem como essenciais num destino cujos eventos conseguem trazer, aliados à oferta cultural, milhares de turistas e atletas numa questão de dias.

Caso não exista regulação da atividade turística, podem haver pesadas consequências no frágil ambiente natural e social que constitui este destino, pondo em causa não só o bem-estar dos seus atores como a preservação do património natural e a construção de uma experiência positiva para o turista.

O Atlas Desportivo da Lousã reconhece que apesar dos benefícios da atividade turística, quando bem planeada, prevalecerem sobre os impactes negativos, existem várias consequências a ser evitadas resultantes da crescente procura por desportos na natureza, dos errados comportamentos individuais desencadeados pela ausência de educação ambiental e de regulamentação e da “dificuldade de atribuição de competências na administração” das áreas naturais (Cordeiro, 2007, p. 142).

Como forma de frustrar os impactes, é favorecida uma gestão equilibrada dos recursos naturais e das práticas desportivas e o desenvolvimento de medidas, com o envolvimento

dos agentes de animação, que promovam um maior controlo, ou mesmo uma restrição, das atividades turísticas que decorram nas áreas com maior valor paisagístico e durante as épocas mais sensíveis para a fauna. São ainda mencionadas intervenções como o aumento da fiscalização das ações desenvolvidas nestas áreas e a interdição da livre circulação por indivíduos não autorizados.

Finalmente, este documento, redigido em 2007, indicava já a necessidade do desenvolvimento de um Plano Estratégico Intermunicipal que permitisse um ordenamento integrado do destino ignorando os limites administrativos e artificiais estabelecidos. Tal plano ainda não existe atualmente, havendo uma falta de coordenação, uniformização e comunicação decorrente destas mesmas fronteiras que, por sua vez, podem conduzir a uma menor eficácia das medidas implementadas.

Com expressão na regulação e apoio às atividades desportivas e de turismo de natureza em Portugal, salientamos a Federação Portuguesa de Ciclismo, a Federação de Campismo e Montanhismo de Portugal e o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas que estabelecem, através de vários documentos e brochuras, códigos de conduta destinados a visitantes e atletas que têm como objetivo a preservação ambiental e o bem-estar das comunidades.

Também na Serra da Lousã, quando analisados os compromissos ecológicos e ambientais assumidos pelas entidades e agentes de animação turística, cuja imposição de normas é essencial para a garantia da sustentabilidade, é notório um progressivo esforço pela monitorização de comportamentos. Apesar de ser difícil aplicar medidas deste âmbito num território onde atuam várias entidades em simultâneo, observa-se um maior cuidado na redistribuição dos impactes e pressões das atividades turísticas.

Em primeiro lugar, distinguimos o Montanha Clube que, por ser uma entidade local com responsabilidade sobre várias tipologias desportivas e eventos realizados na Serra da Lousã, redigiu um código de conduta obrigatório para este destino. Neste destacamos medidas como a proibição da realização de barulho, o dever de contactar as autoridades no caso da observação de ocorrências irregulares, a obrigatoriedade do cumprimento das normas de segurança, a limitação da prática desportiva quando existam alertas ou riscos no território, o dever de obedecer à sinalética e marcação dos trilhos, a proibição da passagem de veículos motorizados em trilhos sinalizados e marcados, o impedimento da utilização de trilhos que se encontrem destinados para a realização de outros desportos ou em eventos e a obrigatoriedade a uma convivência pacífica entre atletas de diferentes desportos que ocorram em simultâneo (Montanha Clube, 2013).

Já os restantes agentes de animação, encarregados de alguns dos eventos com maior dimensão local e regional, adotaram também medidas como a utilização de copos reutilizáveis, a fixação de um copo por atleta, a rápida limpeza e remoção da sinalética após os eventos, a redução do uso de papel enquanto método de comunicação, a redução do número máximo de atletas por prova, a desclassificação baseada numa má conduta e a progressiva sinalização de um maior número de percursos em áreas ambientalmente

menos sensíveis e mais adequadas à prática desportiva optando, se possível, por caminhos já existentes⁹⁰.

Em relação aos desportos de maior impacto, como o enduro, estes são relocados para áreas menos sensíveis, na base da serra, onde existem características necessárias como os terrenos aplanados e a presença de cascalheiras, areias e arenitos.

Finalmente, é importante considerar que, neste âmbito, também se assume como fundamental a posição tomada pelos municípios.

Estes, cada vez mais conscientes da necessidade de preservação do património natural e cultural e da manutenção do bem-estar das comunidades locais, têm desenvolvido várias ações que pretendem sensibilizar e educar ecologicamente a população local e estabelecer relações reciprocamente benéficas entre esta e o turismo.

Em adição, todos os municípios pertencentes ao destino participaram na Agenda 21 Local da Comunidade Intermunicipal do Pinhal Interior Norte que tinha em vista o desenvolvimento económico comum e a coesão social, baseados numa gestão cooperada e num forte compromisso para com a sustentabilidade, assumido por intermédio de um plano intermunicipal partilhado pelas comunidades e pelas entidades regionais e locais.

Ainda que o planeamento integrado não tenha sido verdadeiramente alcançado, é possível deduzir uma sinergia das ações realizadas por parte das várias entidades que administram o território e a atividade turística, tentando contrariar a massificação e respetivos impactes.

6.4.1. Incêndios Florestais – a ameaça lembrada

Apesar de todos os esforços realizados pelas entidades locais e regionais na adoção de medidas que permitam uma maior fiscalização dos comportamentos individuais nas áreas naturais da Serra da Lousã, existe também um problema marcante deste território que pode pôr em causa o sucesso da atividade turística: os incêndios florestais.

Com base no contexto que marcou esta problemática nos últimos anos e, em particular, no ano passado, consideramos como incontornável uma reflexão sobre a mesma.

Na memória da opinião pública, o ano de 2017 ficou marcado por duas grandes catástrofes que sugiram fruto de condições atmosféricas desfavoráveis, como ventos fortes e temperaturas muito altas, de atos incendiários, do desleixo e falta de limpeza dos espaços serranos e da baixa coordenação das forças de intervenção.

O primeiro incêndio de grande dimensão, também conhecido por incêndio de Pedrógão Grande, deflagrou entre os dias 17 e 18 de junho, afetando maioritariamente as regiões de Coimbra, Leiria e Castelo Branco e as florestas de Pedrógão Grande,

⁹⁰ Estes dados foram recolhidos após a consulta dos compromissos de eco responsabilidade adotados pelo Montanha Clube Trail Running, no evento Louzantrail, pela entidade Go Outdoor, no evento AXtrail e pela Associação Abútrica, em relação ao evento Trilho dos Abutres, verificados a partir da consulta de <http://louzantrail.com/contact.html>, <http://www.axtrail.go-outdoor.pt/index.php/pt/eco-responsabilidadeb>, <https://trilhos.abutres.net/pt/eco-responsabilidade/>, consultados a 16/06/2018.

Castanheira de Pêra, Figueiró dos Vinhos, Alvaiázere, Penela e Góis, cinco dos quais integrantes da Serra da Lousã. De acordo com o 2º Relatório Provisório Extraordinário de Incêndios Florestais⁹¹, a partir do dia 17 de junho contabilizaram-se cinco grandes incêndios que, nestes territórios, consumiram uma área de 45039 hectares. Segundo o 2º Relatório Provisório de Incêndios Florestais, referente às datas compreendidas entre 1 de janeiro e 30 de junho, este foi definido como o mês com maior área ardida (47 mil ha), correspondendo a 32 vezes o valor da média anual da mesma altura⁹².

Além do impacto ambiental, foi a dimensão humana deste incêndio que mais eco teve tanto a nível nacional como internacional, tendo sido reportada, pela imprensa, a lamentável morte de 64 indivíduos (das quais 47 ocorreram numa estrada nacional que faz a ligação entre Castanheira de Pêra e Figueiró dos Vinhos) e a existência de mais de 200 feridos. Em adição, muitas aldeias, dado o seu isolamento, foram também parcialmente ou completamente destruídas (RTP Notícias, 2017a).

A 15 de outubro, decorreu a segunda “catástrofe”, designada pelos *media* como o “pior dia do ano” dada a existência de cerca de 400 ocorrências simultâneas.

Estas decorreram em várias áreas do país, nomeadamente na Lousã (onde arderam cerca de 5000 ha de floresta), e causaram, no total, 45 mortos, 70 feridos e a destruição de cerca de 800 habitações e 500 empresas (RTP Notícias, 2017b). Em adição, milhares de animais selvagens e domésticos sucumbiram também, pondo em causa a atividade agrícola e pecuária de que muitas famílias e indústrias dependiam.

De acordo com o 10º Relatório Provisório de Incêndios Florestais de 1 de janeiro a 31 de outubro⁹³, em Portugal, no ano de 2017, arderam mais de 442 mil hectares florestais, o que corresponde a menos 3,6% das ocorrências, mas a mais 428% da área ardida total relativamente à média anual deste período dos últimos 10 anos. Este documento refere ainda que foi no mês de outubro que se registou a maior área ardida num total de 223901 ha (51% da área registada em todo o ano), tendo o distrito de Coimbra sido o mais afetado (113839 ha ardidos).

Deste modo, estes incêndios acabaram por afetar muitos territórios integrados na Serra da Lousã (Perímetros Florestais de Castanheira de Pêra, Góis e de Alge e Penela) e nas áreas vizinhas como a Serra do Açor cuja paisagem se viu quase completamente destruída. Também vários empreendimentos turísticos, agentes de animação e infraestruturas como percursos pedestres e trilhos desportivos foram afetados. Mencionamos, em especial, a Grande Rota do Zêzere, onde várias secções ficaram sobre aviso devido a fatores que poderiam comprometer uma prática segura.

⁹¹ http://www2.icnf.pt/portal/florestas/dfci/Resource/doc/rel/2017/Rel-prov_extra-1jan-22jun-2017.pdf, consultado a 17/07/2018.

⁹² http://www2.icnf.pt/portal/florestas/dfci/Resource/doc/rel/2017/02-relat-provisorio-01janeiro-30junho_v1.pdf, consultado a 21/01/2018.

⁹³ <http://www2.icnf.pt/portal/florestas/dfci/Resource/doc/rel/2017/10-rel-prov-1jan-31out-2017.pdf>, consultado a 18/07/2018.

Cunha (2003) abordou os incêndios como um dos principais riscos para as comunidades serranas e para a salvaguarda de património natural valioso, interligando-os com o clima português, as atividades pastoris, a florestação desordenada e o abandono das áreas rurais e do interior por parte dos indivíduos que antes asseguravam a sua limpeza.

Este autor defende ainda que, enquanto as antigas comunidades serranas estavam habituadas a lidar com catástrofes encarando-as como algo natural, os novos atores, cidadãos, não conseguem tolerar os seus impactes, afetando, forçosamente os novos usos turísticos dos espaços de montanha.

Como consequência, os incêndios, em particular os de junho, causaram impactes negativos inevitáveis para o desenvolvimento da atividade turística regional tanto pela destruição causada como pela construção de novas conotações, negativas, ligadas a este destino.

Por este motivo começaram imediatamente a ser tomadas algumas medidas que tentam evitar situações semelhantes no futuro, restaurar a qualidade de vida das comunidades locais e reverter os impactes turísticos negativos causados.

Entre as ações tomadas destacamos a limpeza obrigatória da vegetação em redor de edifícios isolados e aglomerados populacionais para a criação de faixas de gestão de combustível, a proibição da caça na época venatória na área de caça municipal da Lousã (Notícias de Coimbra, 2017), a substituição de vegetação inflamável como o eucalipto por árvores autóctones e resistentes como o carvalho ou o sobreiro nas aldeias de Penela (Jornal de Notícias, 2017) e o apoio à recuperação de centenas de habitações e empresas em Pedrógão Grande (TSF Rádio Notícias, 2017).

Também a entidade das Aldeias do Xisto, que viu vários lugares e infraestruturas afetadas, assinou, em junho, um contrato de valorização turística, apoiado pelo Turismo de Portugal, no valor de um milhão de euros, tendo como objetivo a preparação para futuros casos de risco, a reflorestação e a recuperação de património danificado. Do mesmo modo, foram desenvolvidas algumas ações educativas, em aldeias abrangidas por esta rede, numa tentativa de sensibilizar as comunidades e os detentores de empreendimentos para os riscos da utilização do fogo e para os métodos de atuação durante ocorrências (Expresso, 2018: b).

De modo semelhante, várias entidades, como a FCMP, têm, gradualmente, promovido a adoção de comportamentos orientados para a eco vigilância, disponibilizando números de emergência e procedimentos a tomar em caso de incêndios florestais.

Porém, contrariando os processos e medidas tomadas e aumentando novamente o risco de incêndio foram, em 2017, plantados cerca de 18 mil hectares de eucalipto (86% dos hectares plantados) (Público, 2018), o que revela uma soberania dos interesses económicos sobre a valorização e salvaguarda do património, o bem-estar das comunidades e o desenvolvimento sustentável de qualquer atividade económica desenvolvida.

Esta tendência foi também reconhecida por Cunha (2003) que associou a inexorável relação entre a desertificação e o aumento das áreas de pinheiro e eucalipto que surgem como fonte de rendimento económico mas representam um risco florestal elevado.

Explora-se então a hipótese de que um território antes associado à qualidade ambiental e a sentimentos de bem-estar esteja agora agregado a memórias, ainda visíveis, de destruição e abandono. Esta realidade poderá, no entanto, não se aplicar a todo o destino pois, apenas de modo esporádico, a “Serra da Lousã” é associada a municípios como Figueiró dos Vinhos ou Pedrógão Grande, por parte de uma falta de conhecimento do público geral e dos *media* e à ausência do já falado plano intermunicipal.

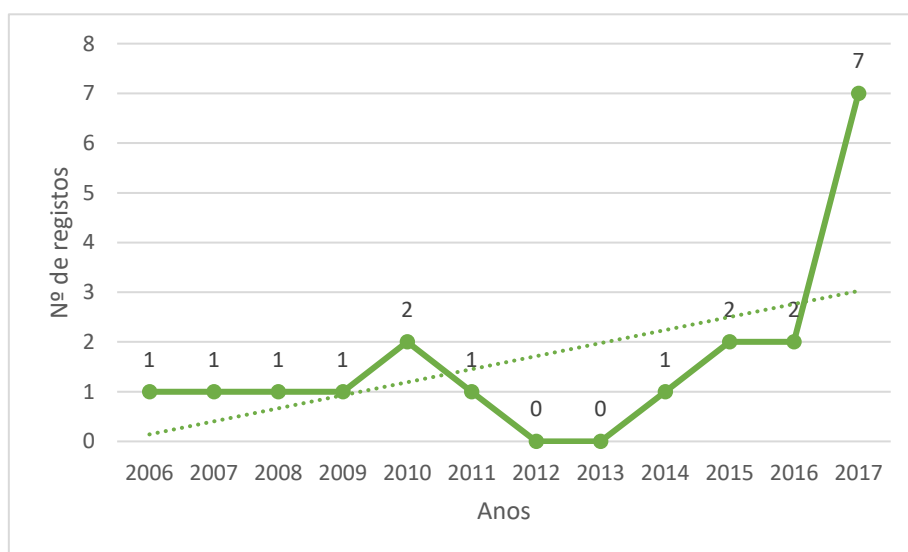
É também importante mencionar, com base na análise das várias Plantas de Condicionantes inseridas nos PDM dos diferentes municípios, que, apesar das áreas naturais mais significantes, inseridas na Rede natura 2000 ou na REN, coincidirem com as áreas de maior risco de incêndio, as zonas ardidadas, em 2017, sucederam-se na vertente sul da Serra da Lousã (com pouco valor ambiental), tendo saído ilesas as áreas ecológicas mais importantes como, por exemplo, o Coentral (Castanheira de Pêra) situado no “coração” da serra.

7. Animação Turística na Serra da Lousã

Os agentes de animação turística constituem uma vertente fundamental da oferta de turismo de natureza, contribuindo para a dinamização dos territórios rurais e de baixa densidade através da realização de atividades de âmbito *soft* e de eventos mais especializados. Através da utilização de recursos estratégicos como a identidade local e o património arquitetónico, natural e cultural (material ou imaterial) os agentes de animação turística conseguem promover a criação de experiências memoráveis, fator que hoje se revela fundamental no momento da seleção de um destino e do eventual retorno.

Por este motivo, seja por intermédio da realização de eventos desportivos ou de atividades organizadas interpretativas, culturais ou desportivas, observa-se um crescimento do número de agentes a atuar no território proporcionado ao crescimento da procura por um turismo perpetuador de memórias.

Para poder avaliar, com detalhe, a evolução deste segmento na Serra da Lousã, consultámos o RNAAT (Registo Nacional de Agentes de Animação Turística), onde procurámos analisar o contexto atual referente ao número de registos de empresas de animação turística que exerçam atividades de Turismo ao Ar Livre/ Turismo de Natureza e Aventura, nos municípios serranos, entre os anos de 2006 (data do registo da empresa mais antiga em atividade neste destino) e 2017⁹⁴ (Figura 23).



Fonte: Elaboração própria com base em

<https://rnt.turismodeportugal.pt/RNAAT/ConsultaRegisto.aspx?FiltroVisivel=True>, consultado a 21 de julho de 2018.

Figura 23: Número de empresas de animação turística registadas no RNAAT entre os anos de 2006 e 2017 nos sete municípios da Serra da Lousã.

Com base na informação recolhida, é possível concluir que o crescimento do número de registos de empresas de animação turística foi feito paulatinamente e de forma gradual

⁹⁴ Entre o primeiro dia de janeiro e o último dia de dezembro de cada ano.

até 2010. Entre esta última data e 2012, registou-se uma quebra no número de registos, não tendo sido efetuado nenhum nos anos de 2012 e 2013. Após este período, verificam-se novamente dinâmicas de crescimento, constando-se, a partir de 2016, uma evolução vertiginosa em relação ao esperado. Até dia 31 de dezembro de 2017, existiam, portanto, 19 agentes de animação com capacitação para a organização de atividades turísticas na Serra da Lousã.

No presente⁹⁵, existem, no destino em questão e de acordo com a mesma fonte, 21 empresas (Quadro 17) que representam 5% da oferta total da Região Centro de Portugal⁹⁶ e 13% da soma dos registos das Regiões de Coimbra e Leiria⁹⁷.

Das empresas mencionadas, 38% foram registadas entre os anos de 2006 e 2015 (não inclusive) e 19% surgiram entre 2015 e 2017. Após o início de 2017 até à data atual de 2018⁹⁸ surgiram, de modo imprevisível, 43% dos agentes totais.

É possível relacionar o rápido crescimento destes valores, não só à progressiva procura por atividades em áreas naturais classificadas, como também ao continuado investimento na expansão das infraestruturas associadas às práticas de turismo de natureza neste destino e à participação em protocolos de valorização turística.

Partindo agora para uma análise da distribuição territorial dos agentes de animação, concluímos que a Lousã é o município com maior número de entidades sediadas, apresentando 10 registos. Segue-se o município de Miranda do Corvo, com 4 empresas registadas, e de Penela, com 3. Figueiró dos Vinhos reúne 2 agentes e Góis e Castanheira de Pêra somente apresentam um cada. Pedrógão Grande é o único território onde não consta o registo de nenhum agente.

Considerando a qualificação e certificação das atividades desenvolvidas no âmbito do turismo de natureza na Serra da Lousã, é fundamental mencionar que 10 das entidades referenciadas apresentam atividades com reconhecimento de turismo de natureza, relevando uma qualificação substancial dos serviços oferecidos dada a obrigatoriedade de adesão formal a um código de conduta que contempla várias normas de responsabilidade empresarial e de boas práticas ambientais. Por meio deste reconhecimento e da utilização do logótipo que o representa, estas entidades usufruem de uma maior credibilidade dos seus serviços que pode contribuir, de modo positivo, para a sua demarcação da concorrência garantindo, em simultâneo, a sustentabilidade da atividade turística desenvolvida.

Neste âmbito, a Lousã é, novamente, o território com maior número de empresas cujas atividades são reconhecidas (6), seguindo-se Penela (3) e Góis (1).

Estes últimos dois casos são particularmente interessantes pois indicam que a totalidade das empresas existentes, em ambos os territórios, garantem a qualidade e a sustentabilidade das práticas turísticas por estas realizadas.

⁹⁵ A 21 de julho de 2018.

⁹⁶ A Região Centro apresenta, a 21 de julho de 2018, 379 registos no RNAAT.

⁹⁷ A Região de Coimbra apresenta 64 registos e a Região de Leiria 91 registos.

⁹⁸ A 21 de julho de 2018.

Em sentido contrário, nenhuma das entidades sediadas em Miranda do Corvo, Figueiró dos Vinhos e Castanheira de Pêra usufrui deste reconhecimento.

Quadro 17: Empresas de Animação Turística que exercem atividades de Turismo ao Ar Livre/ Turismo de Natureza e Aventura registadas nos municípios da Serra da Lousã.

Empresas de Animação	Sede (lugar)	Data de registo
Activar	Lousã (Lousã)	15/02/2017
Aplaudir Sempre	Lousã (Lousã)	07/03/2017
Enjoy Adventure	Lousã (Lousã)	28/01/2011
José Antunes Gomes	Lousã (Lousã)	07/09/2017
Maratona de Tertúlias	Lousã (Lousã)	13/01/2017
Nature Lousã	Lousã (Lousã)	14/03/2016
Quintal de Além do Ribeiro	Lousã (Lousã)	14/12/2016
Turislousã	Lousã (Lousã)	01/09/2007
Waypoint	Lousã (Gândaras)	24/07/2008
Wheelers Mountain Bike Holidays	Lousã (Foz de Arouce)	10/11/2015
Associação Abutrica	Miranda do Corvo (Miranda do Corvo)	23/08/2017
Conselho Directivo dos Baldios da Freguesia de Vila Nova	Miranda do Corvo (Vila Nova)	17/04/2015
HSL - Hotel da Serra da Lousã	Miranda do Corvo (Miranda do Corvo)	13/04/2018
Rúbrica Selvagem	Miranda do Corvo (Miranda do Corvo)	16/10/2017
Trans Serrano	Góis (Góis)	13/08/2009
Expertree	Penela (Santo Amaro)	25/07/2017
Go Outdoor	Penela (Penela)	23/04/2010
Iberian Trails	Penela (Espinhal)	20/04/2018
Prazilândia Turismo e Ambiente	Castanheira de Pêra (Castanheira de Pêra)	02/07/2014
Cordastrong	Figueiró dos Vinhos (Figueiró dos Vinhos)	17/08/2006
Várzea da Raposa, Ecoturismo	Figueiró dos Vinhos (Campelo)	17/03/2010

Fonte: Elaboração própria com base em <https://rnt.turismodeportugal.pt/RNAAT/ConsultaRegisto.aspx?FiltroVisivel=True>, consultado a 10/06/2018.

Em relação à localização dos agentes considerados e como constatado no Quadro 17, todas as entidades escolheram uma localização central mais próxima dos centros culturais e económicos e dos acessos rodoviários que dos recursos turísticos que promovem. Este ligeiro distanciamento do interior serrano é justificado pela necessidade de reduzir a distância que as separa da procura, com carácter maioritariamente urbano, e da atual utilização maioritária dos canais de comunicação tecnológicos como forma de promoção dos seus serviços. De igual modo, uma localização mais central permite que os agentes de animação turística tenham maior facilidade em atuar em diversos municípios da Região Centro, dado que muitos optam por não utilizar apenas um território ao longo do ano.

Entre as atividades na natureza desenvolvidas pelas empresas assinaladas destacam-se, como apresentado no Anexo VI, a realização de caminhadas e percursos pedestres, as atividades de observação da natureza (fauna e flora), as atividades de *teambuilding*, as atividades de bicicleta como o BTT ou o cicloturismo, o arborismo, o *canyoning*, a escalada e as atividades de orientação.

Por fim, averiguámos que, das 21 empresas mencionadas, seis trabalham em parceria com a Rede das Aldeias do Xisto⁹⁹. Esta associação demonstra uma maior abertura das entidades económicas locais à cooperação e à integração da oferta a um nível supramunicipal que, em contrapartida, poderá garantir superior divulgação das mesmas¹⁰⁰.

Esta progressiva abertura poderá simbolizar um câmbio nas formas de pensar e organizar os territórios, encabeçado pelos agentes privados, e a adoção de uma ideologia mais participada e sustentada, baseada na demarcação de um só destino e na eventual criação de um canal de comunicação transversal a toda a oferta.

7.1. Objetivos, estrutura e metodologia dos inquéritos por entrevista

No decorrer desta investigação, e após analisar, de forma detalhada, os recursos naturais e turísticos serranos, assumimos como principal objetivo o conhecimento das características dos agentes de animação turística que desenvolvem atividades no destino investigado. Da mesma forma, procurámos conhecer as suas opiniões sobre as condições das infraestruturas existentes, a importância e sustentabilidade das práticas realizadas e as potencialidades e obstáculos ao continuado desenvolvimento sustentável do turismo de natureza na Serra da Lousã.

Selecionámos estes agentes pois considerámos que, por atuarem em diversos territórios integrados neste destino e por revelarem grande diversidade, teriam ideias mais variadas

⁹⁹ Em parceria com a Rede das Aldeias do Xisto trabalham a Associação Abútrica, o Conselho Diretivo dos Baldios da Freguesia de Vila Nova, o HSL – Hotel Parque Serra da Lousã (Miranda do Corvo), a Activar – Associação de Cooperação da Lousã (Lousã), a Go Outdoor (Penela) e a Prazilândia (Castanheira de Pêra).

¹⁰⁰ Estes dados foram recolhidos através da consulta de <https://aldeiasdoxisto.pt/directory>, a 10/06/2018

sobre o contexto atual da oferta e da procura e também preocupações mais atuais que aquelas que nos poderiam ser transmitidas por outras entidades públicas ou privadas.

Por este motivo, procurámos obter e analisar as opiniões dos agentes económicos responsáveis pela criação e administração das atividades desenvolvidas nos meios rurais e florestais serranos.

Foram, portanto, inquiridas as 21 entidades, atualmente, registadas no RNAAT (Quadro 17) num primeiro contacto realizado em janeiro de 2018¹⁰¹ através do envio do guião da entrevista via *email*. De modo a atingir uma maior taxa de resposta e adesão, foi, para nós, obrigatório o estabelecimento de uma cláusula de confidencialidade da identidade dos entrevistados.

Ainda assim, apenas conseguimos realizar 6 entrevistas com sucesso, tendo o processo de espera pela participação durado até ao final de junho de 2018.

Considerando que não iríamos conseguir entrevistar a amostra total desejada, procurámos obter, no mínimo, uma entrevista por município, adquirindo um conhecimento mais completo, justo e abrangente atendendo à dimensão do destino em causa.

Não obstante, apenas obtivemos resposta por parte de entidades sediadas nos municípios da Lousã, Miranda do Corvo, Góis, Penela e Castanheira de Pêra. Em relação a Figueiró dos Vinhos existiram vários motivos que impediram o sucesso desta investigação no território, destacando-se, inevitavelmente, a recusa ou falta de disponibilidade para responder às questões realizadas. Excecionalmente, um dos funcionários da entidade “Várzea da Raposa” fundamentou a sua indisponibilidade com o facto de a empresa ter sido gravemente afetada pelos incêndios florestais de 2017, estando, todavia, em fase de reconstrução.

No entanto, a grande maioria das respostas que não obtivemos, nos diversos municípios, não foram justificadas, dando a entender que a falta de interesse, confiança ou disponibilidade tenha sido o principal motivo da recusa.

Outro fator que agravou e dificultou o contacto com os agentes foi a informalidade, desatualização e incoerência das informações divulgadas nos diversos canais de comunicação, o que, algumas vezes, surgiu em consequência do carácter secundário que esta atividade económica assume para alguns proprietários.

Estes elementos tornaram este processo moroso, mas consideramos que foram recolhidas informações oportunas e proveitosas, cobrindo as áreas geográficas de maior interesse ecológico e paisagístico dentro do destino.

Em relação ao método de recolha de informação, optámos pela construção de entrevistas estruturadas com perguntas previamente determinadas e ordenadas. Privilegiámos este método qualitativo pois este era, entre os restantes, o mais adequado para o estudo de uma amostra que, numa fase inicial, era relativamente grande. Optámos

¹⁰¹ 29/01/2018.

também, maioritariamente, pela realização de questões abertas, procurando explorar uma maior variedade de opiniões, mais profundas e verdadeiras.

Deste modo, e fruto do método de contacto, quatro das entrevistas realizadas foram respondidas por escrito (*email*) e somente duas foram efetuadas via chamada telefónica (Quadro 18). Estas últimas, permitiram uma garantia da compreensão das questões feitas e a possibilidade de conseguir contornar dificuldades associadas com a verbalização dos pensamentos por parte dos entrevistados (Sousa & Baptista, 2011).

Quadro 18: Caracterização das entrevistas realizadas.

Agente de animação	Meio e data de realização da entrevista
Nature Lousã	Entrevista realizada por email Receção do documento no dia 1 de fevereiro de 2018
Trans Serrano	Entrevista realizada por email Receção do documento no dia 12 de março de 2018
Go Outdoor	Entrevista realizada por email Receção do documento no dia 14 de março de 2018
Prazilândia	Entrevista realizada por chamada telefónica Realizada a 13 de abril de 2018
Associação Abútrica	Entrevista realizada por email Receção do documento no dia 23 de maio de 2018
Activar Lousã	Entrevista realizada por chamada telefónica Realizada a 17 de junho de 2018

Fonte: Elaboração própria.

Apesar de termos seguido o mesmo guião de questões em todas as entrevistas, em alguns casos (nas entrevistas realizadas por chamada telefónica), foi necessária a construção de breves questões adicionais por considerarmos que as perguntas realizadas não haviam sido compreendidas por completo ou que as respostas não eram suficientes (Abreu, 2006; Sousa & Baptista, 2011).

Por último, dividimos a entrevista em 3 grupos principais – “A Entidade”; “O Produto”; “O Território” – que perfazem um total de 20 questões. Com base no primeiro grupo, procurámos descobrir algumas informações básicas sobre o agente questionado como a sua dimensão económica e empresarial, os diferentes territórios abrangidos pela sua atividade, o perfil da procura e os diferentes meios utilizados de comunicação e promoção da sua oferta. O segundo grupo focou-se, com maior detalhe, nas diversas atividades realizadas e respetivo contributo para a sustentabilidade económica, social e ambiental regional e a adequação das infraestruturas locais existentes. O último grupo, por sua vez, diz respeito à oferta turística existente, às motivações da procura, aos obstáculos à atividade turística e aos impactes dos incêndios florestais.

As entrevistas realizadas repartiram-se, portanto, por 6 entidades distintas. Na vertente norte da serra e integrando a Região de Coimbra, obtivemos respostas por parte da Activar e da Nature Lousã (Lousã), da Associação Abútrica (Miranda do Corvo), da Go Outdoor

(Penela) e da Trans Serrano (Góis). Na vertente sul da serra e integrada na Região de Leiria, conseguimos realizar uma entrevista correspondente à entidade Prazilândia Turismo e Ambiente (Castanheira de Pêra).

Desta forma, foi possível reunir um conjunto de entidades com diferentes características e diferentes níveis de atuação turística na Serra da Lousã. Se por um lado, a Go Outdoor e a Associação Abútrica têm assumido um papel importante na criação e promoção de produtos desportivos de *trail running* com grande mediatismo neste destino, entidades como a Activar, a Nature Lousã e a Trans Serrano assumem a organização de atividades de tipo *soft* e *hard* de turismo de natureza orientadas para pequenos grupos. Finalmente, a Prazilândia, que funciona enquanto entidade municipal, é um dos agentes com maior importância a nível regional devido ao produto da Praia Fluvial das Rocas que, durante a época alta, consegue atrair uma procura turística de grande dimensão.

7.2. Análise das entrevistas

7.2.1. Associação Abútrica

No início da entrevista, procurámos conhecer, com maior detalhe, a entidade em questão e respetiva dimensão económica no destino da Serra da Lousã.

Acerca do perfil do turista que procura as atividades na natureza desenvolvidas pela Associação Abútrica, o entrevistado revelou existirem inscrições tanto de indivíduos nacionais como estrangeiros, do género feminino e masculino, entre os 30 e os 50 anos. Em adição, quando questionado sobre o número de clientes que procuraram esta entidade no ano de 2016, foram referidas 4000 inscrições.

Relativamente aos territórios da Serra da Lousã onde esta entidade costuma realizar, com maior frequência, atividades de turismo de natureza foi apenas referido o município de Miranda do Corvo, território na qual esta se encontra sediada. Do mesmo modo, foi também mencionado que, de momento, não são realizadas atividades noutras regiões do país, mas, no próximo ano de 2019, a Associação Abútrica irá também trabalhar na cidade de Coimbra dada a logística envolvida na receção e organização do Campeonato Mundial de *Trail Running*.

Quando questionado sobre o número de trabalhadores contratados, a termo efetivo, pelo agente de animação em questão, o entrevistado referiu que todos os trabalhadores são voluntários e somente são contratados serviços especializados em situações pontuais.

A última questão deste grupo (A Entidade), diz respeito aos canais de comunicação da oferta utilizados com maior frequência. Entre estes, foi destacada a utilização das redes sociais, da televisão e das revistas especializadas às práticas desportivas. Foi também mencionada a existência de parcerias com outras entidades (agentes de animação ou operadores turísticos) e a frequente participação em eventos de promoção turística da Serra da Lousã.

Partindo para o segundo grupo de questões (O Produto), tentámos determinar quais as atividades de turismo de natureza desenvolvidas pela Associação Abútrica. A esta questão, foi revelada a especialização em atividades e eventos de *trail running*.

Já quando questionado sobre a sustentabilidade desta tipologia turística, o entrevistado confirmou considerar as práticas desenvolvidas como sustentáveis devido ao perfil do turista que as procura, retratando-o como um amante da modalidade (*trail running*), “no topo da carreira profissional e pertencente a uma classe média alta”.

Abordando apenas o pedestrianismo, e embora o entrevistado o tenha considerado como relevante para o desenvolvimento turístico serrano, mencionou também a deficiente manutenção e sinalização dos percursos existentes. Por este motivo, e interpretando os caminhos como “a matéria prima do turismo de natureza”, foi lamentada a ausência de preocupação, por parte das entidades municipais, na sua qualificação.

Entrando agora no último grupo de questões (O Território) e prestando particular atenção sobre os diversos recursos turísticos da Serra da Lousã, o entrevistado destacou, entre estes, os valores naturais existentes cuja integração em atividades motiva a procura por parte de turistas que pretendem uma “fuga ao sedentarismo na vida urbana”.

Contudo, foi também reconhecida a existência de vários obstáculos ao desenvolvimento turístico da Serra da Lousã, nos quais salientou a falta de apoios.

Já quando questionado sobre os elementos da oferta que pensaria ser necessário melhorar para o contínuo crescimento do turismo foi referida a sinalética existente, fator também criticado anteriormente.

Numa última parte da entrevista, colocámos algumas questões sobre os impactes dos incêndios nas atividades desenvolvidas pelos agentes de animação. Refletindo sobre os mesmos, o entrevistado afirmou que a entidade em questão não terá sido afetada por estes.

No entanto, o mesmo admitiu que, atualmente, este tipo de catástrofes naturais é observado com maior preocupação que em anos anteriores.

Por fim, e avaliando os melhores métodos para estimular a recuperação e o desenvolvimento das atividades construídas pelos agentes de animação após estas ocorrências, foi sugerido o apoio financeiro a “projetos credíveis de sustentabilidade económica, ambiental e social”.

7.2.2. Go Outdoor

Quando tentámos determinar o perfil do turista que procura os serviços da Go Outdoor, o entrevistado referiu (a partir da disponibilização do relatório da edição de 2017 do AXtrail) uma procura constituída por praticantes de *trail running*, divididos, principalmente, em grupos etários dos 24 aos 39 anos e dos 40 aos 44 anos. Em relação à proveniência dos atletas nacionais, que são maioritários, foi também mencionado que 54% residem em Coimbra, 9% em Lisboa e 8% no Porto.

Ainda que com pouca expressão, foi constatada uma crescente adesão de atletas estrangeiros provenientes sobretudo de Espanha, mas também de França, Bélgica e Itália.

Relativamente à dimensão da procura das suas atividades, foi reportada a inscrição de cerca de 1810 atletas no evento AXtrail, no ano de 2017 (Go Outdoor Lda, 2017).

No que concerne aos territórios onde esta entidade realiza, com frequência, atividades de turismo de natureza, o entrevistado mencionou a integração dos municípios de Lousã, Góis, Miranda do Corvo, Penela e Castanheira de Pêra nos seus percursos. Em adição, afirmou não serem realizadas atividades noutras regiões do país.

Já quando questionado sobre o número de trabalhadores atualmente empregados, a termo efetivo, pela Go Outdoor, o entrevistado mencionou a existência de 20 funcionários.

No que concerne às formas de promoção da oferta, foi mencionada, nesta entrevista, a utilização frequente do *website* próprio, do *Facebook* e de uma rede de parceiros e patrocinadores. De igual modo, foi também confirmada a participação frequente em eventos de promoção turística do destino serrano.

Quando procurámos conhecer a oferta desta entidade, e de forma idêntica à anterior entrevista retratada, também este entrevistado revelou uma especialização nas vertentes associadas ao *trail running*, que assumiu uma posição de destaque no contexto desportivo da Serra da Lousã.

Em adição, além de ter reconhecido as atividades de turismo de natureza como sustentáveis, o entrevistado exprimiu ainda, com convicção, que a aposta futura nesta tipologia pode permitir que a Serra da Lousã se torne uma referência nacional como ocorre com a Rota Vicentina. Esta última, inserida numa área protegida¹⁰², tem surgido como uma referência turística de renome no âmbito do turismo de natureza, dispondo de um importante património natural visitável através dos vários percursos pedestres existentes na região.

No mesmo sentido, também o pedestrianismo foi retratado como a única atividade capaz de permitir o desenvolvimento sustentável a médio e longo prazo. Contudo, enquanto “praticante e produtor” e detendo profundo conhecimento das “melhores práticas nacionais e internacionais”, o entrevistado transpareceu um estado de descontentamento para com a manutenção e a sinalização dos percursos pedestres serranos. Considerando que esta entidade, sediada em Penela, é a que utiliza, aquando o desenvolvimento de atividades, maior número de municípios da Serra da Lousã, poder-se-á assumir que existe um conhecimento geral do estado dos percursos em vários territórios.

No que diz respeito ao último grupo de questões, e quando questionado sobre quais acredita serem os principais recursos turísticos da Serra da Lousã, o entrevistado referiu as atrações naturais e as aldeias serranas.

¹⁰² Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina.

Por outro lado, e considerando os obstáculos existentes ao desenvolvimento de práticas de turismo de natureza, foram realçadas as deficientes infraestruturas, a reduzida segmentação do produto e a ausência de uma estratégia de comunicação, defendendo que, no futuro, estes são os elementos que mais rapidamente têm que ser corrigidos ou melhorados.

Por último, e em relação à temática dos incêndios florestais, o entrevistado referiu não ter sido afetado por estes nos últimos anos, embora os considere sempre uma preocupação. Apesar disto, e de acordo com dados reportados no relatório do AXTrail (2017), no último evento realizado pela entidade em causa foi assumido o objetivo de ajudar a reflorestar as áreas ardidas da Serra da Lousã. Para tal, foi desenvolvida uma ação de reflorestação, em articulação com os municípios de Castanheira de Pêra e da Lousã, realizada por meio da doação (prémios de presença) de 4000 árvores autóctones aos atletas, provenientes da maternidade de árvores de Aigra Nova (Góis).

Finalmente, como medidas que permitam uma recuperação económica após estes flagelos, foi sugerido um maior planeamento do investimento capaz de corrigir os obstáculos existentes e acima referidos.

7.2.3. Nature Lousã

De acordo com o entrevistado, a Nature Lousã, que oferece uma panóplia muito diversificada de atividades de natureza *hard* e *soft* realizadas nas paisagens serranas, atrai um público constituído, sobretudo, por famílias e grupos de amigos, apresentando também alguns clientes fidelizados. Mais concretamente, no ano de 2016, este agente foi procurado por 680 turistas.

Relativamente à utilização do território serrano, o entrevistado mencionou a integração, nos programas organizados, dos municípios de Góis, Lousã, Castanheira de Pêra e Miranda do Corvo. Da mesma forma, foi também confirmada a realização de atividades, por parte desta entidade, noutras regiões do país, nomeadamente na Serra da Freita.

Considerando o número de trabalhadores contratados, o entrevistado revelou a existência de apenas um funcionário a termo efetivo.

Já quando questionado sobre os canais de comunicação da oferta frequentemente usados, foi referida a utilização primária das redes sociais e a rede de parceiros de alojamento local. No entanto, foi também mencionada a realização de parcerias com outras empresas de animação e a participação frequente em eventos de promoção turística.

Logo no início do segundo grupo de questões, procurámos conhecer quais as atividades, desenvolvidas pela Nature Lousã, com maior procura turística. A esta pergunta, o entrevistado respondeu os passeios guiados na serra e nas aldeias serranas, realizados a pé ou em 4x4, a canoagem e o *canyoning*. De igual modo, com maior frequência de realização na Serra da Lousã, foram referidos o *canyoning* e o pedestrianismo.

Considerando as atividades inseridas no turismo de natureza como sustentáveis, o entrevistado justificou uma aposta futura nesta tipologia baseada no crescimento constante da procura e na baixa sazonalidade que lhe é conferida.

Da mesma forma, o pedestrianismo foi referido como um produto muito importante para a valorização das aldeias serranas e para o desenvolvimento turístico deste destino por permitir uma visita aos lugares existentes baseada num “envolvimento emocional que a aproximação lenta e gradual provoca”. Já sobre o estado atual dos percursos, foi demonstrada uma satisfação geral com a sinalética dos mesmos, mas não com a sua limpeza.

Procurando saber mais sobre a opinião do entrevistado relativamente aos principais recursos turísticos da Serra da Lousã, e de forma semelhante às entrevistas analisadas anteriormente, foi manifestada a importância dos recursos naturais e das aldeias serranas, defendendo ainda que é o reconhecimento da marca associada ao destino e a sua atual fama desportiva que motivam, hoje, a procura.

Contudo, quando questionado sobre os principais obstáculos para o desenvolvimento das práticas turísticas na natureza neste território, o entrevistado, prestando maior atenção à qualidade da paisagem existente, referiu a proliferação de eucaliptos e a falta de manutenção e limpeza dos percursos pedestres, conforme já assinalado.

No que diz respeito aos elementos da oferta a melhorar, foi exposta a falta de qualificação como principal ameaça. Segundo este, a vasta maioria dos trabalhadores inseridos nos empreendimentos turísticos, na restauração ou em empresas de animação, não tem experiência nem formação suficiente para poder cumprir as suas tarefas de forma eficiente, sendo observados como “mão de obra barata”. Em adição, foi ainda reconhecido o uso excessivo e repetido de estagiários pelas mesmas entidades.

Em relação ao conjunto de questões que aborda as consequências dos incêndios florestais, o entrevistado referiu que o desenvolvimento de atividades na natureza por parte da Nature Lousã foi bastante afetado pelos incêndios que marcaram o ano de 2017 pois, apesar das áreas florestais da Lousã não terem sido particularmente afetadas, foi transmitida uma “imagem de devastação” que afastou potenciais clientes. Em adição, e como são desenvolvidas, por esta entidade, diversas atividades utilizando as linhas de água da Região Centro, foram sentidos vários impactes negativos causados pela acumulação de “entulho” nos mesmos, impossibilitando a realização de atividades como a canoagem ou o *canyoning*. De igual modo, foi revelada uma maior preocupação atual em relação às catástrofes naturais que em anos anteriores pois nunca tinham existido incêndios com esta dimensão ou impactes territoriais e turísticos.

Finalmente, e no que concerne à recuperação económica e turística dos territórios afetados, foram sugeridas medidas como a promoção de uma imagem positiva do território serrano baseada nos seus valores naturais, no património classificado e nas aldeias serranas.

7.2.4. Trans Serrano

No que diz respeito ao perfil do turista que contrata os serviços da Trans Serrano, o entrevistado referiu uma procura maioritariamente portuguesa, embora reconheça também uma minoria constituída por turistas internacionais oriundos de países como Espanha, Bélgica, América, Israel, Holanda e França. De igual modo, foi apontada tanto a existência de clientes fidelizados como o surgimento, anual, de novos grupos. Já a idade média que caracteriza estes indivíduos compreende os 30 e os 35 anos.

Considerando os territórios, da Serra da Lousã, utilizados no desenvolvimento de programas, foi confirmada a integração dos municípios da Lousã, Góis, Miranda do Corvo e Castanheira de Pêra. Contudo, fora deste destino, são também desenvolvidas atividades noutros territórios da Região Centro, nomeadamente na Serra do Açor, na Serra do Caramulo, na Serra da Estrela e nas linhas de água do rio Mondego e Alva. Esta superior expansão territorial, quando comparada às outras entidades entrevistadas, justificou uma procura, em 2016, que ascendeu aos 11742 indivíduos.

Relativamente à estrutura da empresa, foi revelada, pelo entrevistado, a contratação de 11 pessoas a contrato sem termo, estando 3 integradas na gestão do parque de campismo municipal de Góis (do qual a entidade em causa tem concessão).

No que diz respeito à última questão do primeiro grupo assinalado nesta entrevista, como canais de comunicação da oferta foram mencionados, sobretudo, meios tecnológicos como o *email*, o *Facebook* e a promoção realizada pela rede de parcerias com *websites* da especialidade e agências de viagens ou empresas revendedoras dos programas desenvolvidos. Foram também referidas parcerias com outros agentes de animação da Região Centro.

Contudo, a participação em eventos de promoção da oferta turística serrana não é frequente.

Quanto aos programas com maior procura turística desenvolvidos pela Trans Serrano em todos os territórios abrangidos pela sua área de atividade, o entrevistado mencionou, primeiramente, as atividades aquáticas como a canoagem, o *canyoning* e a caminhada aquática. Em seguida, destacou também os passeios de jipe, as “multiatividades” como o *paintball*, as atividades de cordas ou de orientação, ou as atividades com forte carácter temático, cultural e etnográfico relacionadas com as tradições locais. Com menor procura, referiu as caminhadas, o BTT e a observação de fauna (aves no Baixo Mondego ou veados na Serra da Lousã).

Porém, considerando apenas a Serra da Lousã e as atividades com maior frequência realizadas neste destino, foram referidos os passeios de jipe, as caminhadas, o *canyoning* e os ateliers temáticos. Também as multiatividades são frequentemente desenvolvidas em todos os territórios serranos mediante solicitação.

Todas estas atividades, inseridas no contexto do turismo de natureza, foram consideradas como sustentáveis pelo entrevistado, por permitirem um usufruto dos valores humanos e naturais realizado de forma ecológica.

No entanto, e embora o pedestrianismo tenha sido considerado como um produto muito importante para o desenvolvimento turístico deste destino, foi referida uma procura progressivamente menor por esta atividade organizada pois, atualmente, existe preferência, por parte dos turistas, em caminhar de forma espontânea, autónoma e individual utilizando os percursos existentes e marcados. De forma geral, apenas os grupos optam ainda pela contratação de um guia.

Acerca das condições dos percursos existentes, o entrevistado referiu que a Trans Serrano prefere utilizar percursos não sinalizados nas suas atividades. Ainda assim, e como também são utilizados alguns trilhos marcados, é manifestado contentamento com a marcação dos mesmos, embora seja notória a ausência desta em alguns locais, e algum desagrado com a sua limpeza e manutenção.

Analisando o último grupo de questões desta entrevista, e relativamente às principais atrações da Serra da Lousã foram enaltecidos os importantes valores naturais e a biodiversidade que distingue este destino de outros como a Serra do Açor ou a Serra do Sicó. Em adição, o entrevistado referiu ainda que, o município de Góis, possui um importante património cultural preservado, elemento não observável, com a mesma importância, nos restantes territórios serranos. Em consequência, para o entrevistado, os elementos que motivam a procura das atividades na natureza neste destino são precisamente as aldeias serranas, em particular as aldeias inseridas na Rede das Aldeias do Xisto, e a envolvente natural.

Todavia, foram também reconhecidos alguns elementos que ameaçam a sustentabilidade das práticas na natureza como a falta de monitorização de atividades como o *DownHill* ou os passeios de jipe que, quando realizadas de forma desorganizada, surgem como uma fonte de “impacte sonoro, visual e ambiental”, prejudicando a realização de outras atividades como a observação de fauna.

Contemplando o desenvolvimento do turismo de natureza neste destino, foi mencionada a importância do investimento na criação de uma oferta mais variada ao nível da restauração que ofereça “resposta para grupos em quantidade e qualidade desejada”.

Finalmente, e ainda que a Trans Serrano tenha sido pouco afetada pelos incêndios de 2017 e as condições atmosféricas sejam sempre observadas como uma condicionante, o entrevistado mencionou que, como método de revitalização, as empresas de animação deveriam optar por diversificar os territórios utilizados ou apostar na promoção de atividades que captem “novos públicos e segmentos de mercado”.

7.2.5. Activar

De modo análogo às restantes entrevistas realizadas, começámos por questionar o entrevistado acerca do perfil do turista que procura a Activar. Em resposta, foi mencionado um público constituído, na sua maioria, por indivíduos portugueses, embora seja também reconhecida uma importante procura internacional. Em adição, foi referido o desenvolvimento de diferentes tipos de atividades orientadas para diferentes públicos, desde crianças, inseridas em grupos escolares, a idosos.

Por outro lado, o entrevistado reconheceu ainda uma procura consistente oriunda de diversas regiões do país, exceto de Coimbra, o que referiu ser uma consequência da integração desta entidade na Rede das Aldeias do Xisto.

Quando questionado sobre os territórios onde a empresa em questão costuma realizar, com maior frequência, atividades, foi defendida, com firmeza, a importância que o conhecimento profundo do território tem para a construção da experiência turística associada ao serviço prestado ao “cliente”. Deste modo, o entrevistado afirmou serem apenas realizadas atividades em lugares onde existe uma relação próxima com as comunidades locais e uma compreensão da sua história (tradições, cultura e movimentos migratórios) e envolvente. Em consequência, a Lousã é o território onde a Activar desenvolve mais programas, por conhecer melhor, seguindo-se de Góis e Miranda do Corvo, onde são, por vezes, estabelecidas parcerias com outros agentes locais que tenham maior conhecimento sobre os mesmos. De igual modo, também a Activar é frequentemente contactada por outras empresas que pretendam realizar atividades na Lousã.

Por este motivo, o entrevistado referiu a preocupação em crescer de forma gradual, prestando a devida atenção à formação dos trabalhadores desta empresa, investindo para aumentar o seu conhecimento sobre as dinâmicas serranas.

Em relação aos canais de comunicação da oferta utilizados, foi mencionada a relevância do contacto direto para a transmissão de recomendações e do *website* próprio.

No que concerne à realização de parcerias com outras entidades regionais, foi revelada uma parceria importante, mas informal, com a Câmara Municipal e outra com as Aldeias do Xisto. Desta forma, esta entidade assume, hoje, várias funções como a dinamização de uma loja de produtos endógenos e posto de informação turística na aldeia do Talasnal, a animação turística nas praias fluviais e aldeias serranas e a marcação e auditoria dos percursos pedestres locais. Em adição, foi ainda referido o trabalho integrado com outras empresas locais, escolas e entidades/associações.

Embora o entrevistado não tenha divulgado informações sobre o número de clientes que tiveram nos anos de 2016 ou 2017 nem sobre o número de trabalhadores contratados, foi confirmada a participação, pouco frequente, em eventos de promoção do destino serrano. De igual modo, foi também referida a participação em feiras locais e em congressos relacionados com o turismo acessível, no qual a Lousã, enquanto destino, se tem destacado nos anos recentes.

No que diz respeito às atividades realizadas no destino pela Activar, foram destacados, devido à sua capacidade de atração da procura, os percursos pedestres e as atividades culturais e temáticas.

Reconhecendo também a existência de condições para a realização de desportos neste destino e uma procura progressivamente maior por parte de grupos, menos individualizados e mais organizados, por atividades como o *canyoning* ou o BTT, o entrevistado referiu fazer algumas parcerias com outros agentes para o desenvolvimento destas.

Entre as atividades com carácter cultural, foram distinguidas as visitas às aldeias serranas e os *workshops* relativos às atividades e saberes tradicionais.

Apesar das atividades na natureza, mais concretamente as caminhadas, terem sido, ao longo desta entrevista, consideradas como “extremamente importantes para a serra” e, em consequência, um produto no qual se deve apostar futuramente, por conseguirem ser realizadas de forma autónoma e terem pouco impacte no território, foram também lembrados, pelo entrevistado, vários problemas que ameaçam o desenvolvimento sustentável do destino estudado.

Em primeiro lugar, foi salientada a gradual descaracterização da paisagem serrana causada pela crescente proliferação de árvores como a acácia ou o eucalipto. Em segundo lugar, foi evidenciado o abandono populacional dos lugares serranos que, quando contrastado com o excesso de procura existente em aldeias como o Talasnal ou o Candal, representa uma ameaça à sustentabilidade local e à qualidade da experiência turística obtida.

Por outro lado, e independentemente de considerar o pedestrianismo uma prática sustentável, o entrevistado não o encarou como uma forma de reabilitação das aldeias serranas, referindo, novamente, que estas “estão com turismo a mais”. Os benefícios derivados da adoção do turismo baseado na caminhada residem no seu baixo impacte, no interesse profundo dos seus praticantes pela envolvente natural e cultural e no facto de não trazerem mais veículos para os lugares serranos. Por este motivo, numa tentativa de minimizar a tendência de “massificação” das aldeias serranas, foi afirmada a necessidade de diversificar os caminhos pedestres utilizados, tarefa que se revela um pouco complicada dada a baixa preparação física dos turistas para a realização de percursos com maior nível de dificuldade.

Quanto ao estado de manutenção dos percursos, o entrevistado começou por referir que a sua manutenção e auditoria, na Lousã, é da responsabilidade da Activar e a limpeza é realizada pela Câmara Municipal e pela entidade Baldios da Lousã. Por este motivo, referiu encontrar-se satisfeito com a marcação e condições dos percursos, acrescentando ainda que alguns painéis informativos e sinalética ausentes iriam ser colocados em breve (à data da entrevista).

Em referência às principais atrações serranas, o entrevistado referiu diversos recursos que permitem a construção de um destino com oferta variada e sustentada como as praias

fluviais e as linhas de água que possibilitam a realização de várias atividades desportivas e são, na sua opinião, um dos principais valores classificados na Rede Natura 2000. De seguida, foi mencionada a importância da fauna e de locais com relevância histórica e natural como Santo António da Neve e o seu papel no transporte da neve para Lisboa. Finalmente, foram distinguidas as aldeias serranas e respetivas tradições.

No entanto, o entrevistado revelou que, na sua opinião, é a recente promoção e divulgação da oferta realizada pela Rede das Aldeias do Xisto que tem atraído, nos últimos anos, mais turistas aos lugares serranos. Também os eventos desportivos, nomeadamente as vertentes do *trail running*, foram associados à crescente procura dos percursos pedestres, considerando que, frequentemente, até os próprios participantes regressam à Serra, após os eventos, com o intuito de a visitar.

Por outro lado, além de confirmado um estado geral de satisfação para com o nível de desenvolvimento e consolidação dos serviços turísticos serranos, foi até mencionada, no que diz respeito ao alojamento local, a existência de um projeto, por parte da entidade em causa, que se irá focar na conversão de uma escola num empreendimento turístico destinado aos pedestrianistas. Deste modo, em relação aos elementos da oferta a melhorar, foi apenas assinalada a futura necessidade de desenvolvimento de outro parque de campismo na Lousã e de um parque de autocaravanas.

Quanto aos principais obstáculos que impedem o desenvolvimento do turismo de natureza na Serra da Lousã, foram referidos dois problemas principais que estão intimamente relacionados: o “abandono” dos lugares serranos e a descaracterização da paisagem existente.

Enquanto este território mantinha uma função produtiva, a população local garantia um ordenamento rudimentar e a limpeza das áreas florestais por meio da extração dos recursos naturais das florestas e de atividades como a pastorícia. No entanto, após o processo de reflorestação e consequentes vagas migratórias, as áreas naturais observaram um crescimento desordenado de espécies, como a acácia ou o eucalipto, que, além de não representarem valor paisagístico, são extremamente inflamáveis.

Ou seja, as áreas naturais ficaram sujeitas a um ordenamento e planeamento deficientes que, por sua vez, causam, com frequência, repetidos incêndios florestais nestes territórios, fator que o entrevistado viu também como prejudicial à atividade turística.

Apesar da Activar não ter sido diretamente afetada pelos incêndios, o entrevistado referiu que, durante as cerca de duas semanas que os seguiram, e em consequência do fumo existente e das informações transmitidas pelos *media*, se observou uma pesada quebra na procura. Em adição, o próprio constatou que, pelo menos durante 3 anos, irá predominar uma imagem de destruição da paisagem natural e o afastamento da fauna, fatores que também desmotivam a procura.

De forma a contornar estes impactes e ambicionando o desenvolvimento turístico, foi expressa a necessidade de planejar, para o futuro, a gestão das florestas, procurando

recuperar os valores naturais autóctones e “reerguer o passado”. De igual modo, foram sugeridas formas de prevenção como a utilização de gado caprino para a limpeza das áreas florestais. Todavia, foram reveladas poucas esperanças de que seja adotado um planeamento estruturado e integrado nos territórios serranos.

Por último, o entrevistado referiu ainda que, no desenvolvimento de atividades de animação, em particular as caminhadas, existe sempre uma preocupação pelo bem-estar e segurança dos turistas. Desta forma, e reconhecendo os riscos da localização dos percursos pedestres no caso de incêndios florestais, foram ainda referidas algumas medidas de prevenção, utilizadas por esta entidade, como o cancelamento de atividades em alturas do ano que revelem maior perigo.

7.2.6. Prazilândia

Ao contrário dos outros agentes de animação entrevistados, o desenvolvimento e venda de atividades de animação no âmbito do turismo de natureza não é a principal função deste agente, cuja preocupação capital reside na dinamização da Praia Fluvial das Rocas.

Porém, esta tem desenvolvido algumas atividades originais no território que são procuradas, segundo o entrevistado, por “jovens casais” e famílias, alguns indivíduos de meia idade e empresas. Estes indivíduos foram caracterizados como tendo um nível cultural mais elevado e superior interesse nos recursos serranos e no produto das Aldeias do Xisto. Avaliando a dimensão da procura foi referida, relativamente ao ano de 2016, a participação de 700 a 800 clientes.

Quando questionado sobre os municípios serranos abrangidos pelas atividades desta empresa, o entrevistado afirmou que a área de atuação estava limitada apenas ao município de Castanheira de Pêra.

Já em relação ao número de trabalhadores, foi-nos revelada a existência de 11 funcionários efetivos, embora, quando necessário, sejam realizados contratos de trabalho temporário. Estes últimos, no verão de 2017, chegaram a ultrapassar as 80 contratações.

Quanto aos canais de comunicação utilizados para promoção das atividades desenvolvidas, foi distinguido o uso do *Facebook*. De igual modo, foram destacados o contacto direto e as parcerias existentes. Estas últimas eram realizadas entre a empresa em questão e operadores turísticos como o Odisseias ou o *Booking*. Relativamente à Praia Fluvial das Rocas foram também enumeradas parcerias com marcas inseridas no sector da alimentação (exemplo: *McDonald's*, *Coca Cola*, *Nestlé*).

De acordo com as informações disponibilizadas pelo entrevistado, as atividades na natureza realizadas pela Prazilândia são, sobretudo, de âmbito temático e interpretativo.

Entre estas, esta entidade apostou, principalmente, no turismo gastronómico por meio da realização de jantares temáticos que elevassem os produtos endógenos locais. De igual modo, foram também desenvolvidos alguns eventos de *canyoning* e passeios temáticos

que permitissem, sempre que possível, a observação da fauna e flora local. Para a realização destes últimos, foi afirmada uma preferência por caminhar fora dos percursos existentes que, em Castanheira de Pêra, não se encontram homologados, explorando, com maior detalhe e sentido de liberdade, as áreas florestais.

Em consequência, e assumindo a sustentabilidade das atividades na natureza, o entrevistado expôs como indispensável a criação de mais agentes, com maior qualificação e conhecimento do território, que invistam na criação de programas relacionados com a interpretação da fauna, flora e património para os quais mencionou haver procura.

Não estabelecendo uma relação direta entre o pedestrianismo e a requalificação turística e social das aldeias serranas, considerando que a vasta maioria já detém várias infraestruturas turísticas, o entrevistado reconheceu que este, associado a outras atividades, pode permitir o desenvolvimento de uma oferta turística relevante. No entanto, foi também ressaltado o facto de que, em Castanheira de Pêra, os percursos pedestres carecem de sinalização e manutenção. De facto, o entrevistado referiu que foram realizados vários esforços, por parte da Prazilândia, para tentar reverter esta situação, mas estes não se concretizaram dada a inércia da Câmara Municipal.

Em relação à questão referente aos mais relevantes recursos turísticos existentes na Serra da Lousã, o entrevistado destacou a importância dos recursos naturais. Contudo, revelou que, de momento, é a Rede das Aldeias do Xisto que mais se destaca enquanto produto turístico pelo facto de ter uma “dinâmica própria” e funcionar com base em diversas parcerias realizadas, trabalhando de forma integrada e coesa.

Já no que diz respeito às principais motivações que levam os turistas a visitar este destino, foram distinguidas as atividades desportivas como o BTT ou o *trail*, a fauna (veados), as aldeias serranas e as praias fluviais, elementos que atraem segmentos da procura bastante diversificados.

Sobre os elementos da oferta cujo melhoramento futuro é imprescindível no contexto turístico serrano, o entrevistado deu novamente importância à insuficiência dos agentes de animação. De igual modo, referiu a qualificação dos profissionais como um dos vetores a desenvolver.

Como obstáculos existentes para o desenvolvimento das atividades de turismo de natureza na Serra da Lousã, foram apontados os incêndios e a ausência de uma estratégia de valorização dos recursos naturais por parte das entidades governamentais. Para o entrevistado, as florestas são hoje interpretadas como “áreas de produção”, destacando-se a predominância do eucalipto que, por sua vez, representa um perigo acrescido para a formação de incêndios florestais e degrada, em simultâneo, a paisagem existente.

Por outro lado, o entrevistado reconheceu que durante os incêndios de 2017, foram afetadas, maioritariamente, as áreas sem valor patrimonial e não as áreas com maior valor ecológico destinadas ao desenvolvimento da atividade turística. Ainda assim, na sua opinião, apesar dos incêndios não terem afetado diretamente as atividades na natureza, a

sua recorrência pode afastar potenciais investimentos futuros e a formação de novas empresas nos territórios arditos.

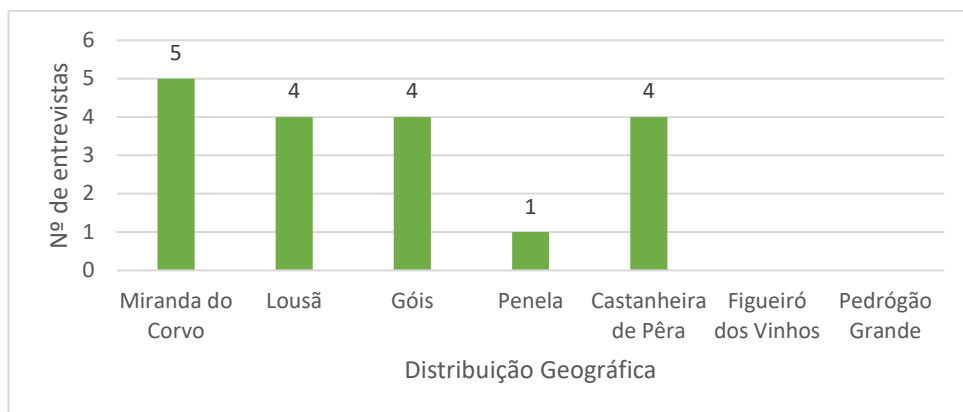
Por fim, no que diz respeito ao que o entrevistado pensa serem os melhores métodos para que estes flagelos sejam ultrapassados com maior facilidade, foram sugeridas medidas como a criação de incentivos, nos territórios do interior, atribuindo prioridade aos municípios de Góis, Castanheira de Pêra e Pedrógão Grande que, quando comparados a Lousã ou Miranda do Corvo, se encontram mais isolados e afastados dos centros urbanos. Estes incentivos permitiriam, através do turismo ou de qualquer outra atividade económica, a atração de jovens casais para as aldeias serranas, contrariando as dificuldades que estes têm em obter emprego e casa própria e as dinâmicas de envelhecimento observadas nestes territórios.

7.2.7. Síntese comparativa das entrevistas realizadas

No que concerne ao perfil típico do turista que compra os serviços dos agentes de animação integrados nesta amostra, os entrevistados fizeram descrições muito similares.

Ainda assim, foi realizada uma distinção clara entre o perfil do turista de natureza *hard*, que procura os eventos desportivos e organizados e apresenta características muito homogéneas, e o turista mais espontâneo, individualizado e heterogéneo, retratado pelos restantes entrevistados cujas entidades representadas oferecem uma vasta panóplia de atividades *hard* e *soft*. A partir da análise das entrevistas, concluímos que a procura de âmbito *hard* é, maioritariamente, composta por indivíduos portugueses (tanto do género masculino como feminino) com idades compreendidas entre os 30 e os 50 anos e com maior poder económico. Já os turistas que procuram atividades *soft*, são, frequentemente, casais, famílias, grupos de amigos ou grupos formados por empresas, com idades diversas, mas com um nível cultural elevado e interesse no património existente.

Em relação aos municípios da Serra da Lousã mais procurados, pelos agentes de animação turística, para a realização de atividades ao ar livre, foi Miranda do Corvo que mais se destacou nas diversas entrevistas realizadas, seguindo-se dos municípios de Lousã, Castanheira de Pêra e Góis. O município de Penela, pelo contrário, foi apenas mencionado numa entrevista (Figura 24). Em adição, nenhum dos entrevistados confirmou a realização de atividades em Figueiró dos Vinhos ou Pedrogão Grande o que, associado ao escasso número de agentes sediados nestes territórios, demonstra um menor interesse paisagístico ou lúdico associado aos mesmos.



Fonte: Elaboração própria com base nas entrevistas realizadas.

Figura 24: Municípios da Serra da Lousã procurados no contexto da realização de atividades de turismo de natureza pelos agentes de animação turística.

Através das questões realizadas procurámos também analisar a procura por agentes de animação no destino. Como as entrevistas foram enviadas no início do ano de 2018, questionámos as entidades apenas sobre o número de clientes que tiveram em 2016, tentando evitar qualquer constrangimento causado pela demora no cálculo dos valores mais recentes. No entanto, e apesar de nos terem sido transmitidos, maioritariamente, valores de 2016, numa das entrevistas foram revelados valores mais atualizados, de 2017. Por este motivo, não nos é possível analisar nem uma evolução dos números da procura nem um valor coeso para o ano de 2016¹⁰³. De igual modo, os valores divulgados não dizem respeito somente ao destino serrano, dado que dois dos entrevistados confirmaram a realização de atividades noutros territórios portugueses.

Ainda assim, podemos inferir uma procura constituída por cerca 18923 clientes¹⁰⁴. Embora estes valores representem apenas uma estimativa resultante da soma dos valores associados a cinco agentes de animação, num destino onde atuam 21 agentes, representando, por isso, uma ínfima amostra da procura, quando articulados com a tendência de crescimento das empresas de animação em Portugal e no território estudado, permitem-nos confirmar um constante desenvolvimento da procura pelos valores naturais a nível nacional e regional.

Sobre a questão que concerne ao número de trabalhadores nestas empresas, destacamos algumas situações que caracterizam não só o panorama turístico da Região Centro como de Portugal. Em duas entrevistas foi mencionada, especialmente durante a época alta, a utilização recorrente de trabalho temporário ou de voluntariado. Embora esta situação surja como “normal” numa área económica marcada pela sazonalidade, traduz também uma preocupação já repetida e sublinhada por diversas entidades políticas e governamentais, aliada a outras problemáticas como a baixa qualificação dos trabalhadores do turismo e os baixos rendimentos associados.

¹⁰³ Pois os valores revelados pelo entrevistado associado à Go Outdoor dizem respeito ao ano de 2017 e não obtivemos qualquer informação sobre a entidade Activar neste respeito.

¹⁰⁴ Considerando que a entidade Prazilândia teve 700 clientes.

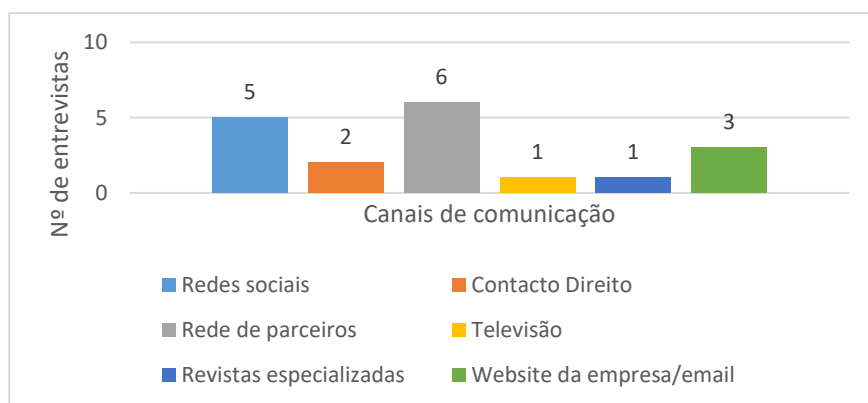
Na *Estratégia Turismo 2027*, é referido um contexto atual onde o rendimento médio anual dos trabalhadores do turismo é consideravelmente mais baixo que o total da economia (33%). De igual modo, é também destacada uma diminuição, entre 2005 e 2015, da população empregada no turismo, conduzindo a um decréscimo médio anual de - 0,4%. No que diz respeito à qualificação dos profissionais, é ainda exposto que 58% apenas detêm a escolaridade básica e somente 12% apresentam um curso superior (Turismo de Portugal, 2017).

A precariedade observada surge em consequência da adoção generalizada, nesta área de atividade, do trabalho temporário ou voluntário o que, por sua vez, diminui a necessidade das empresas investirem na formação dos seus trabalhadores. Esta prática, especialmente no âmbito do turismo de natureza, apresenta um impacto muito negativo para a sustentabilidade das práticas desenvolvidas e para a qualidade da experiência obtida pelo turista que depende, em grande parte, do nível de conhecimento que os trabalhadores têm do território e do contacto com as comunidades locais.

Já no que diz respeito aos canais de comunicação da oferta utilizados (Figura 25) foi a promoção realizada através das redes sociais e a inserção em redes de parceiros (exemplo: operadores turísticos, alojamentos locais, restauração, empresas de animação) que mais destaque assumiram. Apesar de somente cinco entrevistados terem referido esta última como forma de promoção, todos confirmaram a sua integração em parcerias, demonstrando que, no contexto serrano e regional, a cooperação e integração da oferta e da comunicação é, cada vez mais, considerada como fundamental.

Em relação aos restantes meios de promoção, foi referida, em três entrevistas, a utilização de *website* próprio ou do *email* e mencionada, em duas entrevistas, a importância do contacto direto ou “boca a boca”. Com menor destaque, foi exposta, por apenas um entrevistado, a utilização, com objetivos promocionais, de revistas especializadas ou da televisão, o que demonstra, neste caso, uma maior especialização dos serviços disponibilizados orientados para um público mais segmentado.

Por último, e considerando a última questão deste grupo (A Entidade), a maioria dos entrevistados (quatro) afirmou já ter participado em eventos de promoção turística da Serra da Lousã.



Fonte: Elaboração própria com base nas entrevistas realizadas.

Figura 25: Canais de comunicação mais utilizados pelos agentes de animação turística.

Analisando as questões abordadas no segundo grupo que integra esta entrevista (O Produto), nas quais procurámos conhecer, de forma mais detalhada, a oferta dos agentes de animação e as suas considerações sobre os recursos existentes, começamos por fazer uma síntese das atividades mais procuradas na Serra da Lousã.

Relativamente a duas entidades (Associação Abútrica e Go Outdoor) foi revelada, como esperado, dada a sua importância no desenvolvimento de eventos desportivos e competitivos na Serra da Lousã, uma clara orientação para o desenvolvimento de atividades de *trail running*. As restantes, demonstraram apostar no desenvolvimento de atividades na natureza tanto de índole *soft* ou *hard* (Quadro 19), nas quais destacamos, pelo número de vezes mencionado, o pedestrianismo.

Quadro 19: Atividades de Turismo de Natureza mais realizadas na Serra da Lousã.

Atividades de Turismo de Natureza	
✓	Pedestrianismo/Caminhadas (com ou sem carácter temático ou interpretativo)
✓	<i>Trail running</i>
✓	Canoagem/ <i>Canyoning</i>
✓	Visitação das aldeias serranas
✓	<i>Workshops</i> temáticos/culturais/etnográficos
✓	Passeios de Jipe
✓	Multiactividades
✓	Atividades gastronómicas
✓	BTT

Fonte: Elaboração própria com base nas entrevistas realizadas.

Apesar das atividades culturais serem ainda muito representadas na oferta desenvolvida pelos agentes de animação sediados na Serra da Lousã (Figura 20), é notório um continuado crescimento das atividades com carácter desportivo, aproveitando o recente mediatismo deste território e das suas características durante a realização de grandes eventos competitivos.

Esta situação, ainda que positiva para a dinamização económica e territorial regional, obriga também à adoção de medidas que regulem, de forma mais adequada e estrita, a sustentabilidade das práticas e comportamentos adotados.

Por outro lado, e embora esta situação apenas tenha sido comentada numa entrevista, enquanto a vertente norte da Serra apresenta uma oferta variada de atividades com carácter cultural ou desportivo, a vertente sul, e respetivos territórios, em consequência do reduzido número de agentes, apresenta uma oferta insuficiente de atividades com carácter interpretativo e cultural.

De igual modo, é possível verificar uma escassa oferta de atividades relacionadas com a observação da fauna e flora local, recurso que, na Serra da Lousã, apresenta elevado valor. O seu desenvolvimento poderia não só contribuir para a valorização do património natural classificado, e consequente promoção do destino, como para o desenvolvimento de práticas mais sustentáveis a nível regional.

Quando procurámos avaliar as opiniões dos agentes de animação relativamente à qualidade associada (sinalética, limpeza, manutenção) aos percursos pedestres inseridos nas paisagens da Serra da Lousã, as respostas obtidas foram muito distintas.

Embora todos os entrevistados tenham considerado as atividades realizadas no âmbito do turismo de natureza como sustentáveis, dada a tipologia do turista que engloba, a reduzida sazonalidade e impacte ecológico, e a maioria tenha mencionado o pedestrianismo como uma atividade importante ou mesmo essencial para o contínuo desenvolvimento turístico e sustentável da Serra, a manutenção das suas infraestruturas não foi, por todos, aprovada.

Os entrevistados que representaram, nesta investigação, as entidades desportivas relacionadas com o *trail running* e que, forçosamente têm que percorrer, com frequência, os caminhos existentes, revelaram estar descontentes com a sinalização, marcação e limpeza destes.

De modo semelhante, também o entrevistado ligado à Prazilândia (única entidade entrevistada sediada na vertente sul da Serra da Lousã), revelou estar muito desagradado com o estado de abandono dos percursos locais, dado que, em Castanheira de Pêra, nenhum dos percursos se encontra em processo de homologação. Esta degradação dos caminhos existentes impede a organização de atividades e a prática segura do pedestrianismo de modo individual.

Entre os restantes entrevistados, cujas entidades se localizam todas na vertente norte deste destino, dois demonstraram contentamento com a marcação dos percursos serranos, mas desagrado para com a sua limpeza e manutenção e apenas um demonstrou estar satisfeito com as condições dos mesmos (marcação e limpeza).

No último grupo de questões abordado (O Território), procurámos obter tanto as opiniões dos agentes no que diz respeito às principais atrações serranas e motivações para visitar este destino como as suas opiniões em relação aos maiores obstáculos ao desenvolvimento turístico regional. Por fim, colocámos também algumas questões sobre os incêndios e respetivas consequências no território e impactes no desenvolvimento de atividades na natureza.

No que concerne às atrações presentes na Serra da Lousã, e respetiva importância, todos os entrevistados, sem exceção, distinguiram a paisagem e os recursos naturais. Também o património cultural, a biodiversidade, as aldeias serranas e, em particular, as Aldeias do Xisto assumiram grande destaque.

Em relação às motivações da procura turística, representadas no Quadro 20, obtivemos opiniões mais variadas que resultaram das diferentes interpretações a esta questão. De modo geral, estas estão relacionadas com os recursos turísticos existentes neste destino.

No entanto, também o crescente mediatismo relacionado com o desenvolvimento de práticas desportivas e a importante promoção, realizada pela ADXTUR, do território serrano, foram considerados elementos motivadores da procura da Serra da Lousã.

Quadro 20: Principais motivações que conduzem à procura de atividades na natureza na Serra da Lousã.

Motivações
✓ Fuga à vida sedentária experienciada nos centros urbanos
✓ Reconhecimento da Serra da Lousã enquanto destino turístico
✓ Prestígio desportivo (<i>trail</i> , BTT)
✓ Qualidade dos recursos naturais
✓ Aldeias serranas
✓ Divulgação da oferta realizada pela entidade das Aldeias do Xisto
✓ Praias fluviais
✓ Riqueza dos ecossistemas

Fonte: Elaboração própria com base nas entrevistas realizadas.

As questões referentes aos obstáculos presentes ao desenvolvimento de atividades na natureza e aos elementos da oferta a melhorar no futuro para uma evolução continuada e sustentável da atividade turística, conduziram a uma enumeração, por parte dos entrevistados, de diversos problemas observados no território serrano. Estas dificuldades, apresentadas no Quadro 21, revelam um carácter muito diverso, podendo ser integradas em três grupos distintos: a falta de planeamento do território e da atividade turística, a reduzida valorização do património existente e o escasso investimento na qualificação da oferta.

Quadro 21: Obstáculos ao desenvolvimento do turismo de natureza na Serra da Lousã.

Obstáculos
✓ Falta de apoios ao desenvolvimento de atividades na natureza
✓ Inexistência de um planeamento estruturado, integrado e coeso a nível regional
✓ Ausência de uma estratégia de comunicação
✓ Reduzida segmentação do produto turístico
✓ Ausência de estratégias de preservação e valorização dos recursos naturais
✓ Abandono dos lugares serranos
✓ Descaracterização/degradação da paisagem natural
✓ Carência de métodos de monitorização da sustentabilidade associada às práticas realizadas na natureza
✓ Incêndios frequentes
✓ Escassa qualificação dos profissionais do turismo
✓ Deficientes infraestruturas de apoio ao turismo, no qual foram destacados os caminhos pedestres e respetiva manutenção e sinalética
✓ Oferta insuficiente, com qualidade associada, de agentes de animação turística e empreendimentos diversificados de restauração
✓ Reduzida qualidade dos serviços turísticos existentes

Fonte: Elaboração própria com base nas entrevistas realizadas.

Enquanto, por um lado, foi criticada a falta de apoios à atividade turística, as insuficientes e deficientes infraestruturas e serviços de apoio ou a reduzida qualificação

dos trabalhadores, por outro foi lamentada a ausência de uma estratégia de comunicação a nível regional e o inexistente planeamento do turismo e ordenamento das áreas florestais serranas que, com base em interesses económicos, se apresentam cada vez mais descaracterizadas e degradadas. Estes fatores, aliados à ausência de monitorização de algumas atividades desportivas realizadas nos meios florestais e à reduzida valorização, por parte das entidades públicas, dos valores naturais, conduzem à ocorrência frequente de incêndios.

No que diz respeito a estes últimos, apenas um entrevistado referiu ter sentido fortes impactes negativos, no ano de 2017, causados por estes. Já os restantes revelaram ter sentido poucos, ou nenhuns, constrangimentos, o que se deve, maioritariamente, ao facto de os fogos apenas terem consumido áreas com pouco valor ecológico.

De igual modo, quando questionados sobre um maior sentido de alerta e uma maior preocupação em relação à propagação futura de novos incêndios florestais, as opiniões dividiram-se. Embora dois entrevistados tenham assinalado, com clareza, uma maior preocupação em relação ao futuro, no que concerne a esta questão, foi também referida que a ocorrência deste tipo de catástrofes naturais, e de qualquer outro tipo de fenómenos meteorológicos, é um aspeto independente e imutável inerente à atividade turística e ao trabalho dos agentes de animação. Da mesma forma, foi ainda mencionado que, apesar das entidades existentes estarem relativamente habituadas a lidar com as consequências dos incêndios florestais, estes podem condicionar o surgimento de novos agentes nos territórios afetados e a atração de potenciais clientes.

Em resposta à última questão colocada, foram sugeridas várias medidas que visam a recuperação económica dos territórios afetados por estes flagelos, representadas no Quadro 22.

Quadro 22: Medidas que permitam a recuperação turística e económica dos territórios afetados pelos incêndios florestais na Serra da Lousã.

Medidas	
✓	Financiamento de projetos de sustentabilidade económica, social e ambiental
✓	Planeamento do investimento para o desenvolvimento de infraestruturas turísticas e criação de uma estratégia de comunicação
✓	Promoção de uma imagem positiva do destino, destacando o património natural classificado e preservado
✓	Diversificação, por parte dos agentes de animação turística, das regiões utilizadas para o desenvolvimento de atividades na natureza
✓	Captação de novos mercados e maior segmentação do produto turístico
✓	Desenvolvimento de incentivos económicos que permitam a fixação de população jovem nos territórios do interior serrano e a criação de novas empresas
✓	Criação de formas de prevenção dos incêndios e desenvolvimento de um plano de ordenamento das florestas

Fonte: Elaboração própria com base nas entrevistas realizadas.

Com base na análise do quadro acima apresentado, é possível observar que além de terem sido sugeridas medidas que permitam a recuperação económica, a nível do turismo, dos agentes e territórios afetados pelos incêndios florestais, foram, de igual modo, expressas diversas ideias que, mais uma vez, se encontram intrinsecamente ligadas com os problemas já expostos, derivados da escassa valorização dos recursos naturais da Serra da Lousã, das dinâmicas de abandono populacional dos lugares serranos e da ausência de um planeamento das atividades turísticas e do ordenamento do território, realizado de modo integrado e coeso através da cooperação dos diversos municípios serranos.

8. Notas Finais

O derradeiro capítulo da dissertação tem como principal objetivo o desenvolvimento de uma resposta à pergunta de partida estabelecida no início da investigação (*Poderá, a Serra da Lousã, com base nos recursos turísticos que dispõe, afirmar-se, de forma sustentável e coesa, no contexto turístico nacional como um destino de turismo de natureza?*).

Para poder cumprir este objetivo, foi necessário proceder a um estudo sobre as diversas temáticas e conceitos associados ao turismo de natureza como a sustentabilidade e a experiência turística.

Deste modo, a presente dissertação começou por abordar novas formas de pensar, contrárias às práticas produtivistas, que estabeleceram uma nova relação entre o indivíduo e a natureza e, progressivamente, libertaram a última do seu papel como “fonte produtiva”, atribuindo-lhe novos usos enquanto espaço de lazer. Assim, começou a ser discutida, num nível académico, a relação entre a sustentabilidade e o turismo.

De forma gradual, o turismo começou a ser observado como um meio de conservação dos recursos naturais por intermédio da visitação, apreciação e conseqüente valorização da natureza. Ou seja, a atribuição de novas funções às áreas naturais permitiu o desenvolvimento de esforços relativos à sua preservação, tanto por parte dos turistas, mais ecológicos e informados, como por parte das entidades políticas e governamentais que encontraram na atividade turística uma forma de desenvolvimento económico e social.

Com base nisto, assistiu-se, a nível mundial, a uma crescente classificação das áreas naturais e ao surgimento de diversas tipologias turísticas alternativas baseadas na natureza. Estas assumem características muito semelhantes nomeadamente o seu reduzido impacto, a atuação em áreas rurais e de baixa densidade, a valorização das comunidades e das tradições locais e a procura pela sustentabilidade.

No que concerne à tipologia turística investigada – o turismo de natureza – verificou-se a existência de uma certa complexidade e ambigüidade associada ao seu conceito pois este engloba diversos tipos de atividades, motivações e turistas.

Por este motivo, e apesar de ser uma tipologia turística alternativa fundamentada nos princípios da sustentabilidade, o turismo de natureza assume-se como uma forma de turismo realizada nas áreas naturais englobando tanto turistas ecologicamente conscientes e sustentáveis como turistas menos preocupados com os seus impactes e cuja motivação principal é o relaxamento.

Ainda assim, foi defendido, ao longo desta investigação, que qualquer tipologia de turismo deve ser sustentável pois o seu desenvolvimento depende, sobretudo, da preservação dos recursos naturais e culturais e do bem-estar das comunidades locais.

Relativamente ao perfil do turista de natureza abordado, foram distinguidos dois tipos de turistas: *soft e hard*. Enquanto os primeiros procuram atividades recreativas menos complexas e baseadas no bem-estar, os segundos têm maior interesse na realização de atividades desportivas, educativas ou interpretativas com maior grau de dificuldade e

exigência. Embora os turistas *soft* representem a vasta maioria da procura, são os turistas *hard* que assumem maior interesse no conhecimento do património cultural e natural, procurando adotar comportamentos mais conscientes e participar na conservação dos destinos que visitam.

Apesar das manifestas diferenças, existem determinadas características comuns aos turistas de natureza. Estes são retratados como visitantes exigentes e individualizados, com elevado nível de educação, conhecimento e poder de compra, que buscam usufruir de experiências únicas, memoráveis, autênticas e, na sua maioria, sustentáveis.

Entre as referidas atividades, foi estudado, com particular pormenor, o pedestrianismo, por ser uma atividade *soft* que pode ser realizada por qualquer tipo de turista, independentemente da sua idade, rendimento ou motivação, permitindo a fruição das áreas naturais e a criação de experiências turísticas autênticas e com baixo impacte ambiental. Em adição, como o pedestrianismo reutiliza caminhos existentes, esta atividade adequa-se particularmente à paisagem da Serra da Lousã, onde se encontram diversos percursos que no passado permitiam o acesso às aldeias e às áreas florestais.

Para a construção das experiências turísticas autênticas procuradas pelos turistas de natureza, são, atualmente, valorizados elementos da oferta com uma forte componente emocional que se baseiam sobretudo no contacto com a cultura “verdadeira” e com as comunidades locais.

Por esta razão, para a entrega de tais experiências, assume elevada importância o planeamento e a gestão realizados em rede e de forma participada e coesa, contando com a participação de múltiplos *stakeholders*, públicos e privados, e considerando sempre os interesses e opiniões das comunidades locais. Como as áreas naturais não têm limites geográficos rígidos e abrangem, com frequência, vários territórios, o turismo que nestas se desenvolve depende de formas de gestão maleáveis e adaptáveis que tenham em consideração os seus impactes e o bem-estar dos residentes.

Quando o planeamento é realizado de modo integrado e considera os limites inerentes à atividade turística em prol da sustentabilidade ambiental, económica, cultural e social do destino, existem diversos benefícios como a diversificação das economias locais, a criação de postos de trabalho, infraestruturas e serviços, a venda de produtos endógenos, a atração de novos residentes, a valorização e manutenção do património local e das identidades comunitárias e a consciencialização em relação à necessidade de proteger e valorizar as áreas naturais e a biodiversidade.

No entanto, quando tal não ocorre, são também vários os impactes negativos que podem ser observados, nomeadamente a degradação das áreas naturais, a “falsificação” das tradições, autenticidade e culturas locais, a dependência da atividade turística e a criação de um ambiente de tensão/conflito entre os residentes e os turistas, entre outros.

Considerando que o turismo de natureza é desenvolvido maioritariamente em áreas classificadas ou protegidas de elevada sensibilidade, situação também observada no caso de estudo desta dissertação, foi considerada como relevante a análise de instrumentos de

monitorização e de gestão dos comportamentos dos turistas que contrariem os impactes acima referidos.

Entre estes, foi realçada a importância da criação de atividades baseadas na educação e na interpretação que possam incentivar a adoção comportamentos sustentados ou, pelo menos, levar os turistas a reconhecer a importância do contexto natural e cultural dos destinos que visitam.

No que concerne ao contexto nacional, Portugal, que cada vez mais se afirma enquanto destino turístico internacional, apresenta condições desejáveis para o desenvolvimento do turismo de natureza, tendo cerca de 23% do território nacional classificado e possuindo ainda várias áreas de montanha que apresentam não só um rico património natural como tradições culturais importantes.

Em consequência, as áreas naturais classificadas são cada vez mais procuradas e verifica-se também um crescente número de agentes de animação turística com reconhecimento de atividades de natureza registados.

Por este motivo, nos documentos estratégicos nacionais analisados, constata-se a aposta no desenvolvimento desta tipologia turística e a crescente valorização das comunidades locais de que depende e do património natural no qual se baseia.

Foi com base nestes conhecimentos que procurámos analisar o desenvolvimento do turismo de natureza na Serra da Lousã através da verificação da relevância dos seus recursos e produtos turísticos e da sustentabilidade das suas práticas.

A Serra da Lousã apresenta-se como uma área de montanha de baixa densidade com elevado valor paisagístico, social e histórico, marcada por um rico património cultural e por património natural classificado. Um dos elementos mais importantes da sua oferta são os lugares serranos que, fruto do isolamento, conseguiram conservar os seus traços culturais e arquitetónicos.

No entanto, e como analisado, por causa das difíceis condições de vida a que estes povos estavam sujeitos, estes lugares testemunharam a existência de duas grandes vagas migratórias que causaram o progressivo, mas definitivo abandono da Serra.

Ao mesmo tempo que a Serra da Lousã deixava de ter meios e recursos capazes de garantir a continuidade das atividades produtivas que asseguravam a subsistência das suas comunidades, começaram a existir interesses turísticos neste território. O município da Lousã foi o primeiro a observar a Serra como recurso turístico, procurando integrá-la, a partir da década de 20 do século XX, na sua oferta.

Como resultado da gradual valorização dos espaços naturais e dos valores culturais autênticos, a Serra da Lousã, antes negativamente conotada, começou a ser observada como um lugar de recreação, relaxamento e espiritualidade, muito procurado pelas populações urbanas que pretendiam afastar-se, periodicamente, das cidades.

Em consequência, a partir da década de 70 do século XX, os lugares serranos começaram a receber novos habitantes que lhes atribuíram novas utilizações. Devido a isto, diversas habitações que se encontravam abandonadas começaram a ser recuperadas

e utilizadas enquanto residência secundária, durante os fins de semana ou períodos de férias. As atividades produtivas tradicionais, como a agricultura, deram lugar a atividades recreativas como a realização de passeios ou a leitura.

O desenvolvimento turístico da Serra da Lousã intensificou-se aquando a implementação do Programa das Aldeias do Xisto, iniciado em 2000, numa tentativa de contrariar a “desertificação humana” e a desvitalização dos traços culturais. Este permitiu não só a revitalização das habitações serranas e dos espaços sociais como também o desenvolvimento de infraestruturas turísticas como miradouros, percursos pedestres, lojas e empreendimentos. Atualmente, importa destacar o essencial papel da ADXTUR na promoção dos recursos turísticos por meio do estabelecimento de parcerias com os diversos agentes turísticos integrados na Serra da Lousã, do apoio ao desenvolvimento de eventos culturais, gastronómicos e desportivos, da integração dos recursos existentes em redes (exemplo: Rede dos Caminhos do Xisto, Rede das Praias Fluviais, Rede das Aldeias do Xisto) e da promoção integrada destes através de um canal de comunicação comum para toda a oferta. De momento, a Rede das Aldeias do Xisto é constituída por 27 lugares, dos quais 12 pertencem à Serra da Lousã.

Gradualmente, este destino assume progressivo reconhecimento no contexto regional e nacional, tendo já sido mencionado, em conjunto com os seus recursos naturais e produtos turísticos, em vários documentos estratégicos nacionais.

Com fundamento no contexto apresentado, foi realizado um levantamento e análise dos principais elementos que constituem a oferta dos municípios serranos (Lousã, Góis, Miranda do Corvo, Penela, Figueiró dos Vinhos, Castanheira de Pêra e Pedrógão Grande).

Em primeiro lugar, foi verificada a dimensão da oferta de empreendimentos turísticos por meio da análise de diversas fontes. A partir desta, concluiu-se que a Serra da Lousã, em relação à oferta da Região Centro ou das Regiões de Coimbra e Leiria, apresenta uma capacidade de alojamento e número de empreendimentos turísticos relativamente baixo.

Todavia, é visível uma evolução substancial da oferta existente, o que demonstra o importante papel económico que o turismo representa nestes territórios.

Já no que concerne aos principais recursos e produtos turísticos deste destino, aferiu-se a existência de uma oferta de turismo de natureza variada, mas completa.

Deste modo, a Serra da Lousã dispõe de recursos turísticos adequados para uma procura de âmbito *soft* (exemplo: praias fluviais, percursos pedestres) e *hard*, na sua vertente desportiva (exemplo: ciclismo, BTT) ou interpretativa e educativa (exemplo: Ecomuseu das Tradições do Xisto, Parque Biológico da Serra da Lousã). De igual modo, as infraestruturas de apoio ao turismo que sustentam o desenvolvimento de atividades na natureza neste destino têm sido alvo, nos últimos anos, de uma crescente qualificação, o que permite a consolidação de uma oferta mais credível e adequada para uma procura muito exigente.

O reconhecimento das características ideais da paisagem natural para a recreação e a mencionada aposta na qualificação, justificam a rápida evolução do número de eventos

realizados, nos últimos anos, nos municípios serranos. Mais concretamente, foi comprovada uma recente, mas substancial atração de eventos desportivos de renome europeu e mundial, que, num curto espaço de tempo, conseguem atrair mediatismo e uma elevada procura capaz de contrariar as fortes tendências de sazonalidade que marcam o contexto nacional e regional e de dinamizar o tecido económico local por meio da criação de impactes económicos diretos e indiretos.

Em relação à sustentabilidade das práticas realizadas na natureza, confirmou-se a existência de esforços, liderados pelos agentes de animação turística e entidades locais/regionais, orientados para o desenvolvimento de instrumentos de gestão dos comportamentos dos visitantes ou de monitorização. Estes incidem, fundamentalmente, na aplicação de restrições relativas ao número de participantes em eventos desportivos e no controlo dos seus comportamentos por meio da imposição de códigos de conduta.

No que concerne aos resultados do estudo exploratório realizado, foi possível apurar, segundo as opiniões dos entrevistados, a existência de diversas dimensões inerentes ao desenvolvimento do turismo de natureza no destino investigado.

A primeira fase da análise dos dados, permitiu estabelecer um perfil do turista que procura as atividades na natureza na Serra da Lousã. A vertente *soft* da procura, muito heterogénea, é constituída, maioritariamente por casais, famílias, grupos de amigos ou empresas. Por outro lado, a vertente *hard*, enquadra, sobretudo, indivíduos mais organizados e com características mais homogéneas, apresentando fortes prioridades desportivas e competitivas. No geral, estes indivíduos demonstram um considerável interesse no património natural e cultural, um nível de educação superior e elevado poder de compra.

Quanto aos meios/canais de comunicação e promoção da oferta mais utilizados pelos agentes de animação, destacou-se a preferência pela utilização das redes sociais e pela inserção em redes de parceiros, o que confirma a atual importância, no âmbito do turismo, dos meios de comunicação informáticos e a vontade, nutrida pelos diversos *stakeholders*, de integração numa rede que permita uma promoção coesa e integrada da oferta dos diversos municípios que constituem este destino.

Em relação às atividades na natureza organizadas no destino serrano, confirmou-se uma substancial oferta desportiva, constituída por atividades de BTT, *trail running* ou desportos aquáticos. Porém, existe também uma forte aposta na organização de atividades lúdicas e interpretativas, nas quais se destaca o pedestrianismo, seguindo-se da visita das aldeias serranas, da realização de atividades gastronómicas ou de workshops temáticos. Contudo, conferiu-se que, na vertente sul da Serra da Lousã, existe uma oferta insuficiente de atividades com carácter interpretativo e cultural, o que compromete a construção deste tipo de experiências.

Enquanto existe uma concordância, entre os entrevistados, relativamente às principais atrações serranas (exemplo: património natural e cultural, biodiversidade, aldeias serranas e entidade Aldeias do Xisto), são enumeradas motivações à procura deste destino diversas

e muito atuais. Entre estas é importante destacar a referência do progressivo reconhecimento da Serra da Lousã enquanto destino turístico, a sua crescente projeção e afirmação desportiva, o valor dos ecossistemas presentes e a divulgação da oferta realizada pela entidade das Aldeias do Xisto.

Com base nestes elementos, é possível começar a responder à pergunta de partida colocada no início da investigação.

De momento, a Serra da Lousã apresenta uma oferta de recursos, produtos e atividades turísticas em meio natural extremamente diversa e com forte vertente interpretativa e recreativa, permitindo a fruição do património natural classificado, a compreensão e admiração dos valores culturais presentes e a criação de experiências autênticas. Quando aliamos a oferta ao progressivo desenvolvimento e qualificação das infraestruturas e serviços de apoio ao turismo, ao importante papel promocional assumido pelas Aldeias do Xisto e ao crescente número de agentes de animação e eventos, é possível reconhecer a existência de condições que permitem a afirmação da Serra da Lousã enquanto destino de turismo de natureza na Região Centro e a nível nacional e a consolidação da sua marca.

Contudo, e apesar dos esforços individuais das entidades locais, o desenvolvimento turístico sustentável e coeso deste destino, a longo prazo, depende de diversas variáveis que, de momento, não estão asseguradas.

Considerando as informações recolhidas nas entrevistas realizadas é importante referir, em primeiro lugar, a generalizada contratação de indivíduos com reduzida qualificação e experiência, o uso recorrente de trabalho voluntário ou de estagiários e a realização frequente de contratos de trabalho temporário. De igual modo, e apesar do observado investimento, verifica-se um estado generalizado de descontentamento quanto à reduzida qualificação das infraestruturas de apoio ao turismo, como os percursos pedestres cuja marcação e limpeza é deficitária, e da restauração. Estes elementos, quando associados, além de acentuarem a precariedade da atividade turística, asseguram a “entrega” de experiências de reduzida qualidade e sustentabilidade, protelando a consolidação deste produto turístico no destino serrano e no contexto regional.

Em segundo lugar, destacamos a inexistência de um planeamento em rede, estruturado e integrado a nível do destino e a ausência de uma estratégia comum de comunicação intermunicipal.

A resistência ao associativismo na Serra já havia sido reconhecida por Carvalho (2009, p. 31) que afirmou que “Ao nível institucional, são raros os exemplos de cooperação entre os municípios serranos, embora se reconheça algum trabalho recente, relacionado com os novos caminhos para o desenvolvimento rural, que tenderá a alinhar, debaixo do mesmo tecto, instrumentos de interacção e coordenação entre as diversas partes, bem como projetos/iniciativas comuns”.

Apesar da implementação de alguns instrumentos, a reduzida cooperação é ainda apontada e lamentada pelos agentes económicos locais que, em sentido contrário, buscam,

por meios próprios (realização de parcerias, integração na Rede das Aldeias do Xisto), uma integração da sua oferta num contexto mais abrangente e regional.

Em terceiro lugar, destaca-se a degradação do património natural existente provocada pela ausência de um plano de ordenamento florestal eficiente e de uma estratégia de valorização dos recursos naturais, pelos notórios interesses económicos associados ao aumento das áreas florestais sem valor ambiental e pelos consequentes e frequentes incêndios florestais. Não obstante das medidas sustentadas aplicadas pelas diversas entidades e agentes económicos numa tentativa de reduzir os impactes das atividades por eles desenvolvidas, não existe nenhum método de monitorização das atividades realizadas de forma autónoma e não enquadradas em eventos.

Em adição, apesar dos incêndios florestais não terem afetado, com muita gravidade, a grande maioria das entidades abordadas, estes são hoje observados com preocupação pelos atuais agentes, pois colocam em risco os valores naturais e os lugares serranos e, em consequência, a atividade turística que destes depende.

Por último, importa referir que a comunidade local serrana, cuja participação e contributo para a atividade turística é fundamental, se apresenta muito envelhecida e reduzida. Agravando esta situação, a Serra da Lousã não apresenta qualquer tipo de incentivo à fixação de população jovem e qualificada pois, se por um lado os difíceis acessos e isolamento que outrora provocaram o abandono deste território são ainda uma fraqueza incontornável, por outro observa-se uma dependência da atividade turística dada a inexistência de outras atividades económicas.

As forças e fraquezas enumeradas e relativas ao desenvolvimento sustentável e coeso do turismo de natureza na Serra da Lousã encontram-se também dependentes de um panorama de oportunidades e de ameaças (ver Anexo VII).

Entre as oportunidades apresentam-se a valorização das paisagens naturais e procura de sensações de bem-estar e a proximidade deste destino a importantes centros urbanos, comerciais, demográficos e turísticos (Coimbra e Leiria). Por outro lado, e no que concerne às ameaças ao desenvolvimento turístico, sobressai a crescente importância associada à oferta patrimonial dos centros urbanos circundantes e a existência, a nível nacional, de outros destinos com uma oferta de turismo de natureza mais consolidada e patrimonialmente mais interessante. Estes elementos podem conduzir a uma redução da eficiência da promoção turística realizada e, consequentemente, a uma gradual diminuição da procura.

Ainda assim, considerando o recente, mas rápido crescimento deste destino baseado no seu elevado potencial paisagístico e recreativo e as estratégias partilhadas pelos entrevistados relativamente à recuperação económica dos territórios afetados pelos incêndios e ao contínuo desenvolvimento da Serra da Lousã, enumeramos algumas medidas que seriam importantes para garantir a sustentabilidade deste destino.

Uma das medidas mais importantes reside na afirmação de uma comunidade intermunicipal, composta pelos municípios da Serra da Lousã, que, de modo integrado e

sustentável, desenvolva um planeamento turístico coeso deste território. Por meio deste, poderia ser assegurada uma maior segmentação do produto turístico, uma crescente qualificação das infraestruturas e serviços disponibilizados e a implementação de mais métodos de monitorização dos impactes das atividades turísticas realizadas individualmente nas áreas naturais deste destino. Estes últimos poderiam basear-se na colocação, no início dos percursos pedestres ou nas áreas naturais com maior procura, de códigos de conduta e de contactos de emergência relativos à eventual ocorrência de incêndios florestais. Por outro lado, deveria também ser realizado um maior esforço, por parte das entidades municipais e entidades responsáveis, no que concerne à limpeza dos percursos pedestres existentes.

De igual modo, os agentes de animação turística deveriam apostar no gradual desenvolvimento de atividades educativas, com carácter inovador, que possibilitem a interpretação do contexto natural e cultural no qual estas se inserem. Apenas por meio da interpretação é possível assegurar não só a construção de uma experiência turística positiva como também a manutenção e a preservação do património existente.

Da mesma forma, deveria ser construído um canal de comunicação da oferta turística serrana que permitisse a consulta integral dos empreendimentos turísticos existentes, da restauração, dos recursos e dos agentes de animação registados, evitando a dispersão da oferta, por diversos canais, hoje observada. Contudo, este processo deveria ser realizado de forma conciliada com os interesses e com a promoção realizada pela Rede das Aldeias do Xisto. Por meio deste, seria assegurado o reconhecimento íntegro do destino e respetiva oferta e o desenvolvimento de uma marca associada a uma forte identidade no panorama turístico nacional.

Como foi também referido nas entrevistas realizadas, seria significativa a criação, por parte das entidades governamentais centrais, de incentivos ao investimento económico regional e à fixação de população jovem e qualificada para atenuar ou contrariar as tendências demográficas e o incontornável impacte negativo que estas têm sobre as experiências turísticas construídas.

A realização desta dissertação e o estudo dos diversos elementos que promovem e comprometem o desenvolvimento do turismo de natureza neste destino, abre pistas para investigações futuras que poderão trazer outras variáveis de importante conhecimento. Seria de elevado interesse a realização de outras investigações relativas aos efeitos dos incêndios florestais na atividade turística ou na procura por atividades de animação. Da mesma forma, seria proveitoso o estudo aprofundado dos impactes do turismo na revitalização social dos lugares serranos, em particular após a implementação do Programa das Aldeias do Xisto, e na manutenção dos valores patrimoniais.

Referências Bibliográficas

- Abreu, D. d. (2006). *Análise de Dados II. Programa*. Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa.
- Alves, L. R. (2014). *Processos de mudança, turismo e desenvolvimento rural: as Aldeias do Xisto do concelho de Góis e o papel da Lousitânea* (1.^a ed.). Málaga: Eumed.net – Enciclopédia Virtual. Disponível em: <http://www.eumed.net/libros-gratis/2015/1434/index.htm>.
- Beni, M. C. (Novembro de 2003). Como certificar o turismo sustentável. *Turismo em Análise*, 14, 5-16. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/rta/article/view/63641/66406>.
- Buckley, R. (2003). The Practice and Politics of Tourism and Land Management. In R. Buckley, C. Pickering, & D. Weaver, *Nature-based Tourism, Environment and Land Management* (pp. 1-6). Oxon: CABI Publishing.
- Buckley, R. (2015). Local-scale environmental impacts and management of tourism. In C. M. Hall, S. Gössling, & D. Scott, *The Routledge Handbook of Tourism and Sustainability* (pp. 320-327). Oxon: Routledge.
- Bushell, R. (2003). Balancing Conservation and Visitation in Protected Areas. In R. Buckley, C. Pickering, & D. Weaver, *Nature-based Tourism, Environment and Land Management* (pp. 197-208). Oxon: CABI Publishing.
- Cairo, J., & Carvalho, P. (2013). Políticas territorializadas para o desenvolvimento em ambientes de montanha: O exemplo da ação integrada de base territorial da Serra da Estrela. In P. Carvalho (coord.), *Desenvolvimento em Áreas de Montanha: Notas Geográficas a partir da Cordilheira Central Portuguesa* (pp. 12-26). EUMED (Universidade de Málaga – Espanha). Disponível em: <http://www.eumed.net/libros-gratis/2013/1261/1261.pdf>.
- Carvalho, P. (2009). *Património Construído e Desenvolvimento em Áreas de Montanha. O exemplo da Serra da Lousã* (1.^a ed.). Lousã: Câmara Municipal da Lousã.
- Carvalho, P. (2013). A AIBT do Pinhal Interior e as Aldeias do Xisto: Novos caminhos e atores para o desenvolvimento de territórios de baixa densidade em ambientes de montanha. In P. Carvalho (coord.), *Desenvolvimento em Áreas de Montanha: Notas Geográficas a partir da Cordilheira Central Portuguesa* (pp. 95-108). Málaga: EUMED (Universidade de Málaga – Espanha). Disponível em: <http://www.eumed.net/libros-gratis/2013/1261/1261.pdf>.
- Carvalho, P., & Alves, L. (2017). Animação Turística, Inovação e Criatividade no Desenvolvimento Rural. O Caso das Aldeias do Xisto. In F. Sousa, J. Pereira, & M. Lopes, *Animação Sociocultural: Turismo Rural e Desenvolvimento Comunitário*. (pp. 171-179). Chaves: Intervenção. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/316635235_Animacao_Turistica_Inovacao_e_Criatividade_no_Developmento_Rural_O_Caso_das_Aldeias_do_Xisto.

- Coghlan, A., & Buckley, R. (2013). Nature-based tourism. In A. Holden, & D. Fennell, *The Routledge Handbook of Tourism and the Environment* (pp. 334-344). Oxon: Routledge.
- Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo. (2015). *Alentejo Feel Nature - Rede de Percursos em Natureza* (1.^a ed.). Foge comigo! Lda. Disponível em: <http://inmotion.cimaa.pt/pt/percursos/guia-afn>.
- Cordeiro, A. M. (coord.). (2007). *Atlas Desportivo da Lousã*. Centro de Estudos Geográficos; Câmara Municipal da Lousã. Disponível em: <http://www.cm-lousa.pt/downloads/?c=37;246;38;39;41;42;43;44;45;46;47;49;&h=37&page=2>.
- Correia, M. I. (2013). *A Gastronomia e o desenvolvimento local – Dos lugares às redes. A Chanfana em Góis, Lousã, Miranda do Corvo e Vila Nova de Poiares*. Dissertação de Mestrado em Lazer, Património e Desenvolvimento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- Cravidão, F. D. (2008). Residência secundária e espaço rural. Duas aldeias na Serra da Lousã: Casal Novo e Talasnal. In N. Santos, & A. Gama, *Lazer. Da libertação do tempo à conquista das práticas*. (pp. 29-58). Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Cunha, L. (2003). A montanha do centro português: espaço de refúgio, território marginal e recurso para o desenvolvimento local. In *Caetano, Lucília (coord.) – Territórios, ambiente e trajetórias de desenvolvimento*. (pp. 175-191). Coimbra: Centro de Estudos Geográficos, Universidade de Coimbra. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/324089238_A_montanha_do_centro_portugues_espaco_de_refugio_territorio_marginal_e_recurso_para_o_desenvolvimento_local.
- Deguignet, M., Juffe-Bignoli, D., Harrison, J., MacSharry, B., Burgess, N., & Kingston, N. (2014). *2014 United Nations List of Protected Areas*. Cambridge, UK: UNEP-WCMC. Disponível em: https://www.unep-wcmc.org/system/dataset_file_fields/files/000/000/263/original/2014_UN_List_of_Protected_Areas_EN_web.PDF?1415613322.
- Dentinho, T., & Rodrigues, O. (2007). *Periferias e Espaços Rurais. Comunicações apresentadas ao II Congresso de Estudos Rurais* (1.^a ed.). Príncipe Editora.
- Dolnicar, S. (2015). Environmentally Sustainable Tourists. In C. M. Hall, S. Gossling, & D. Scott, *The Routledge Handbook of Tourism and Sustainability* (pp. 140-150). Oxon: Routledge.
- Expresso. (2018: a). *"Portugal campeão nos Óscares do Turismo"*. 1 de julho de 2018. Página consultada a 17/07/2018: <http://expresso.sapo.pt/economia/2018-06-30-Portugal-campeao-nos-Oscares-do-Turismo#gs.FodOQD8>.
- Expresso. (2018: b). *"Nas Aldeias do Xisto preparam-se turistas e comunidades para o fogo"*. 29 de junho de 2018. Página consultada a 18 de julho de 2018: <http://expresso.sapo.pt/sociedade/2018-06-29-Nas-Aldeias-do-Xisto-preparam-se-turistas-e-comunidades-para-o-fogo#gs.6DF5UG0>.

- Federação de Campismo e Montanhismo de Portugal. (2006). *Regulamento de Homologação de Percursos Pedestres*. Disponível em: http://www.fcportugal.com/files/PercursosPedestres/RHPP_vWeb.pdf.
- Federação de Campismo e Montanhismo de Portugal. (2016). *RNPP - Registo Nacional de Percursos Pedestres. Ponto de situação*. Disponível em: http://www.fcportugal.com/files/PercursosHomolgados/RNPP-PontodeSituacao_2016-10-26.pdf.
- Federação Portuguesa de Ciclismo. (2016). *Regulamento de Homologação - Centros de BTT*. Disponível em: http://www.centrosdebt.pt/docs/regulamento_centros%20de_ciclismo_btt.pdf.
- Fennel, D. (2013). Ecotourism. In A. Holden, & D. Fennell, *The Routledge Handbook of Tourism and the Environment* (pp. 323-333). Oxon: Routledge.
- Font, X. (2013). Sustainable tourism certification. In A. Holden, & D. Fennell, *The Routledge Handbook of Tourism and the Environment* (pp. 299-306). Oxon: Routledge.
- Franklin, A. (2013). Viewing nature politically. In A. Holden, & D. Fennell, *The Routledge Handbook of Tourism and the Environment* (pp. 75-83). Oxon: Routledge.
- Frost, W., & Laing, J. (2015). Natural heritage, parks and protected areas. In C. M. Hall, S. Gössling, & D. Scott, *The Routledge Handbook of Tourism and Sustainability* (pp. 374-383). Oxon: Routledge.
- Go Outdoor Lda. (2017). *Relatório de Atividades. AXtrail series 2017*. Condeixa-a-Nova.
- Graci, S., & Dodds, R. (2015). Certification and Labeling. In C. M. Hall, S. Gossling, & D. Scott, *The Routledge Handbook of Tourism and Sustainability* (pp. 200-208). Oxon: Routledge.
- Hall, C. M., Gossling, S., & Scott, D. (2015). The evolution of sustainable development and sustainable tourism. In C. M. Hall, S. Gossling, & D. Scott, *Routledge Handbook of Tourism and Sustainability* (pp. 15-35). Oxon: Routledge.
- Hespanha, P. (2017). O papel dos baldios na revitalização das comunidades rurais. In F. Cravidão, L. Cunha, P. Santana, & N. Santos, *Espaços e Tempos em Geografia. Homenagem a António Gama* (pp. 337-361). Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Higginbottom, K., Tribe, A., & Booth, R. (2003). Contributions of non-consumptive wildlife tourism to conservation. In R. Buckley, C. Pickering, & D. W. Weaver, *Nature-Based Tourism, Environment and Land Management* (pp. 181-206). Oxon: CABI Publishing.
- Holden, A. (2009). Tourism and Natural Resources. In T. Jamal, & M. Robinson, *The SAGE Handbook of Tourism Studies* (pp. 203-214). London: SAGE Publications.

- Holden, A. (2013). Protected areas and tourism. In A. Holden, & D. Fennel, *The Routledge Handbook of Tourism and The environment* (pp. 276-284). Oxon: Routledge.
- Holden, A. (2015). Evolving perspectives on tourism's interaction with nature during the last 40 years. *Tourism Recreation Research*, 133-143.
- INE. (1983a). *Censos 1981. Resultados Definitivos - Coimbra*. Lisboa.
- INE. (1983b). *Censos 1981. Resultados Definitivos - Leiria*. Lisboa.
- INE. (1993). *Censos 1991 Resultados Definitivos - Região Centro*. Lisboa.
- INE. (2002). *Censos 2001 Resultados Definitivos - Região Centro*. Lisboa.
- INE. (2012). *Censos 2011 Resultados Definitivos - Região Centro*. Lisboa.
- INE. (2014). *Anuário Estatístico da Região Centro - 2013*. Lisboa.
- INE. (2015). *Anuário Estatístico da Região Centro - 2014*. Lisboa.
- INE. (2016). *Anuário Estatístico da Região Centro - 2015*. Lisboa.
- INE. (2017). *Anuário Estatístico da Região Centro - 2016*. Lisboa.
- Jackson, G., & Morpeth, N. (2000). Local Agenda 21. Reclaiming community ownership in tourism or stalled process? In G. Richards, & D. Hall, *Tourism and sustainable community development* (pp. 119-134). London: Routledge.
- Jafari, J. (2000). *Encyclopedia of Tourism*. London: Routledge.
- Jennings, G., & Weiler, B. (2006). Mediating Meaning: Perspectives on Brokering Quality Tourist Experiences. In G. Jennings, & N. P. Nickerson, *Quality Tourism Experiences* (pp. 57-78). USA: Elsevier Butterworth-Heinemann.
- Jornal de Notícias. (2017). "Adeus ao eucalipto em aldeia cercada pelo fogo". 13 de Novembro de 2017. Página consultada a 18 de julho de 2018: <https://www.jn.pt/local/noticias/coimbra/penela/interior/adeus-ao-eucalipto-em-aldeia-cercada-pelo-fogovoluntarios-um-aniversario-e-outras-historias-de-longe-8913210.html>.
- King, B., & Pearlman, M. (2009). Planning for tourism at local and regional levels: Principles, practices, and possibilities. In T. Jamal, & M. Robinson, *The SAGE Handbook of Tourism Studies* (pp. 416-431). London: SAGE Publications.
- Lane, B. (2009). Rural Tourism: An overview. In T. Jamal, & M. Robinson, *The SAGE Handbook of Tourism Studies* (pp. 354-370). London: SAGE Publications.
- Lovelock, B. (2015). Consumptive and non-consumptive tourism practices: the case of wildlife tourism. In C. M. Hall, S. Gössling, & D. Scott, *The Routledge Handbook of Tourism and Sustainability* (pp. 165-174). Oxon: Routledge.
- Mason, P. (2013). Zoning, land-use planning . In A. Holden, & D. Fennell, *The Routledge Handbook of Tourism and the Environment* (pp. 266-275). Oxon: Routledge.

- Mbaiwa, J. E., & Stronza, A. L. (2009). The challenges and prospects for sustainable tourism and ecotourism in developing countries. In T. Jamal, & M. Robinson, *The SAGE Handbook of Tourism Studies* (pp. 333-353). London: SAGE Publications.
- Melo, R. J. (2013). *Desportos de Natureza e Desenvolvimento Local Sustentável: Análise dos Praticantes e das Organizações Promotoras dos Desportos de Natureza*. Tese de doutoramento em Turismo, Lazer e Cultura, ramo de Lazer e Desporto, apresentada à Faculdade de Letras e de Ciências do Desporto e Educação Física da Universidade de Coimbra.
- Menino, T. J. (2016). *Turismo de Natureza no Parque Natural do Douro Internacional – Reflexão sobre os desafios da fuga à massificação e os limites da utilização do território*. Dissertação de mestrado em Turismo apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Montanha Clube. (2013). *Normas de utilização/condução de desportos de natureza na Serra da Lousã*. Disponível em: <http://www.montanha-clube.pt/site/Normasutilizacao.pdf>.
- Monteiro, P. (1985). *Terra que já foi terra. Análise sociológica de nove lugares agropastoris da Serra da Lousã*. Lisboa: Edições Salamandra.
- Moreira, I. S. (2011). *Aldeias de xisto : projecto para reabilitação da aldeia da Cerdeira*. Dissertação de mestrado integrado em Arquitetura apresentada ao Departamento de Arquitetura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra.
- Moscardo, G. (2015). Stories of people and places. Interpretation, tourism and sustainability. In C. M. Hall, S. Gössling, & D. Scott, *The Routledge Handbook of Tourism and Sustainability* (pp. 294-304). Oxon: Routledge.
- Neuman, W. L. (2014). *Social Research Methods: Qualitative and Quantitative Approaches* (7.^a ed.). Essex: Pearson.
- Newsome, D., & Moore, S. (2015). Managing visitors to the natural environment. In C. M. Hall, S. Gössling, & D. Scott, *The Routledge Handbook of Tourism and Sustainability* (pp. 261-269). Oxon: Routledge.
- Notícias de Coimbra. (2017). *"Câmara da Lousã proíbe caça na Zona Municipal"*. 27 de Outubro de 2017, Página consultada a 28 de Outubro de 2017: <https://www.noticiasdecoimbra.pt/camara-da-lousa-proibe-caca-na-zona-municipal/>.
- Oliveira, C. P. (2013). *Caracterização do mercado de atividades de Turismo de Natureza em Portugal*. Dissertação de mestrado em Engenharia do Ambiente perfil em Gestão e Sistemas Ambientais apresentada à Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa.
- Olsder, K. (2004). *Sustainable Ecotourism in the Guiana Shield region. A working document for the Guiana Shield Initiative*. Amsterdam: IUCN. Disponível em: <https://portals.iucn.org/library/sites/library/files/documents/2004-009.pdf>.

- Pereira, A. N. (1988). *"Aldeias Típicas da Serra da Lousã"*. In *Livro das Jornadas da Cultura e Turismo*. Lousã: Biblioteca Municipal da Lousã.
- Pezzi, E., & Vianna, S. L. (2015). *A Experiência Turística e o Turismo de Experiência: um estudo sobre as dimensões da experiência memorável*. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/283811197_A_Experiencia_Turistica_e_o_Turismo_de_Experiencia_um_estudo_sobre_as_dimensoes_da_experiencia_memoravel.
- Pickering, C., & Barros, A. (2013). Mountain environments and tourism. In A. Holden, & D. Fennell, *The Routledge Handbook of Tourism and the Environment* (pp. 183-191). Oxon: Routledge.
- Pickering, C., & Weaver, D. B. (2003). Nature-based Tourism and Sustainability: Issues and Approaches. In R. Buckley, C. Pickering, & D. Weaver, *Nature-Based Tourism, Environment and Land Management* (pp. 7-10). Oxon: CABI Publishing.
- Pickering, C., Johnston, S., Green, K., & Enders, G. (2003). Impacts of Nature Tourism on the Mount Kosciuszko Alpine Area, Australia. In R. Buckley, C. Pickering, & D. Weaver, *Nature-Based Tourism, Environment and Land Management* (pp. 123-136). Oxon: CABI Publishing.
- Pigram, J. J., & Jenkins, J. M. (1999). *Outdoor Recreation Management*. London: Routledge.
- Plummer, R., Stone-Jovicich, S., & Bohensky, E. (2013). Adaptive co-management. A new frontier for nature-based tourism. In A. Holden, & D. Fennell, *The Routledge Handbook of Tourism and the Environment* (pp. 541-555). Oxon: Routledge.
- Público. (2017). *"Portugal eleito melhor destino do mundo"*. 10 de dezembro de 2017, Página consultada a 17 de julho de 2018: <https://www.publico.pt/2017/12/10/fugas/noticia/portugal-eleito-melhor-destino-do-mundo-1795505>.
- Público. (2018). *"Eucalipto foi a espécie mais plantada em 2017"*. 28 de junho de 2018, Página consultada a 18 de julho de 2018: <https://www.publico.pt/2018/06/28/sociedade/noticia/eucalipto-foi-a-especie-mais-plantada-em-2017-1836176>.
- Quivy, R., & Campenhoudt, L. V. (2005). *Manual de Investigação em Ciências Sociais* (4.^a ed.). Lisboa: Gradiva.
- Rainforest Alliance. (2017). *Market research on improving connectivity of sustainable tourism operations in Ecuador and Peru to the EU marketplace*. Disponível em: <https://www.rainforest-alliance.org/sites/default/files/2017-08/Improving-Connectivity-Tourism-Ecuador-Peru-EU.pdf>.
- Ritchie, J. B., & Crouch, G. I. (2003). *The competitive destination. A sustainable Tourism Perspective*. Cambridge: CABI Publishing.

- RTP Notícias. (2017a). "Antes, durante, depois. O incêndio de Pedrógão Grande revisto em imagens". 24 de junho de 2017, Página consultada a 23 de novembro de 2017: https://www.rtp.pt/noticias/pais/antes-durante-depois-o-incendio-de-pedrogao-grande-revisto-em-imagens_es1010160.
- RTP Notícias. (2017b). "15 de outubro de 2017: 'O pior dia do ano em termos de incêndios'". 15 de novembro de 2017, Página consultada a 18 de julho de 2018: https://www.rtp.pt/noticias/pais/15-de-outubro-de-2017-o-pior-dia-do-ano-em-termos-de-incendios_n1040214.
- Rutty, M., Gossling, S., Scott, D., & Hall, C. (2015). The global effects and impacts of tourism: an overview. In M. Hall, S. Gossling, & D. Scott, *Routledge Handbook of Tourism and Sustainability* (pp. 36-63). Oxon: Routledge.
- Seaton, T. (2013). Tourism and romantic myths of nature. The evolution of a discursive relationship. In A. Holden, & D. Fennell, *The Routledge Handbook of Tourism and the Environment* (pp. 94-113). Oxon: Routledge.
- Sharpley, R. (2013). Responsible tourism. Whose responsibility? In A. Holden, & D. Fennell, *The Routledge Handbook of Tourism and the Environment* (pp. 382-391). Oxon: Routledge.
- Soifer, J. (2008). *Empreender turismo de natureza*. Lisboa: Offset Mais.
- Sousa, A. J. (2014). *O Turismo de Natureza no Funchal*. Dissertação de Mestrado em Lazer, Património e Desenvolvimento apresentada ao Departamento de Geografia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- Sousa, M. J., & Baptista, C. S. (2011). *Como Fazer Investigação, Dissertações, Teses e Relatórios Segundo Bolonha* (3.ª ed.). Lisboa: Pactor - Edições de Ciências Sociais e Política Contemporânea.
- Straaten, J. V. (2000). Can sustainable tourism positively influence rural regions? In G. Richards, & D. Hall, *Tourism and Sustainable Community Development* (pp. 221-232). London: Routledge.
- Territorio Trail Media. (2017). *Más de un millón de euros, el impacto económico de los campeonatos del mundo en Penyalgosa Trails*. 13 de dezembro de 2017, Página consultada a 9 de agosto de 2018: <http://www.territoriotrail.es/mas-millon-euros-impacto-economico-los-campeonatos-del-mundo-penyalgosa-trails/>.
- THR. (2006). *10 produtos estratégicos para o desenvolvimento do turismo em Portugal. Turismo de Natureza*. Disponível em <http://www.turismo2015.pt/userfiles/File/TurismoNatureza.pdf>.
- Tovar, Z. M. (2010). *Pedestrianismo, percursos pedestres e turismo de passeio pedestre em Portugal*. Dissertação de mestrado em Turismo, na especialização em Gestão Estratégica de Destinos Turísticos, apresentada à Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril.
- Tovar, Z., & Carvalho, P. (2013). Percursos pedestres e turismo de passeio pedestre em Portugal. In F. Cravidão, & N. Santos, *Turismo e Cultura. Destinos e*

competitividade (1.^a ed., pp. 413-436). Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

Truong, D., & Hall, C. M. (2015). Promoting voluntary behaviour change for sustainable tourism. The potential role of social marketing. In C. M. Hall, S. Gössling, & D. Scott, *The Routledge Handbook of Tourism and Sustainability* (pp. 246-260). Oxon: Routledge.

TSF Rádio Notícias. (2017). "*Mais de uma centena de habitações de Pedrógão Grande está em recuperação*". 23 de outubro de 2017, Página consultada em: <https://www.tsf.pt/sociedade/interior/incendios-mais-de-uma-centena-de-habitacoes-de-pedrogao-grande-esta-em-recuperacao-8867181.html>.

Turismo de Portugal. (2013). *Plano Estratégico Nacional do Turismo. Revisão do plano de desenvolvimento do turismo no horizonte de 2015*. Disponível em: <https://www.portugal.gov.pt/media/820185/20130111%20consulta%20publica%20pent.pdf>.

Turismo de Portugal. (2017). *Estratégia Turismo 2027: Liderar o Turismo do Futuro*. Disponível em: http://estrategia.turismodeportugal.pt/sites/default/files/Estrategia_Turismo_Portugal_ET27.pdf.

Turismo de Portugal. (s.d). *Turismo 2020. Plano de Ação para o Desenvolvimento do Turismo em Portugal 2014-2020*. Disponível em http://estrategia.turismodeportugal.pt/sites/default/files/Turismo2020_Parte%20I_mercados%20-%20SWOT.pdf.

Veal, A. J. (2006). *Research Methods for Leisure and Tourism. A practical guide* (3.^a ed.). Essex: Pearson Education Limited.

Wall, G., & Mathieson, A. (2006). *Tourism. Change, Impacts and Opportunities*. Harlow: Pearson Education Limited.

Wearing, S., & Neil, J. (2009). *Ecotourism: Impacts, Potentials and Possibilities?* (2.^a ed.). Oxford: Elsevier.

Anexos

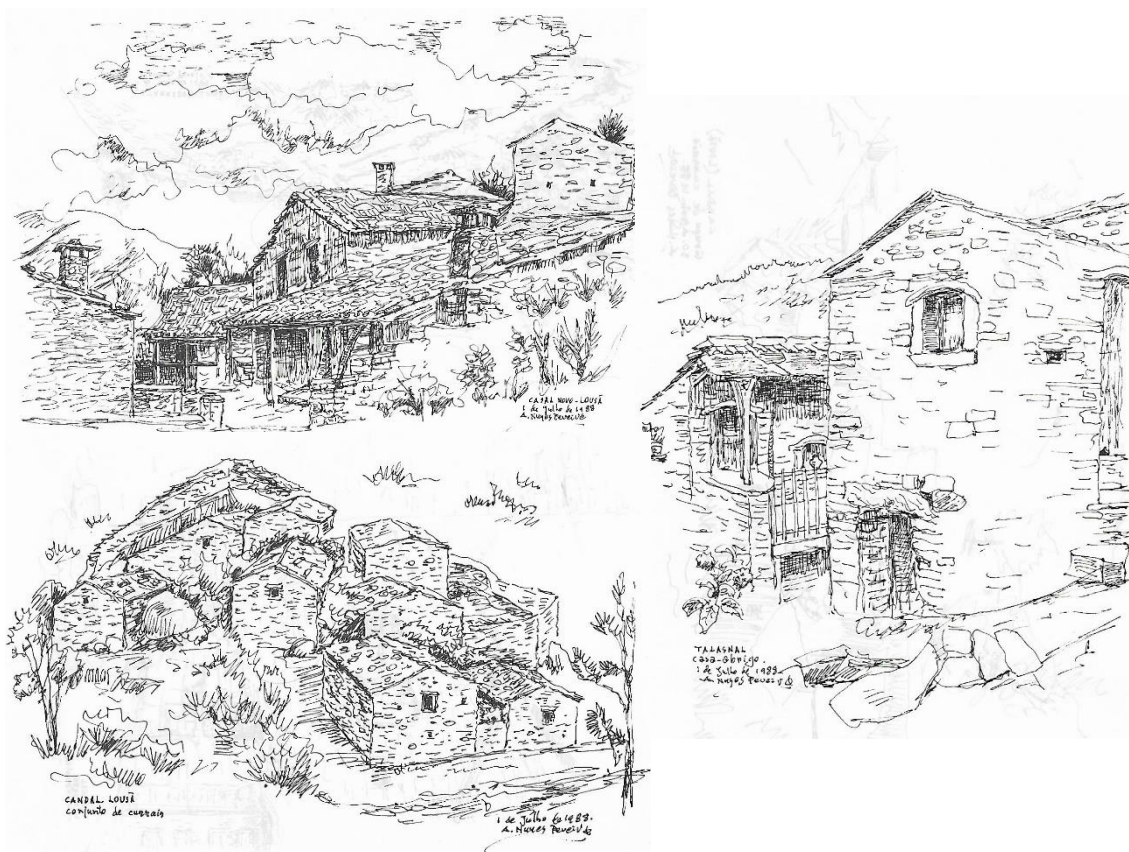
Anexo I: Dissertações de mestrado e teses de doutoramento pesquisadas no Repositório Científico de Acesso Aberto de Portugal.

Título das Teses de Mestrado	Autor	Ano de Edição	Instituição de Ensino
“Património cultural e trajectórias de desenvolvimento em áreas de montanha: o exemplo da Serra da Lousã”	Paulo Manuel de Carvalho Tomás	2005	Doutoramento em Geografia apresentado à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra
“Refúgios de xisto: análise da viabilidade de negócio de uma empresa de turismo em espaço rural”	João Fonte e Silva Xavier Elias	2009	Mestrado em Gestão apresentado ao ISCTE - IUL
“Turismo acessível: o caso da Lousã”	Cláudia Alexandra de Almeida Nunes	2011	Mestrado em Lazer, Património e Desenvolvimento (Turismo Acessível) apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra
“Mobilidade e desenvolvimento local: o caso do concelho da Lousã”	José Manuel Rodrigues Ferreira	2011	Mestrado em Planeamento Regional e Urbano apresentado ao Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território da Universidade de Aveiro
“Inventariação, valorização e divulgação de sítios com interesse geológico no concelho de Miranda do Corvo”	Dulce Helena Cortez Dias	2011	Mestrado em Ciências da Terra apresentado à Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra
“Estratégia de desenvolvimento local com base nos recursos naturais: o caso dos municípios da Beira Serra”	Jorge Miguel Silva da Cunha	2014	Mestrado em Geografia Física na área de especialização em Ambiente e Ornamento do Território apresentado à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra
“Ensaio metodológico sobre a importância da modelação espacial da sinuosidade rodoviária para apoio à decisão no ataque inicial aos	Fernando Ricardo Ferreira Félix	2014	Mestrado em Geografia Física na área de especialização em Ambiente e Ornamento do Território apresentado à

incêndios florestais: o exemplo da serra da Lousã”			Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra
“Lugares de montanha: proposta de reactivação de uma aldeia do Vale do rio Ceira, Serra da Lousã”	Guilherme de Oliveira Clemente Rodrigues	2016	Mestrado Integrado em Arquitetura apresentado à Universidade de Évora
“(Eco)turismo e lazer no desenvolvimento dos territórios rurais. O caso dos percursos pedestres no concelho de Góis: proposta de valorização”	Helena Margarida Antunes	2017	Mestrado em Ecoturismo apresentado ao IPC - ESAC (Escola Superior Agrária de Coimbra)
“As aldeias de xisto da Serra da Lousã: recuperação e reabilitação do património construído”	Pedro Tiago Marinheiro Abrantes Nunes Ferreira	2017	Mestrado Integrado em Arquitetura apresentado à Universidade Lusfada de Lisboa
“A reabilitação dos povoados serranos: o caso das “aldeias do xisto” da Serra da Lousã: Cerdeira, Gondramaz e Ferraria de São João”	Ana Catarina de Matos Santos	2018	Mestrado integrado em Arquitetura apresentado à Universidade Lusfada de Lisboa

Fonte: Elaboração própria com base em <https://www.rcaap.pt>, consultado a 24/08/2018.

Anexo II: Ilustrações das aldeias serranas do Casal Novo, do Candal e do Talasnal.



Fonte: Pereira (1988).

Anexo III: Lista dos percursos pedestres existentes nos municípios serranos e ponto de situação no processo de homologação de acordo com o Registo Nacional de Percursos Pedestres.

Municípios	Nome dos Percursos	Tipo	Número	Ponto de Situação
Figueiró dos Vinhos	Caminho do Xisto de Casal de São Simão – Descida às Fragas	PR	1	Em fase de vistoria
	Caminho do Xisto de Casal de São Simão – Descida às Fragas	PR	1.1	Em fase de vistoria
Góis	Caminho do Xisto das Aldeias de Góis – Rota das tradições do Xisto	PR	1	Em fase de vistoria
	Trilho dos Pisões	PR	2	Homologado
	Trilhos do Vale do Ceira	PR	3	Homologado
	Trilho da Serra do Açor	PR	4	Homologado
	Trilho das Minas	PR	5	Homologado
	Trilhos do Vale Encantando	PR	6	Registado
	Trilho da Lagoa de Sacomes	PR	7	Em fase de registo
	Trilho do Papel	PR	8	Em fase de registo
	Trilho do Castelo de Vale d’Armunha	PR	9	Homologado
	Rota do Mel e do Azeite	PR	10	Registado
Lousã	Caminho do Xisto da Lousã 1 – Rota dos Moinhos	PR	1	Homologado
	Caminho do Xisto da Lousã – Rota das Aldeias de Xisto da Lousã	PR	2	Em fase de Vistoria
	Caminho do Xisto da Lousã – Rota das Aldeias de Xisto da Lousã	PR	2.1	Em fase de Vistoria
	Caminho do Xisto – Rota da Levada	PR	3	Em fase de Vistoria
	Caminho do Xisto – Rota das Quatro Aldeias	PR	4	Em fase de Vistoria
	Caminho do Xisto – Rota dos Serranos	PR	5	Em fase de Vistoria

	Caminho do Xisto – Rota dos Baldios	PR	6	Em fase de Vistoria
	Caminho do Xisto – À descoberta da Floresta	PR	7	Em fase de Vistoria
Miranda do Corvo	Caminho do Xisto Acessível de Gondramaz	PR	1	Homolgado
	Caminho do Xisto do Gondomar – Nos Passos do Moleiro	PR	2	Em fase de Vistoria
Pedrógão Grande	Rota do Xisto	PR	1	Em fase de Vistoria
	Trilho dos Romanos	PR	2	Homolgado
	Cabeço das Mós, procurando o Mouro do Cabril	PR	3	Homolgado
	Trilho do Açude do Rodrigues	PR	4	Homolgado
	Senda da Ribeira de Pera	PR	5	Homolgado
	Contra a corrente em direcção ao açude	PR	6	Homolgado
	Marginal da albufeira do Cabril	PR	7	Homolgado
	Marginal da albufeira da Bouçã	PR	8	Homolgado
	Trilho do Castelo de Vale d’Armunha	PR	9	Homolgado
	Trilho de Mega Fundeira	PR	10	Homolgado
Penela	Grande Rota Terras de Sicó (Etapa Condeixa-Penela) – Rota do Vinho Terras de Sicó (troço concelhio)	GR	26	Homolgado
	Grande Rota Terras de Sicó (Etapa: Penela – Alvorger) – Rota do Queijo do Rabaçal (troço concelhio)	GR	26	Homolgado
	Caminho do Xisto da Ferreria de São João – Trilho do Rebanho	PR	1	Em fase de vistoria
	Caminho do Xisto da Ferreria de São João – Trilho do Rebanho	PR	1.1	Em fase de vistoria
Vários	Grande Rota do Zêzere	GR	3.3	Em fase de registo
	Grande Rota das Aldeias do Xisto	GR	21	Em fase de registo

	Grande Rota das Aldeias do Xisto - Variante	GR	21.1	Em fase de registo
--	---	----	------	--------------------

Fonte: Elaboração própria com base em Federação de Campismo e Montanhismo de Portugal (2016).

Anexo IV: Percursos pedestres da Serra da Lousã, inseridos na Rede dos Caminhos do Xisto.

Municípios	Nome do Percurso	Distância:	Duração média:	Tipo de percurso:	Grau de dificuldade:
Figueiró dos Vinhos	PR1 FVN – Caminho do Xisto de Casal de São Simão – Descida às Fragas	5.1 km	2h30	Circular	Fácil
Góis	PR1 GOI - Caminho do Xisto das Aldeias de Góis – Rota das Tradições do Xisto	9,2 km	4h00	Circular	Fácil
Góis	PR9 GOI – Caminho do Xisto das Aldeias de Góis – Trilho do Baile	12,7 km	5h00	Circular	Fácil
Lousã	PR1 LSA – Caminho do Xisto da Lousã – Rota dos Moinhos	6 km	2h30	Circular	Fácil
Lousã	PR2 LSA – Caminho do Xisto da Lousã – Rota das Aldeias do Xisto da Lousã	6 km	3h00	Circular	Fácil
Lousã	PR3 LSA – Rota da Levada	7 km	3h30	Linear	Difícil
Lousã	PR4 LSA- Rota das Quatro Aldeias	10 km	5h00	Linear	Difícil
Lousã	PR5 LSA – Rota dos Serranos	6,4 km	3h00	Circular	Difícil
Lousã	PR6 LSA – Rota dos Baldios	8 km	3h00	Circular	Difícil
Lousã	PR7 LSA – À Descoberta da Floresta	4 km	2h30	Circular	Fácil

Miranda do Corvo	PR1 MCV – Caminho do Xisto Acessível do Gondramaz	900 m (ida e volta)	0h30	Linear	Muito fácil
Miranda do Corvo	PR2 MCV – Caminho do Xisto de Gondramaz – Nos passos do Moleiro	5,6 km	2h40	Linear	Difícil
Penela	PR1 PNL – Caminho do Xisto da Ferraria de S. João – Trilho do Rebanho	4,9 km	2h30	Circular	Difícil

Fonte: Elaboração própria com base em <https://aldeiasdoxisto.pt/poi/35>, consultado a 12/07/2018.

Anexo V: Folheto informativo, disponibilizado em formato PDF, do Caminho do Xisto das Aldeias de Góis: Rota das Tradições do Xisto.

Informações úteis

EXTREMÓNIO
 _Algrva Nova:
 Fonte dos Namorados
 Palheiro
 Forno Comunitário
 _Pena:
 Molheo Comunitário
 Museu particular da Família Neves

ÁREAS CLASSIFICADAS
 Rede Natura 2000 - Sítio Serra da Louã

PONTOS DE INTERESSE
 _Algrva Nova:
 Loja Azeites do Xisto de Algrva Nova
 Maternidade das Árvores
 Sede da Louãtina (visitas guiadas pelas aldeias e pela Serra da Louã)
 _Algrva Velha:
 Cabelo tradicional
 _Entre Algrva Velha e Pena:
 Açude e Levada antiga
 _Pena:
 Fosséis marinhos
 _Comareira:
 Miradouro

ONDE COMER
 _Algrva Nova:
 Louãtina (por encomenda - 10 pessoas) - 235 77 86 44

ONDE FICAR
 _Comareira:
 Casa de Campo da Comareira - 966 42 36 77; 969 84 78 52; 235 77 86 44
 _Pena:
 Casa da Gralhã - 914 00 91 94; 239 70 40 89
 Casa do Nevado - 914 00 91 94; 239 70 40 89
 _Alvares:
 Casa de São Francisco - 235 58 10 02; 914 23 77 56
 Quinta da Simanera - 235 35 62 10
 _Góis:
 Casa Sante António - 235 77 01 20
 Parque de Campesino - 235 77 85 85

ARTESANATO
 Miniaturas com materiais naturais
 Trabalhos em Xisto
 Loja Azeites do Xisto de Algrva Nova

GASTRONOMIA
 Sopa serrana
 Sopa de Cantanha
 Migas com Castanha
 Churrasco
 Amu Doce
 Tigelada
 Mel de Lirva

sinalética



caminho certo caminho errado virar à esquerda virar à direita

normas de conduta

Seguir apenas pelo trilho sinalizado; Evitar fazer ruídos desnecessários;
 Observar a fauna sem perturbar; Não danificar a flora;
 Não deixar lixo ou outros vestígios da sua passagem; Não fazer lume;
 Não recolher amostras de plantas ou rochas;
 Ser afável com as pessoas que encontre no local.

contactos úteis

SOS Emergência: 112
 SES Floresta: 117
 Informação Anti-Sísmica: 808 250 143
 CNR de Góis: 235 77 01 60
 Bombeiros Voluntários de Góis: 235 77 11 22
 Centro de Saúde de Góis: 235 77 01 80
 Promotor do Percuro - Louãtina: 235 77 86 44; 966 42 36 77
 Município de Góis: 235 77 01 10
 Posto de Turismo de Góis: 235 77 01 13
 Junta de Freguesia de Góis: 235 77 89 87
 ADXTUR - Rede Azeites do Xisto: 235 64 77 00; 960 10 18 73
www.aldeiasdoxisto.pt

proteções



apoio



percurso pedestre em fase de registo e homologação pela




PR1 GOI	distância	duração	tipo de percurso	desnivel acumulado	altitude máx/min
	9,2 Km	4h 00min	circular	639 m	702 m / 543 m

Caminho do Xisto das Aldeias de Góis

Sentido aconselhado: sentido anti-horário do relógio

Este Caminho do Xisto é um percurso circular que une as quatro Aldeias do Xisto do concelho de Góis: Algrva Nova, Algrva Velha, Pena e Comareira. Podemos utilizá-lo para fazer ligações entre algumas das aldeias ou mesmo dar a volta por todas elas. Existem dois painéis informativos, um na Pena e outro na Algrva Nova, onde é aconselhável começar. Em Algrva Nova está situada a Loja Azeites do Xisto e a Sede da Associação Louãtina. Aqui disponibiliza-se toda a informação sobre o percurso e as Aldeias do Xisto. Saindo daqui, no sentido anti-horário, e subindo o caminho antigo, passamos pela Fonte dos Bois, onde ainda hoje os pastores levam os rebanhos a beber água. A aldeia de Algrva Velha já não fica muito distante e, uma vez no topo do caminho, já avistamos as suas casas de vário. Após passar na aldeia, continuamos a descer em direcção à Ribeira da Pena. Pelo caminho já se avistam os imponentes Penedos de Góis. Ao chegar à Ribeira, se caminharmos em silêncio, podemos ter a sorte de avistar uma lontra. Seguindo uma levada pela ribeira abaixo chegamos à Aldeia da Pena, que fica junto ao Penedo da Abelha, famoso pelas suas belas paredes de escalada. Saindo da aldeia por um caminho que sobe a encosta passamos por formações rochosas muito interessantes. Uma vez chegados ao topo do monte conseguimos por vezes avistar a Serra da Estrela. Descendo agora por entre pinheiros, a chegada à Comareira demora muito pouco. Podemos então relaxar sentados no miradouro a observar a paisagem que nos rodeia. A aldeia de Algrva Nova fica já aqui ao lado, após uma última subida.



Pontos de interesse e a distância ao ponto de partida:

- 1 _ Fonte dos Bois _ 450m
- 2 _ Açude e levada Antiga _ 3000m
- 3 _ Penedo da Abelha _ 4650m

Dois pontos de partida e chegada:

Entrada da Aldeia de Algrva Nova (40° 7' 15" N 8° 1' 14" W)
 Aldeia da Pena, junto à ponte (40° 6' 36" N 8° 8' 6" E)

altimetria



legenda

caminho do xisto
 estrada asfaltada
 estrada de terra
 terras de água

grau de dificuldade

2 1 3 3

época aconselhada

Todo o ano. No Verão, atenção ao calor. No Inverno atenção ao gelo acumulado em algumas zonas e às alterações repentinas da climatologia.

Aldeias de Góis: Aigra Nova, Aigra Velha, Comareira e Pena

Na Aldeia da Comareira, assim designada dada a sua localização no cume de um monte, poderá sentir-se no miradouro o sentir que se encontra no topo do mundo. Devido ao clima agreste, as Aldeias (Nova e Velha) têm particularidades únicas. Na Algrva Nova passe pela Rua dos Bois, visite a Loja Azeites do Xisto e depois vá à Quebra da Barra, sem esquecer a Maternidade das Árvores, espaço de educação ambiental sobre a Serra da Louã. Apreste e aparelhe uma árvore - ajude a reforestação da Serra. A Aldeia de Algrva Velha dispõe de um sistema defensivo apenas visto nas aldeias e vilas medievais mais antigas do nosso país. Na aldeia da Pena procure os Fosséis marinhos, os molinos, os Penedos, a Ribeira da Pena ou o Molho particular da D. Gisela. Mesmo no topo poderá ainda entrar em contacto com os antigos pastores.



património natural

Este percurso pedestre insere-se dentro da Rede Natura 2000-Serra da Louã, exactamente porque se podem encontrar ainda algumas espécies de fauna e flora de grande relevância. Alguns bosques de castanheiros e carvalhos ainda são visíveis, apesar de já predominar o pinhal e o eucaliptal. Nas zonas ribeirinhas encontram-se arenitos, ulmeiros e amieiros. Se estiver mais atento poderá encontrar alguns vestígios de veados, javalis, esquilos e raposas. Junto à Ribeira da Pena habitam a salamandra lusitânica e a lontra. Nos Penedos de Góis ainda nidifica a cegonha preta, mas o mais provável é ver aves de tapina ou mesmo a cegonha branca. Estes Penedos são únicos e estão entre os pontos mais altos da Serra da Louã (1204m). Entre a aldeia de Algrva Nova e de Algrva Velha, o bosque de terras é intensamente usado pela população para produzir o típico mel da Serra da Louã. Junto à aldeia da Pena pode ainda encontrar os fosséis marinhos dos Penedos de Góis.

Fonte: https://aldeiasdoxisto.pt/sites/default/files/pathways/2236/folheto_Gois_low-b.pdf, consultado a 22/08/2018.

Anexo VI: Agentes de animação turística que exercem atividades de turismo ao ar livre/ turismo de natureza e aventura registados nos municípios da Serra da Lousã.

Sede (Lugar)	Denominação	Atividades reconhecidas como turismo de natureza	Atividades de turismo de natureza realizadas
Lousã (Lousã)	Activar – Associação de Cooperação da Lousã	<ul style="list-style-type: none"> • Atividades ao ar livre, natureza e aventura • Atividades culturais e de Tour.Paisagístico e Cultural 	Arborismo; percursos de obstáculos; atividades de observação de natureza; atividades de orientação; atividades de sobrevivência; <i>teambuilding</i> ; caminhadas e percursos pedestres; <i>cannyoning</i> ; espeologia, escalada; montanhismo; <i>paintball</i> ; BTT, cicloturismo; passeios todo o terreno; atividades equestres.
Lousã (Lousã)	Aplaudir Sempre Unipessoal. LDA		Atividades de observação da natureza; percursos pedestres; caminhadas.
Lousã (Lousã)	Enjoy Adventure, Organização de Atividades de Animação Turística, Unipessoal, Lda	<ul style="list-style-type: none"> • Atividades ao ar livre, natureza e aventura • Atividades marítimo-turísticas 	Arborismo; atividades de observação da natureza; atividades de orientação; percursos pedestres; <i>cannyoning</i> ; escalada; espeologia; montanhismo; <i>paintball</i> ; BTT; cicloturismo.
Lousã (Lousã)	José Antunes Gomes	<ul style="list-style-type: none"> • Atividades ao ar livre, natureza e aventura 	Caminhadas e percursos pedestres.
Lousã (Lousã)	Maratona de Tertúlias		(Atividades de turismo ao ar livre não especificadas).
Lousã (Lousã)	NatureLousã - Turismo e Aventura, Unipessoal LDA	<ul style="list-style-type: none"> • Atividades ao ar livre, natureza e aventura 	Arborismo; atividades de observação de natureza; atividades de orientação; caminhadas e percursos pedestres; <i>cannyoning</i> ; escalada; <i>paintball</i> ; BTT; cicloturismo.

Lousã (Lousã)	Quintal de Além do Ribeiro, Turismo Rural Lda.	• Atividades ao ar livre, natureza e aventura	Passeios de todo o terreno.
Lousã (Lousã)	Turislousã - Serviços Hoteleiros Unipessoal, Lda.		Arborismo; caminhadas e percursos pedestres; <i>paintball</i> ; BTT; cicloturismo.
Lousã (Gândaras)	Waypoint - Animação Turística e Eventos, Lda.	• Atividades ao ar livre, natureza e aventura	Atividades de observação da natureza; caminhadas e percursos pedestres; BTT e cicloturismo.
Lousã (Foz de Arouce)	Wheeler's Mountain Bike Holidays Lda		Atividades de observação da natureza; caminhadas e percursos pedestres; <i>hidrospeed</i> ; BTT e cicloturismo.
Miranda do Corvo (Miranda do Corvo)	Associação Abutrica		Atividades de orientação; caminhadas e percursos pedestres; cicloturismo e BTT; passeios todo o terreno.
Miranda do Corvo (Vila Nova)	Conselho Directivo dos Baldios da Freguesia de Vila Nova		Atividades de observação da natureza; caminhadas e percursos pedestres; cicloturismo e BTT; passeios todo o terreno.
Miranda do Corvo (Miranda do Corvo)	HSL -Hotel da Serra da Lousã, Unipessoal LDA.		Atividades de observação da natureza; atividades de orientação; caminhadas e percursos pedestres; escalada; montanhismo; atividades equestres; atividades de <i>teambuilding</i> (...)
Miranda do Corvo (Miranda do Corvo)	Rúbrica Selvagem - Unipessoal, Lda.		Caminhadas e percursos pedestres; BTT e cicloturismo; <i>paintball</i> ; tiro com arco.
Góis (Góis)	Trans Serrano - Aventura, Lazer e Turismo, Lda.	• Atividades ao ar livre, natureza e aventura	Arborismo; atividades de observação da natureza; atividades de orientação; caminhadas e percursos pedestres; <i>canyoning</i> ; escalada; espeleologia;

		<ul style="list-style-type: none"> • Atividades culturais e de Tour.Paisagístico e Cultural • Atividades marítimo-turísticas 	cicloturismo e BTT; atividades de <i>teambuilding</i> ; montanhismo; atividades equestres.
Penela (Santo Amaro)	Expertree, Unipessoal Lda	<ul style="list-style-type: none"> • Atividades ao ar livre, natureza e aventura 	Arborismo; atividades de orientação; caminhadas e percursos pedestres; escalada.
Penela (Penela)	Go Outdoor, Lda.	<ul style="list-style-type: none"> • Atividades ao ar livre, natureza e aventura • Atividades culturais e de Tour.Paisagístico e Cultural • Atividades marítimo-turísticas 	Arborismo e percursos de obstáculos; atividades de orientação; caminhadas e percursos; escalada; espeleologia; montanhismo.
Penela (Espinhal)	Iberian Trails Lda.	<ul style="list-style-type: none"> • Atividades ao ar livre, natureza e aventura • Atividades culturais e de Tour.Paisagístico e Cultural 	Atividades de observação da natureza; caminhadas e percursos pedestres.
Castanheira de Pêra (Castanheira de Pêra)	Prazilândia Turismo e Ambiente E.M.		Arborismo e percursos de obstáculos; atividades de observação da natureza; atividades de orientação; atividades de <i>teambuilding</i> ; caminhadas e percursos pedestres; <i>canyoning</i> ; escalada; montanhismo; cicloturismo e BTT.
Figueiró dos Vinhos (Figueiró dos Vinhos)	Cordastrong, Lda.		Arborismo e percursos de obstáculos; atividades de observação da natureza; atividades de orientação; atividades de sobrevivência; caminhadas e percursos pedestres; escalada; espeleologia, montanhismo; cicloturismo e BTT; passeios todo o terreno; atividades equestres.

Figueiró dos Vinhos (Campelo)	Várzea da Raposa, Ecoturismo, Lda		Arborismo e percursos de obstáculos; atividades de observação da natureza; atividades de orientação; atividades de sobrevivência; caminhadas e percursos pedestres; escalada; espeleologia; cicloturismo e BTT; passeios todo o terreno; atividades equestres.
--	--------------------------------------	--	--

Fonte: Elaboração própria com base em <https://rnt.turismodeportugal.pt/RNAAT/ConsultaRegisto.aspx?FiltroVisivel=True>, consultado a 10/06/2018.

Anexo VII: Análise SWOT do potencial da Serra da Lousã enquanto destino turístico.

Oportunidades:	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> • Proximidade dos centros urbanos de Coimbra e Leiria, o que pode ajudar à captação de novos segmentos da procura. • Proximidade ao pólo universitário e cultural de Coimbra, essencial para a qualificação dos recursos humanos. • Aumento do interesse pela realização de atividades inseridas na tipologia do turismo de natureza. • Crescente procura por experiências turísticas autênticas e de qualidade baseadas no contacto com as comunidades locais e com as heranças culturais. • Turistas mais informados e exigentes. • Crescente qualificação por parte dos trabalhadores do turismo. • Aumento da procura por hábitos de vida mais saudáveis e por produtos ligados ao bem-estar e à natureza. • Aumento do investimento nacional e internacional em tipologias de turismo alternativo. • Crescente aposta nos produtos de turismo de natureza e nos recursos naturais nos planos estratégicos do turismo. • Crescente fama e mediatismo de Portugal enquanto destino turístico. • Crescente classificação e valorização do património natural português. • Crescimento dos agentes de animação turística em funcionamento em Portugal. • Segurança/hospitalidade/clima. 	<ul style="list-style-type: none"> • Pressão turística sobre os destinos e a natureza. • Ultrapassagem do limite imposto à capacidade de carga de um destino. • Ameaças ao património natural como a desflorestação, as alterações climáticas e os incêndios florestais. • “Perda” progressiva das heranças culturais e da identidade comum em consequência de vagas migratórias. • Dificuldade em atrair e reter população mais jovem para trabalhar e habitar nas regiões do interior português. • Dificuldade em captar procura para a oferta na natureza dada relevância dos centros culturais e das formas de turismo massificadas. • Descaracterização das paisagens culturais em lugares despovoados. • Abandono das atividades tradicionais como a agricultura e a pastorícia. • Aumento da sazonalidade. • Deficiente promoção da oferta nacional relacionada com os recursos naturais num contexto internacional. • Insuficiente qualificação dos profissionais do turismo. • Salários reduzidos. • Diminuição anual dos profissionais contratados em prol da utilização de estagiários. • Existência de destinos, a nível nacional, com património natural mais relevante.
Forças	Fraquezas
<ul style="list-style-type: none"> • Presença de recursos turísticos culturais e naturais bem preservados capazes de proporcionar experiências variadas. • Património natural classificado. • Rico ecossistema marcado pela presença de diversas espécies animais de elevada importância nacional, na qual se destaca o 	<ul style="list-style-type: none"> • Dificuldade em captar investimento externo para o desenvolvimento da oferta de animação turística, alojamentos ou outros serviços de apoio. • Envelhecimento populacional provocado pelas vagas de migração jovem. • Desertificação dos lugares serranos.

<p>veado vermelho, espécie que já esteve em extinção.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Reduzida sazonalidade dos produtos associados ao turismo de natureza. • Crescente adoção, por parte das entidades municipais, de medidas orientadas para o desenvolvimento turístico. • Crescente mediatismo dos eventos desportivos realizados na Serra da Lousã e das características ideais desta para a realização de atividades em bicicleta e de <i>trail running</i>. • Captação de eventos de renome internacional. • Investimento nas infraestruturas orientadas para a prática desportiva. • Forte promoção e divulgação dos produtos turísticos realizada pela Rede das Aldeias do Xisto no panorama nacional. • Requalificação das aldeias serranas por parte dos novos residentes e da Rede das Aldeias do Xisto. • Número crescente de agentes de animação turística associados ao turismo de natureza. • Rica gastronomia típica e elevada divulgação dos produtos endógenos. • Diversidade de praias fluviais, com qualidade associada, nos municípios serranos. • Hospitalidade. • Relação qualidade/preço. • Segurança. • Desejo em trabalhar de forma integrada e coesa nutrido pelos diversos agentes turísticos serranos. 	<ul style="list-style-type: none"> • Contratação de recursos humanos com reduzidas qualificações e sem experiência. • Continuada utilização de estagiários ou de trabalho temporário. • Ausência de um canal de promoção e comunicação da oferta turística da Serra da Lousã, comum a todos os municípios serranos. • Ausência de uma estratégia de comunicação entre as diferentes entidades municipais e empresas que constituem a oferta deste destino. • Reduzida estruturação e segmentação do produto turístico. • Inexistência de um planeamento integrado e coeso comum a todo o território serrano. • Inexistência de um plano de ordenamento das florestas. • Escassa cooperação política. • Díficeis acessos às principais atrações naturais e culturais e aos lugares serranos. • Elevado risco de incêndio florestal. • Paisagens descaracterizadas pelos repetidos incêndios e má gestão dos recursos naturais. • Aumento das áreas de eucalipto, acácias e pinheiros. • Métodos insuficientes de monitorização dos impactes da atividade turística nas áreas florestais e nos lugares serranos. • Reduzidos incentivos à fixação de população jovem e qualificada nos municípios serranos.
---	---

Fonte: Elaboração própria.

Nature Lousã

Entrevista respondida por *email* no dia 1 de fevereiro de 2018

Entrevista para as empresas de animação turística com atuação na Serra da Lousã

A presente entrevista tem por base uma investigação científica que tem como principal objetivo conhecer as opiniões dos agentes de animação turística sobre o papel, a importância e o futuro do desenvolvimento do Turismo de Natureza e das práticas desportivas e culturais que decorrem na natureza, mais especificamente, na Serra da Lousã.

Esta entrevista serve como um instrumento de investigação para a construção de uma dissertação de mestrado sobre o Turismo de Natureza na Serra da Lousã no âmbito do curso de Mestrado em Turismo, Territórios e Património da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

A informação recolhida será apenas utilizada para o estudo deste caso. Esta permanecerá guardada em confidencialidade e anonimato.

Agradecida pela essencial participação.

Andreia Rodrigues

A Entidade

- 1. Qual o perfil típico do turista que procura a sua empresa e as atividades ao ar-livre, de recreação e desportivas (país de residência, género, idade média, clientes fidelizados ou não)?**

O nosso público é muito heterogéneo, famílias, grupos de amigos, mas alguns clientes fiéis.

- 2. Quais são os territórios da Serra da Lousã (Lousã, Pedrógão Grande, Figueiró dos Vinhos, Góis, Miranda do Corvo, Penela, Castanheira de Pêra) onde a sua empresa costuma realizar atividades na natureza?**

Lousã, Castanheira de Pêra, Góis e Miranda.

¹⁰⁵ O texto apresentado nas entrevistas respondidas por *email* não sofreu nenhum tipo de alteração. No entanto, o texto das entrevistas realizadas por chamada telefónica foi ligeiramente alterado, sem modificar o significado das opiniões transmitidas, com o objetivo de facilitar a sua compreensão e leitura, manter o anonimato dos entrevistados e respeitar as suas vontades.

3. A sua empresa também realiza atividades noutras regiões do país? Se sim, em quais?

Serra da Freita.

4. Se possível, pode revelar quantos clientes tiveram no passado ano de 2016?

680.

5. Quantos indivíduos contrata a sua empresa a termo efetivo?

1.

6. Como promove a sua oferta? Que canais de comunicação e marketing utiliza em maior dimensão?

Redes sociais, parceiros de alojamento.

7. Tem parcerias com outras entidades (empresas de animação, operadores turísticos)?

Com outras empresas de animação e com alojamentos locais.

8. Tem por costume participar em eventos de promoção turística da Serra da Lousã?

Sim.

O Produto

9. Que práticas de turismo de natureza atraem maior número de turistas na sua empresa (ex.: pedestrianismo, observação de fauna/flora, BTT, passeios de carro/mota, escalada, visitas aos espaços culturais, fotografia)?

Passeios guiados à Serra e aldeias da Lousã, (a pé e em 4x4) canoagem e *canyoning*.

10. Que atividades de turismo de natureza coordena com maior frequência no território da Serra da Lousã?

Canyoning e passeios pedestres.

11. Pensa as atividades de turismo de natureza como um produto sustentável e no qual se deve apostar futuramente? Porquê?

Sim, tem uma procura crescente e constante e é das poucas que não é tão sazonal.

12. Encara o pedestrianismo como um produto com pouca ou muita relevância no desenvolvimento turístico da Serra da Lousã e na reabilitação das aldeias serranas? Porquê?

Muito importante, porque é a melhor forma de visitar as aldeias pelo envolvimento emocional que a aproximação lenta e gradual provoca.

13. Considera que os percursos/caminhos destinados à realização do pedestrianismo na Serra da Lousã são alvo de uma manutenção apropriada e dispõem da sinalética adequada para uma prática fácil, segura e sustentável?

A sinalética, sim. A limpeza dos percursos, não.

O Território

14. Quais são, na sua perspetiva, as maiores atrações da Serra da Lousã (ex.: atrações naturais, gastronomia, património cultural e construído)?

Aldeias do Xisto e a Serra da Lousã (floresta).

15. Na sua opinião, quais são as principais motivações que levam os turistas a procurar atividades de turismo de natureza neste destino?

O nome Lousã e da sua serra e a fama que tem para a prática de desporto na natureza.

16. Quais pensa serem os maiores obstáculos para a prática de atividades/desportos de turismo de natureza na Serra da Lousã?

A proliferação de eucaliptos em todo o território, a falta de manutenção e limpeza dos caminhos florestais.

17. Que serviços/recursos turísticos pensa ser necessário melhorar no futuro (acessos, alojamentos, restauração, sinalética) para que a prática turística se possa desenvolver positivamente?

Ter mão-de-obra qualificada no território. Muita da existente não tem a mínima noção de como se recebe um turista. Os alojamentos, mesmo os de referência, funcionam quase todos com mão-de-obra barata, sem qualificação ou experiência, nomeadamente recorrendo a “estagiários” uns atrás dos outros. O mesmo se passa nas empresas de animação e restauração.

18. Sente que o desenvolvimento da sua atividade nos territórios da Serra da Lousã foi, ou pode ser, afetado pela dimensão dos incêndios que assolaram o país em 2017? Se sim, de que maneira?

Sem dúvida que sim. Uma das atrações é a serra, e apesar de no concelho da Lousã não ter sido muito afetada, a imagem que passou foi de devastação. Isso afastou

muitos potenciais clientes. Desenvolvemos muitas atividades nos rios deste território, (Ceira, Ribeira de Pera, Ribeira de Pena, Mondego) e os mesmos encontram-se “entulhados” de árvores caídas, barreiras e muros tombados e derrocadas, tornando quase impossível a sua utilização para a canoagem ou *canyoning*.

19. Considera que, atualmente, as catástrofes naturais são observadas com maior preocupação por parte das empresas de animação turística comparativamente aos anos anteriores?

Sim, nunca tinha havido incêndios com esta dimensão. Eram sempre coisas pequenas com fraco impacto no território e no turismo.

20. Que medidas acredita serem fundamentais para que este tipo de flagelos seja ultrapassado com maior facilidade?

Promover e publicitar o território que resistiu, ressaltando o “verde” e a floresta bem como as aldeias. Não creio que “venham ajudar os que escaparam” seja uma boa estratégia.

Trans Serrano

Entrevista respondida por *email* no dia 12 de março de 2018

Entrevista para as empresas de animação turística com atuação na Serra da Lousã

A presente entrevista tem por base uma investigação científica que tem como principal objetivo conhecer as opiniões dos agentes de animação turística sobre o papel, a importância e o futuro do desenvolvimento do Turismo de Natureza e das práticas desportivas e culturais que decorrem na natureza, mais especificamente, na Serra da Lousã.

Esta entrevista serve como um instrumento de investigação para a construção de uma dissertação de mestrado sobre o Turismo de Natureza na Serra da Lousã no âmbito do curso de Mestrado em Turismo, Territórios e Património da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

A informação recolhida será apenas utilizada para o estudo deste caso. Esta permanecerá guardada em confidencialidade e anonimato.

Agradecida pela essencial participação.

Andreia Rodrigues

A Entidade

- 1. Qual o perfil típico do turista que procura a sua empresa e as atividades ao ar-livre, de recreação e desportivas (país de residência, género, idade média, clientes fidelizados ou não)?**

Maioritariamente Portugueses e minoritariamente outras nacionalidades como Espanha, França, Americanos, Israelitas, Holandeses e Belgas. Não temos informação sobre o género – deverão ser metade / metade. Idade média cerca de 30-35 anos. Temos clientes fidelizados, mas todos os anos temos grupos novos.

- 2. Quais são os territórios da Serra da Lousã (Lousã, Pedrógão Grande, Figueiró dos Vinhos, Góis, Miranda do Corvo, Penela, Castanheira de Pêra) onde a sua empresa costuma realizar atividades na natureza?**

Lousã, Góis, Miranda do Corvo e Castanheira de Pêra.

- 3. A sua empresa também realiza atividades noutras regiões do país? Se sim, em quais?**

Sim, na região centro, em concreto no rio Mondego e Alva, Serra do Açor, Caramulo e Estrela e noutros pontos do país a pedido dos clientes.

- 4. Se possível, pode revelar quantos clientes tiveram no passado ano de 2016?**

Em 2016 tivemos 11.742 pessoas em atividade. Deste número não temos complicado por locais de atividade, mas sim por tipo de atividade.

- 5. Quantos indivíduos contrata a sua empresa a termo efetivo?**

A nossa empresa tem 11 pessoas a contrato sem termo. No entanto, 3 destas pessoas estão afetadas à gestão do Gois Camping – o parque de campismo municipal de Góis do qual temos a concessão.

- 6. Como promove a sua oferta? Que canais de comunicação e marketing utiliza em maior dimensão?**

As nossas atividades são promovidas via *newsletter por mail*, no nosso *site*, nas nossas páginas de *Facebook* e através de parcerias que temos em *sites* da especialidade e empresas revendedoras dos nossos programas.

- 7. Tem parcerias com outras entidades (empresas de animação, operadores turísticos)?**

Sim, temos. Com outras empresas de animação fazemos atividades na nossa região, visto que as empresas que revendem os nossos programas só atuam em Lisboa, Porto ou a nível internacional. Com as agências de viagens revendemos programas ou fazemos propostas para todo o país.

8. Tem por costume participar em eventos de promoção turística da Serra da Lousã?

Não.

O Produto

9. Que práticas de turismo de natureza atraem maior número de turistas na sua empresa (ex.: pedestrianismo, observação de fauna/flora, BTT, passeios de carro/mota, escalada, visitas aos espaços culturais, fotografia)?

A atividade que tem mais procura é a canoagem e outras atividades aquáticas como o *canyoning* e a caminhada aquática. Temos também Passeios de Jipe, multiatividades, *paintball*, atividades de cordas que têm bastante procura. As atividades de carácter cultural ou etnográfico têm uma forte procura, nomeadamente, os programas temáticos relacionados com tradições como o fabrico da broa e queijo, azeite, mel, castanha pilada e magustos, entre outros. Com menos procura temos ainda as caminhadas. As atividades de BTT e observação de aves no Baixo Mondego e veados na Serra da Lousã são meramente residuais.

10. Que atividades de turismo de natureza coordena com maior frequência no território da Serra da Lousã?

Na Serra da Lousã, as atividades que fazemos com mais frequência são: passeios de jipe nas Aldeias do Xisto, caminhadas, *canyoning* (ribeira da Pena e das Quelhas), ateliers temáticos nas Aldeias do Xisto (atelier da broa e do queijo, programa do magusto e da Castanha Pilada, entre outros). O *paintball*, as multiatividades, atividades com cordas, orientação e outras são feitas em todo o território da Serra da Lousã, consoante as solicitações.

11. Pensa as atividades de turismo de natureza como um produto sustentável e no qual se deve apostar futuramente? Porquê?

Sim, claro, porque as nossas atividades são na nossa maioria atividades em que os participantes podem usufruir do potencial da região (natural e humano) de forma ecológica.

12. Encara o pedestrianismo como um produto com pouca ou muita relevância no desenvolvimento turístico da Serra da Lousã e na reabilitação das aldeias serranas? Porquê?

O pedestrianismo é muito relevante, mas cada vez temos menos procura por essa atividade, porque as pessoas fazem as caminhadas de forma autónoma nos percursos marcados da Serra da Lousã. Os pedidos que temos são sempre de grupos de empresas ou outras entidades que têm preferência por caminhadas com guias.

13. Considera que os percursos/caminhos destinados à realização do pedestrianismo na Serra da Lousã são alvo de uma manutenção apropriada e dispõem da sinalética adequada para uma prática fácil, segura e sustentável?

Do ponto de vista da nossa empresa, não necessitamos que os percursos estejam sinalizados. Até preferimos o contrário. No entanto, como fazemos alguns percursos que, entretanto, foram sinalizados, temos opinião a dar. Em termos globais os percursos estão bem marcados, faltando algumas marcações em alguns pontos (principalmente em árvores que caem ou são cortadas) e em alguns locais os percursos deveriam ter melhor limpeza e manutenção.

O Território

14. Quais são, na sua perspetiva, as maiores atrações da Serra da Lousã (ex.: atrações naturais, gastronomia, património cultural e construído)?

O maior potencial da serra é a envolvente natural e a biodiversidade que a distingue de outras serras adjacentes como o Açor ou o Sicó. A parte da Serra do lado do concelho de Góis tem características de património cultural ainda preservado que não tem outras partes da serra e outras serras da região. O património construído não é muito rico, assim como a gastronomia.

15. Na sua opinião, quais são as principais motivações que levam os turistas a procurar atividades de turismo de natureza neste destino?

A natureza e a belezas das aldeias serranas e/ou de Xisto.

16. Quais pensa serem os maiores obstáculos para a prática de atividades/desportos de turismo de natureza na Serra da Lousã?

A prática de *DownHill* em bicicleta, os passeios de jipe sem organização e outros eventos de grande dimensão, criam um impacto sonoro, visual e ambiental muito forte que por exemplo, perturba a observação de veados em determinadas épocas do ano.

17. Que serviços/recursos turísticos pensa ser necessário melhorar no futuro (acessos, alojamentos, restauração, sinalética) para que a prática turística se possa desenvolver positivamente?

Ao nível de acessos (tirando casos pontuais), alojamentos e sinalética penso que a Serra da Lousã está bem-dotada. Ao nível de restauração é difícil encontrar soluções variadas no espaço da Serra ou nas Aldeias do Xisto que ofereçam resposta para grupos em quantidade e qualidade desejada.

18. Sente que o desenvolvimento da sua atividade nos territórios da Serra da Lousã foi, ou pode ser, afetado pela dimensão dos incêndios que assolaram o país em 2017? Se sim, de que maneira?

Os incêndios de 2017 tiveram um pequeno impacto na nossa atividade. As atividades na Serra da Lousã não foram afetadas. Em 2018, não prevemos nenhum impacto na nossa atividade.

19. Considera que, atualmente, as catástrofes naturais são observadas com maior preocupação por parte das empresas de animação turística comparativamente aos anos anteriores?

As empresas de animação turística são sempre afetadas pela meteorologia, por fazermos atividades ao ar livre. Em anos com mais precipitação ou com incêndios, a nossa atividade é sempre afetada. Estamos sempre atentos a esses fenómenos, mas não podemos fazer nada para os evitar ou para alterar os seus impactos.

20. Que medidas acredita serem fundamentais para que este tipo de flagelos seja ultrapassado com maior facilidade?

O melhor método é realizar atividades noutros locais, substituindo locais afetados em que possa ser impossível realizar atividades (não é o nosso caso) ou apostar mais na promoção das atividades, captando novos públicos e segmentos de mercado.

Go Outdoor

Entrevista respondida por *email* no dia 14 de março de 2018

Entrevista para as empresas de animação turística com atuação na Serra da Lousã

A presente entrevista tem por base uma investigação científica que tem como principal objetivo conhecer as opiniões dos agentes de animação turística sobre o papel, a importância e o futuro do desenvolvimento do Turismo de Natureza e das práticas desportivas e culturais que decorrem na natureza, mais especificamente, na Serra da Lousã.

Esta entrevista serve como um instrumento de investigação para a construção de uma dissertação de mestrado sobre o Turismo de Natureza na Serra da Lousã no âmbito do curso de Mestrado em Turismo, Territórios e Património da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

A informação recolhida será apenas utilizada para o estudo deste caso. Esta permanecerá guardada em confidencialidade e anonimato.

Agradecida pela essencial participação.

Andreia Rodrigues

A Entidade

- 1. Qual o perfil típico do turista que procura a sua empresa e as atividades ao ar-livre, de recreação e desportivas (país de residência, género, idade média, clientes fidelizados ou não)?**

Praticante de *trail running*; anexo relatório da edição do AXtrail 2017.

- 2. Quais são os territórios da Serra da Lousã (Lousã, Pedrógão Grande, Figueiró dos Vinhos, Góis, Miranda do Corvo, Penela, Castanheira de Pêra) onde a sua empresa costuma realizar atividades na natureza?**

Os percursos do AXtrail têm-se concentrado, desde 2013 em Lousã, Góis, Miranda do Corvo, Penela e Castanheira de Pêra.

- 3. A sua empresa também realiza atividades noutras regiões do país? Se sim, em quais?**

Atualmente não.

- 4. Se possível, pode revelar quantos clientes tiveram no passado ano de 2016?**

Ver relatório da edição do AXtrail 2017 em anexo.

- 5. Quantos indivíduos contrata a sua empresa a termo efetivo?**

Atualmente somos 20 funcionários.

- 6. Como promove a sua oferta? Que canais de comunicação e marketing utiliza em maior dimensão?**

Site e *Facebook* do evento; rede de parceiros e patrocinadores.

- 7. Tem parcerias com outras entidades (empresas de animação, operadores turísticos)?**

Sim.

- 8. Tem por costume participar em eventos de promoção turística da Serra da Lousã?**

Sim.

O Produto

- 9. Que práticas de turismo de natureza atraem maior número de turistas na sua empresa (ex.: pedestrianismo, observação de fauna/flora, BTT, passeios de carro/mota, escalada, visitas aos espaços culturais, fotografia)?**

Atualmente apenas o *trail running*.

10. Que atividades de turismo de natureza coordena com maior frequência no território da Serra da Lousã?

Atualmente apenas o *trail running*.

11. Pensa as atividades de turismo de natureza como um produto sustentável e no qual se deve apostar futuramente? Porquê?

Claro que sim. A Serra da Lousã poderia ser uma referência, à semelhança da Rota Vicentina.

12. Encara o pedestrianismo como um produto com pouca ou muita relevância no desenvolvimento turístico da Serra da Lousã e na reabilitação das aldeias serranas? Porquê?

Encaro o pedestrianismo como o único motor capaz de permitir um desenvolvimento turístico sustentável a médio/longo prazo.

13. Considera que os percursos/caminhos destinados à realização do pedestrianismo na Serra da Lousã são alvo de uma manutenção apropriada e dispõem da sinalética adequada para uma prática fácil, segura e sustentável?

Não. Somos praticantes e produtores. Conhecemos em profundidade as melhores práticas nacionais e internacionais.

O Território

14. Quais são, na sua perspetiva, as maiores atrações da Serra da Lousã (ex.: atrações naturais, gastronomia, património cultural e construído)?

As atrações naturais e as aldeias serranas.

15. Na sua opinião, quais são as principais motivações que levam os turistas a procurar atividades de turismo de natureza neste destino?

São muito poucos os pedestrianistas que procuram atividades de turismo de natureza neste destino.

16. Quais pensa serem os maiores obstáculos para a prática de atividades/desportos de turismo de natureza na Serra da Lousã?

Infraestruturas deficitárias, segmentação do produto e estratégia de comunicação.

17. Que serviços/recursos turísticos pensa ser necessário melhorar no futuro (acessos, alojamentos, restauração, sinalética) para que a prática turística se possa desenvolver positivamente?

Resolver as questões do item anterior.

18. Sente que o desenvolvimento da sua atividade nos territórios da Serra da Lousã foi, ou pode ser, afetado pela dimensão dos incêndios que assolaram o país em 2017? Se sim, de que maneira?

Não. Mas a questão dos incêndios deve ser sempre uma preocupação.

19. Considera que, atualmente, as catástrofes naturais são observadas com maior preocupação por parte das empresas de animação turística comparativamente aos anos anteriores?

Talvez.

20. Que medidas acredita serem fundamentais para que este tipo de flagelos seja ultrapassado com maior facilidade?

Planear o investimento com vista a dotar o território das infraestruturas necessárias, por forma a poder segmentar o produto e preparar uma estratégia de comunicação.

Prazilândia

Entrevista realizada por chamada telefónica no dia 13 de abril de 2018

Qual é o perfil do turista que procura a Prazilândia e as suas atividades ao ar livre, de recreação e desportivas? Pergunto, por exemplo, o país de residência, o género, a idade média, se os clientes são fidelizados ou não.

Tínhamos uma tipologia de atividades de aventura. Não como empresa, mas temos algum equipamento e fazemos algumas coisas. Tínhamos a opção de alojamento em época baixa e aí tínhamos uma procura de clientes que vinham visitar o património natural. Em relação ao perfil...alguns jovens casais e depois de meia idade, mas normalmente eram casais e famílias. Em relação às atividades, por nossa iniciativa, conseguimos fazer algumas atividades com empresas, com grupos, sempre procurando gente interessada, com um nível cultural elevado e muito interessados na Serra da Lousã. Não só Serra da Lousã, mas também no produto das Aldeias do Xisto.

Em quais dos territórios da Serra da Lousã é que a Prazilândia costuma realizar mais atividades?

Fazíamos em Castanheira de Pêra.

Limitavam-se a essa área geográfica?

Limitávamos, mas fizemos uma ou outra na barragem, uma ou outra na Serra. Concentrávamos as atividades no município de Castanheira de Pêra.

Realizam atividades, não só na Serra da Lousã, mas também noutras regiões do país?

Não.

A sua área de atividade é, então, municipal?

Sim. Fazíamos algumas participações em feiras, como promoção do território local, mas não eram também propriamente atividades.

Sabe quantos clientes procuraram as atividades da Prazilândia no ano 2016 ou no ano 2017?

Em 2016, considerando os jantares temáticos, com produtos silvestres, castanha e com ligação à Serra, vinha gente de fora e de longe. Portanto, estamos a falar de cerca de 600 pessoas. Também foram realizadas atividades com outras empresas e com hotéis, com que fizemos algumas parcerias. Pacotes de odisseias, passeios ecológicos e um conjunto de outras atividades. Podemos dizer que, no total, estas atividades turísticas e outras atividades ligadas à Serra como os jantares temáticos, o *trail* e o desporto de aventura, ascendem, no ano de 2016, a 700 a 800 pessoas.

Compreendo, e, dessa procura, 600 indivíduos procuraram os jantares?

Sim.

Quantos indivíduos estão contratados na empresa a termo efetivo?

A termo efetivo são 11. Não é fácil contratar, principalmente por causa dos requisitos familiares. Muitos são contratados casualmente ou por atividade, ao fim de semana. Fazíamos contratos de trabalho de alguns dias. No verão do ano passado penso que passou das 80 contratações, para além destas 11. Eram contratos de 10 dias, a maioria são de 2, 3 e 4 meses.

E que canais de comunicação e de marketing são utilizados com maior frequência e dimensão para promoção da oferta da Prazilândia?

Para a empresa em si é o *Facebook*. Temos um *Facebook* com mais de 120 mil seguidores. A outra comunicação sobre os jantares acabava por ser feita através de contacto direto. A vocação da empresa era ir à procura e desenvolver essa atividade tentando dar a melhor resposta, principalmente quando apareciam solicitadores. Fazíamos parcerias com muita gente.

Sim, o que é exatamente a próxima pergunta. Se tinham parcerias com outras entidades, empresas de animação ou operadores turísticos?

Mais com os profissionais de organização ou promoção dos locais turísticos. Tipo o Odisseias e, ligado ao alojamento, o *Booking*. Na praia fazíamos parcerias com a *McDonald's*, *Coca Cola* ou *Nestlé*.

E fora da oferta da Praia das Rocas, quais eram as atividades ou as práticas de turismo natureza ou turísticas que atraíam um maior número de turistas? Por exemplo, os jantares ou atividades de pedestrianismo.

O que nós apostávamos mais era no turismo gastronómico através dos jantares. No entanto, não queríamos fazer concorrência e, por isso, só eram realizados à terça-feira, em Castanheira de Pêra, para não haver queixas dos privados. Portanto, seriam os passeios, alguns eventos de *canyoning* e os jantares.

Esses passeios eram passeios temáticos?

Temáticos sempre. Só com o fim de ir caminhar não. Só temáticos, interpretativos, com observações das populações dos veados, os ecológicos, de cogumelos e plantas silvestres. Fazíamos sempre mais do que um por ano.

Utilizavam as infraestruturas ou os percursos pedestres homologados na região?

Eles ainda não são homologados em Castanheira de Pêra. Como os passeios são interpretativos a ideia era sair dos caminhos e entrar na mata. Tínhamos mesmo um produto que, através do GPS, permitia a realização dos caminhos de forma autónoma. Nós chamámos de “*Biocaching*”. Nos passeios temáticos o ideal seria aparecerem outras empresas profissionais para fazerem depois o desenvolvimento dessas temáticas. Apareceram algumas, mas não com a dimensão que existe na Lousã.

Considera as atividades de turismo de natureza, como os caminhos, jantares gastronómicos ou outras atividades inseridas na natureza, como um produto sustentável e no qual se deve apostar futuramente enquanto agente turístico?

Evidente. Precisamos é de não destruir o que resta da nossa paisagem e dos nossos ecossistemas. Penso que se tem confundido bastante a questão do turismo aventura e pedestrianismo e não tem havido tanto a vertente interpretativa, de fauna, flora e património. É se calhar menos preparado, mas há público. Há clientes para este tipo de atividades não só nacionais, mas também internacionais que querem conhecer e querem ter experiências. Não é só andar de *slide* ou *canyoning*, também é preciso aparecerem outro tipo de experiências, mesmo para além das gastronómicas. O público nacional conhece muito mal o nosso património natural e como funcionam os ecossistemas, sendo questões muito ricas e muito diversas. No fundo, é preciso ter um conhecimento do nosso património natural e histórico. Tentar trabalhar essa vertente é o que mais tem faltado.

Compreendo. A pergunta seguinte diz respeito ao pedestrianismo, envolvendo a sua vertente temática e interpretativa. Considera o pedestrianismo como um produto com pouca ou muita relevância na Serra e na reabilitação das Aldeias Serranas?

Para a reabilitação de uma ou outra aldeia sim, mas como um todo penso que não. Um aldeias vão tendo a sua loja, vão tendo um sítio de restauração, nesse caso sim. É relevante porque há sempre melhorias a fazer, ou seja, a sua importância é mais como elemento complementar a outras atividades.

Quando utilizavam os percursos para a realização de atividades, estes tinham uma boa manutenção e a sinalética apropriada para uma prática fácil, segura e sustentável?

Na altura fizemos nós uma manutenção, trabalhando nesse sentido de uma utilização segura e com capacidade de uma boa oferta. Como a Câmara não avançou com processos de licenciamento, não nos cabia a nós e não seríamos bem interpretados. Como tal, não expandimos muito essa vertente. A Câmara anterior teve sempre projetos, mas nunca passaram de projetos. Há concelhos que têm uma dinâmica maior que outros. Para conseguirmos ter uma estratégia, tem de haver esforço também da outra parte e, relativamente aos percursos pedestres, não foi isso que aconteceu. Em 4 anos apenas abrimos 300 metros num sítio em que não passa ninguém a não ser javalis e veados. Em alguns sítios, onde abrimos cerca de 200 metros, o percurso já não existe. Zonas onde não passa ninguém já há 30 ou 50 anos.

Considerando o território da Serra da Lousã, quais são, na sua perspetiva, as principais atrações turísticas?

Na minha opinião é a natureza. O facto de não ter ardido e se encontrar arborizada, apesar de não estar trabalhada. Mas, neste momento, e em funcionamento, são as Aldeias do Xisto. Têm uma dinâmica muito própria. No fundo é uma agência que está a trabalhar e que tem boas parcerias como as Câmaras e o Turismo de Portugal, trabalhando com a finalidade de destino turístico.

Na sua opinião, o que falta seria a dinamização da natureza?

Pois. Como estão divulgadas as aldeias, ninguém está a divulgar a Serra. Não há um trabalho consistente e coerente.

Compreendo. E quais pensa serem as principais motivações que levam os turistas a procurar este destino?

A parte desportiva da Serra, o BTT e o *trail*. Depois os veados, as aldeias do xisto, as praias fluviais.

Neste momento, o trail e as atividades desportivas apresentam uma grande relevância?

Sim. Nomeadamente o BTT pois houve grande aumento da sua atividade nos últimos 10 anos.

Quais são os serviços e recursos turísticos que considera ser necessário melhorar no futuro para que a prática turística se possa desenvolver de modo mais positivo?

Relativamente à Serra da Lousã, através das Aldeias do Xisto, neste momento, há entre sete a treze unidades de turismo e hotéis de 4 estrelas. Algo que não havia há meia dúzia de anos atrás. Portanto, há oferta de camas e alojamento local, incluindo as iniciativas de restauração com produtos artesanais e locais, bebidas, etc. Possivelmente o que tem

faltado é o aparecimento de mais profissionais e de empresas. É algo que aqui é uma grande condicionante. Empregando mais população cria a possibilidade de aparecerem mais empresas turísticas.

Seria uma questão de atração de profissionais e recursos?

Sim, para diversos tipos de empresas, incluindo as turísticas. Em concelhos mais a sul pode haver restauração que chegue numa fase do ano, mas penso que pode haver mais qualidade profissional e qualidade nos seus produtos. Não só quantidade, mas qualidade.

E quais considera, neste caso, serem os maiores obstáculos para a prática das atividades de turismo de natureza na Serra?

Ter ardido meio país. Não haver, se calhar, uma estratégia de preservação e valorização dos valores ambientais. Não passa só pelos municípios nem por uma só região, mas sim pelo governo central. Enquanto não sentirmos que tem valor...enquanto olharmos para qualquer território apenas como área de produção. Há parceiros que falam de turismo de natureza e nós chegamos ao sítio e 90% é eucalipto. Um turista de natureza experiente dirá que foi enganado.

Então a falta de preservação e de valorização, na sua opinião, são o maior obstáculo, neste momento?

É. E é muito simples, na realidade deixamos que só existam áreas de produção. Metade do país é eucalipto. Os sítios de floresta autóctone cada vez são menos. O território está muito pior e mesmo não havendo incêndios, está pior que há 20 anos atrás.

Em relação aos incêndios, sente que o desenvolvimento da atividade turística na Serra da Lousã foi afetado? Pensa que os municípios sofreram com estes incêndios ou foi algo que passou despercebido?

Sofreram. Ainda é cedo e a Serra propriamente dita não ardeu, felizmente. Veremos como vai ser daqui para a frente. A maior parte do que ardeu foi floresta de produção. A zona de Castanheira e a parte norte do Coentral, não ardeu e a parte da serra também. É uma questão também de percebermos o que é melhor para o turista. Pode haver turistas que queiram ver florestas de eucalipto nas suas diferentes fases. Provavelmente é mais imponente metê-los no meio dos castanheiros e entre os carvalhais porque impressiona.

Neste sentido, considera que, atualmente, e especialmente após o verão do ano passado, as catástrofes naturais como os incêndios são observadas com maior preocupação pelas empresas de animação turística em comparação aos anos anteriores?

As empresas de animação turística têm que trabalhar e à partida terão uma maior preocupação pois isto poderá condicioná-las. Não aparecerão tantos investimentos dessas empresas de animação turística nos territórios ardidos porque poderão preferir explorar outro local, uma zona que não ardeu ou concelhos menos afetados.

Nesse seguimento, que medidas acredita serem fundamentais para que este tipo de flagelos seja ultrapassado com maior facilidade?

Penso que depende muito de cada Câmara. Independentemente dos incêndios, o interior está fragilizado e cada vez com menos população. É difícil, há o “interior” e o “interior”. A Lousã tem uma ligação direta para Coimbra, não tendo nada a ver com os concelhos que estão no meio da Serra. Góis, Castanheira, Pedrogão, são completamente diferentes, embora sejam considerados todos “interior”. São realidades diferentes e já morreram muitas aldeias...muitas mais vão acontecer nos próximos anos porque a maior parte dessas aldeias são, a nível populacional, constituídas por idosos. Devíamos olhar para esta situação de outra maneira, colocar alguns jovens casais que se instalassem, possivelmente, com atividade turística também.

O ideal seria a atração de população mais jovem para a revitalização do interior?

Sim. São só reformados. Os jovens, neste momento, também têm dificuldade em conseguir e manter trabalho. Quando falo de jovens para se fixarem, estou a falar de jovens até aos 40 anos.

Associação Abútrica

Entrevista respondida por *email* no dia 23 de maio de 2018

Entrevista para as empresas de animação turística com atuação na Serra da Lousã

A presente entrevista tem por base uma investigação científica que tem como principal objetivo conhecer as opiniões dos agentes de animação turística sobre o papel, a importância e o futuro do desenvolvimento do Turismo de Natureza e das práticas desportivas e culturais que decorrem na natureza, mais especificamente, na Serra da Lousã.

Esta entrevista serve como um instrumento de investigação para a construção de uma dissertação de mestrado sobre o Turismo de Natureza na Serra da Lousã no âmbito do curso de Mestrado em Turismo, Territórios e Património da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

A informação recolhida será apenas utilizada para o estudo deste caso. Esta permanecerá guardada em confidencialidade e anonimato.

Agradecida pela essencial participação.

Andreia Rodrigues

A Entidade

- 1. Qual o perfil típico do turista que procura a sua empresa e as atividades ao ar-livre, de recreação e desportivas (país de residência, género, idade média, clientes fidelizados ou não)?**

Temos inscrições de pessoal de vários continentes, masculino e feminino, entre os 30 e 50 anos, sócios participantes, como consta no nosso regulamento interno.

- 2. Quais são os territórios da Serra da Lousã (Lousã, Pedrógão Grande, Figueiró dos Vinhos, Góis, Miranda do Corvo, Penela, Castanheira de Pêra) onde a sua empresa costuma realizar atividades na natureza?**

Miranda do Corvo.

- 3. A sua empresa também realiza atividades noutras regiões do país? Se sim, em quais?**

Não, mas no próximo ano estaremos a trabalhar também na cidade de Coimbra, devido à logística do Mundial de *Trail*.

- 4. Se possível, pode revelar quantos clientes tiveram no passado ano de 2016?**

4 mil inscritos.

- 5. Quantos indivíduos contrata a sua empresa a termo efetivo?**

São todos voluntários, sendo que são contratados serviços especializados em situações pontuais.

- 6. Como promove a sua oferta? Que canais de comunicação e marketing utiliza em maior dimensão?**

Redes sociais, televisão, revistas especializadas.

- 7. Tem parcerias com outras entidades (empresas de animação, operadores turísticos)?**

Sim.

- 8. Tem por costume participar em eventos de promoção turística da Serra da Lousã?**

Sim.

O Produto

9. **Que práticas de turismo de natureza atraem maior número de turistas na sua empresa (ex.: pedestrianismo, observação de fauna/flora, BTT, passeios de carro/mota, escalada, visitas aos espaços culturais, fotografia)?**

Trail.

10. **Que atividades de turismo de natureza coordena com maior frequência no território da Serra da Lousã?**

Trail.

11. **Pensa as atividades de turismo de natureza como um produto sustentável e no qual se deve apostar futuramente? Porquê?**

Sim, devido ao perfil do amante desta modalidade. Média de idade de 35 anos, na maioria dos casos no topo da carreira profissional e pertencente a uma classe média alta.

12. **Encara o pedestrianismo como um produto com pouca ou muita relevância no desenvolvimento turístico da Serra da Lousã e na reabilitação das aldeias serranas? Porquê?**

Sim.

13. **Considera que os percursos/caminhos destinados à realização do pedestrianismo na Serra da Lousã são alvo de uma manutenção apropriada e dispõem da sinalética adequada para uma prática fácil, segura e sustentável?**

Não, deveria haver uma maior preocupação por parte dos municípios, pois estes são a matéria prima do turismo de natureza.

O Território

14. **Quais são, na sua perspetiva, as maiores atrações da Serra da Lousã (ex.: atrações naturais, gastronomia, património cultural e construído)?**

Atrações naturais.

15. **Na sua opinião, quais são as principais motivações que levam os turistas a procurar atividades de turismo de natureza neste destino?**

Fuga ao sedentarismo na vida urbana.

16. **Quais pensa serem os maiores obstáculos para a prática de atividades/desportos de turismo de natureza na Serra da Lousã?**

A falta de apoios.

17. Que serviços/recursos turísticos pensa ser necessário melhorar no futuro (acessos, alojamentos, restauração, sinalética) para que a prática turística se possa desenvolver positivamente?

Sinalética.

18. Sente que o desenvolvimento da sua atividade nos territórios da Serra da Lousã foi, ou pode ser, afetado pela dimensão dos incêndios que assolaram o país em 2017? Se sim, de que maneira?

Não.

19. Considera que, atualmente, as catástrofes naturais são observadas com maior preocupação por parte das empresas de animação turística comparativamente aos anos anteriores?

Sim.

20. Que medidas acredita serem fundamentais para que este tipo de flagelos seja ultrapassado com maior facilidade?

Subsidiar projetos credíveis de sustentabilidade económica, ambiental e social.

Activar Lousã

Entrevista realizada por chamada telefónica no dia 17 de junho de 2018

Qual é o perfil típico de turista que procura as atividades ao ar livre, de recreação ou desportivas? Quando pergunto o perfil típico seria, por exemplo, o país de residência, o género ou a idade.

Temos principalmente portugueses. Também temos muitas pessoas de diversos países. O nosso principal trabalho tem a ver com o turismo na Serra da Lousã, especificamente caminhadas com uma parte mais cultural. Também fazemos workshops. A natureza é importante, mas não fazemos tantos desportos radicais, fazemos uma parte relativamente mais simples. Quanto aos turistas, temos pessoas de todas as idades desde crianças, das escolas em que temos programas feitos para eles, aos grupos de seniores. Neste caso, não é para fazer caminhadas, mas para visitar algumas aldeias e visitar de camioneta.

No que concerne a esses turistas, que são a sua maioria de nacionalidade portuguesa, existe alguma frequência na zona de residência? Ou seja, tem mais procura da Região Centro, do Norte, ou é uma procura distribuída e equilibrada?

Os visitantes acabam por vir de todo o lado e como nós pertencemos à Rede das Aldeias do Xisto vêm pessoas de todo o território nacional. Contactam-nos principalmente para fazer estas atividades. Contudo, infelizmente, Coimbra nem é a zona que nos procura mais, mas quando aparecem vêm de todo o país e do estrangeiro. Um dos últimos grupos

era de noruegueses, um grupo de 55 pessoas, mas estes vieram de uma agência de viagens que nos recomendou.

Compreendo. E dos territórios da Serra da Lousã, ou seja, Lousã, Pedrógão Grande, Figueiró dos Vinhos, Góis, Miranda do Corvo, Penela e Castanheira de Pêra, em quais costuma a Activar realizar atividades com maior frequência?

Nós preferimos realizar atividades em sítios que dominamos e que conhecemos melhor, sobretudo sobre as histórias dos habitantes das aldeias. Procuramos manter uma relação com as pessoas que aí viveram ou que ainda vivem, por isso, normalmente o que preferimos, se assim for possível, é realizar sempre no território da Lousã. Temos cinco Aldeias de Xisto e se pudéssemos fazíamos atividades nas cinco, mas, geralmente, quando fazemos em Góis pedimos a uma associação de lá porque eles conhecem mais do próprio território. É importante conhecermos as pessoas, falar com elas, tentar dar uma experiência mais real, conhecer os movimentos migratórios, as culturas e as tradições.

A experiência e o contacto entre os turistas e a comunidade local é considerada pela Activar como um fator muito importante?

Sim, quando a comunidade local existe porque ela já deixou de existir, mas as experiências que eles deixaram, continuamos a transmitir.

Como é que a empresa promove a sua oferta? Ou seja, quais são os canais de comunicação/marketing que são utilizados com uma maior frequência e dimensão?

A maioria da nossa comunicação é feita por boca a boca. Pessoas que conhecemos e que nos recomendaram a outros, tendo depois voltado. Agora também temos o *site*. Inclusivamente, somos requisitados por outras empresas para fazermos atividades para eles. Como somos de cá e temos maior proximidade, eles valorizam sempre isso.

No entanto, queremos crescer mais lentamente e queremos dar uma formação com qualidade aos nossos colaboradores porque muitos deles não estão preparados. Para além da formação teórica, estamos a desenvolver uma formação prática para eles perceberem como era a Serra.

Atualmente tem algum tipo de parceria com uma entidade ou empresa que também atue na região?

Sim. Temos uma parceria grande com a Câmara Municipal. Não é uma parceria escrita, mas temos uma loja no Talasnal, uma das aldeias do xisto, que é um posto de informação turística e um minibar. Vendemos produtos de artesanato regionais daqui da Lousã e só quando não conseguimos arranjar é que vendemos produtos de fora. Temos uma escola que iremos transformar num *hostel* de montanha para quem faz caminhadas. Não é algo fixo, mas estamos-nos a candidatar a isso. Temos uma parceria com as Aldeias do Xisto, em que fazemos a animação das praias fluviais e os percursos perdestes. Com a Câmara Municipal, marcamos e fazemos uma auditoria dos percursos. Também trabalhamos, de

forma informal, com algumas empresas da Lousã como a Turismo Lousã, que é uma empresa na Lousã que, neste momento, se está a dedicar mais à restauração. Além disso, temos parcerias com escolas nas quais realizamos atividades que permitem uma aprendizagem dos modos de vida. Depois fazemos outras atividades com ligação através do CLDS como o *Geocaching* cultural, direcionado para um turista mais jovem.

Estas entidades com que colaboram, por exemplo a Rede das Aldeias do Xisto, assumem-se como importantes na promoção da oferta da Activar?

As Aldeias do Xisto, neste momento, promovem as aldeias todas. Têm, atualmente, um programa que é o *Book in Xisto*, onde é feita a divulgação das atividades das empresas que estão dentro da rede. As Aldeias do Xisto fazem uma promoção muito boa. Podem ter muitos problemas, mas fazem a promoção do território.

Tem por costume participar em eventos de promoção da Serra da Lousã? Ou seja, não só em parcerias, mas também em eventos e atividades organizadas?

Sim, mas não tantas como isso. Às vezes, participamos numas feiras locais. Adicionalmente, participamos em turmas e congressos relativos ao turismo acessível. Temos participado em muitas divulgações do que nós fazemos e das nossas potencialidades.

Em relação ao produto turístico e observando que a principal atividade que realiza é o pedestrianismo, que outras atividades, incluindo esta, atraem maior número de turistas?

São mesmo os percursos pedestres e as caminhadas. Temos uma serra completa onde se pode fazer escalada, BTT e percursos pedestres. O que as pessoas adquirem mais conosco são os percursos pedestres. Para atividades mais radicais preferimos fazer parcerias com outras empresas. Na Lousã, são os percursos pedestres e as atividades culturais que são mais procuradas e têm fácil realização.

Exato. Neste caso, são, então, os percursos pedestres e as atividades com maior vertente pedagógica que têm maior procura?

Sim. Como as visitas às aldeias. É um turismo um bocado diferente, mas conhecer as aldeias, fazer workshops de pão e de broa, é o que temos mais. De resto, temos o *canyoning* e o BTT. Estes já são mais um turismo desportivo e organizado que atrai muita gente. Mas, individualmente, as visitas às aldeias destacam-se, principalmente no Talasnal e no Candal que são as aldeias com maior pressão turística.

Encara estas atividades de turismo de natureza como um produto sustentável no qual se deve apostar futuramente? E se sim, porquê?

As caminhadas são extremamente importantes para a Serra. As pessoas andam, individualmente ou em grupo, e trazem sempre mais pessoas. É extremamente sustentável pois não apresenta grandes problemas nem grande impacto no terreno. Na Lousã, o problema são as invasões das acácias. São uma praga. As pessoas não vêm ver a floresta autóctone, uma floresta bonita com diversidade. Vêm ver uma monocultura intensiva de acácias. Em adição, existe um problema grave que é a falta de habitantes nas aldeias. Neste momento, há aldeias que só têm turistas e não é muito agradável o turista ir visitar turista. Devia haver uma situação mais equilibrada para não haver um problema em microescala como em Lisboa onde já é turismo a mais...o *open tourism*.

Relativamente ao pedestrianismo, encara-o como um produto turístico que, no futuro, pode ter alguma relevância para ajudar a reabilitar as aldeias serranas?

Não. As aldeias turísticas, neste momento, estão com turismo a mais. Os percursos pedestres podem permitir reduzir o impacto de carros dentro das aldeias. Normalmente, trazem um público bastante interessado que gosta de visitar, de fazer caminhadas...o que não tem qualquer impacto na natureza. Mas algumas aldeias já estão esgotadas de turismo. Não devemos trazer mais impactos para o Talasnal, pelo menos por meio de um turismo massificado. Deve ser um turismo de caminhada. Ainda assim, tentamos diversificar sempre os trajetos. O problema é que no Talasnal estão os percursos com menor grau de dificuldade e as pessoas não têm preparação física suficiente para percursos muito maiores.

Então acabam por procurar maioritariamente essas aldeias?

Exatamente. O Talasnal e o Casal Novo em particular porque estão ali muito perto do castelo e já têm um percurso de cerca de 6 km bastante agradável.

Em relação aos percursos, considera que eles estão, ou são, alvo de uma manutenção apropriada e têm uma sinalética adequada para uma prática segura e sustentável?

Como disse, nós temos uma parceria com a Câmara Municipal e a Activar faz a auditoria e manutenção a todos os percursos. Pertence à Câmara e aos Baldios da Lousã, a obrigação de fazer a limpeza do percurso. A maioria dos percursos estão bons. Neste momento, a Câmara já tem o levantamento de tudo o que são setas para pôr, ou seja, em termos de pintura, das marcas da Federação Portuguesa de Campismo e Montanhismo, está relativamente bem. A partir da primavera, em junho/julho, os percursos irão ter todos as setas e os painéis iniciais com a explicação do percurso. Quem faz percursos individualmente já não depende muito das marcações pois existe uma aplicação da Câmara Municipal que as tem, inclusive, em GPS. Mas a marcação está bem feita e o terreno também está ótimo.

No que concerne às atrações turísticas da Serra da Lousã, quais são, na sua opinião as que apresentam maior interesse ou relevância?

A Bacia da Lousã onde mostramos o que é a Lousã e explicamos os monumentos, os palácios, as casas brasonadas e o caos arquitetónico em que isto se tornou. Temos também as praias fluviais, Casal de Ermio e Serpins, que são bastante importantes devido a terem sempre grande afluência. Temos o Cabril do Ceira onde se fazem muitas atividades de escalada, de *rappel*, *slide* e canoagem. Algo a salientar na serra são as ribeiras porque, dentro da rede Natura 2000, são as linhas de água que assumem maior importância. Depois temos a salamandra lusitânica e o lagarto da água. Espécies mais importantes que gostamos de mostrar. Outra coisa que temos e que as pessoas gostam é o Santo António da Neve e a história do transporte da neve para Lisboa. À volta temos outras aldeias, como Gondramaz e Góis, onde, normalmente, fazemos uma caminhada. Na Serra da Lousã é onde fazemos mais - Lousã, Góis, Miranda - devido a ser o que nos é mais central e o que conhecemos melhor. Em outros sítios, muitas das vezes peço a pessoas que conhecem mais a região, os costumes e as tradições para ajudar na explicação.

Quais são, na sua opinião, as principais motivações que levam os turistas a procurar as atividades de turismo natureza, em particular o pedestrianismo, na Serra da Lousã?

Na minha opinião é a divulgação feita pelas Aldeias do Xisto, mesmo que não seja só essa divulgação. Por exemplo, o Talasnal é das aldeias mais conhecidas das Aldeias do Xisto e já o era muito antes de pertencer à rede e muito antes de sequer estar alcatroado. Quando os turistas vêm eles vêm ver as Aldeias do Xisto e veem-nas de diferentes formas. Alguns vêm e não veem nada...dão uma volta, tiram fotografias e vão-se embora. Outros procuram saber todos os pormenores da aldeia, até coisas que muitas vezes nós não sabemos. Os caminhos pedestres, com a atual divulgação, estão a ter uma procura muito grande. Algo que também motivou a procura dos caminhos foi o *trail* e as provas de atletismo de montanha.

Quais pensa serem os maiores obstáculos para a realização de atividades na natureza?

As acácias. A quantidade de acácias que existe, os fogos de verão e a possibilidade desses fogos. O ordenamento da floresta é um caos, mas já era assim há 30 anos. Há uma falta de planeamento principalmente a longo prazo.

Entendo. Visto que o insuficiente ordenamento e os incêndios já são um problema com várias décadas, a proliferação de vegetação exótica e com pouco valor ecológico seria, então, o maior problema atual?

Não. Para mim, é o abandono completo da serra. A falta de populações jovens. Havia nas aldeias centenas de cabeças de gado e como se precisava de lenha, nas redondezas das

aldeias, não havia nada que ardesse. Com a saída das pessoas das aldeias e com a reflorestação, ficou tudo em abandono e ninguém mais tomou conta da floresta.

Considerando a atividade turística, que serviços ou elementos da oferta pensa que deveriam ser melhorados no futuro para o desenvolvimento turístico local?

Na Lousã, penso que respetivamente ao alojamento não é necessário mais nada. Vamos fazer o projeto na escola do Talasnal que, na minha opinião, irá completar um pouco a oferta para o turista que gosta de andar a pé e que gosta de passar uma noite ou duas num sítio e depois continuar a sua caminhada. Um turismo mais desportivo, semelhante ao de Santiago de Compostela, mas num espaço diferente. De resto, em alguns sítios, até existe alojamento a mais. Em relação à restauração, eu penso que está a começar a ficar mais equilibrado. Algo que poderia fazer falta seria um parque de campismo mais perto, pois só existe o de Serpins, e também um parque de autocaravanas.

Em relação aos incêndios florestais, pensa que o desenvolvimento turístico na Serra da Lousã foi afetado pelos incêndios de 2017?

Na Lousã, nós tivemos 15 dias de problemas, mas, como não ardeu a Serra, as pessoas não se aperceberam disso. Os fogos de Pedrógão foram mais complicados porque as pessoas viam o fumo e durante 15 dias desmarcaram muitas dormidas nas unidades de alojamento local. Houve um cancelamento enorme das atividades de dormida. No primeiro ano há uma redução muito grande do número de pessoas e no segundo ano isso vai continuar. A partir do terceiro ano, penso que não há grandes problemas porque a maioria das pessoas não se preocupa muito com a vegetação. Com a chuva, os eucaliptos e as acácias estão cheios de folhas e os sobreiros não arderam tanto como isso. Já não se nota tanto. O que fez diferença foi a comunicação social, o número de mortes e o fumo. Com o fumo ninguém se arriscava a andar na Serra. Procuro, nos dias com temperaturas muito elevadas, rejeitar a realização de caminhadas na Serra. É necessário o desenvolvimento de um sistema de gestão e segurança. Os caminhos pedestres são um local onde se pode mesmo morrer e há sítios de onde não se consegue fugir pois ninguém imagina a velocidade do fogo. Devíamos aproveitar esta fase pós incêndio para programar o que fazer no futuro e ter uma floresta mais autóctone na Lousã, tentando reerguer o passado. Também a fauna, os javalis e os veados, fogem dos sítios queimados acabando por degradar o turismo.

Pensa, então, que o planeamento e ordenamento da floresta seria uma medida fundamental para conseguir ultrapassar a ocorrência destes flagelos no futuro?

Se pagassem a pessoas para andar com rebanhos...o que não é barato, mas poderia ser uma forma de prevenção. Como é típico do povo português, tudo foi deixado assim durante 40 e 50 anos e só se fala disto porque morreram pessoas. Se não tivesse morrido ninguém, continuava-se na mesma. Contudo, não sei se algo irá para a frente, pois não há

planeamento. Podemos cortar hoje uma acácia que passado um ano estão dez no mesmo sítio. Penso que o planeamento estruturado do que se pretende para a Serra da Lousã é algo que não existe. Mas isso também não existe em Portugal, é um país muito “sui generis”.

Pensa que, por causa dos incêndios de 2017, existe agora uma maior preocupação não só para os turistas, mas também para as empresas?

Penso que não. Isto irá passar. Se não houver mais nenhum incêndio de grande dimensão, no próximo ano nem no outro, isto irá voltar tudo e as pessoas vão-se esquecer. No futuro, podem fazer limpeza das florestas, mas sem um planeamento integrado, pensado e estruturado, penso que não.